Energia
Spic pretende investir R$ 780 milhões na construção de parque eólico no RN, diz a CEO Adriana Waltrick B2

Lava-Jato
Gonet, da PGR, recorre de decisão do ministro Toffoli que beneficiou Marcelo Odebrecht A11

Computadores
Asus, de Eric Chen, planeja fazer do Brasil um de seus quatro eixos centrais de crescimento B8

Quarta-feira, 5 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6015 | R$ 6,00
www.valor.com.br

No ranking das 25 marcas brasileiras mais valiosas da Interbrand, duas posições são nossas.

E o nosso maior valor de marca é cuidar de mais de 1 milhão de pessoas todos os dias.

A Drogasil registrou o maior crescimento do ranking, com 19% em relação ao ano anterior, e agora ocupa a 14ª posição, com valor de marca de R$ 1,3 bilhão.

A Raia fez a sua estreia no ranking ocupando a 18ª posição, com um valor de marca de R$ 1 bilhão.

Estamos muito orgulhosos desse resultado. Mas o nosso maior valor é levar mais saúde para as pessoas em todos os estados do Brasil, trabalhando por uma sociedade mais saudável.

Energia
Spic pretende investir R$ 780 milhões na construção de parque eólico no RN, diz a CEO Adriana Waltrick B2

Lava-Jato
Gonet, da PGR, recorre de decisão do ministro Toffoli que beneficiou Marcelo Odebrecht A11

Computadores
Asus, de Eric Chen, planeja fazer do Brasil um de seus quatro eixos centrais de crescimento B8

Quarta-feira, 5 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6015 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

PIB cresce 0,8% no 1º tri, com alta forte de serviços, agro, consumo das famílias e investimento

Conjuntura Incertezas externas e fiscais e efeito da tragédia no Rio Grande do Sul, porém, nublam quadro para resto do ano

De São Paulo, Rio e Brasília

A economia brasileira começou 2024 num ritmo forte, crescendo no primeiro trimestre 0,8% em relação ao trimestre anterior, após a estagnação do segundo semestre de 2023. Pelo lado da demanda, os destaques foram o consumo das famílias e o investimento, enquanto serviços e agropecuária se sobressaíram na oferta. A tragédia no Rio Grande do Sul e incertezas externas e fiscais, porém, apontam para um quadro menos positivo no resto do ano.

No primeiro trimestre, o consumo das famílias teve alta expressiva, de 1,5% sobre os três meses anteriores. A combinação de um mercado de trabalho forte, aumento acima da inflação do salário mínimo e o pagamento de R$ 131,4 bilhões em precatórios entre dezembro de 2023 e fevereiro deste ano impulsionou os gastos privados. A melhora do crédito também ajudou.

Uma boa notícia foi a alta de 4,1% do investimento. Embora ainda elevados, os juros em queda contribuíram para parte das empresas se decidirem por modernizar e ampliar a capacidade produtiva. Segundo Rebeca Palis, do IBGE, o investimento foi alavancado pela maior importação de bens de capital e pelo bom desempenho de setores como desenvolvimento de softwares.

O crescimento de 1,4% dos serviços foi um grande destaque, puxado especialmente pelo avanço de 3% do comércio. Foi a 15ª alta trimestral consecutiva dos serviços. A indústria, por sua vez, recuou 0,1%, enquanto a agropecuária avançou 11,3%. Essa alta, porém, não deve ser suficiente para garantir crescimento do setor no ano — a base de comparação é muito forte, uma vez que o agro cresceu 15,1% em 2023.

A avaliação dominante é que o PIB fechará o ano na casa de 2%. O efeito da tragédia do Rio Grande do Sul pode levar a atividade a recuar no segundo trimestre. O impacto, porém, é passageiro, e a reconstrução do Estado ajudará o PIB em algum momento do ano. Além disso, os juros nos EUA vão cair menos do que se esperava e a redução das metas fiscais de 2025 em diante turvou o quadro para as contas públicas. Isso deverá se traduzir em menos cortes da Selic, o que pode afetar o investimento. **Páginas A4 a A6 e A16**

Governo retira de reforma cobrança de ITCMD em previdência privada

Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon
De Brasília

O governo recuou e retirou do segundo projeto de lei que regulamenta a reforma tributária a possibilidade de incidência de ITCMD (imposto sobre herança, de competência estadual) nos planos de previdência privada aberta, como VGBL e PGBL. A medida constava na versão do projeto entregue pelo Ministério da Fazenda à Casa Civil na segunda-feira, mas teria sido retirada a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo fontes envolvidas com o projeto, a decisão foi tomada diante da repercussão negativa da proposta. O secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, disse que a decisão veio da área política do governo. "Não necessariamente aquilo que sai da área técnica é [a versão final]." **Página A8**

Dólar encosta em R$ 5,30 e fecha no maior nível desde março de 2023

Arthur Cagliari e Victor Rezende
De São Paulo

O dólar encostou ontem em R$ 5,30, fechando em alta de 0,98%, cotado a R$ 5,2850, o nível mais elevado desde 23 de março de 2023. A força da moeda americana no mercado global, num ambiente de queda de commodities como o petróleo e o minério de ferro, prejudicou ontem divisas de países emergentes, como o Brasil.

A maior aversão ao risco desvaloriza as moedas dessas economias, mas o real tem sofrido mais neste ano, devido à percepção de piora fiscal e de maior intervenção do governo na economia. A bolsa brasileira amarga o quinto mês seguido de saques de investidores estrangeiros, acumulando saldo negativo de R$ 36 bilhões no ano. Em 2024, o dólar sobe 8,9% em relação ao real, de longe a moeda com o pior desempenho entre as mais negociadas. **Páginas C1 e C2**

Plurix, do Pátria, eleva aposta em supermercados

Adriana Mattos
De São Paulo

O fundo de investimentos do Pátria, focado em varejo alimentar, fechou a sua maior aquisição desde que foi formado, em 2019, com a compra do controle da rede Amigão (antiga CSD), vice-líder no segmento de supermercados do Paraná. A operação foi concluída pela empresa Plurix, que recebe investimentos do Fundo Pátria Private Equity VI. O Amigão registrou faturamento bruto de R$ 4,3 bilhões no ano passado. Consultores estimam que o valor da rede gire em torno de R$ 1,5 bilhão a R$ 2 bilhões, mas, como a Plurix adquiriu o controle, o desembolso foi menor. A empresa não informa a participação comprada e o valor envolvido. **Página B1**

Nova era de juros altos

GETTY IMAGES

O cenário de juros altos por mais tempo será o "novo normal" na próxima década, com o mundo crescendo menos e o dólar se mantendo forte. "Vivemos em um mundo novo", afirmou o professor de Harvard Kenneth Rogoff, em entrevista ao 'Valor'. Para o ex-economista-chefe do FMI, entramos em uma era na qual "a maioria das mudanças inesperadas na inflação será para cima". Sobre as eleições nos EUA, ele diz que está "extremamente infeliz" em ter como opções Joe Biden e Donald Trump. Página C6

Relator exclui taxação de 20% de importados

Julia Lindner, Caetano Tonet, Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant'Anna e Adriana Mattos
De Brasília e São Paulo

O relator do projeto que institui o programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) no Senado, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), retirou do texto, de forma inesperada, a taxação de 20% nas compras internacionais de até US$ 50 por considerar o trecho "estranho" à natureza da matéria. A mudança gerou divergência entre senadores e provocou críticas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "Tem que ter orientação única em relação a acordos firmados", disse o deputado. O relator retirou também todos os outros "jabutis" da matéria. Diante do imbróglio, a deliberação foi adiada para hoje. **Página A11**

Destaques

STF torna Moro réu
Por unanimidade, a Primeira Turma do STF aceitou denúncia contra o senador Sergio Moro por declarações supostamente ofensivas ao ministro Gilmar Mendes, decano da Corte. Moro virou réu no caso e será aberta uma ação penal. **A12**

Setor de franquias cresce 19%
O setor de franquias brasileiro cresceu 19,1% no 1º trimestre na comparação com igual período de 2023, atingindo faturamento de R$ 60,5 bi. Em 12 meses, o avanço foi de 14,3%, somando receitas de R$ 250,3 bi. **B4**

Indicadores

Ibovespa	4/jun/24	-0,19 % R$ 20,7 bi
Selic (meta)	4/jun/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	4/jun/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	4/jun/24	5,2681/5,2687
Dólar comercial (mercado)	4/jun/24	5,2844/5,2850
Dólar turismo (mercado)	4/jun/24	5,3109/5,4909
Euro comercial (BC)	4/jun/24	5,7296/5,7323
Euro comercial (mercado)	4/jun/24	5,7494/5,7500
Euro turismo (mercado)	4/jun/24	5,8086/5,9886

Clima extremo traz risco para a alimentação

Andrea Vialli
Para o Valor, de Salvador

As mudanças climáticas trazem alto risco para a produção global de alimentos, tanto por eventos extremos como pelo aumento da temperatura, que pode inviabilizar o cultivo em algumas áreas. Estudo da PwC mostra que três grãos, fonte de 42% das calorias consumidas pela população mundial, podem enfrentar estresse térmico significativo até 2050, com impacto de 90% para o arroz, 30% para o milho e 50% para o trigo. O desastre no Rio Grande do Sul, que provocou perdas humanas e materiais, espelha o problema. As perdas na produção agrícola do Estado, líder no plantio de arroz no país, já somam R$ 2,7 bilhões, segundo a Confederação Nacional dos Municípios. **Caderno especial**

Drenagem urbana sob holofotes após RS

Lu Aiko Otta

À beira do Lago Paranoá, a 4,4 quilômetros do Palácio do Planalto, tratores rasgam a terra vermelha para construir um grande reservatório, com capacidade de 96 mil metros cúbicos, para as águas pluviais de Brasília. Como todo o planeta, a capital federal enfrenta os efeitos da mudança do clima. As chuvas de verão têm colocado as avenidas cuidadosamente planejadas da cidade debaixo d'água com uma frequência que não se via há apenas uma década.

Historicamente, obras de drenagem têm recebido pouca atenção porque são caras e seus benefícios não são percebidos com facilidade pela população. Por isso, os políticos que eventualmente as patrocinam têm dificuldade em colher dividendos, comentou o economista Gesner Oliveira, ex-presidente da Sabesp e sócio da GO Associados. "Tivemos de viver uma tragédia como a do Rio Grande do Sul para o problema se tornar mais concreto."

Depois do que se viu, a importância da drenagem urbana foi jogada sobre a mesa de gestores públicos e do setor privado.

Drenagem e contenção de encostas certamente ganharam um novo patamar de atenção, comentou à coluna o ministro das Cidades, Jader Filho. Ele informou que foi oferecido este ano R$ 1,7 bilhão para contenção de encostas e R$ 4,8 bilhões para drenagem. "Precisa ver se será o suficiente", ponderou.

São montantes fora do padrão usual. No ano passado, por exemplo, os recursos federais efetivamente gastos em obras de drenagem urbana somaram R$ 146 milhões, segundo o Ministério do Planejamento. É menos de metade dos R$ 303 milhões que estavam disponíveis no Orçamento.

Essa "sobra" de recursos ocorre quando o ministério não consegue executar tudo o que planejou para o ano. É o que os técnicos chamam de "empoçamento".

Também no setor privado, a participação é baixa. Levantamento da consultoria Radar PPP mostra que existem hoje no Brasil dez projetos de drenagem urbana no modelo de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Desses, apenas dois estão em operação. Em contraste, as parcerias na área de gestão de resíduos sólidos somam 662, e as na área de água e esgoto, 646.

O sócio da Radar PPP Frederico Ribeiro tem uma visão parecida com a de Gesner: as obras de drenagem ficaram em segundo plano porque é difícil aos prefeitos e governadores criarem uma "narrativa" para a obra, de forma a obter benefícios políticos. Outra possível explicação, disse, é que os danos provocados por alagamentos nunca haviam atingido a gravidade que se viu no Rio Grande do Sul.

A partir de agora, a perspectiva é de maior interesse em projetos nessa área, comentou. Ele acredita que a tendência seja de os fundos que o governo mantém na Caixa e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estruturar projetos de PPPs e concessões dedicarem mais atenção à drenagem urbana.

Para Gesner, seria necessária uma campanha de conscientização. Hoje, comentou, já não é fácil explicar às pessoas que a conta sobe para financiar a expansão das redes de água e esgoto. Se a fatura for causada por água de chuva, a dificuldade de compreensão é ainda maior.

Professor na Fundação Getulio Vargas (FGV), ele investiga o impacto financeiro das enchentes. A pesquisa mostra que projetos em drenagem limitam sinistros de seguros.

Um município poderia contratar apólices contra danos provocados por excesso de chuvas, comentou. Alterações em leis e regulamentos poderiam abrir caminho para as cidades securitizarem os recebíveis dos seguros e os venderem a fundos verdes ou filantrópicos, que aceitam taxas de retorno menores, ou para resseguradoras.

Essa seria uma forma de trazer recursos e bancar projetos na área, explicou. "Isso gera resultado, porque limita o risco", comentou. "É um ciclo virtuoso."

Recursos de fundos e resseguradoras poderiam também ajudar a colocar de pé mais projetos de PPPs, disse. A drenagem exige investimentos elevados e, diferentemente de água e esgoto, não tem uma conta paga pelos consumidores. Assim, precisariam de um aporte grande de recursos.

Projetos de drenagem também devem dar atenção à sustentabilidade, pontuou Gesner. No modelo tradicional, as obras têm por objetivo diminuir a velocidade de escoamento das águas das chuvas rumo a um ponto fora da cidade. Projetos assim podem ser combinados com outros, como as "cidades porosas", nas quais a água é absorvida pelo piso e armazenada para reuso, comentou. Isso pode ajudar a diminuir sinistros em períodos de seca.

As mudanças climáticas estão movimentando o mundo das finanças. Organismos multilaterais de crédito, por exemplo, dedicam mais atenção a projetos que aumentam a resiliência das cidades aos eventos extremos e à criação de linhas emergenciais para atender a catástrofes como a do Rio Grande do Sul.

É preciso também uma mudança nos governos. Se obras debaixo da terra não dão voto, é hora de a negligência começar a tirá-los.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Relações externas Fórum no G20 propõe compensar dívidas de países pobres com investimentos em clima

Grupo propõe trocar crédito por ação climática

Victoria Netto
Do Rio

O acesso a financiamentos para a ação climática em países do Sul Global e o alívio da dívida dos países menos desenvolvidos estão entre as recomendações do Foundations 20 para a agenda das maiores economias do mundo. A plataforma conecta a filantropia às discussões do G20 — neste ano, junto com o Instituto Clima e Sociedade (iCS), que coordena os debates em meio à presidência do Brasil no grupo.

"Clima não é só uma questão ambiental, mas de desenvolvimento, e precisa ser incorporado ao debate financeiro. É preciso focar no financiamento para mitigação e adaptação dos países menos desenvolvidos", disse a chair do F20 e diretora de parcerias e comunicação do iCS, Alice Amorim, durante o F20 Climate Solutions Forum ontem no Rio. Para ela, é preciso sistematizar indicadores. "Todos os países signatários da convenção do clima, por exemplo, são obrigados a prestar contas sobre o que fazem, a questão é que o sistema financeiro não está usando essas informações para fazer uma avaliação de crédito."

Entre os mecanismos propostos, está a "troca de dívida por clima" (debt-for-climate swaps, em inglês), o que permitiria ao Sul Global atenuar dívidas, medida condicionada ao investimento em indústrias sustentáveis e na resiliência climática. O grupo também advoga pela inclusão de fatores relacionados com o clima na análise de sustentabilidade da dívida do Fundo Monetário Internacional (FMI) e melhores soluções para canalizar Direitos Especiais de Saque (DSE) para esses países.

> "Clima também é desenvolvimento e deve integrar o debate financeiro" *Alice Amorim*

Há ainda uma discussão sobre a reforma dos bancos multilaterais e o papel da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), braço do Banco Mundial que financia nações mais vulneráveis. A ideia é desenhar formas de acessar o investimento sem o custo do dólar — aspecto que o governo Lula tem priorizado, diante do foco em pobreza e equidade. No entanto, o socorro não se aplica aos países do Sul Global integrantes do G20, que têm capacidade de investimento. Para eles, o caminho é uma mudança de foco, tornando os recursos existentes mais compatíveis com mitigação e adaptação.

O debate faz parte de um grupo de trabalho do G20 focado só em temas de gestão de dívidas. O esforço começou sob a presidência da Itália, em 2021, com conversas sobre reduzir a pressão para os países com dívidas altas, vinculando-as aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e climáticos. Em 2023, as discussões cresceram, com a Índia à frente do grupo reconhecendo a União Africana como membro pleno do G20.

"Na África, alguns países com problemas fiscais muito sérios, agravados pela covid-19 e crises de cadeia de valor globais, deram calote no FMI, bancos multilaterais e países. Com o endividamento, não conseguem investir em mitigação de impactos climáticos e em adaptação. Mas, com a recorrência de eventos extremos que impactam sua infraestrutura, o 'delta' de custo desses países aumenta todo ano", disse ao **Valor** a diretora-executiva do iCS, Maria Netto.

A especialista, que já foi chefe da divisão de instituições financeiras do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do New Development Bank, acrescentou que não é mais possível separar os temas. "Clima é economia real. De um lado, temos atividades como indústria do petróleo, transporte e agricultura emitindo gases de efeito estufa. De outro, temos o custo de não fazer nada para adaptação, o que sempre sai mais caro."

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Maria Netto: muitos países não conseguem investir em adaptação climática

Rio investe no Disque Denúncia e em centro de segurança

Rafael Rosas
Do Rio

A prefeitura do Rio lançou terça-feira (4) a Central de Inteligência, Vigilância e Tecnologia de Apoio a Segurança Pública (Civitas), que funcionará dentro do Centro de Operações Rio (COR) e vai utilizar imagens de câmeras do COR e da CET-Rio para monitoramento de veículos. Além disso, o município vai investir R$ 7 milhões por ano no Disque Denúncia, que vai voltar a funcionar 24 horas por dia, todos os dias da semana.

A Civitas é um projeto tecnológico de monitoramento em apoio à segurança pública da cidade, aproveitando a experiência e conhecimento técnico do COR e a tradição do Disque Denúncia, sistema de atendimento com quase 30 anos de existência. São utilizados para o monitoramento de veículos 900 radares e 50 câmeras com leitura de placas, que serão capazes de descobrir carros clonados na cidade. O objetivo, segundo o secretário municipal da Casa Civil, Eduardo Cavaliere, é integrar ao sistema, no futuro, câmeras privadas de segurança e alarmes.

"Isso dará direção para a vigilância comunitária, aos serviços de inteligência e apoio à segurança pública", diz Cavaliere.

O secretário explica ainda que para a criação do Civitas foram usados recursos do próprio COR. As 32 pessoas envolvidas no projeto já trabalhavam na prefeitura e o investimento foi na adaptação dos sistemas. "Tudo já era patrimônio."

O Disque Denúncia vai participar diretamente da operação, fornecendo os dados dos atendimentos aos cidadãos. O programa — que recebe denúncias anônimas dos cidadãos das 92 cidades fluminenses desde 1995 — voltará a funcionar 24 horas e sete dias por semana pela primeira vez desde 2016, quando a crise financeira do Estado do Rio levou o então governador Luiz Fernando Pezão a retirar a verba de apoio ao programa.

Na época, 70% do efetivo foi cortado e o serviço passou a funcionar de segunda a sexta de 8h às 22h e sábado de 8h Às 17h. Renato Almeida, que preside o Instituto MovRio — controlador do Disque Denúncia —, explica que, antes da entrada da prefeitura, o programa arrecadava R$ 280 mil mensais, com custo de R$ 300 mil ao mês. O Rio será a quinta cidade a apoiar o serviço, depois de Angra dos Reis, Maricá, Niterói e Paraty, além de algumas empresas privadas.

Com a entrada da verba da prefeitura carioca, o número de funcionários vai dobrar dos atuais 41 colaboradores para 82. "Além disso, vamos investir em publicidade e os sistemas de TI vão ser atualizados", diz Almeida.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Condições financeiras piores e impacto de chuvas no RS são principais incertezas do cenário

PIB do 1º tri surpreende, cresce 0,8%, mas restante do ano é incógnita

Do Rio e de São Paulo

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil confirmou a força esperada para o primeiro trimestre deste ano, após um segundo semestre de 2023 praticamente parado. A economia foi impulsionada por alguns fatores pontuais, como o pagamento de precatórios, e outros mais estruturais que sustentaram o consumo das famílias e os serviços, além de uma recuperação importante dos investimentos e de um cenário melhor do que o esperado para a agropecuária. A expectativa, no entanto, é de um segundo trimestre mais fraco.

Parte desses fatores, como a resiliência do mercado de trabalho e renda disponível elevada nas famílias, até pode continuar ao longo de 2024. Outros porém, tornam o cenário mais incerto, como a piora das condições financeiras, diante de perspectivas menos benignas para os juros, e os reflexos da tragédia no Rio Grande do Sul. Economistas ainda divergem sobre o efeito líquido da destruição e da subsequente reconstrução do Estado sobre o PIB nacional.

O PIB do Brasil cresceu 0,8% no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto trimestre de 2023, na série com ajuste sazonal, um pouco acima da expectativa mediana de 0,7% captada pelo **Valor** com 73 instituições financeiras.

A atividade se recuperou de um segundo semestre de 2023 de virtual estabilidade. O IBGE revisou a variação do PIB do quarto trimestre do ano passado de zero para queda de 0,1%, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, quando subiu 0,1%.

Em relação ao primeiro trimestre de 2023, o PIB de 2024 teve expansão de 2,5%, ante mediana de 2,2%. Em termos reais, a atividade está 7,8% acima do nível pré-pandemia, observa o Goldman Sachs.

A "herança estatística" que o PIB do primeiro trimestre deixa para o crescimento no ano é de 1%, segundos economistas.

Algumas instituições financeiras revisaram para cima suas projeções para o PIB brasileiro em 2024 depois da divulgação de ontem do IBGE, mesmo considerando os eventuais impactos das enchentes no Sul no PIB total. Foi o caso do próprio Goldman Sachs (de 1,9% para 2,1%) e do Barclays (de 1,9% para 2,2%), "equilibrando um início de ano mais forte com a incerteza persistente dos acontecimentos no Sul", diz, em relatório, o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski.

"A gente tinha um impacto das enchentes que aconteceram, que poderiam impactar não só a agricultura, mas também indústria e serviços, principalmente olhando pelo lado da oferta. Mas surpresas positivas no PIB do primeiro trimestre acabam suportando nossa projeção anterior de 2,2%", diz Laiz Carvalho, economista para Brasil do BNP Paribas, em comentário.

A absorção doméstica (soma do consumo das famílias, dos investimentos e dos gastos do governo) subiu 1,6% no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto trimestre de 2023, impulsionada pelo consumo das famílias e pelos investimentos. O Goldman Sachs nota que, no quarto trimestre de 2023, esse avanço tinha sido de 0,1%.

A contribuição líquida do setor externo no PIB do primeiro trimestre deste ano, por outro lado, foi negativa em 1 ponto percentual (p.p), já que as importações subiram bem mais do que as exportações: 6,5%, contra 0,2%, em relação ao último trimestre de 2023. Já a variação nos estoques, na mesma métrica, adicionou 0,2 p.p. ao crescimento do PIB, segundo a XP.

Como o consumo das famílias cresceu "bem acima do PIB", a taxa de poupança caiu de 17,5% no primeiro trimestre de 2023 para 16,2% no de 2024. diz Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE. Foi a menor taxa para um primeiro trimestre desde 2020, quando foi de 14,3%. Para a Genial Investimentos, o comportamento da taxa de poupança no início de 2024 sugere "que parte do forte desempenho interanual do consumo das famílias decorreu de um movimento de despoupança doméstica", diz em relatório.

A taxa de investimento, por sua vez, ficou em patamar muito parecido no primeiro trimestre de 2024 e no de 2023: 16,9%, ante 17,1%. Palis explica que isso ocorreu porque tanto o investimento quanto o PIB cresceram. A taxa de 16,9% em 2024 também foi a menor para um primeiro trimestre desde 2020, quando chegou a 16,2%, mas alguns economistas destacam que houve certo avanço na comparação com o quarto trimestre de 2023, quando a taxa estava ainda mais baixa, em 16,1%.

Essas taxas de investimento e de poupança são compatíveis com um PIB potencial entre 1,5% e 2%, segundo o Banco ABC Brasil. O país, no entanto, parece crescer acima disso, o que pode se tornar um problema em termos inflacionários.

> "Surpresas positivas acabam suportando nossa projeção de 2,2%"
> *Laiz Carvalho*

Considerando a série histórica das Contas Nacionais, iniciada em 1996, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) — medida do que se investe em máquinas e equipamentos, construção civil e inovação — ainda está 15,1% abaixo de segundo trimestre de 2013, há mais de dez anos, quando teve seu recorde, antes da recessão de 2015-2016.

O PIB em si, os serviços, o consumo das famílias e o do governo estão no maior patamar já registrado, observa Palis. A agropecuária até está em nível bem próximo ao do primeiro trimestre de 2023, que foi o recorde, mas a indústria ainda está 7,2% abaixo do terceiro trimestre de 2013, que foi seu pico.

Indústria, serviços e agro

Pelo lado da oferta, a indústria foi o único setor a recuar na comparação entre o primeiro trimestre de 2024 e o último de 2023. O setor caiu 0,1%, mas economistas destacam que o segmento de transformação saiu de dois trimestres seguidos de estabilidade para uma alta de 0,7% no início deste ano.

"Quando compara o primeiro trimestre de 2024 com o quarto trimestre de 2023, os três setores da indústria que estão caindo são os três que estavam crescendo bastante no ano passado", diz Palis, do IBGE, que considera o movimento geral da indústria no início de 2024 como "uma acomodadinha para baixo".

A indústria engloba, além do setor manufatureiro e extrativo, a construção civil e a produção e a distribuição de energia e gás. A indústria extrativa interrompeu sete trimestres seguidos de alta, na comparação direta entre trimestres, ao cair 0,4% de janeiro a março de 2024. Em relação ao mesmo período de 2023, no entanto, o segmento ainda sobe quase 6%.

A frustração, para alguns economistas, foi maior com a construção, que recuou 0,5%. O segmento de energia e gás, por sua vez, caiu 1,6% na comparação com o quarto trimestre de 2023. Isso reflete, segundo Palis, a base de comparação elevada, já que o ano de 2023 foi positivo após um 2022 com problemas hídricos. Em relação ao primeiro trimestre do ano passado, a indústria de produção e distribuição de eletricidade, gás e água subiu 4,6%. "A maior parte veio do consumo residencial de energia. Nem preciso falar do calor que foi o início do ano", diz Palis.

Já era esperado que a agropecuária registrasse crescimento no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto de 2023, porque a base de comparação é fraca — a contração acumulada nos últimos três trimestres do ano passado foi de 13,1%, nota o Barclays. Mas o setor surpreendeu ao subir 11,3%, acima da projeção mediana de 8,8%.

Apesar de as condições climáticas sugerirem um ano de 2024 pior para o setor, por causa do El Niño, antes mesmo de qualquer efeito das enchentes no Rio Grande do Sul, o PIB do primeiro trimestre, tipicamente, concentra as lavouras de soja e milho, que são mais relevantes que as safras características do quarto trimestre, como laranja e trigo, explica Palis.

Ainda assim, em relação ao primeiro trimestre de 2023, em meio à safra recorde, a agropecuária registrou queda de 3%, também melhor, porém, do que a previsão de recuo de 4,5%. "A produção foi um pouco menor que no ano passado, mas ainda assim foi robusta", diz Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter.

A maior surpresa entre os componentes da oferta, no entanto, veio do setor de serviços, que cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto trimestre de 2023, acima da estimativa mediana de 0,5%. Foi o melhor desempenho em relação ao trimestre anterior para os serviços desde o quarto trimestre de 2020, quando o setor se recuperava do período inicial da pandemia e subiu 3,1%.

Dentro de serviços, os destaques foram as altas no comércio (3%), serviços de informação e comunicação (2,1%) e outras atividades (1,6%), muitas delas ligadas aos serviços prestados às famílias.

Palis, do IBGE, observa que o comércio foi puxado pelo segmento varejista, que tem ligação com o consumo das famílias, destaque pela ótica da demanda, ao mesmo tempo em que os serviços de informação foram impulsionados pelo segmento de internet e desenvolvimento de sistemas, que tem ligação com os investimentos, outro destaque entre componentes da demanda no PIB.

"Não vimos a dependência da agropecuária, que era o cenário de 2023, indicando maior dependência do setor externo. Quando vemos o comércio e serviços puxando, significa que temos atividade econômica 'na veia', o que indica maior aquecimento", diz Gabriel Mota, líder de renda variável da Manchester Investimentos.

A menor pressão vinda dos juros também contribuiu para a alta dos serviços nos primeiros três meses do ano, segundo Claudio Considera, coordenador de contas nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e responsável pelo Monitor do PIB do instituto. Nesse sentido, ele destaca o aquecimento do setor de turismo, com alta em segmentos como alojamento e alimentação, assim como transportes.

Consumo e investimentos

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 1,5% no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto, também acima da expectativa mediana de 1,1% e revertendo queda de 0,3% no quarto trimestre de 2023. Foi o maior crescimento em relação ao trimestre imediatamente anterior desde a alta de 2% do segundo trimestre de 2022.

O mercado de trabalho forte, os salários crescentes, o ganho real do salário mínimo, políticas de transferência e antecipação de renda, o pagamento dos precatórios e concessões de crédito mais firmes contribuíram para aumentar a renda disponível das famílias e alimentar o consumo no período, de acordo com economistas.

Secemski, do Barclays, nota, por exemplo, que não se trata apenas do aumento real do salário mínimo, pago a partir de fevereiro, mas também de um "efeito cascata", já que quase dois terços das pensões públicas estão ligados a ele.

"A gente acha que [o consumo das famílias] é o que vai acabar suportando o crescimento [do PIB] durante o ano inteiro", afirma Carvalho, do BNP Paribas.

O consumo do governo ficou estável, mas após subir em todos os trimestres de 2023, em relação aos três meses imediatamente anteriores. "Não temos nessa conta programa de transferência de renda, e sim produção de saúde, educação, segurança. É o consumo final da sociedade", explica Palis.

Para alguns economistas, o grande destaque na divulgação do PIB do primeiro trimestre veio da Formação Bruta de Capital Fixo, que cresceu 4,1% no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto trimestre de 2023, quando já tinha esboçado alguma reação ao subir 0,5%.

O avanço de 4,1% da FBCF foi o maior para a comparação com o trimestre imediatamente anterior desde a alta de 6,4% no primeiro trimestre de 2021.

Os números são "a notícia positiva" do PIB do primeiro trimestre de 2024, na avaliação do Bradesco, e "indicam que o crescimento tendencial da economia pode ser um pouco maior do que o consenso", diz, em relatório, a equipe do Bradesco, liderada por Fernando Honorato.

> "Parte do consumo das famílias decorreu de despoupança"
> *Rebeca Palis*

Segundo Palis, do IBGE, os investimentos foram alavancados pela maior importação de bens de capital e pelo bom desempenho de setores como desenvolvimento de softwares. "A parte de software voltou a crescer bastante. A gente viu crescimento na época da pandemia e depois estabilizou. Esse segmento, inclusive, tem crescido de peso", afirma.

"A trajetória de queda da taxa dos juros ajuda, a valorização do real ajuda nas importações de bens de capital, já que grande parte dos equipamentos é importada, e tem uma produção caindo menos também", diz Palis. Ela pondera, no entanto, que a produção de bens de capital ainda está em terreno negativo na taxa interanual.

Julia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco, também celebra o crescimento da FBCF no primeiro trimestre, mas lembra que o nível ainda é insuficiente para acelerar o potencial de crescimento do país. "Deve crescer ao longo dos próximos trimestres, mas é um patamar ainda baixo", afirma.

Na avaliação da Genial Investimentos, a recuperação da FBCF no começo de 2024 refletiu a perspectiva mais positiva que existia no início do ano para a extensão do ciclo de afrouxamento monetário, além da base de comparação mais baixa devido às quedas acumuladas no ano passado. "Dessa forma, avaliamos que essa recuperação deve ser interpretada com uma certa cautela, devido à deterioração do cenário, sobretudo da elevação das incertezas políticas e econômicas nos últimos meses", escreve a corretora em relatório.

Cautela à frente

Em nota enviada a clientes, William Jackson, economista-chefe para mercados emergentes da consultoria Capital Economics, pondera que o bom desempenho da economia brasileira é temporário e que o crescimento do primeiro trimestre "não marca o início de uma recuperação forte".

"Duvidamos que crescimento observado no primeiro trimestre seja sustentado. Os indicadores antecedentes apontam para um segundo trimestre mais fraco", diz, ao citar queda do PMI industrial e do indicador de confiança do consumidor da FGV.

No curto prazo, a expectativa dos economistas é que o PIB do segundo trimestre seja mais fraco, principalmente por causa dos efeitos concentrados das enchentes no Rio Grande do Sul.

Nas estimativas do ABC Brasil, o impacto negativo das enchentes deve subtrair entre 0,4 e 0,5 ponto percentual do crescimento esperado no segundo trimestre — o banco projeta alta do PIB de 0,4% para o período, em relação aos três meses imediatamente anteriores. O Santander e a Genial Investimentos esperam apenas 0,1%. Vitória, do Inter, não descarta um PIB negativo no segundo trimestre.

O resultado do PIB no primeiro trimestre, provavelmente, faria a G5 Partners elevar sua projeção para o crescimento da economia no ano de 2,1% para 2,5%, mas, diante dos possíveis impactos da tragédia, o economista-chefe Luis Otávio Leal preferiu manter sua previsão.

"Provavelmente, teríamos revisado ainda mais nossa estimativa se não fossem as incertezas no Rio Grande do Sul", diz, em relatório, Secemski, do Barclays.

Palis, do IBGE, diz que projeções de mercado apontando impactos da tragédia são, por ora, "especulações". Ela frisou que é necessário esperar as pesquisas mensais de atividades econômicas do IBGE, como indústria, safra e comércio, de maio e junho para avaliar se os efeitos serão espalhados pelos setores ou segmentados. *(Alessandra Saraiva, Anaïs Fernandes, Ívina Garcia, Lucianne Carneiro, Marsílea Gombata, Marta Watanabe, Rafael Rosas e Rafael Vazquez)*

Ver também páginas A5, A6 e 16

Recuperação

Após dois trimestres fracos, economia brasileira ganha força de janeiro a março

Componentes do PIB

Ótica da oferta	Variação em relação ao 4º tri de 2023, em %	Variação em relação ao 1º tri de 2023, em %
Agropecuária	11,3	-3,0
Indústria	-0,1	2,8
Serviços	1,4	3,0

Ótica da demanda	Variação em relação ao 4º tri de 2023, em %	Variação em relação ao 1º tri de 2023, em %
Consumo das famílias	1,5	4,4
Consumo do governo	0,0	2,6
Investimento	4,1	2,7
Exportações	0,2	6,5
Importações	6,5	10,2

Desaceleração

Variação do PIB no acumulado em quatro trimestres, em %

Fonte: IBGE

Conjuntura Indicador cresce 0,7% no 1º tri, mas é visto como insuficiente com envelhecimento do país

Após 2 recuos, PIB per capita volta a ganhar força

Lucianne Carneiro
Do Rio

Com impulso dado pelo consumo das famílias, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita avançou 0,7% no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto trimestre de 2023, pelas contas da pesquisadora sênior de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e coordenadora do Boletim Macro Ibre, Silvia Matos. A conta considera a alta de 0,8% do PIB no período, ou 0,78%, descontada do crescimento da população, e estima o PIB per capita em R$ 53.580.

O movimento do PIB per capita no primeiro trimestre representa retomada ao campo positivo, após recuos de 0,05% no terceiro trimestre e 0,16% no quarto trimestre. O cálculo já considera o aumento da população pelo Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de aumento de 0,45% por ano ou 0,11% no trimestre. Pela projeção anterior do IBGE, o ritmo de crescimento da população era maior: 0,68% por ano ou 0,17% no trimestre. Para Matos, a velocidade real de aumento da população deve estar em algum ponto entre as duas estimativas.

Sua projeção é de que o PIB per capita encerre o ano de 2024 com alta de 1,56%, pelo novo ritmo de expansão da população, diante de projeção do FGV Ibre de expansão de 2% do PIB. Em 2023, houve alta de 2,44%, o que permitiu que se retomasse o patamar de 2013, pico da série histórica da pesquisa.

As taxas de 2023 e a prevista para 2024 são superiores à média anual entre 2013 e 2023, de 0,2%, período chamado de "década perdida" pela economista, mas ainda abaixo do que seria necessário na atual transição demográfica.

Com expansão populacional a ritmo cada vez menor, envelhecimento e impacto na população em idade de trabalhar, Matos defende que o crescimento da economia precisa acelerar para país alcançar PIB per capita de país desenvolvido. O indicador de PIB per capita relaciona a riqueza do país com o tamanho da população e é considerada uma medida de bem-estar. Funciona, principalmente, para comparar a situação dos países.

"A gente deveria estar crescendo em ritmo maior e mais sustentado, até pela transição demográfica. Envelhecer sem ficar rico é ruim. O país não investiu tanto em educação quanto deveria e investe pouco, principalmente, em pesquisa e desenvolvimento. Apesar de melhoria, ainda falta capital humano em áreas estratégicas", diz.

A preocupação é compartilhada pelo professor do Insper e da FEA-USP Naercio Menezes Filho, que tratou do tema em artigo no **Valor**. Mesmo com a ajuda de população jovem, o PIB per capita pouco cresceu nas últimas décadas. Com a transição demográfica, a taxa de pessoas que trabalham vai cair no futuro, fazendo com que o PIB per capita dependa cada vez mais da produtividade, reforça ele.

Para o economista, há dois caminhos para acelerar o crescimento da produtividade e, assim, do PIB per capita: melhoria da qualidade da educação e abertura da economia, para estimular concorrência e inovação.

"Temos que melhorar o aprendizado, implementando um pacote de mudanças na gestão das escolas", diz Menezes, que inclui medidas como ensino em tempo integral, foco na alfabetização, avaliações constantes de aprendizado, feedback para professores sobre a qualidade da aula, reforço escolar para alunos com mais dificuldades e investimentos na primeira-infância. "Isso requer creche e pré-escola de qualidade, atenção básica na saúde, saneamento básico e manter o Bolsa Família", completa.

1º tri teve bom resultado, mas RS e incertezas nublam cenário

Análise

Sergio Lamucci
De São Paulo

Depois da estagnação na segunda metade de 2023, a economia brasileira ganhou força no primeiro trimestre deste ano, crescendo 0,8% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal. Pelo lado da demanda, a expansão foi puxada pelo consumo das famílias e pelo investimento, enquanto serviços e agropecuária foram os destaques pelo lado da oferta. O bom desempenho dos primeiros três meses, porém, não deve se repetir entre abril e junho — os efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul devem levar a economia a perder fôlego no período, podendo até mesmo encolher. Além disso, incertezas externas e fiscais podem inibir a recuperação do investimento ao longo do ano, num cenário em que o ciclo de queda da Selic deve ser abreviado em comparação ao que se esperava até março.

A economia brasileira viveu um momento bastante positivo no primeiro trimestre. Após recuar 0,3% no quarto trimestre de 2023, o consumo das famílias cresceu 1,5% em relação aos três meses anteriores. O mercado de trabalho mostrou força, com a forte geração de empregos e aumento da renda.

Houve ainda o reajuste do salário mínimo acima da inflação e o efeito do pagamento de precatórios (recursos de sentenças judiciais), de R$ 131,4 bilhões entre dezembro de 2023 e fevereiro deste ano, como destaca a LCA Consultores. A melhora do crédito também ajudou. Já o consumo do governo ficou estável.

O crescimento mais forte foi do investimento. A formação bruta de capital fixo (FBCF, medida do que se investe em máquinas e equipamentos, construção civil e inovação) teve expansão de 4,1% na comparação com os três meses anteriores, na segunda alta trimestral consecutiva.

Embora ainda altos, os juros básicos estão num ciclo de queda, o que pode ter levado parte das empresas a modernizar e ampliar a capacidade produtiva. A taxa de investimento, porém, teve uma pequena queda — ficou em 16,9% do PIB no primeiro trimestre, abaixo dos 17,1% do PIB do mesmo período de 2023.

A dúvida é saber se a retomada do investimento terá continuidade — a Selic, que recuou de 13,75% para 10,5% ao ano desde agosto de 2023, não deve ter quedas significativas daqui para frente – o consenso do mercado aponta apenas mais uma baixa de 0,25 ponto percentual neste ano. Somado a isso, os juros nos EUA deverão cair menos do que se projetava no começo de 2024, um fator negativo para países emergentes como o Brasil. Para completar, as incertezas sobre as contas públicas voltaram a crescer, especialmente depois que o governo afrouxou as metas fiscais de 2025 em diante.

Já o setor externo teve contribuição negativa para o crescimento. No primeiro trimestre, as exportações cresceram 0,2% em reação ao trimestre anterior, um ritmo bem abaixo da alta de 6,5% das importações. Nos cálculos do diretor de pesquisa para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, o setor externo tirou 1,15 ponto percentual da expansão do PIB pelo lado da demanda de janeiro a março, enquanto a demanda doméstica (o consumo das famílias, o consumo do governo, o investimento e a variação de estoques) contribuiu com 1,9 ponto.

Pelo lado da oferta, os serviços avançaram 1,4% no primeiro trimestre, a maior alta desde os 3,1% do quarto trimestre de 2020. Foi o 15º aumento trimestral consecutivo dos serviços, lembra Ramos. Entre os segmentos de serviços, o crescimento mais forte foi do comércio, com alta de 3%. A expansão da agropecuária também foi expressiva, crescendo 11,3% em relação ao quarto trimestre no ano passado. Em 2024, porém, o segmento pode encolher, depois do avanço de 15,1% em 2023.

A indústria, por sua vez, teve queda no primeiro trimestre de 0,1% em relação ao trimestre anterior. Nessa base de comparação, apenas a indústria de transformação teve alta, de 0,7%. A indústria extrativa recuou 0,4% e a construção civil caiu 0,5%, enquanto o setor de eletricidade, gás, água e esgoto encolheu 1,6%.

Para 2024, a expectativa dominante é de um crescimento do PIB na casa de 2%, abaixo dos 2,9% do ano passado. A tragédia no Rio Grande do Sul deve afetar a atividade especialmente no segundo trimestre, podendo levar o PIB a recuar em relação ao primeiro. Esse efeito, contudo, tende a ser transitório, e a atividade no Estado deve se recuperar em algum momento do segundo semestre, com as obras de reconstrução. Desse modo, se o efeito das chuvas sobre a economia gaúcha pode impedir uma expansão em 2024 na casa de 2,3 a 2,5%, não deve ser suficiente para derrubar a taxa de expansão anual da economia brasileira. O mercado de trabalho, o aumento do salário mínimo acima da inflação e a melhora do crédito jogam a favor da continuidade do avanço do consumo das famílias e dos serviços.

A incógnita fica por conta do impacto das incertezas externas e fiscais. O cenário internacional é menos favorável a emergentes do que se desenhava no primeiro trimestre, e o quadro doméstico se nublou com um panorama fiscal mais indefinido. Nesse ambiente, a Selic não deverá recuar para a casa de 9%, como se esperava há alguns meses, o que pode levar parte dos empresários a investir menos.

Entre os sinais negativos do primeiro trimestre, um ponto foi a baixa taxa de poupança doméstica, de 16,2% do PIB, bem inferior aos 17,5% do PIB do mesmo trimestre de 2023. É um número baixo, que mostra a dificuldade de o país financiar o investimento de modo sustentado.

Conjuntura Não há consenso entre os analistas, mas tendência é que segmento tenha contribuição negativa ou muito abaixo da de 2023 no desempenho do PIB deste ano

Setor externo reduz contribuição com investimento e importações em alta

Marta Watanabe
De São Paulo

De forma oposta ao que aconteceu no início de 2023, o setor externo reduziu o PIB no primeiro trimestre deste ano como reflexo de aumento dos investimentos e também de vazamento de parte da demanda doméstica para importações. Não há consenso para a tendência para o PIB de 2024, mas, se a contribuição do setor externo não ficar negativa, essa ajuda diminuirá em relação ao ano passado, estimam economistas.

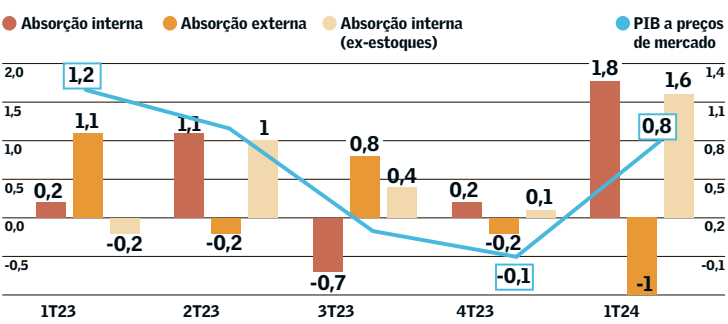
O PIB agregado cresceu 0,8% no primeiro trimestre contra os três meses anteriores, com ajuste sazonal, segundo o IBGE. No mesmo critério, as exportações cresceram 0,2%, e as importações, 6,5%.

Considerando a composição do PIB e corroborando a "sensação" de que a economia brasileira teve bom desempenho no primeiro trimestre, indica Luis Otávio Leal, economista-chefe de G5 Partners, a absorção interna contribuiu com 1,8 ponto percentual no crescimento do PIB, a maior taxa desde o segundo trimestre de 2022. O crescimento do PIB só não foi maior porque o setor externo tirou 1 p.p. do crescimento total, observa. Em igual período de 2023 a situação foi oposta. O setor externo praticamente garantiu todo o crescimento de 1,1% do PIB agregado, com ajuda de 1,1 ponto percentual da absorção externa e de 0,2 p.p da interna.

Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi, destaca que a contribuição negativa do setor externo também aconteceu quando se compara o desempenho contra igual período de 2023. Nessa comparação, o PIB agregado cresceu 2,5% de janeiro a março. As exportações avançaram 6,5%, mas as importações cresceram em ritmo maior, de 10,2%.

O vigor das compras externas, diz Cagnin, foi particularmente intenso para o padrão do período recente e reflete o dinamismo do consumo e a retomada da indústria, com demanda por bens intermediários, mas também a recuperação do investimento. Ele lembra que a decomposição da Formação Bruta de Capital Fixo feita pelo Ipea mostra alta de 19,4% em máquinas e equipamentos importados no primeiro bimestre do ano contra igual período de 2023.

Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador do FGV Ibre, também destaca os investimentos entre os componentes de demanda que resultaram em absorção doméstica maior que a esperada, ao lado consumo das famílias e do consumo do governo. "Como corolário, as importações cresceram em ritmo superior ao que esperávamos, levando a contribuição negativa do setor externo no início de 2024."

Ribeiro destaca que as políticas de promoção da renda disponível, do crédito e dos investimentos serão importantes para maximizar a absorção interna, mas seus resultados sobre o PIB dependem da forma como essa "demanda extra" será suprida: com produção interna ou importações. Os dados do início do ano sugerem migração da demanda para importações.

A tragédia climática do Rio Grande do Sul, avalia Ribeiro, também pode fazer diferença. Haverá choque negativo no segundo trimestre, com posterior recuperação que tende a ser mais diluído no tempo e com impacto mais intenso na absorção doméstica, especialmente nos investimentos. O quadro geral, diz, conduz a tendência de contribuição negativa do setor externo no ano. A BRCG estima que o setor tire 0,2 p.p. do PIB do ano, que tem projeção atual de alta de 1,7%.

Para Leal, o efeito negativo do setor externo mostra que parte do consumo das famílias e dos investimentos no primeiro trimestre vazou para importação. A gestora estima alta de 2,1% no PIB em 2024.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, a contribuição negativa do setor externo não deve permanecer até o fim do ano. Para ele, além de preços e câmbio ainda favoráveis, o petróleo também deve contribuir para bom desempenho dos embarques. Com isso, diz, a contribuição das exportações líquidas não será tão forte quanto foi mais recentemente, mas será "razoável, de cerca de metade do crescimento do PIB do ano". "Continua sendo verdade que o carro-chefe da economia brasileira nos últimos tem sido o setor externo, embora este ano num ritmo menor." A MB projeta crescimento de 2,2% do PIB em 2024, com 1,2 p.p. de contribuição das exportações líquidas e 1,0 p.p. da demanda doméstica.

No primeiro trimestre houve um consumo das famílias mais forte, principalmente como efeito do pagamento dos precatórios pelo governo federal ao fim de 2023, com cenário de importações maiores. Isso ajudou no "crescimento significativo" do varejo, serviços e indústria em janeiro e fevereiro.

"O consumo tende a diminuir no decorrer do ano. A tendência é que do segundo trimestre para frente já haja efeitos da política de juros e também do Rio Grande do Sul, o que deve levar as importações a comportamento mais moderado." O efeito da mudança da meta fiscal para 2025 em conjunção com um cenário internacional mais arriscado nos EUA, diz, colocou um freio na queda de juros. A expectativa de a Selic chegar a 9% se ajustou para 10% e 10,5%, diz.

Fonte: IBGE, com elaboração de G4 Partners

> "Carro chefe da economia tem sido o setor externo, este ano em ritmo menor" *Sérgio Vale*

Brasil fica atrás de Chile e Colômbia e tem 17ª maior alta entre 51 países

Álvaro Fagundes
De São Paulo

A alta de 0,8% do PIB brasileiro no primeiro trimestre ficou acima do esperado por analistas, mas na comparação internacional o destaque não é tão grande: foi o 17º maior entre 51 países que já divulgaram desempenho em relação aos últimos três meses do ano passado.

A mediana das estimativas de 73 consultorias e bancos ouvidos pela reportagem do **Valor** apontava expansão de 0,7% no período.

A líder do período foi Israel, com alta de 3,3%. O resultado, porém, foi insuficiente para compensar as perdas sofridas pela economia israelense nos últimos três meses do ano passado, quando ela encolheu quase 6% como reflexo do conflito na Faixa de Gaza com o Hamas.

Em segundo lugar ficou a Turquia (expansão de 2,4% ante o quarto trimestre do ano passado), país que também se destaca por ter uma das taxas de inflação mais altas do mundo: 69,8% nos 12 meses até abril. Em março, o BC turco elevou a taxa de juros para 50%. Na terceira posição ficou Hong Kong. O crescimento de 2,3% foi ajudado pelas exportações no período.

Na comparação com os países da América Latina, a alta de 0,8% do PIB brasileiro ficou abaixo dos desempenhos das economias chilena (1,9%, quarto melhor resultado global) e colombiana (1,1%) e foi idêntico ao da peruana. O resultado superou o do México, que cresceu 0,3% em relação ao período de outubro a dezembro do ano passado.

Em relação a outras economias emergentes, o PIB brasileiro ficou abaixo de asiáticos como China (1,6%), Malásia (1,4%) e Tailândia (1,1%) e superou o de países como África do Sul (queda de 0,1%) e Indonésia (contração de 0,8%).

Entre as grandes economias desenvolvidas, os destaques foram Espanha (alta de 0,7%) e Canadá (crescimento de 0,6%). A economia americana cresceu 0,3%, e a alemã, 0,2%. O PIB japonês encolheu 0,5%.

A maior queda no primeiro trimestre ocorreu na Dinamarca, de 1,8% — a maior contração desde a pandemia. O resultado foi influenciado pela queda produção de farmacêuticas como a Novo Nordisk, fabricante do Ozempic e que tem sede no país.

Pelo mundo
Variação do PIB no 1º tri/2024 ante os três meses anteriores, em %

País	%	País	%
Israel	3,3	Tunísia	0,6
Turquia	2,4	Reino Unido	0,6
Hong Kong	2,3	Polônia	0,5
Chile	1,9	Romênia	0,5
China	1,6	Bulgária	0,4
Malásia	1,4	Canadá	0,4
Filipinas	1,3	Bélgica	0,3
Arábia Saudita	1,3	Rep. Tcheca	0,3
Coreia do Sul	1,3	Itália	0,3
Chipre	1,2	México	0,3
Colômbia	1,1	Suíça	0,3
Irlanda	1,1	Taiwan	0,3
Tailândia	1,1	EUA	0,3
Croácia	1	Áustria	0,2
Islândia	0,9	Finlândia	0,2
Letônia	0,9	França	0,2
Hungria	0,8	Alemanha	0,2
Lituânia	0,8	Noruega	0,2
Portugal	0,8	Cingapura	0,1
Sérvia	0,8	Eslovênia	0
Brasil	**0,8**	Holanda	-0,1
Peru	0,8	África do Sul	-0,1
Eslováquia	0,7	Estônia	-0,5
Espanha	0,7	Japão	-0,5
Suécia	0,7	Indonésia	-0,8

Fonte: agências de estatísticas dos países

Um bom começo para um ano cheio de incertezas

Rodolfo Margato

O PIB registrou bom desempenho no início de 2024. O principal indicador da atividade econômica, que considera a soma dos bens e serviços finais produzidos no período, cresceu 0,8% no primeiro trimestre de 2024 em comparação ao quarto trimestre de 2023. Esse resultado veio um pouco acima da mediana das expectativas de mercado e sucedeu dois trimestres em torno da estabilidade.

A expansão do consumo das famílias (1,5%) e do investimento (4,1%) no trimestre passado merece destaque. O primeiro componente mostra tendência de alta desde meados de 2021, e a aceleração registrada no início de 2024 refletiu: (i) a forte geração de empregos e elevação dos rendimentos do trabalho, incluindo a contribuição do aumento real do salário mínimo; (ii) as transferências fiscais em níveis elevados; (iii) os pagamentos extraordinários de precatórios; e (iv) a melhoria, embora gradual, das condições de crédito. Por sua vez, a alta do investimento decorreu de fatores como a recuperação da produção de caminhões, com a adequação dos agentes às novas normas de emissões do Proconve 8, e o maior dinamismo em segmentos do mercado imobiliário.

Observaremos, mais uma vez, crescimento do PIB acima das projeções iniciais? Afinal, entre 2021 e 2023, as expectativas para o PIB subiram bastante após um bom pontapé no começo do ano.

Desta vez, as previsões não devem mudar substancialmente (ao menos nas próximas semanas). Ou seja, o cenário-base para crescimento econômico em 2024 — como no Boletim Focus do Banco Central — deve continuar ao redor de 2%, após expansão próxima a 3% nos últimos dois anos. Em torno desta projeção, entretanto, enxergamos riscos relevantes para ambos os lados.

Infelizmente, temos que incluir nas análises os efeitos da tragédia natural e humanitária no Rio Grande do Sul. Em que pese a elevada incerteza sobre as estimativas de impacto deste choque adverso, exercícios preliminares sugerem redução em cerca de 1 p.p. no crescimento interanual do PIB no segundo trimestre, de aproximadamente 2% para 1%. Devemos observar algum "efeito rebote" na segunda metade do ano, na esteira das necessárias medidas de apoio emergencial (transferências do governo, disponibilidade de crédito a condições facilitadas etc.) e dos primeiros esforços de reconstrução da infraestrutura gaúcha. Ainda assim, o impacto líquido sobre o PIB nacional de 2024 deve ser negativo em 0,2 p.p.–0,3 p.p.

Ainda do lado baixista, a atenção se volta às condições financeiras mais apertadas, especialmente com as taxas de juros altas por mais tempo. O ambiente internacional ainda é marcado por muitas dúvidas sobre o início da flexibilização monetária em economias avançadas, sobretudo nos Estados Unidos, e tensões geopolíticas persistem. Neste contexto de maior percepção de risco global, os ativos financeiros das economias emergentes são mais penalizados. No campo doméstico, as preocupações fiscais continuam e, recentemente, as expectativas de inflação começaram a subir, se afastando ainda mais da meta de 3%. Tais fatores reduzem o espaço para cortes na taxa básica de juros, que não deve atingir patamar de "dígito único" no curto prazo.

Do lado altista, por sua vez, a dinâmica recente do mercado de trabalho assume o protagonismo. De acordo com os dados da Pnad, do IBGE, a taxa de desemprego brasileira atingiu 7,5% no trimestre móvel até abril. Considerando estimativas mensais e sem efeitos sazonais, o indicador está próximo a 7%, o menor nível em quase dez anos. Ademais, os rendimentos reais vêm crescendo desde o terceiro trimestre do ano passado, o que evidencia um mercado de trabalho aquecido. A chamada massa de renda ampliada disponível às famílias — inclui salários, benefícios previdenciários, transferências de proteção social, entre outros — crescerá, no mínimo, 5% acima da inflação em 2024. Assim, o consumo pode seguir firme a despeito da política monetária em terreno contracionista.

Além desses fatores conjunturais, existe um importante debate sobre a capacidade de crescimento da economia brasileira ao longo do tempo — que os economistas chamam de crescimento potencial. A aprovação de reformas estruturais, a modernização de marcos regulatórios setoriais, o aprofundamento do mercado de capitais, a melhoria na constituição de garantias para crédito etc. teriam impulsionado a produtividade da economia, contribuindo para as surpresas positivas recentes com indicadores de atividade. Por exemplo, a flexibilização das relações trabalhistas deve ter colaborado para a recuperação sólida do emprego após o choque da pandemia. Segundo dados do Caged, do MTE, as contratações e demissões (com proeminência das voluntárias) estão nas máximas históricas.

Isto posto, as principais medidas de produtividade não parecem ter melhorado substancialmente. No âmbito setorial, apenas atividades ligadas à produção de commodities apresentaram ganhos consistentes — ver, por exemplo, os estudos do Observatório da Produtividade Regis Bonelli/FGV Ibre. Além disso, a taxa de investimento continua baixa, ao redor de 16,5% do PIB. Assim, a maioria das estimativas para o crescimento anual do PIB potencial segue em torno de 2%. Avanços de caráter estrutural podem ajudar a explicar as surpresas recentes, mas isso está longe de "fechar a conta". Outros vetores, sobretudo os impulsos fiscais massivos dos últimos anos, no Brasil e no mundo, exercem papel fundamental. E discussões acerca da sustentabilidade deste tipo de contribuição têm clara legitimidade.

Rodolfo Margato é economista da XP

Enchente é questão a avaliar, diz Haddad

Gabriel Shinohara, Edna Simão, Gabriela Pereira, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Integrantes da equipe econômica avaliaram positivamente o crescimento de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre, mas alertaram para o cenário de incerteza em relação às próximas leituras, por causa dos efeitos econômicos das enchentes no Rio Grande do Sul.

O número, divulgado ontem pelo IBGE, veio em linha com a previsão da Secretaria de Política Econômica (SPE), destacou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele afirmou que o resultado "veio forte".

O ministro pontuou uma "pequena incerteza" sobre o impacto da calamidade no Sul sobre o crescimento da economia e as contas públicas. Ele destacou que o Rio Grande do Sul representa cerca de 7% da economia nacional e afirmou que o governo trabalha em uma forma de identificar melhor os impactos da tragédia.

"Temos ainda uma avaliação a ser feita que está em curso do fechamento do mês de maio, que nós vamos divulgar ao longo do mês para tentar isolar o problema e saber quanto que ele vai impactar a economia nacional", disse o ministro, em Roma, na Itália, onde teve uma reunião com o ministro das Finanças da Espanha, Carlos Cuerpo.

O mesmo ponto foi destacado em nota da SPE. A secretaria destacou que o avanço da massa de rendimentos e da concessão do crédito ajuda a explicar o crescimento no primeiro trimestre, "devendo seguir propulsores da atividade em 2024". No entanto, a expectativa é de desaceleração do ritmo do crescimento no próximo trimestre, "repercutindo a calamidade no Rio Grande do Sul".

De acordo com a nota da SPE, os setores da agropecuária e indústria da transformação devem ser especialmente afetados porque são proporcionalmente mais importantes no PIB do Estado do que no PIB nacional

Ao avaliar o dado do primeiro trimestre, Haddad destacou o aumento de investimentos, "que começaram a reagir ao aumento do consumo, do poder de compra das famílias, redução da taxa de juros e assim por diante". O consumo das famílias subiu 1,5% enquanto a formação bruta de capital fixo (FBCF), que representa os investimentos, teve alta de 4,1% em relação ao fim de 2023.

Além disso, o ministro da Fazenda afirmou que o país pode crescer com baixa inflação, "sobretudo se os investimentos crescerem". Para Haddad, o governo não está descuindado nem de uma coisa nem de outra. "Estamos gerando empregos e estamos de olho na inflação."

Nas redes sociais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) destacou que o PIB subiu "puxado por maior consumo das famílias e serviços". Lula publicou uma previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) de que o Brasil passará a ter o oitavo maior PIB do mundo neste ano, "mais uma prova de que estamos no rumo certo", disse o presidente.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, também fez uma análise dos dados do PIB do primeiro trimestre. Para ele, o resultado foi "ótimo" com boa composição e indústria se recuperando. "Esse é o caminho de crescimento sustentável", disse, durante audiência na Câmara dos Deputados. Além disso, Ceron destacou que o resultado foi consistente com o que a equipe econômica tem construído.

Para o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, o crescimento do PIB "é um sinal concreto de que a agenda [econômica] está se desenvolvendo em um bom ritmo". Durigan destacou também o resultado da indústria de transformação e a alta no investimento.

UM SÓ PLANETA

No Um Só Planeta, você conhece a fundo nosso mundo, entende seus problemas e, principalmente, se informa sobre o que está sendo feito para preservar nossos recursos naturais.

LIVE

HOJE, das 11h30 às 12h30

REGENERAR PARA NÃO SECAR: CONSTRUINDO RESILIÊNCIA HÍDRICA NO BRASIL

Luciana Alves
WRI Brasil

Samuel Barrêto
TNC Brasil

Marina Rodrigues
Pacto Global da ONU - Rede Brasil e Aegea Saneamento

José Ricardo Sasseron
Banco do Brasil

Alison Frederico Medeiros Ferreira
Gerdau

Acompanhe também nas redes

UMSOPLANETA.GLOBO.COM

Acesse e assista à live

PARCEIROS

APOIO

ONU programa para o meio ambiente 50 1972-2022

REALIZAÇÃO

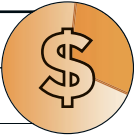
EDIÇÕES | GLOBO CONDÉ NAST

rádio Globo

INÊS 249

Tributação Decisão teria partido de Lula depois da repercussão negativa da medida; divergência jurídica marca cobrança sobre planos PGBL e VGBL

Fazenda recua e retira imposto sobre herança de previdência privada

Reforma Tributária

Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon
De Brasília

O governo recuou e retirou do segundo projeto de lei que regulamenta a reforma tributária a possibilidade de incidência de ITCMD (imposto sobre herança, de competência estadual) sobre planos de previdência privada aberta, como VGBL e PGBL. A medida constava na versão do projeto entregue pelo Ministério da Fazenda à Casa Civil na segunda-feira (3), mas foi retirada ontem (4), a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo fontes envolvidas na elaboração do projeto, a decisão de Lula foi tomada diante da repercussão negativa da proposta, já que a possibilidade de taxação foi revelada pelo jornal "O Estado de S. Paulo", na segunda-feira.

O ITCMD é um imposto cobrado pelos Estados na transferência de bens e direitos para herdeiros. No caso dos planos de previdência fechada — o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) —, há divergência jurídica sobre a possibilidade de cobrança do tributo quando o titular morre e o herdeiro assume o plano.

Atualmente, em alguns Estados, há cobrança do imposto sobre os dois tipos de planos. Em outros, só sobre o VGBL. Na maioria, sobre nenhum. O tema está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF).

Com a inclusão da possibilidade de taxação no projeto de lei complementar, haveria uma harmonização da interpretação sobre a cobrança entre os Estados, explicou uma fonte.

> "Foi uma decisão do governo de retirar esse tema; o processo segue"
> *Carlos Eduardo Xavier*

Foi um pedido dos próprios Estados, atendido pelo Ministério da Fazenda, que entende que os planos de previdência privada são usados para planejamento sucessório, de modo que os herdeiros, em caso de morte do titular do plano, não paguem imposto sobre o PGBL e VGBL recebido.

A informação que o governo havia desistido de atender o pleito dos Estados foi revelada somente ontem, após o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, do Ministério da Fazenda, ter sido questionado em coletiva de imprensa sobre o assunto. "O projeto que está indo ao Congresso não trata desse tema. Fica tudo como está hoje", disse o secretário.

O texto final do projeto, até a conclusão desta edição, ainda não foi protocolado nem divulgado pelo Ministério da Fazenda.

Inicialmente, Appy não explicou o motivo da retirada. "Não vou discutir por que foi tirado", se limitou a dizer. Depois da insistência dos jornalistas, Appy respondeu que foi decisão da área política do governo, sem dar mais detalhes. "Foi feita uma avaliação política de governo. Uma questão é a área técnica, outra é a área política. Isso vale em qualquer governo, e neste governo também é assim. Não necessariamente aquilo que sai da área técnica é [a versão final]. O que vale é o texto final. Ponto. Segue a vida", respondeu o secretário.

WASHINGTON COSTA/MF

Bernard Appy: "O projeto que está indo ao Congresso não trata desse tema; fica tudo como está hoje"

O presidente do Comsefaz (conselho das secretarias estaduais de Fazenda), Carlos Eduardo Xavier, confirmou na entrevista coletiva que a decisão havia sido do governo federal, também sem detalhar o motivo. "Faz parte do processo técnico e político antes da formalização do envio do texto legislativo, funciona assim nos Estados e União em temas específicos. Foi uma decisão do governo de retirar esse tema, Estados acataram, [mas] não tem nenhuma polêmica, o processo segue", disse Xavier.

Ele acrescentou que, posteriormente, o Comsefaz vai se reunir para avaliar se os Estados vão pedir a inclusão do trecho durante a tramitação do projeto no Congresso Nacional. O **Valor** apurou que os Estados foram contrários à retirada, mas, como o envio do projeto será feito pelo governo, tiveram que acatar a decisão de Lula.

Em sua declaração ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), durante as eleições de 2022, Lula declarou ter R$ 5,57 milhões aplicados em VGBL. Duas fontes do governo negaram que esse foi o motivo da retirada do trecho. *(Colaborou Renan Truffi)*

ITBI incidirá na formalização do negócio, não no registro

Beatriz Olivon, Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

O Imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) deverá incidir no momento da celebração do contrato ou lavrada a escritura pública decompraevenda, e não no momento do efetivo registro no cartório de imóveis, como acontece hoje. A previsão consta no segundo projeto de lei que regulamenta a reforma tributária.

O texto não traz alíquotas, que poderão ser definidas pelos municípios, mas define o momento da cobrança e a base de cálculo. A base é o valor venal, que passa ser definido de forma similar ao IBS/CBS, com previsão do "valor de referência" na legislação municipal ou distrital, com base em dados de mercado. Assim, os municípios podem usar a tabela de referência, e não o valor de venda, o que tende a facilitar a fiscalização. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) havia decido que a cobrança teria que ser feita pelo valor de venda.

Segundo Gilberto Perre, presidente-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o objetivo com a regulamentação foi apaziguar, esclarecendo o momento de incidência do ITBI e a base de cálculo. "Não é instituição de tributo novo nem mais imposto para o contribuinte", afirmou ontem em coletiva de imprensa. Ainda segundo Perre, hoje, quem têm capacidade de fazer planejamento tributário são as pessoas com maior capacidade contributiva, o que onera os com menor capacidade de contribuir.

Para Felipe Kneipp Salomon, do Levy Salomon Advogados, prever que o imposto deverá ser pago a partir do "ato ou título translativo oneroso do bem imóvel ou do direito real sobre bem imóvel" deixa dúvida se a tributação se dá no contrato particular de compra e venda ou na escritura pública. "Mas está claro que o fato gerador [que leva à incidência do tributo] ocorrerá antes do registro da transmissão da propriedade no cartório", diz.

O advogado exemplifica que entre o contrato de promessa e a lavratura da escritura pode ser necessário aguardar o processamento e a liberação do financiamento pelo banco. "O problema da antecipação do fato gerador, é que gera a obrigação de pagar o imposto antes de haver transferência da propriedade."

O advogado lembra que o Código Civil estabelece que a escritura pública é essencial à validade de compra e venda de imóvel, por isso, considera que seria complicado exigir ITBI já na promessa de compra e venda.

Governo limita uso de PIS/Cofins para compensar folha

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Rafael Walendorff
De Brasília

O Ministério da Fazenda limitou o uso de crédito do PIS e da Cofins e vedou o ressarcimento em dinheiro por meio do uso de crédito presumido para compensar a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra e dos municípios. A medida provisória, publicada nesta terça-feira, 4, pode gerar receita de R$ 29,2 bilhões ainda em 2024 para compensar a renúncia fiscal da desoneração.

A equipe econômica alega que as medidas não devem afetar o setor produtivo e pequenas empresas, mas houve reações dos setores e de especialistas. A MP atinge, principalmente, setor farmacêutico e agronegócio, já que as empresas dessas áreas fazem uso intensivo dos créditos de PIS e Cofins.

A MP tem dois eixos principais: o primeiro estabelece que será possível utilizar o crédito de PIS e Cofins apenas para abater essas próprias contribuições, e não outros impostos. De acordo com a Fazenda, essa é uma sistemática da não cumulatividade, sem compensação com outros tributos ou "cruzada". Essa medida, segundo a pasta, pode gerar arrecadação de R$ 17,5 bilhões em 2024.

Em 2023, conforme a Receita Federal, quase metade das compensações de débitos previdenciários ocorreu por meio de uso de créditos de PIS/Cofins, que agora está sendo acatado pela pasta.

O segundo eixo da MP é a vedação do ressarcimento em dinheiro do uso de crédito presumido de PIS e Cofins, espécie de benefício para fomentar algumas atividades, que pode gerar arrecadação de R$ 11,7 bilhões ainda este ano.

WASHINGTON COSTA/MF

> Potencial arrecadatório da medida é imprevisível
> *Robinson Barreirinhas*

A Fazenda explicou que as leis mais recentes já vedam o ressarcimento em dinheiro, impedindo a "tributação negativa" ou "subvenção financeira" para alguns setores, mas a MP estende essa vedação para oito casos que permaneceram e que representaram R$ 20 bilhões pleiteados em 2023.

Ainda assim, não há mudanças na possibilidade de compensação na sistemática da não cumulatividade, ou seja, o direito permanece, desde que haja tributo a ser pago pelo contribuinte.

Durante entrevista coletiva, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, defendeu que essas medidas não vão afetar nem pequenas empresas nem as enquadradas no Simples Nacional, e trata-se somente de mais correções de distorções tributárias, em linha com medidas anteriores.

Além disso, segundo o secretário, empresas com dívidas tributárias também serão pouco afetadas com essas limitações, já que o uso do crédito poderá aliviar essas dívidas com a União. "Temos tomado bastante cautela", alegou o secretário, ao repetir que a medida visa combater uma distorção tributária. O ministro Fernando Haddad está em Roma, na Itália, e não participou do anúncio.

Apesar de a necessidade ser a obtenção de uma receita de R$ 26,3 bilhões, as medidas podem gerar até R$ 29,2 bilhões em 2024, segundo a Fazenda. De acordo com o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, essa "gordura" é necessária já que há imprevisibilidade sobre o potencial arrecadatório da medida.

Poucas horas depois da apresentação do texto, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (PP-PR), criticou a medida aos jornalistas. Segundo ele, a MP gera "preocupação gigantesca" ao setor e demonstra uma "sanha arrecadatória" do governo Lula.

Na avaliação do advogado tributarista Breno Vasconcelos, apesar de o governo alegar que, com a MP, não há prejuízo aos contribuintes menores e ao setor produtivo, "ela trará um relevante impacto financeiro às empresas". "Crédito de PIS/Cofins não é benefício ou favor fiscal. É direito do contribuinte", criticou.

"Os créditos de PIS/Cofins não poderão mais ser usados para compensar outros tributos federais, sendo necessário solicitar ressarcimento. A regra causará problemas de fluxo de caixa, pois a empresa terá que desembolsar dinheiro e depois pedir ressarcimento dos valores de PIS/Cofins. Isso gera uma situação injusta e irrazoável, em que o contribuinte tem crédito contra o mesmo ente, a União, mas terá que dispor do seu caixa novamente para pagar outro débito", explicou.

As medidas, segundo a Fazenda, foram tomadas para atender a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou inconstitucional a prorrogação da desoneração da folha sem medidas de compensação.

O modelo de desoneração foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a setores intensivos em mão de obra. Nele, esses segmentos podem substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre salários por alíquota que varia de 1% a 4,5% incidente sobre a receita bruta. Os setores atingidos pelo programa empregam cerca de 9 milhões de pessoas.

Haddad e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chegaram a um acordo que prevê a manutenção da desoneração neste ano e o aumento progressivo da cobrança a partir de 2025. Nesse caso, a alíquota dos setores contemplados passaria a ser de: 5% sobre a folha de salários em 2025; 10% em 2026; 15% em 2027; e 20% (valor cobrado hoje das demais empresas que não são beneficiadas pela desoneração) em 2028.

Empresas vão ter que declarar benefícios fiscais que recebem

Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A medida provisória que estabeleceu limites para o uso de crédito do PIS e da Cofins também antecipou o cadastro dos benefícios fiscais, que já estava em trâmite no Congresso Nacional. Com a proposta, o Fisco vai exigir que as empresas declarem informações sobre benefícios fiscais sobre os quais usufruem atualmente. O objetivo será verificar se as empresas estão utilizando o benefício devidamente ou indevidamente.

O texto já estava contemplado no âmbito do Projeto de Lei da Conformidade, enviado pela Fazenda ao Congresso no início de fevereiro. Essa proposta, no entanto, também estabelece regras para os chamados devedores contumazes, que têm gerado controvérsias no Legislativo e travando a tramitação do texto.

Dos R$ 600 bilhões de gastos tributários e outros subsídios concedidos pelo governo, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, explicou que, sobre R$ 200 bilhões, a administração tributária não tem dados, por isso passará a exigir essa declaração.

Uma instrução normativa será publicada pela Receita em "breve" com a lista dos benefícios fiscais que precisarão ser informados pelos contribuintes. Segundo o secretário, a lista não trará benefícios grandes, sobre os quais o Fisco já tem informações sobre os contribuintes, como o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus.

"Não vamos [obrigar o preenchimento] de todos os benefícios, apenas dos benefícios que há falta de dados para nós", esclareceu o secretário da Receita.

O sistema de declaração também já está pronto, por isso essa obrigação será lançada em breve.

Ele também esclareceu que o contribuinte que não preencher o formulário de benefícios fiscais não perderá seu benefício da União, mas poderá ser multado pela Receita Federal por não cumprir com essa obrigação.

De acordo com a Receita Federal, ainda não é possível prever a estimativa de arrecadação com essa medida, já que o Fisco não tem conhecimento sobre se aquele benefício é ou não regular. A intenção, segundo Marcio Gonçalves, subsecretário de Arrecadação, Cadastro e Atendimento substituto, é reduzir os benefícios fiscais para até 2% do PIB até 2029.

Uma emenda constitucional aprovada em 2021 pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro previu que os benefícios tributários não poderiam ultrapassar 2% do Produto Interno Bruto até 2029. Um plano de redução gradual dos incentivos chegou a ser enviado ao Congresso Nacional na época, porém não tramitou.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58	0,30
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,9	0,1	-1,1	1,2	0,7	0,1	0,2	0,5	-0,4
Indústria de transformação	-	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,2	-0,4
Indústrias extrativas	-	0,2	-0,8	-6,8	3,7	3,4	-0,5	6,2	-4,8	-1,3
Bens de capital	-	-2,8	3,4	10,9	-2,5	-0,8	-0,7	-2,7	4,9	-5,4
Bens intermediários	-	1,2	-0,7	-2,7	1,8	1,7	0,8	0,7	-0,3	-0,5
Bens de consumo	-	0,5	1,5	-0,9	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5	1,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3	-2,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4	0,9
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.920	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300
Importações	21.879	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121
Saldo	9.041	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	mai/24	abr/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice mai/24	Número índice abr/24	Número índice dez/23	Número índice mai/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	0,44	0,21	2,12	4,72	3,70	6.786,61	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	-	0,72	-0,26	-3,30	-2,32	-	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	-	0,26	1,33	3,48	3,54	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,84	-1,02	-5,92	-4,51	-	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	-	1,15	-0,46	-11,34	-7,77	-	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	-	0,73	-1,23	-3,77	-3,25	-	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	-	0,42	1,70	3,55	2,84	-	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	-	0,52	1,20	3,49	3,74	-	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	0,89	0,31	0,28	-3,18	-0,34	1.127,23	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	1,06	0,29	-0,42	-5,60	-1,73	1.328,63	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	0,44	0,32	2,17	3,40	2,96	732,02	728,84	716,46	711,01
INCC-M	0,59	0,41	1,69	3,32	3,68	1.104,46	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	0,09	0,33	1,61	3,15	2,66	686,12	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mai/24 0,04%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/24	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			+
4ª	30/08/24			Campo 8
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			+
7ª	29/11/24			Campo 9
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	abr/23 Valor	abr/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58

Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	abr/23 Valor	abr/23 % do PIB
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mar/24 Valor	mar/24 Var. %	abr/23 Valor	abr/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noniminais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Tragédia climática Nova visita ocorreria no momento em que governo gaúcho pede mais ajuda financeira

Lula deve voltar ao RS e Leite busca encontro

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve fazer uma nova visita ao Rio Grande do Sul nesta semana. Segundo integrantes do governo federal, a ideia é que o presidente volte ao Estado na quinta-feira, 6, e visite duas cidades gaúchas localizadas no vale do Taquari. Por causa disso, o Palácio do Planalto avalia cancelar uma agenda política que Lula que teria em Campinas (SP).

A ida ao Rio Grande do Sul deve acontecer em meio à pressão do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), para que o Executivo federal ajude o Estado com mais recursos financeiros.

Nos últimos dias, o governador gaúcho intensificou os pedidos para que o governo federal crie um programa destinado a pagar parte dos salários das pessoas que estão sem trabalhar devido às enchentes.

"Sobre o benefício de manutenção de emprego e renda, é essencial que venha nos próximos dias algum tipo de ação do governo federal. Isso ainda não foi endereçado, e nós temos muito receio sobre o que possa significar em demissões que são evitáveis, a não ser que o governo federal entre em campo para garantir o pagamento de parte dos salários", afirmou Eduardo Leite à imprensa local.

Como parte dessa ofensiva, Leite também desembarcou ontem em Brasília, onde deve ter uma série de reuniões para discutir a reconstrução do Estado.

O tucano deve permanecer na capital federal até a tarde desta quarta-feira, 5. Segundo apurou o **Valor**, sua assessoria estava aproveitando a passagem pelo Distrito Federal para tentar um novo encontro do governador com Lula no Palácio do Planalto.

> "Havia possibilidade de adquirir equipamentos da linha branca para distribuir"
> *Miriam Belchior*

Um dos assuntos da possível reunião seria justamente o pedido de ajuda ao governo federal, para que a União arque com esses salários, o que evitaria uma onda de desemprego.

Questionada, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República disse que não tinha, até a conclusão desta edição, informações sobre a possibilidade de o presidente recebê-lo na sede do Executivo. Nos bastidores, porém, interlocutores de Lula admitiram que a tendência do chefe do Executivo era deixar essa reunião para o fim da semana, quando visitará o Estado.

Desde a semana passada, pessoas desalojadas ou afetadas pelas chuvas já estão recebendo o chamado "Auxílio Reconstrução", benefício de R$ 5,1 mil criado para atender especificamente as famílias que perderam móveis e eletrodomésticos durante a inundação do Estado.

Além da ações que já foram anunciadas pela gestão petista, a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, sinalizou na semana passada que o governo também está tentando dialogar com o setor de eletrodomésticos, chamado de "linha branca", para viabilizar um desconto de até 15% na compra desses equipamentos para moradores do Rio Grande do Sul que foram afetados pelas fortes chuvas.

Miriam foi questionada pela imprensa sobre o assunto depois que o próprio Lula pediu, em cerimônia no Planalto, que o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio (Mdic), Geraldo Alckmin (PSB), dialogue com as empresas desse segmento para conseguir uma "contribuição".

"Havia possibilidade de a gente fazer uma aquisição de equipamentos da linha branca para fazer a distribuição [aos gaúchos afetados pelas inundações]. Mas a gente achou mais adequado o Auxílio Reconstrução. O que a gente gostaria é ver se a população pode contar com 15% de desconto [na linha branca] que foi o que o setor sinalizou que poderia fazer", explicou.

Na China, Costa busca apoio a obras do PT

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA), foi escalado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ir à China com uma missão especial: conseguir apoio das empresas de Pequim para dar celeridade às obras estratégicas para o governo do PT, incluindo a construção da ponte Salvador-Itaparica, que ligará a capital baiana à cidade de Vera Cruz, na ilha de Itaparica (BA).

O tema é importante para a gestão petista tanto pelas eleições municipais, previstas para acontecer agora em outubro, quanto em razão do pleito de 2026, quando o partido do presidente da República vai tentar, por exemplo, a reeleição na Bahia com o governador Jerônimo Rodrigues (PT). O empreendimento tem potencial de beneficiar diversos municípios baianos que hoje dependem de balsas flutuantes para se conectarem com Salvador.

O assunto está previsto para ser discutido numa reunião marcada para esta quarta-feira, quando Rui Costa se encontrará com executivos da China Communications Construction Company (CCCC), empresa responsável pela ponte desde 2020.

O desejo do governo federal é ouvir a CCCC e verificar o que pode ser feito pelo Executivo para que a construção seja iniciada o quanto antes.

Esta reunião é apenas um dos compromissos que o titular da Casa Civil deve ter separadamente da comitiva brasileira que está em Pequim.

Apesar de a comitiva ser liderada pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio (Mdic), Geraldo Alckmin (PSB), a avaliação no Palácio do Planalto é que o grupo brasileiro precisava ter um ministro "mais executor" entre seus integrantes.

Diante disso, Rui Costa deve ter ao menos outras duas agendas em separado do grupo – enquanto Alckmin ficará focado na sessão plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), a ser realizada nos dias 5 e 6 de junho.

Neste sentido, uma possibilidade em jogo é que Rui Costa se reúna também com a cúpula da empresa China Railway Construction Corporation (CRCC), o que pode acontecer até quinta-feira. Isso porque o ministro da Casa Civil busca tentar convencer a companhia a embarcar no segmento de ferrovias do "Novo PAC", como está sendo chamada a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento".

Por fim, o ministro da Casa Civil deve ter um jantar fechado com executivos da Huawei, companhia chinesa de telecomunicações. Recentemente, a empresa anunciou um novo CEO no Brasil. Trata-se de Gao Kexin, que já liderou as operações da companhia nas Filipinas e ocupou diversos cargos na China.

Ontem, primeiro dia de agenda na China, Rui Costa e Alckmin estiveram reunidos ainda com Dilma Rousseff, presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o chamado Banco do Brics. Isso porque a instituição formalizou a destinação de US$ 495 milhões para a reconstrução do Rio Grande do Sul, Estado afetado por chuvas e enchentes há um mês. O montante é equivalente a R$ 2,6 bilhões.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Ministro Rui Costa: reuniões separadas da comitiva brasileira em Pequim

Diálogo para cortar dívida de Estados está aberto, diz Ceron

Gabriel Shinohara e Gabriela Pereira
De Brasília

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, defendeu a proposta do governo para a redução da dívida dos Estados, o programa "Juros por Educação", mas disse que o governo federal está aberto ao diálogo. Ceron participou ontem de uma audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a dívida do Estado do Rio de Janeiro com a União.

De acordo com Ceron, dar uma profissão no ensino médio aos jovens, como propõe o programa apresentado, é um objetivo nobre. "A única exigência é que a população seja beneficiada diretamente com algo nobre, que os jovens tenham acesso a ensino profissionalizante", disse.

Ceron ressaltou que o governo federal, o Ministério da Fazenda e o Tesouro Nacional estão abertos ao diálogo construtivo. "Dessa proposta inicial, nós recebemos alguns retornos de que para alguns Estados havia alguma restrição em relação ao uso de economia de recurso só para a educação, para ter abertura para algum outro uso, e esse é um processo que é natural", disse.

O programa "Juros por Educação" tem o objetivo de reduzir a dívida dos entes à medida que se aumentem os índices de ensino médio profissionalizante. De acordo com a medida, as taxas de juros reais cobradas na dívida dos Estados passariam para até 2% ao ano, caso os entes se comprometam a ampliar o número de matrículas e criar vagas para o ensino profissionalizante até 2030.

Também presente na audiência, o presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier, informou que o conselho elaborou uma contraproposta para incluir outras frentes além da educação. A ideia, segundo Xavier, é que parte da redução dos juros seja revertida em um fundo e que os recursos sejam divididos entre os demais Estados. "Como contrapartida, pode ser também em educação, mas não só em educação."

Durante sua fala, Ceron avaliou que a redução da taxa de juros no programa, proposta pelo governo, vai reduzir as receitas financeiras da União, "reduzir as receitas que são direcionadas para o pagamento da dívida pública federal, vai tornar mais desafiador a estabilização da trajetória da dívida pública federal". O secretário explicou também que qualquer renúncia que for feita em relação aos juros vai ter que ser compensada e compatibilizada com essa trajetória.

Ceron comentou ainda sobre a ação do Estado do Rio de Janeiro no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo, entre outros pontos, a suspensão do pagamento da dívida com a União até que haja uma repactuação da dívida "extirpando as verbas indevidamente inseridas no cálculo final", segundo a ação.

O secretário disse que a situação "obviamente nos preocupa" e o que o governo tem levado essa percepção aos ministros da corte.

Governo não renova GLO em portos e aeroportos de RJ e SP

Mariana Assis
De Brasília

O governo federal decidiu não prorrogar o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em portos e aeroportos do Rio de Janeiro e São Paulo. A medida, autorizada em novembro do ano passado e prorrogada por mais 30 dias no mês passado, perdeu a validade nesta terça-feira (4).

A GLO permitiu que o governo federal, por meio das Forças Armadas, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, atuasse em ações no portos do Rio de Janeiro, de Itaguaí (RJ) e de Santos (SP), bem como no aeroportos do Galeão, no Rio, e no de Guarulhos, em São Paulo. A GLO tem validade apenas em territórios federais.

À época que o decreto foi autorizado, o governo disse que seria a primeira vez que uma missão de GLO contemplaria áreas específicas de controle federal, e não interferiria na atuação dos Estados ou do Distrito Federal.

Em nota, o Ministério da Justiça e Segurança Pública afirmou que continuará apoiando as ações das forças de segurança nos Estados e avaliou positivamente a experiência.

"O conhecimento gerado e as ações de inteligência desenvolvidas e aprimoradas representam um legado à gestão da segurança pública no país e, em especial, aos cidadãos brasileiros", disse a pasta.

Congresso Pouco antes do horário previsto para votação no Senado, imposto sobre importações de US$ 50 e outros 'jabutis' são excluídos do Mover

Relator surpreende e gera novo impasse na 'taxa das blusinhas'

Julia Lindner, Caetano Tonet, Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant'Anna e Adriana Mattos
De Brasília

Em um movimento que pegou o governo de surpresa, o relator do projeto que institui o programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) no Senado, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), retirou, nesta terça-feira (4), a taxação em 20% de compras internacionais de até US$ 50 (conhecida como "taxa das blusinhas") por considerar o trecho "estranho" à natureza da matéria. A mudança gerou divergência entre senadores governistas e provocou críticas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). A deliberação foi adiada para hoje.

Apesar de o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), dizer que é favorável à taxação, foi dele a escolha de Cunha, que se apresenta como independente, para a relatoria. O outro nome cotado para a função seria o do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Além disso, enquanto os governistas souberam das alterações feitas por Cunha através da imprensa, pouco antes do horário previsto para a votação, Pacheco foi previamente informado, em conversas que ocorreram nos últimos dias.

Após o anúncio do relator, Jaques Wagner tentou procurá-lo por telefone, mas não foi atendido. Mais tarde, em plenário, Cunha conversou com o líder do governo e negou que estivesse "se escondendo" de alguma forma.

"O povo brasileiro foi surpreendido ao ser inserido na Câmara um assunto estranho ao programa Mover, que é taxar em 20% as compras internacionais. Isso será retirado do texto por ser uma artimanha legislativa", anunciou Cunha, em entrevista coletiva no início da tarde. "Na realidade, é um projeto de estímulo, de incentivo à modernização de veículos do país, que não tem nada a ver com a taxação das companhias", reforçou.

Cunha defendeu que a taxação das compras internacionais poderia tramitar separadamente em outro projeto, passando antes por comissões temáticas.

Depois da fala de Cunha, Rodrigo Pacheco defendeu a autonomia do relator em elaborar o seu parecer, mas também disse ser pertinente haver taxação de compras internacionais. "Estabelecer uma taxação uniforme entre o que vem do exterior e o que é produzido aqui é algo que vem a calhar para aquilo que nós queremos, que é o desenvolvimento da indústria nacional", afirmou.

> "Tem que ter orientação única em relação a acordos firmados"
> *Arthur Lira*

Líderes de legendas como MDB, PSD e União Brasil estavam dispostos a apoiar um destaque, que seria analisado separadamente, para resgatar a taxação. O líder do governo no Senado, entretanto, tinha receio de que uma votação nominal, em que a posição de cada um fica registrada, pudesse ser arriscada. Jaques Wagner, então, pediu o adiamento da análise do projeto.

"Tem muito ruído de comunicação e eu acho que para votar essa matéria aqui, agora, tem muita confusão. Eu prefiro trabalhar até amanhã para construir um procedimento sobre a votação dessa matéria. Se votar nesta terça, vai voltar para Câmara atrasando a decisão", alegou Jaques.

O líder do governo tem buscado um acordo que envolva a aprovação do projeto da forma que está, para evitar o retorno à Câmara, mas com o compromisso de veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em alguns pontos. A medida provisória que criou o Mover perdeu validade na última sexta-feira (31) e o setor depende agora da aprovação do projeto.

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO
Rodrigo Cunha, relator do projeto: "Isso [a taxação] será retirado do texto por ser uma artimanha" legislativa"

Assim como o governo, fontes do varejo e da indústria afirmam que, até o almoço, o combinado era uma votação simbólica [por acordo] ontem no Senado para aprovar o projeto com a taxação. O setor também ficou sabendo da decisão do relator na hora da apresentação do parecer.

Não foi apenas a taxação das compras internacionais que foi excluída por Cunha. O relator retirou todos os "jabutis" da matéria. Entre eles, ficou de fora o trecho que estabelece uma política de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A retirada do trecho, por outro lado, tem apoio do governo por ter sido alvo de críticas do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Em meio ao mal-estar gerado pelo relatório de Cunha, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que foi informado por Pacheco de que os partidos estão se organizando para restabelecer o texto que foi acordado inicialmente. "Tem que ter orientação única em relação a acordos firmados", reclamou Lira a jornalistas. "Penso que o governo irá corrigir e votar o texto que foi acordado", acrescentou.

O alagoano evitou atribuir mudanças feitas por Cunha, de quem já foi aliado mas atualmente está afastado, a possíveis falhas de articulação do governo. Ele também contou ter procurado o ministro Fernando Haddad (Fazenda) para tratar do tema, e que ele garantiu não ter feito acordo pela retirada da taxação.

Gonet recorre de decisão de Toffoli que beneficiou Marcelo Odebrecht

Isadora Peron
De Brasília

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, recorreu da decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou todos os atos praticados pela 13ª Vara Federal de Curitiba contra o empresário Marcelo Odebrecht no âmbito da Operação Lava-Jato.

Na manifestação, Gonet pediu que o ministro reveja a sua posição ou envie recurso para ser debatido pelo plenário. Ele já havia agido dessa maneira ao apresentar recursos contra as decisões de Dias Toffoli que suspenderam o pagamento de multas dos acordos de leniência fechados pela própria Odebrecht (hoje Novonor) e pela JBS.

A decisão de Toffoli atendeu a um pedido da defesa de Marcelo Odebrecht. Os advogados alegaram que o caso do empresário era semelhante a de outros réus da Lava-Jato que tiveram seus processos anulados por irregularidades na condução das investigações, entre eles o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Gonet, porém, esse pedido de extensão não faz sentido, pois são casos diferentes. Ele ressaltou ainda que os acordos de delação premiada dos executivos da Odebrecht foram fechados com a própria PGR e não pela força-tarefa de Curitiba.

"Os termos desse acordo não foram declarados ilegais e foram homologados, não pelo Juízo de Curitiba, mas pelo Supremo Tribunal Federal, tudo sem nenhuma coordenação de esforços com a Justiça Federal do Paraná. Portanto, a admissão de crimes e os demais itens constantes do acordo de colaboração independem de avaliação crítica que se possa fazer da força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba", afirmou.

O PGR também apontou que as acordos foram fechados porque o grupo reconheceu a prática de atos ilícitos. "A prática de crimes foi efetivamente confessada e minudenciada pelos membros da sociedade empresária com a entrega de documentos comprobatórios", disse.

Na decisão sobre o ex-empreiteiro, Toffoli apontou um "incontestável" conluio processual "entre acusação e defesa em detrimento de direitos fundamentais" de Marcelo Odebrecht, que foi condenado a mais de 19 anos de prisão pelo ex-juiz Sergio Moro, em 2016. Para Toffoli, as ilegalidades cometidas ao longo do processo foram "fartamente" demonstradas nos diálogos entre o magistrado e os procuradores obtidos por meio da Operação Spoofing.

Câmara aprova securitização da dívida de Estados e municípios

Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira, por 384 votos favoráveis e 59 contrários, a proposta que permite aos Estados venderem ao mercado financeiro créditos que têm a receber de contribuintes, a chamada securitização das dívidas.

O projeto autoriza União, Estados e municípios a venderem para a iniciativa privada e para fundos de investimentos o direito sobre créditos que tenham a receber, o que antecipa receitas e evita o risco de sofrerem calote. O texto segue para sanção presidencial.

Com exceção de Psol e Novo, todos os partidos orientaram pelo avanço do texto. O relator Alex Manente (Cidadania-SP) manteve a versão aprovada pelos senadores em 2017.

A proposta prevê que caberá ao Poder Legislativo (federal, estadual ou municipal) autorizar a venda dos direitos à dívida à iniciativa privada. Estabelece ainda que não sejam alteradas a natureza do crédito, as condições de pagamento e a competência para a cobrança dessas dívidas.

Enquanto Manente defendeu o instrumento como uma forma de melhorar a gestão fiscal dos entes, parlamentares do Novo e do Psol criticaram a medida e alertaram que sua aprovação pode causar o favorecimento sem justa causa ao mercado de capitais especulativo, a dilapidação do patrimônio público e a operação de triangulação financeira.

Durante a sessão, o deputado Tarcísio Motta (Psol-RJ) fez críticas ao deságio previsto no texto, que prevê que ao vender o direito sobre a dívida o ente abriria mão de parte do que teria a receber.

Também na sessão de ontem, deputados aprovaram a proposta que padroniza a aplicação de taxas de juros no âmbito de decisões do Poder Judiciário e atualização monetária de contratos. O texto também seguiu para a sanção presidencial.

O relator Pedro Paulo (PSD-RJ) acatou alguns ajustes feitos pelos senadores. Em seu relatório, o deputado aceitou uma alteração feita no Senado, que estabeleceu a taxa Selic como base para definir o juro aplicado em decisões judiciais sempre que não for previamente definido entre as partes.

A proposta estabelece ainda que a atualização monetária dos contratos será feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), quando não houver outro índice previsto em contrato ou em lei.

Lira dá as cartas e prepara novos passos

Fernando Exman

O café de Arthur Lira segue quente. Nos últimos dias, ele lembrou a todos que contam os dias para vê-lo longe da presidência da Câmara como é poderosa a sua cadeira, ainda que a campanha para a sua sucessão já esteja na rua.

A despeito das reservas que seu nome enfrenta no Palácio do Planalto, enviou alertas aos seus interlocutores de que eram inevitáveis as derrotas do governo nas sessões em que o Congresso apreciou vetos presidenciais. Tinha o termômetro do plenário, e avisou que de nada valeria adiar as votações. Em outra frente, decidiu avocar a solução de questões polêmicas envolvendo setores econômicos que vinham sendo adiadas pelo Executivo, mas receberam acolhimento no caleidoscópio de interesses que refletem a atuação do Legislativo.

O ano começou com mais um estranhamento entre o deputado do PP de Alagoas e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Lideranças do governo na Câmara insistiam em levá-lo ao encontro de Lula, em meio à insistente desarticulação política do governo no Congresso. Mas a agenda foi sendo adiada. E quando ocorreu, foi de maneira incógnita, envergonhada.

Lula foi instado a falar do assunto em um café com jornalistas. Perguntado, disse, constrangido, que não havia ocorrido uma reunião, mas uma conversa. Evitou entrar em detalhes sobre o assunto tratado.

Cerca de um mês depois, o cenário mudou. Lula sinalizou que vetaria a taxação de compras internacionais de até US$ 50, dispositivo incluído no projeto de lei que cria o programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) sob a articulação do presidente da Câmara. Mas demonstrou disposição de negociar.

Na verdade, não tinha opção. E neste caso logo recebeu Lira em seu gabinete. Não se sabe se Lula considerou a agenda uma conversa ou reunião, mas o fato é que o governo precisou fechar um acordo para taxar em 20% essas compras, atendendo antiga demanda do varejo e da indústria.

A atuação de Lira também foi decisiva nessa terça-feira (4), depois que o relator da proposta no Senado, Rodrigo Cunha (Pode-AL), informou que tiraria a previsão de taxação de seu parecer. A votação do relatório foi adiada.

Na semana passada, outro setor foi chamado à Câmara. Diante da falta de uma atuação mais assertiva dos ministérios da Saúde e da Justiça, Lira convocou operadoras e negociou a suspensão do cancelamento dos planos de saúde rescindidos de forma unilateral, em especial de idosos e pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Acertou que mudanças nas regras do setor serão discutidas em um projeto de lei que trata da saúde suplementar, depois de as empresas apresentarem um "raio-x" do segmento. O governo ficou novamente exposto.

Os rumos da regulamentação da reforma tributária do consumo também estão nas suas mãos. Naquele mesmo café da manhã com jornalistas em abril, Lula defendeu que fosse apenas um relator e, se possível, o mesmo que ficou responsável pela proposta de emenda constitucional que estabeleceu os princípios da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

"Quem indica o relator é o presidente da Câmara, então longe de mim querer indicar um relator para cuidar da política tributária, longe de mim", afirmou. "Eu só gostaria que as pessoas levassem em conta isso. É que quem já foi relator do projeto principal está muito familiarizado, já fez negociação, já conversou com os outros partidos políticos, já conversou com as lideranças, poderia facilitar a tramitação da regulamentação."

Desejo ignorado. Lira criou dois grupos de trabalho para discutir os projetos de lei complementar encaminhados pelo Executivo, distribuindo as vagas entre alguns partidos. Nas palavras de um integrante desses colegiados, o presidente da Câmara não quer um relator para esses projetos, mas um "narrador" que formate o texto de acordo com a sua vontade.

Para a composição dos grupos de trabalho, ele manteve a metodologia usada para definir a composição das comissões temáticas da Casa. Firmou compromissos, com a expectativa de que essas siglas retribuirão quando as discussões sobre a sua sucessão esquentarem.

Nessa divisão, contemplou a oposição no comando de comissões estratégicas, como a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Quanto mais esses colegiados aprovarem propostas que se chocam com os interesses do Executivo, maior será a dependência do Planalto em relação ao presidente da Casa. Só ele pode evitar que elas sejam incluídas na pauta do plenário.

Mas o tempo é implacável e joga contra o deputado. O calendário, com festas juninas, férias de julho e campanha para as eleições municipais, é apertado.

Como mostrou o **Valor**, agora a intenção de Lira é antecipar para logo depois do recesso parlamentar a escolha de seu candidato para a eleição da próxima mesa diretora. A disputa só ocorrerá em fevereiro. Mas, conseguindo consenso em torno de seu nome, ele ganharia, em tese, força até para indicar um aliado para algum cargo no primeiro escalão do Executivo. Também manterá influência se pavimentar sua eleição para o comando da CCJ ou da Comissão Mista de Orçamento a partir do ano que vem, quando não puder mais chamar de "casa" a residência oficial da presidência da Câmara.

Tudo isso pode facilitar seus planos de conquistar uma cadeira no Senado no pleito de 2026. Até lá, no entanto, Lira continuará tendo em mãos um detalhado mapa de como pensa e vota cada um dos deputados.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Apesar de compromisso renovado por Arthur Lira, aliados do governo na Câmara têm pouca confiança em aprovação antes do recesso parlamentar de julho

Calendário da regulamentação da reforma tributária é posto em dúvida

Marcelo Ribeiro
De Brasília

Apesar da chegada do segundo texto da regulamentação da reforma tributária ao Congresso, aliados do governo estão céticos sobre a possibilidade de o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), conseguir cumprir o calendário que previa até semanas atrás para as propostas. O pessimismo é compartilhado, nos bastidores, inclusive por lideranças mais próximas do deputado do PP. O alagoano pretende entregar a aprovação ainda no primeiro semestre, antes do recesso parlamentar.

Lira, por sua vez, manteve suas projeções. "Fico tranquilo em relação a esses que jogam a toalha. Sou homem de muita fé. Antes de encerrar [o semestre], a gente vota", reforçou o presidente da Câmara a jornalistas.

Mais de um mês após a Fazenda entregar o texto principal da regulamentação — que institui a Lei Geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS) e contém a maior parte das regras que regulamentam a reforma, a equipe econômica encaminhou ontem ao Legislativo o projeto que aborda questões referentes à forma de organização do Comitê Gestor, à distribuição federativa da receita do imposto e ao contencioso administrativo do novo tributo estadual.

Apesar de Lira ter reforçado que acredita no cronograma desenhado por ele, parlamentares avaliam que as chances de o calendário ser cumprido são pequenas, porque os trabalhos da Câmara em pelo menos uma semana de junho tendem a ficar esvaziados por causa dos festejos de festa junina.

O fato de ser ano de eleições municipais contribui para que esse esvaziamento dos corredores do Congresso seja ainda maior. Parlamentares vão aos eventos festivos de suas bases e atuam como cabos eleitorais para fortalecer nomes de aliados nas disputas municipais.

Além disso, há a leitura de que as tratativas nos grupos de trabalho instaurados por Lira ainda estão na fase preliminar e que não haverá tempo para concluí-las. Em tese, o prazo é julho. [sic: "são dos debates até julho."]

Os GTs ainda estão fazendo audiências públicas, o que antecede as negociações com as bancadas partidárias e as conversas com representantes de diversos setores.

As tratativas com os segmentos, aliás, são vistas como as com maior potencial de enterrar de vez as chances de os parlamentares aprovarem as proposições até julho. Isso porque qualquer concessão a um setor pode gerar reação em outros, o que faz com as negociações se estendam por mais tempo para não desagradar a ninguém e para que se chegue a um parecer equilibrado.

Entes federativos também devem pressionar para garantir a melhor versão do comitê gestor, o que também pode deflagrar uma disputa entre os estados.

Governistas avaliam que a decisão de Lira de não escalar o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária aprovada no ano passado, contribui para eventuais atrasos. Essa leitura ocorre porque há o entendimento de que o paraibano é o único nome da Câmara com conhecimento integral do tema. Isso poderia colaborar para as negociações avançarem com mais celeridade.

Ainda que até aliados de Lira tenham essa leitura pessimista, alguns líderes próximos do presidente da Câmara acreditam que o ritmo do andamento dos projetos de regulamentação pode de enfrentar a depender do envolvimento do presidente Lula e de outros integrantes do governo. Se isso ocorrer, as possibilidades de as matérias avançarem nos próximos meses aumentariam, de acordo com prognóstico feito por deputados da base e do Centrão.

Há a expectativa de que o Executivo tenha disposição em melhorar a interlocução com o Legislativo, especialmente após derrotas impostas na semana passada durante a votação de vetos presidenciais. A leitura entre governistas é que, para evitar reveses, Lula pode sugerir ao aliados apostar alto em pautas econômicas e sociais.

Paes rompe com grupo de Eduardo Cunha

Paula Martini e Camila Zarur
Do Rio

Pré-candidato à reeleição, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), rompeu aliança costurada com o Republicanos ao exonerar do governo um secretário e dois presidentes de autarquia ligados ao ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e ao prefeito de Belford Roxo, Waguinho, presidente estadual do partido.

As demissões foram publicadas no Diário Oficial desta terça (4), a quatro meses das eleições municipais, e culminam um desgaste que teve início com o avanço das investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco.

Paes demitiu Marcus Vinicius Medina Costa da Secretaria de Habitação e afastou os presidentes da Rioluz, Raoni César Ras, e do Iplan-Rio, Michell Yamasaki Verdejo. Os nomes são ligados ao Republicanos e próximos a Cunha e ao prefeito de Belford Roxo.

Aliados do prefeito afirmam que um dos motivos para o rompimento foi o cancelamento de uma licitação que beneficiaria a ONG Contato, investigada por contratos com a Fundação Ceperj, e com ligações com os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão, denunciados pelo assassinato de Marielle Franco. Interlocutores do Republicanos negam essa versão e dizem que a relação entre os grupos políticos estremeceu após o chefe do Executivo carioca não cumprir acordos.

A ONG Contato é citada nas investigações sobre o assassinato de Marielle por recebimento de emendas parlamentares de Chiquinho enquanto deputado federal. A suspeita é de que a instituição teria sido usada para lavar dinheiro. A defesa nega as acusações.

Até o fim de semana, o presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira, afirmava que seguiria com o apoio a Paes. Ao **Valor**, ele ressaltou que o diretório estadual teria "total autonomia" para definir o futuro da aliança.

A legenda nega que o desembarque tenha relação com o cancelamento da licitação. Cunha, que diz não falar pelo partido, admite que "certamente estarão com um concorrente" do atual prefeito em outubro. Em nota, o diretório estadual reiterou que Paes não cumpriu compromissos assumidos com a sigla. "O partido ainda decidirá até o prazo da convenção, qual rumo tomará nas eleições", diz trecho da nota.

A aliança entre Paes e Republicanos foi costurada por Waguinho, apadrinhado político de Cunha e cabo eleitoral de Lula em 2022. Procurados, eles não responderam aos contatos do **Valor.**

1ª Turma do STF aceita denúncia contra Moro

Isadora Peron
De Brasília

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem aceitar uma denúncia apresentada contra o senador Sergio Moro (União-PR) por declarações supostamente ofensivas contra o ministro Gilmar Mendes, decano da Corte. Agora, Moro vira réu no caso e será aberta uma ação penal. Ao final do processo, o STF terá que decidir se ele será condenado ou absolvido no caso.

O ex-juiz da Lava-Jato foi denunciado por calúnia pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em abril do ano passado, após vir à tona um vídeo em que ele ligava Gilmar à compra de habeas corpus. A gravação ocorreu em uma festa junina, em meados de 2022, antes de Moro assumir uma cadeira no Senado.

No pedido, o órgão defendeu que Moro estava "ciente da inveracidade de suas palavras" e que, se for condenado a uma pena de prisão de quatro anos, ele deveria perder o mandato de senador.

Em seu voto, a ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, defendeu que havia elementos para que a denúncia fosse aceita. Ela também rejeitou a preliminar apresentada pela defesa do parlamentar de que o processo não deveria tramitar no Supremo e sim na primeira instância.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Sergio Moro: senador e ex-juiz alega que tudo se tratava de brincadeira

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Gilmar: ministro pertence à 2ª Turma do STF e não participou da decisão

Os demais ministros do colegiado seguiram a posição da ministra: Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino. Gilmar Mendes integra a Segunda Turma.

Ao se manifestar, Dino apontou ser muito grave a acusação de que um juiz venderia sentenças. Fux concordou com a avaliação do colega.

Na sustentação oral, o advogado Luís Felipe Cunha, que é suplente de Moro no Senado, defendeu que a denúncia deveria ser arquivada pois em nenhum momento o ex-juiz teve a intenção de ofender o ministro do STF. Ele, no entanto, reconheceu que se tratou de uma "piada infeliz".

O advogado também defendeu que os fatos foram tirados do contexto e que o vídeo não foi produzido pelo senador ou sua equipe, mas sim por terceiros que estavam na festa e realizaram uma edição "maldosa" para divulgar nas redes sociais.

Pelas redes sociais, Moro lamentou a decisão. "A Primeira Turma do STF recebeu denúncia por suposto crime de calúnia contra mim por ter feito, antes do exercício do mandato de senador, uma piada em festa junina na brincadeira conhecida como 'cadeia'. Um vídeo gravado e editado por terceiros desconhecidos foi feito e divulgado sem meu conhecimento e autorização", explicou o senador.

Segundo ele, "o pedido para que os terceiros fossem identificados e ouvidos antes da denúncia não foi atendido". "O recebimento da denúncia não envolve análise do mérito da acusação e no decorrer do processo a minha defesa demonstrará a sua total improcedência."

No mês passado, Moro conseguiu uma vitória na Justiça, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu por unanimidade rejeitar recursos que pediam a cassação do seu mandato. Ele era acusado de cometer abusos durante a pré-campanha. Em abril, em um gesto em direção ao Poder Judiciário, ele pediu um encontro com Gilmar e foi recebido pelo decano, um dos nomes mais críticos dos métodos da Operação Lava-Jato.

Eleições Premiê sai enfraquecido e terá de formar um governo de coalizão, o que poderá colocar em risco seus planos econômicos

Partido de Modi encolhe e perde a maioria no Parlamento da Índia

Ruchi Bhatia, Anup Roy e Preeti Soni
Bloomberg

As ambiciosas metas de crescimento econômico do premiê indiano Narendra Modi agora estão ameaçadas, depois que seu partido perdeu a maioria parlamentar, tornando-o dependente de um governo de coalizão para promover reformas econômicas duras.

O partido de Modi, o Bharatiya Janata Party (BJP) viu a sua bancada encolher para 240 cadeiras, de 303 assentos em 2019, ficando abaixo da maioria de 272 necessária para formar um governo por conta própria. Ele agora será forçado a trabalhar com seus aliados para governar. Os resultados divulgados ontem foram uma surpresa depois que pesquisas de boca de urna previram mais de 350 cadeiras para o bloco governista.

A Aliança Democrática Nacional liderada pelo BJP estava a caminho de obter 293 assentos, enquanto o bloco de oposição, a Aliança Nacional Inclusiva para o Desenvolvimento da Índia, caminhava para obter 229 assentos, mostraram os resultados.

"Não gostamos da forma como governaram este país nos últimos 10 anos", disse Rahul Gandhi, de 53 anos, que liderou um bloco de oposição de 20 partidos que representam uma mistura de grupos regionais e baseados em castas. "Essa é uma grande mensagem para o senhor Narendra Modi."

O bloco da oposição centrou sua campanha nos eleitores que se sentiam excluídos da história de crescimento da Índia, marcada pela crescente desigualdade, pelo desemprego generalizado e pelo aumento do custo de vida.

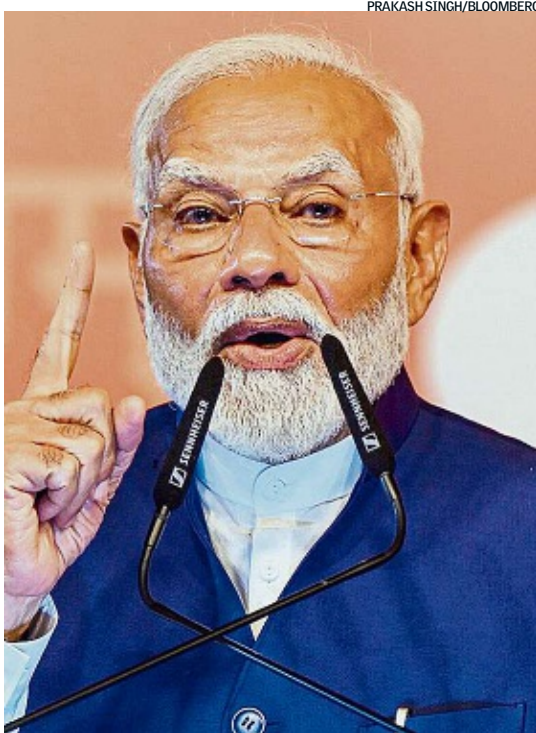
Embora um governo liderado pelo BJP ainda seja capaz de prosseguir com sua abordagem política amplamente amigável aos negócios, um mandato enfraquecido significa que Modi poderá não ter capital político para promulgar reformas difíceis — especialmente em torno das regras trabalhistas e fundiárias, que economistas afirmam serem necessárias para manter o crescimento da Índia.

O resultado da eleição também poderá fazer o BJP pender para medidas populistas envolvendo gastos públicos para reforçar o apoio, colocando em risco os esforços para reduzir o déficit fiscal.

"Acreditamos que a consolidação fiscal continuará sendo um foco, mas poderá haver a possibilidade do uso de receitas adicionais recentes em gastos, em vez de na redução do déficit", diz Shreya Sodhani, economista do Barclays.

O governo de Modi tomou medidas decisivas ao longo dos anos para conter o déficit fiscal, reduzindo-o a 5,6% do PIB no ano fiscal encerrado em março, de um pico de 9,2% durante a pandemia de covid-19 em 2020. O governo prometeu reduzi-lo ainda mais, para 4,5%, em 2025-2026.

O resultado mais fraco obtido pelo BJP também poderá forçá-lo a se concentrar no aumento da renda e na criação de empregos para ajudá-lo a conseguir adesão para o seu esforço mais amplo em favor dos negócios, segundo economistas. "O maior problema de Modi são os empregos inadequados, muito embora o crescimento econômico seja elevado", diz Shumita Sharma Deveshwar, principal economista da GlobalData.TS Lombard para a Índia. "Obviamente, as pessoas sentem no bolso e isso acontece porque a renda das pessoas não está aumentando."

O emprego surgiu como uma questão fundamental na campanha eleitoral, com os partidos de oposição criticando o governo por não criar empregos suficientes, especialmente para os mais jovens. O Centre for Monitoring Indian Economy, uma empresa privada de pesquisas, estima a taxa de desemprego das pessoas com idades entre 20 e 24 anos em 42,6%. Os dados oficiais sobre o emprego na Índia são considerados incompletos pela maioria dos economistas.

Mais da metade da população de 1,4 bilhão da Índia tem menos de 30 anos, dando a ela uma vantagem importante sobre países como a China, onde o mercado de trabalho está envelhecendo e encolhendo. Mas a baixa escolaridade e as altas taxas de evasão escolar significam que os jovens não estão sendo adequadamente equipados para assumir os empregos necessários para sustentar o crescimento elevado da Índia.

As ambiciosas metas de crescimento de Modi também estarão agora sob escrutínio. Ele prometeu fazer da Índia um país desenvolvido até 2047 — o centenário da independência do país —, um objetivo que estava no centro do manifesto eleitoral do BJP. Embora essa visão não tenha metas específicas, alguns economistas estimam que a Índia precisaria crescer mais de 8% ao ano nos próximo 25 anos para se tornar um país de alta renda.

Modi reivindicou ontem a vitória de sua coalizão e reiterou a meta de 2047. "Faremos progressos em direção ao objetivo de nos tornarmos um país desenvolvido no próximo mandato. O país verá um novo capítulo de grandes decisões", disse o premiê de 73 anos na sede do BJP em Nova Déli.

A economia da Índia cresceu 8,2% no ano fiscal encerrado em março e o banco central prevê um crescimento de 7% para este ano. Economistas acreditam que os gastos de Modi com infraestrutura, que ajudaram a impulsionar o crescimento, provavelmente continuarão, embora possivelmente em um ritmo mais lento.

Para conseguir taxas de crescimento de mais de 8% em uma base sustentável, a Índia precisa implementar reformas econômicas nas políticas trabalhistas e fundiárias, segundo economistas. Por exemplo, os códigos do trabalho que tornam mais fácil contratar e demitir trabalhadores foram aprovados pelo Parlamento em 2019 e 2020, mas ainda não foram implementados pelos governos estaduais. As empresas também se queixam de que comprar terrenos é uma operação complexa, dificultando os investimentos.

As ações indianas tiveram seu pior dia em mais de quatro anos ontem, depois que ficou claro que o resultado das eleições seria muito mais apertado do que o esperado. O índice BSE Sensex, da Bolsa de Mumbai, caiu 5,74%, depois de ter atingido um recorde na segunda-feira, após pesquisas de boca de urna sugerirem que Modi venceria as eleições confortavelmente.

ANINDITO MUKHERJEE/BLOOMBERG

Rahul Gandhi, líder da oposição, comemora resultado

PRAKASH SINGH/BLOOMBERG

Narendra Modi obteve um terceiro mandato como premiê

> "O maior problema de Modi são os empregos inadequados"
> *Shumita Deveshwar*

Aliados ocidentais tentam responder às sabotagens da Rússia

John Paul Rathbone, Henry Foy e Raphael Minder
Financial Times, de Londres, Bruxelas e Varsóvia

Os governos ocidentais estão lutando para responder ao que eles veem como uma campanha russa crescente de tentativas de sabotagem que incluem incêndios criminosos em bases militares e infraestruturas civis em toda a Europa.

O objetivo desses ataques de "zona cinzenta", que as autoridades de segurança afirmam serem quase sempre liderados pelo Departamento Central de Inteligência russo (GRU), é promover a cizânia entre os aliados da Ucrânia, interromper o apoio militar a Kiev e testar a determinação ocidental.

"A Rússia está tentando passar a mensagem de que é onipotente e pode perturbar as nossas sociedades, instigar o medo e encontrar meios de tornar nossas vidas mais miseráveis", disse Edgars Rinkevics, presidente da Letônia. "Ela também está testando nossa resposta, porque se não respondermos, esses ataques vão aumentar."

Rinkevics disse que os aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) estão "tentando descobrir" como reagir antes de invocar a cláusula de defesa mútua da aliança, o Artigo 5. "Não vamos disparar mísseis contra a Rússia por causa de um incidente de pequena escala", acrescentou.

O problema está no topo da agenda dos aliados ocidentais da Ucrânia após incidentes recentes. Estes incluem um suposto ataque incendiário apoiado pela Rússia a um depósito ligado à Ucrânia no Reino Unido, um plano de sabotagem contra bases militares dos EUA na Alemanha, tentativas de perturbar as redes de sinalização ferroviária da Europa e o bloqueio de sistemas de navegação GPS da aviação civil nos Balcãs. A Microsoft alertou que a Rússia está promovendo "desinformação maligna" contra os Jogos de Paris.

Antony Blinken, secretário de Estado dos EUA, disse na semana passada que "praticamente todos os aliados" em uma reunião de ministros da Otan em Praga levantaram a questão da "intensificação pelo Kremlin de seus ataques híbridos contra Estados da linha de frente, membros da Otan, incendiando e sabotando depósitos de abastecimento, ignorando fronteiras marítimas e demarcações nos Balcãs, promovendo cada vez mais ataques cibernéticos e espalhando a desinformação".

"Sabemos o que eles estão fazendo e responderemos individual e coletivamente conforme necessário", acrescentou Blinken.

A ministra da Defesa da Holanda, Kajsa Ollongren, disse que Moscou está tentando "nos intimidar" e é fundamental "não permitir que isso aconteça".

A questão é como. A Rússia, segundo um conselheiro de defesa ocidental, tem um léxico altamente desenvolvido para a guerra híbrida e o aplica sistematicamente a todas as armas em potencial, sejam elas "informação, operações psicológicas ou coisas que explodem". Já o Ocidente está tão atrasado que "carece de um vocabulário do que significa guerra híbrida". Moscou "também observa constantemente nossas reações e testa para ver quais de suas ações funcionam — antes de prosseguir com mais", disse o conselheiro.

Um problema é que os incidentes frequentemente parecem ser aleatórios e contra alvos não relacionados à Ucrânia — como um incêndio em uma loja da Ikea na Lituânia no mês passado que Donald Tusk, premiê da Polônia, sugeriu que pode ter sido obra de sabotadores estrangeiros.

Outro problema é que os incidentes são sempre perpetrados por terceiros, o que torna mais difícil atribuí-los diretamente à Rússia. O Kremlin rejeita as acusações dos governos europeus de que pratica guerra híbrida.

Um funcionário da contraespionagem ocidental disse que o aumento do uso de terceiros por Moscou é resultado da recente expulsão em massa de centenas de diplomatas e espiões russos da Europa. Os agentes alternativos são agora oriundos de gangues criminosas, diz ele, o que é um sinal de que o Ocidente conseguiu limitar as opções de Moscou, embora isso também traga novos riscos.

"Há uma chance maior de danos colaterais e vítimas, uma vez que esses representantes não são qualificados no ofício", disse essa fonte.

A Polônia tem sido um alvo particular dos esforços de sabotagem, por ser um centro de distribuição de suprimentos militares ocidentais para a vizinha Ucrânia. No último mês, dezenas de pessoas foram presas no país sob acusações de espionagem e sabotagem. A maioria foi recrutada no crime organizado e Tusk disse que elas estavam "diretamente envolvidas com os serviços de inteligência russos".

As autoridades envolvidas na investigação disseram que Moscou vem empregando "medidas ativas" semelhantes desde a década de 1920, e a melhor forma de combatê-las é um assunto tão antigo quanto a própria tática.

Um Modi enfraquecido pode ser positivo para a Índia

Análise

Financial Times

O maior exercício democrático do mundo terminou, com uma nota inesperada. Cerca de 642 milhões de indianos votaram na eleição de sete fases, que durou várias semanas em meio a uma onda de calor. O líder do Partido Bharatiya Janata (BJP), Narendra Modi, anunciou ontem, como já era esperado, que voltaria ao cargo de premiê para seu terceiro mandato consecutivo — o primeiro a conseguir isso desde o primeiro-ministro da independência, Jawaharlal Nehru. Mas Modi volta recebendo uma lição de humildade.

O BJP está no rumo de perder sua maioria absoluta e, com seus aliados, deve conquistar menos vagas na Câmara Baixa da Índia do que em 2019 — um resultado muito aquém da vitória retumbante que as pesquisas de boca de urna sugeriam. Isso deixa Modi enfraquecido e mais dependente dos parceiros de sua coligação e da oposição. Empresas e investidores apostavam na continuidade e em uma maioria forte. Os preços das ações, dos títulos e a rupia caíram.

Mas o resultado surpreendente pode mostrar-se favorável para o desenvolvimento a longo prazo do país mais populoso do mundo e da economia de crescimento mais rápido do planeta. Na verdade isso pode fortalecer a ascensão do país, se encorajar o arrogante e nacionalista hindu BJP a se animar com a democracia indiana, precisamente quando muitos temiam que ela estivesse balançando.

Conquistar um terceiro mandato histórico mostra que Modi segue popular. Muitos indianos ainda aprovam sua liderança, que já dura uma década. Desde seu primeiro mandato, em 2014, as infraestruturas rodoviária, ferroviária e de energia cresceram no país, a Índia criou um Estado de bem-estar social digital e a confiança do país na cena mundial aumentou. Mas a eleição mostra que os indianos querem mais de seu governo.

Apesar da redução impressionante da pobreza no país, a desigualdade de renda e de riqueza está entre as maiores do mundo. Os indianos estão preocupados com a falta de empregos e com a inflação alta. Agora o BJP precisa tratar dessas questões práticas — em conjunto com sua visão grandiosa de transformar a Índia em um país desenvolvido até 2047 — se quiser permanecer no poder. É evidente que o esforço para ampliar a imagem de Modi como um chaiwala (vendedor de chá) que se tornou um líder mundial, reforçar o nacionalismo hindu e intensificar a polarização — muito visível na campanha eleitoral — produziu retornos decrescentes nas urnas.

Para o BJP, a votação é também um sinal de alerta de que não se pode bloquear as divergências e governar de maneira eficaz. Ao longo da última década, o partido e seus defensores amordaçaram a imprensa livre, intimidaram opositores e discriminaram muçulmanos. Além disso, a eleição afastou qualquer receio de que o BJP conseguisse reunir uma maioria de dois terços no Parlamento, o que lhe permitiria aprovar sozinho reformas na Constituição. E a oposição obteve ganhos, apesar das divisões, o que sublinha o descontentamento crescente.

É provável que o resultado da eleição desacelere parte da agenda de reformas econômicas do BJP. Mas também é uma oportunidade para reparar tensões estruturais, o que pode colocar a ascensão da Índia em bases mais sólidas. Para isso, o BJP precisará trabalhar com outros partidos para garantir que o crescimento da Índia seja mais inclusivo. Isso significa melhorar a educação, dar poder a mais mulheres para que entrem no mercado de trabalho e levar a cabo reformas liberalizantes do mercado.

Se quiser ser mais receptivo às necessidades de todos os eleitores, o BJP também precisa reverter seu retrocesso democrático. Isso significa encorajar, e não obstruir, os meios de comunicação independentes, acabar com a discriminação contra os muçulmanos e investir em estatísticas nacionais confiáveis. Uma Índia mais transparente e pacífica apenas aumenta sua atração para o investimento.

Uma Índia forte e democrática é importante para seu povo — e para o mundo. O país tem uma das maiores e mais jovens forças de trabalho, seus consumidores já são um mercado muito importante e as multinacionais consideram a Índia fundamental para as estratégias de cadeias de fornecimento "China mais um". Os eleitores demonstraram que sua democracia é resiliente. Nos próximos cinco anos, um Modi enfraquecido ainda pode ajudar a transformar o potencial econômico da Índia em realidade, mas apenas se aceitar a mensagem certa destas eleições.

> Os indianos estão preocupados com o desemprego, a inflação e as falhas no avanço da democracia

Biden reforça lei contra imigração

GREGORY BULL/AP

O presidente dos EUA, Joe Biden, firmou ontem uma ordem que amplia a proibição de asilo para migrantes pegos cruzando ilegalmente a fronteira com o México. Os presos em flagrante poderão ser sumariamente deportados. Haverá exceções para crianças desacompanhadas, pessoas que enfrentam problemas médicos e vítimas de tráfico. O governo também fechará temporariamente a fronteira quando os pedidos de asilo legais chegarem a 2.500 por dia. Na foto, migrantes buscam asilo em San Diego.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Estímulos ajudam PIB, enquanto investimentos preocupam

A economia brasileira foi melhor do que a média das expectativas. Teve crescimento de 0,8% no primeiro trimestre do ano e de 2,5% em relação ao mesmo período de 2023. O desempenho de todos os componentes do Produto Interno Bruto (PIB), de demanda ou de oferta, com exceção da indústria, superou a mediana das projeções feitas por dezenas de consultorias e economistas ouvidos pelo **Valor**. Esse ímpeto será interrompido ao longo dos trimestres, em especial o segundo, quando a tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul deve mostrar sua plena força econômica negativa. A gigantesca tarefa de reconstrução da quarta maior economia regional do país nos próximos meses, porém, deverá acrescentar forças ao consumo e aos investimentos.

O comportamento dos serviços e de seu simétrico pelo lado da demanda, do consumo das famílias, superou muito as expectativas. Os serviços cresceram 1,4% no trimestre em relação ao último período de 2023, enquanto a mediana das projeções indicava avanço de apenas 0,5%. No caso das despesas das famílias, a mediana das previsões, de alta de 1,1%, foi facilmente superada pelo 1,5% registrado. Influiu significativamente nos números do PIB trimestral, também contrariando as projeções, o desempenho da agropecuária. Era esperada uma desaceleração significativa em relação ao ritmo do primeiro trimestre de 2023, quando o setor teve excepcional resultado (16,2%), e se previa avanço de 8,8%. Cresceu 11,3%.

A economia sustentou bom desempenho mesmo com o empuxo negativo do setor externo, sobre o qual as previsões também ficaram bem aquém do que de fato ocorreu. O recuo previsto de 0,6% nas exportações tornou-se de fato um avanço de 0,2%. As importações, que deveriam crescer 1,7%, subiram 6,5%. Com isso, o setor externo retirou nada menos de 1,15 ponto percentual do PIB, sendo compensado pelo aumento da demanda doméstica de 1,9%, segundo Alberto Ramos, diretor de pesquisas para a América Latina da Goldman Sachs.

O ritmo forte do emprego e da renda, que se nutriram também dos estímulos dados pelo governo e da queda da taxa de juros, explica grande parte dos resultados. Pelas medidas tradicionais, a economia se aproxima do pleno emprego, com avanço real anual de 4% nos salários. É o que explica o progresso das atividades em todos os segmentos dos serviços, com destaque para o varejo e os serviços pessoais. Por qualquer padrão de comparação (trimestre contra trimestre anterior, ou contra o mesmo trimestre do exercício passado ou ainda quatro trimestres sobre os quatro antecedentes), todas as rubricas do segmento apresentam resultado positivo.

O crescimento significativo do trimestre, que interrompe um semestre de estagnação, tem vulnerabilidades evidentes. Uma delas é a queda da poupança e do investimento. No caso da formação bruta de capital fixo, apesar do aumento de 4,1% sobre o trimestre anterior (segundo resultado positivo consecutivo), a performance em quatro trimestres mostra retração de 2,7%, só um pouco melhor que a queda de 3,1% na mesma conta feita com os dados do trimestre anterior. Em relação ao primeiro trimestre de 2023, a taxa de investimento recuou de 17,1% do PIB para 16,9% do PIB. O recuo da taxa de poupança nesse período foi ainda maior, de 17,5% para 16,2%.

O investimento, uma das garantias de expansão continuada, encontra-se 15,1% abaixo do pico da série, no segundo trimestre de 2013, quando atingiu 20,7% do PIB. A taxa de poupança está cerca de 20% abaixo do pico de 20,8% alcançados em meados de 2021, após os extraordinários auxílios às famílias concedidos durante a pandemia. Serviços, consumo das famílias e do governo e o PIB chegaram no primeiro trimestre do ano ao maior nível da série histórica.

O baixo investimento é um obstáculo à continuidade da expansão sem pressão inflacionária. A forte performance dos serviços, alavancada pelo emprego e maiores salários, acrescenta outro sinal de alerta sobre a evolução futura dos preços. Estudo dos economistas do Itaú mostrou que a inflação do setor é um pouco mais acentuada do que a que tem sido captada pelas metodologias tradicionais (**Valor**, ontem), e beira 5% em 12 meses em abril, ante IPCA de 3,7%.

A inflação de serviços é uma das preocupações do Banco Central; a situação fiscal é outra. Boa parte da força da atividade do primeiro trimestre é pelo despejo de R$ 120 bilhões de pagamento de precatórios no fim de dezembro e início do ano. O programa Desenrola abriu um espaço de R$ 50 bilhões ocupado antes por endividamento inadimplente que não poderia ser renovado. A massa de rendimentos real mensal no primeiro trimestre subiu R$ 19 bilhões em relação ao mesmo período do ano passado, ou R$ 60 bilhões nos três meses. Ainda que todo esse dinheiro não desague de imediato no consumo, é uma soma de recursos semelhante aos R$ 148 bilhões que aportaram na economia com a PEC de Transição no ano passado, algo como 1,6% do PIB, sem contar a expansão do crédito, que crescerá perto de 10% para as pessoas físicas no ano.

A contradição entre política fiscal em expansão e política monetária em contração deverá acarretar juros altos e mais inflação, uma combinação fatal anticrescimento.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

É urgente aumentar a infiltração e a retenção de água em solos urbanos e rurais. Por **Virgilio Viana**

Soluções ecológicas para o Rio Grande do Sul

A catástrofe climática do Rio Grande do Sul coloca na ordem do dia o debate sobre como deve ser feita a recuperação de áreas atingidas por eventos climáticos extremos. Deve ser feita a reconstrução nos moldes do que existia antes? Quais mudanças são necessárias e como isso deve ser feito?

Responder essas questões é essencial para todos: governos federal, estadual e municipais, empresas, produtores rurais, famílias e cada pessoa, individualmente; pessoas jovens e adultas. Se não houver clareza nessas respostas e se elas não estiverem baseadas em ciência, haverá grande risco de desperdiçar boa parte dos bilhões de reais que devem ser mobilizados para essa gigantesca tarefa de reconstrução.

O ponto de partida para formular essas respostas é científico. Os eventos climáticos extremos estão aumentando de escala e frequência em todo o mundo. Não há mais nenhum milímetro de dúvida. É essencial que os apóstolos do negacionismo climático sejam devidamente encaminhados ao ostracismo.

Hoje, vemos a situação das enchentes no Rio Grande do Sul, mas há pouco menos de um ano estávamos passando pelos efeitos das mudanças climáticas na Amazônia, com a pior seca já registrada na história. Infelizmente, as projeções científicas apontam que, neste ano, a estiagem dos rios no Amazonas deve acontecer de forma semelhante em proporção ao que ocorreu em 2023. Quanto mais longa e intensa é a estação seca, mais frequentes e grandes tornam-se as queimadas. Isso contribui para o aquecimento global e regional, criando um efeito dominó que tende a tornar esse problema cada vez mais grave.

Há muitos anos os pesquisadores do clima publicam trabalhos científicos mostrando que o sul do Brasil está cada vez mais sujeito a fenômenos climáticos extremos como inundações, tornados, secas etc. Portanto, a primeira resposta é que não podemos pensar em uma reconstrução nos moldes do que existia antes.

São necessárias mudanças em todos os segmentos, algumas mais radicais e outras menos. No que diz respeito às inundações, o caminho é claro: é necessário retardar a sua chegada aos arroios, rios e lagoas. É necessária uma gestão que considere a geografia das bacias hidrográficas. Pouco adianta um município fazer a sua parte se o município rio acima não cuidar bem das suas águas.

Cuidar bem das águas significa, em primeiro lugar, aumentar a infiltração da água no solo. Isso deve ser feito tanto em áreas urbanas quanto rurais. Nas áreas urbanas deve ser diminuída a impermeabilização do solo, o que implica revisar os planos diretores de todas as cidades. Devem ser incentivadas a captação e o armazenamento de água de chuva em todas as construções: residenciais, comerciais e industriais.

As áreas verdes devem ser ampliadas ao máximo: elas possuem o papel de armazenar e liberar água lentamente. Essas áreas devem incluir aquelas que não devem mais ser ocupadas por residências e negócios, que devem ser realocados para locais menos vulneráveis aos eventos climáticos extremos. No interior dessas áreas verdes pode haver lagoas com capacidade de armazenar excedentes de água e, ao mesmo tempo, funcionar como espaços de lazer, com implicações para a melhoria do bem-estar e da saúde pública da população. Está cientificamente comprovado que áreas verdes promovem o bem-estar humano e, portanto, representam também uma economia para o sistema público de saúde.

Nas áreas rurais, é necessária uma profunda mudança nos sistemas de uso do solo. As áreas de preservação permanente — que fazem parte do Código Florestal — devem ser rapidamente recuperadas. Com isso as margens dos arroios, rios e lagoas vão ganhar uma cobertura florestal e essas florestas passarão a desempenhar o papel de esponjas. Esse conceito de esponja vem sendo largamente utilizado na China e em outros países do Oriente. O resultado dessa prática é a redução da velocidade com que a água chega aos rios. Além disso, as florestas recarregam os aquíferos subterrâneos, que abastecem os poços artesianos em períodos secos.

Por outro lado, os sistemas de produção agropecuária devem passar por uma modernização guiada por princípios ecológicos cientificamente comprovados. Quanto mais matéria orgânica no solo e árvores dentro dos sistemas agropecuários, maior é a retenção de água. Além disso, as plantas e animais ficam mais saudáveis e demandam menor uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Isso significa maior rentabilidade para produtores rurais e menos poluição para o restante da sociedade.

GUSTAVO MANSUR/PALÁCIO PIRATINI

Essas soluções baseadas na natureza vêm sendo descritas pela ciência como as que oferecem melhor relação custo-benefício. Soluções de engenharia civil são necessárias, mas sozinhas não conseguirão resolver o problema. O foco principal dos investimentos deve ser nas soluções baseadas na natureza. Em evento que aconteceu neste mês de maio organizado pelas Academias de Ciências e Ciências Sociais do Vaticano, houve um consenso científico sobre este tema. O Papa Francisco, em sua mensagem aos participantes do evento, destacou a importância das soluções baseadas na natureza e a necessidade de uma atenção especial para os pobres, que estão entre as populações mais vulneráveis.

O que nos leva ao tema da injustiça climática. As enchentes no Rio Grande do Sul e a estiagem severa na Amazônia, em 2023, são dois exemplos recentes desse fenômeno dos nossos tempos, ligado aos extremos da crise climática. As pessoas que menos contribuíram para essas mudanças são as que mais estão sofrendo no momento, então eles que não são parte do problema, hoje são desproporcionalmente impactadas por esse mesmo problema, devido à situação de vulnerabilidade social em que já se encontram. Pessoas com poucos recursos financeiros, que não podem garantir residências seguras e sustentáveis e vivem em áreas de risco, estão entre as primeiras atingidas por secas e cheias, entre outras intempéries, perpetuando esse ciclo de desigualdades.

Infelizmente, os eventos climáticos estão aumentando de magnitude e frequência em todo o Brasil e em todo o mundo. É urgente repensar e guiar os orçamentos públicos e os investimentos privados com base na ciência. Os custos das tragédias climáticas são muito maiores do que os da adaptação. Temos todos que aprender com as tristes lições do Rio Grande do Sul e impulsionar um urgente processo de transformação ecológica da sociedade. A boa notícia é que isso pode gerar empregos, criar novas oportunidades de negócios e melhorar a saúde da população. Cuidar da natureza é o caminho mais inteligente que temos.

Virgilio Viana, engenheiro florestal, Ph.D. pela Universidade de Harvard, Membro da Pontifícia Academia de Ciências Sociais, Professor da Fundação Dom Cabral e Superintendente Geral da Fundação Amazônia Sustentável.

O Pix além da inclusão financeira

Tiago Cavalcanti

Recentemente, participei da Conferência Anual do Banco Central do Brasil em Brasília. Quase 40 trabalhos foram apresentados em diversos tópicos relacionados à macroeconomia, estabilidade financeira, intermediação e inovação financeira.

Um dos excelentes trabalhos apresentados foi o artigo "Payment Technology Complementarities and Their Consequences in the Banking Sector: Evidence from Brazil's Pix", de autoria de José Renato Haas Ornelas, economista do Banco Central do Brasil, e Matheus Sampaio, que está no último ano de doutorado de finanças na Universidade de Northwestern nos Estados Unidos.

As tecnologias de meios de pagamento trouxeram vários benefícios para as sociedades. O sistema econômico moderno utiliza o dinheiro fiduciário para facilitar a troca de mercadorias. A moeda fiduciária, que não possui valor intrínseco e não é lastreada por qualquer mercadoria, tornou-se o principal instrumento de troca e de investimento. O valor da moeda fiduciária é baseado na confiança de que, quando recebida, poderá ser trocada por mercadorias e serviços no futuro.

A hiperinflação pode levar à completa perda de valor de uma moeda, mesmo que seja certificada como a moeda legal em circulação pelo governo, já que a desvalorização rápida pode levar as pessoas a optarem por outra moeda mais estável, como o dólar.

Antes, ao comprar algo usando dinheiro em espécie, significava trocar um volume de cédulas pelo valor correspondente de mercadoria. Com a substituição do dinheiro pelo saldo em conta bancária, a essência permanece a mesma, mas ocorre uma transferência entre contas, visto que o saldo em conta substituiu o papel-moeda.

Os cartões de débito e de crédito facilitam as transferências de valores entre contas bancárias e, nesse sentido, são substitutos dos cheques. Esses cartões oferecem serviços de facilidade, segurança e conveniência tanto para os compradores quanto para os vendedores de bens e serviços, explicando o aumento no uso desses meios de pagamento em relação ao papel moeda e aos cheques.

No entanto, o mercado de cartões é sobremaneira concentrado, com vários intermediários envolvidos em uma transação. Em transações com cartão de crédito ou débito entre um consumidor e um lojista, há uma comunicação entre a adquirente, como a Rede e a Cielo, que emitem as maquininhas; a bandeira do cartão, como a Mastercard e a Visa; e a instituição financeira emissora, ou seja, os bancos. Com cada intermediário recebendo uma parte da transação, há uma discrepância entre o valor pago pelo consumidor e o valor recebido pelo lojista. Estima-se que o volume total dessas taxas cobradas em transações com cartão de crédito e débito seja de aproximadamente 1% do PIB.

As diretrizes básicas de um sistema de pagamentos instantâneos no país nasceram em 2018, quando o economista Ilan Goldfajn era presidente do Bacen. Já com o nome de Pix e com um desenho de regras elaboradas por Roberto Campos Neto e João Manoel Pinho de Mello e que garantiram seu enorme sucesso, o arranjo de pagamentos instantâneos do Bacen entrou em vigor em novembro de 2020. O Pix elimina ao menos um intermediário (a bandeira) presente em transações com cartões de crédito e débito, e, como consequência, traz benefícios claros aos lojistas, diminuindo a discrepância entre o preço cobrado e o valor recebido das mercadorias. Este meio de pagamento parece ser um substituto ao cartão de débito, uma vez que é uma transação à vista.

O Pix permite a transferência de dinheiro entre contas bancárias de forma rápida e segura, melhorando a interoperabilidade de serviços bancários, estimulando fortemente a inclusão financeira. Com efeito, como os cartões de débito não foram totalmente substituídos pelo Pix devido à conveniência e segurança de seu uso, o Pix pode até ter levado a um aumento no uso desses cartões.

Uso do Pix melhorou mecanismos informais de seguridade social, além de gerar facilidade nas transações

O estudo de José Renato Ornelas e Matheus Sampaio busca compreender se a introdução do Pix resultou em uma queda ou um aumento no uso de cartões de crédito e débito, ou seja, qual efeito foi mais significativo: o de substituição ou inclusão financeira?

Atualmente, o Pix é o principal instrumento de transações no país. No entanto, as séries temporais mostram que o uso de cartões de crédito e débito, tanto no número de transações quanto no volume total transacionado, aumentaram desde a introdução do Pix.

Os autores do trabalho vão além e investigam o papel do uso do Pix como um seguro social em locais afetados por enchentes. Usando milhares de dados do Banco Central entre 2019 e 2022, os economistas mostram que antes do Pix, o total transacionado em cartões, boletos ou transferências via TED não se alteravam em locais afetados por enchentes.

Após a introdução do Pix, os municípios afetados por enchentes apresentaram um volume maior de transações, tanto em Pix quanto em outras formas de transações, como boletos e TED, em comparação com municípios semelhantes que não foram afetados por enchentes. Isso sugere que a inclusão financeira e a facilidade de uso do Pix melhoraram os mecanismos informais de seguridade social, gerando bem-estar social além da facilidade e conveniência nas transações.

O Banco Central fez avanços institucionais significativos nos meios de pagamento nos últimos anos, com a introdução do Pix e o aumento da competição entre os adquirentes das maquininhas de cartões de crédito e débito. Além de outras mudanças, como a adesão automática ao cadastro positivo e a portabilidade de crédito e de conta salário. Todas essas reformas tendem a melhorar a eficiência do funcionamento dos serviços bancários no país com ganhos de bem-estar para a população.

Tiago Cavalcanti é professor titular de Economia da Universidade de Cambridge e da FGV-SP.

Fim da garantia dos EUA de proteger a Europa teria consequências globais. Por **Martin Wolf**

O nacionalismo ameaça a ordem mundial

Eu tenho um pesadelo. O próximo presidente dos Estados Unidos declara que seu país não cumprirá mais o compromisso assumido sob o tratado da Otan, de sair em defesa de um membro da organização. Os europeus não conseguem encontrar um substituto confiável. Temendo a ameaça de uma Rússia revanchista, alguns passam a ser leais à Rússia e à China. A Europa se dissolve.

Isso é plausível? Espero que não. Mesmo assim, por trás do pesadelo está a realidade. Estamos entrando em um período de ressurgimento do nacionalismo, da xenofobia e do autoritarismo.

Como Oscar Wilde poderia ter observado: "Eleger Donald Trump presidente uma vez pode ser considerado um infortúnio, mas elegê-lo duas vezes parece descuido". Sua volta indicaria algo muito perturbador sobre o estado da superpotência ocidental.

Robert Kagan, da Brookings Institution, observa em um podcast que fez comigo que a proximidade de Trump com o poder se deve a forças antiliberais poderosas. As implicações dessas atitudes para a democracia dos EUA são preocupantes. Mas essa preocupação não está limitada ao âmbito interno.

O "América em primeiro lugar" de Trump foi um slogan usado pelo aviador Charles Lindbergh em oposição ao apoio dos EUA ao Reino Unido na Segunda Guerra Mundial. Essa oposição só cessou depois que o ataque do Japão a Pearl Harbor em dezembro de 1941 forçou os EUA a entrarem na guerra.

Lindbergh era um isolacionista. Na medida em que pode ser definido, Trump é um unilateralista não confiável. Mas, no contexto da guerra da Rússia na Ucrânia, esta pode não ser uma diferença crucial. Ele ajudaria, ou ele veria isso como "uma disputa num país distante, entre pessoas sobre as quais não sabemos nada", nas notórias palavras de Neville Chamberlain sobre a Tchecoslováquia em 1938?

Por mais de um século a segurança da Europa dependeu da presença dos EUA. Infelizmente, depois da Primeira Guerra Mundial, o Senado repudiou a Liga das Nações e assim os EUA se retiraram. Isso levou ao ressurgimento da Alemanha como potência militar dominante no continente e assim à Segunda Guerra Mundial. Felizmente, os EUA continuaram empenhados na era do pós-guerra. Após o colapso da União Soviética em 1991, eles podem ter acreditado, de modo plausível, que deveriam se retirar novamente.

Putin é inimigo da ordem europeia pacífica. A decisão de Pequim de apoiá-lo foi um divisor de águas. O Ocidente precisará se manter unido para se defender da competição da China. Mas Trump e seus imitadores na Europa tornariam tal parceria quase impossível

Mas agora, depois da invasão não provocada da Ucrânia pela Rússia, esse não pode ser o caso. A China, também cada vez mais vista pelos EUA como uma ameaça, está fornecendo um forte apoio moral e prático à Rússia, incluindo bens de dupla utilização valiosos para o prosseguimento de sua guerra. Mais uma vez isso justifica o compromisso. O que Trump faria? Esta poderá ser em breve uma questão relevante.

O colapso da ordem de segurança da Europa liderada pelos EUA teria repercussões globais. A derrota da Ucrânia certamente encorajaria a China em relação a Taiwan. Mas, além disso, as dúvidas sobre as garantias de segurança na Europa teriam implicações à credibilidade dessas garantias para o Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Por toda a Ásia, países tentariam se aproximar da China.

Infelizmente, a União Europeia também está ameaçada por nacionalistas, xenófobos e autoritários internos. Os partidos com essas atitudes deverão ampliar substancialmente sua presença nas eleições parlamentares europeias. Com o tempo, espera-se que mais deles chegarão ao poder: Marine Le Pen poderá até mesmo ser o próximo presidente da França. Quando se pensa nas dificuldades criadas apenas pelo putinismo de Viktor Orbán, as perspectivas são sombrias.

O nacionalismo também está refletido no afastamento do comércio liberal, que vem ganhando força no mundo todo. Trump teve um papel de liderança na legitimação do protecionismo durante o seu mandato. Biden fez o mesmo. A atual suspeita em relação ao comércio tem muitas causas: o aumento da competição da China na produção industrial; as interrupções nas cadeias de abastecimento após a pandemia de covid-19; a competição estratégica; a crença crescente na política industrial; e o repúdio à própria noção de multilateralismo, com a notável inclusão da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O governo Biden desenvolveu uma agenda relativamente sofisticada em torno da ideia de "reduzir os riscos" no comércio. Mas a ação está ficando mais brutal. Assim, os EUA impuseram tarifas de 100% sobre as importações de veículos elétricos da China, por uma mistura de motivações de segurança e política industrial. Em resposta, Trump disse que "eles também têm que fazer isso em outros veículos e precisam fazer isso com muitos outros produtos porque a China está comendo nosso almoço neste momento". É altamente provável que, no poder, ele adote medidas agressivas contra as importações não só da China, mas de seus aliados.

A reviravolta no comércio já é profunda. Ao longo do período do pós-guerra, os EUA, influenciados pelas lembranças da década de 30 e os objetivos estratégicos do pós-guerra, promoveram o multilateralismo e as economias de mercado liberais. Há agora um entendimento cada vez mais bipartidário de que isso foi um erro grave. Embora o governo Biden deseje permanecer relativamente próximo de seus aliados, sua agenda, também, é de certa forma a "América em primeiro lugar". Mas Trump é muito mais descaradamente nacionalista do que Biden.

Putin é um inimigo inequívoco de uma ordem europeia pacífica. A decisão da China de apoiá-lo foi, para mim, um divisor de águas. Mas quanto mais o mundo ocidental quiser se defender da competição da China, mais ele também precisará para se manter unido. O nacionalismo de Trump ou de seus imitadores na Europa tornaria tal cooperação quase impossível.

Mesmo na nossa era da competição estratégica, a cooperação com a China continua sendo essencial, especialmente em relação ao clima. O Ocidente também precisa responder mais generosamente às preocupações dos países em desenvolvimento e emergentes. Mas, acima de tudo, ele precisa sobreviver como uma comunidade de democracias liberais. Esta é uma necessidade moral e prática. Se o nacionalismo autoritário destruir isso, o Ocidente terá perdido a luta.

Em 1939, o poeta WH Auden escreveu sobre o que ele considerou uma "década má e desonesta". Como parecerá a nossa em 2029? *(Tradução de Mário Zamarian)*

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do Financial Times.

Frase do dia

"Com Trump podemos ter um cisne negro todo mês. Simplesmente não tenho ideia do que está por vir"

De Kenneth Rogoff, ex-economista-chefe do FMI, que se diz "infeliz" com as opções que os EUA têm para as eleições

Cartas de Leitores

PIB brasileiro

O PIB no governo do presidente Lula: na análise da coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, economista Rebeca Palis, pela ótica da demanda, houve uma continuidade do crescimento do consumo das famílias, em razão da melhora do mercado de trabalho no país e das quedas da inflação e das taxas de juros, além dos programas governamentais de auxílio às famílias.
Jorge de Jesus Longato
longatojorge@gmail.com

•

Se o pagamento de precatórios foi um item fundamental para o crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2024, em 2025 teremos um Pibão, pois já temos um estoque de R$ 100 bilhões para serem pagos no próximo ano.
Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Guido Mantega

Nesta última terça-feira, o **Valor** citou o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega em duas matérias. Na primeira, o petista é citado como tendo atribuído a política monetária (leia-se a taxa de juros) a Jair Bolsonaro. Claro que isso é uma grande bobagem.

Economista, o ex-ministro sabe que a taxa de juros é uma consequência direta das escolhas do atual Poder Executivo. Mas, como bom petista, a culpa dos seus problemas é sempre dos outros. Na segunda matéria, noticiou-se que a mera possibilidade de Mantega vir a ocupar o Conselho de Administração da Braskem derrubou o valor da companhia em cerca de 1,5%. Claro que a primeira matéria é a ponta do iceberg que explica a segunda.
Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Carmen Lúcia no TSE

O discurso da posse da ministra Carmem Lúcia no TSE teve um tom forte, ao combater o "algoritmo do ódio" e defender a informação "séria e responsável", no sentido de garantir eleições livres. Felizmente, temos um Judiciário vigor, possibilitando que nossa democracia siga firme, apesar dos ataques eventuais que sofre de tempos em tempos.
José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Criminalização das drogas

A criminalização das drogas é uma solução simplista adotada por aqueles que não querem enfrentar a complexidade real desse problema. Em vez de abordar as raízes sociais, econômicas e de saúde pública que alimentam o uso e o tráfico de drogas, opta-se por uma abordagem punitiva que não resolve as causas subjacentes. Essa estratégia apenas sobrecarrega o sistema prisional, estigmatiza usuários e perpetua ciclos de violência e exclusão social. Para efetivamente lidar com a questão, é necessário investir em políticas de prevenção, educação, tratamento e reabilitação, abordando o problema de forma holística e humana.
Luciano de Oliveira e Silva
luciano.os@adv.oabsp.org.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Conjuntura Para Carvalho, da Vinci, falta governo "autorizar" maior participação do setor privado

Risco é alta do PIB virar 'voo de galinha' por falta de investimento

LEO PINHEIRO/VALOR

Carvalho: Vinci mantém perspectiva otimista para o PIB do Brasil em 2024, apesar de reflexos da tragédia no Sul

Anaïs Fernandes
De São Paulo

O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no primeiro trimestre deste ano reforçou a visão da Vinci Partners de que há motores de crescimento que podem levar a atividade do país para uma alta entre 2,5% a 3% em 2024, uma avaliação que não mudou mesmo com a tragédia no Rio Grande do Sul, pelo contrário. Se, no entanto, o PIB continuar crescendo acima do seu potencial sem que haja aumento sustentado dos investimentos, o risco é ter mais um "voo de galinha" da economia e com riscos inflacionários, alerta José Carlos Carvalho, responsável pela área de macroeconomia.

"[Taxa de investimentos de] 16,7% do PIB ainda é pouco para o Brasil. Tem de ver até onde dá para ir com esse crescimento sem ter investimento", afirma Carvalho.

Ontem, o IBGE divulgou que o PIB do país subiu 0,8% no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto trimestre de 2023. "O segundo trimestre vai ser impactado negativamente, com um número mais fraco, achamos que pode ser 0,4%, algo assim. Mas, ao longo do ano, é bem provável que a reconstrução tenha um impacto mais positivo do que, de fato, teve de perda no segundo trimestre", afirma Carvalho sobre a situação no Estado.

Ao **Valor** ele afirma que é um engano achar que destruição de estoque de capital afeta o PIB. "PIB é valor adicionado no ano, coisas que são produzidas naquele ano. Quando um aeroporto ou um prédio são destruídos, isso não afeta o PIB. Mas a reconstrução, sim", diz.

Como essas atividades podem ficar concentradas no segundo semestre deste ano, Carvalho afirma ver, inclusive, possibilidade de transbordamentos desse "esforço de demanda" na reconstrução da infraestrutura do Estado para a economia nacional em 2025.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *O resultado do PIB no primeiro trimestre de 2024 surpreendeu vocês de alguma maneira?*

José Carlos Carvalho: Foi um número que não choca, não tem grande surpresa, tínhamos projeção entre 0,7% e 0,8%. O número mostra que os grandes motores de crescimento continuam aí.

Valor: *Quais motores são esses?*

Carvalho: Primeiro, vemos o mercado de trabalho bastante aquecido. O último número do desemprego, com ajuste sazonal, foi 7,2%, o que é perto dos valores mínimos da série. Como consequência, vemos salários subindo bastante, acima de 5% — e isso pode até ser um problema para a inflação. No Caged, que engloba só o pessoal com carteira de trabalho assinada, vemos que, em 12 meses, tem mais de 1,5 milhão de pessoas entrando no mercado de trabalho. Então, quando a gente olha a massa salarial, ela está crescendo, não só porque tem mais gente empregada, mas também porque os salários estão subindo. E há muitos setores que dependem dessa massa e que estão vindo bem. O comércio, por exemplo, teve alta de 3% no primeiro trimestre. Teve um outro fator, da parte fiscal ter sido feita antecipadamente.

Valor: *Como assim?*

Carvalho: No último trimestre do ano passado e no primeiro trimestre deste ano, o gasto do governo foi alto, porque ele acelerou muito a execução do Orçamento. Ele não precisava pagar os precatórios, por exemplo, todos no primeiro trimestre [de 2024]. Acho que teve uma decisão política de fazer, porque havia muitos precatórios de baixo valor, o que bate no consumo. Com isso, o déficit primário foi rapidamente acima de 2% do PIB. Se o arcabouço fiscal for respeitado, eu acho que vai ser, esse número vai enfraquecer ao longo de 2024, e o déficit deve chegar perto de 0,5%, 0,6% do PIB. A parte fiscal bateu muito forte [na atividade] no primeiro trimestre e acho que vai ajudar no segundo, mas perde força ao longo do ano.

Valor: *Efeitos pontuais como esse não significam que o crescimento deve desacelerar à frente?*

Carvalho: Esse impulso fiscal é o principal motivo para o pessoal achar que desacelera no segundo semestre. Mas, por outro lado, eu acho que a parte do crédito está acelerando e ainda vai acelerar mais. Dentro do consumo, tem uma parte que depende mais de renda e uma que depende mais de crédito. Comprar um carro depende da sua renda no sentido de você ficar mais confortável para tomar dinheiro emprestado, mas depende de ter crédito. E, com essa queda de juros de 13,75% para 10,5% — e podemos discutir se vai além disso ou não —, já vimos o crédito expandindo bastante. Então, eu acho que, mais à frente, o consumo que depende mais de crédito, como de imóveis e carros, vai aumentar. Olhando o PIB do primeiro trimestre, a indústria de transformação, por exemplo, já melhorou. Nós temos um crescimento de PIB entre 2,5% e 3% de forma meio linear ao longo do ano.

Valor: *Os reflexos econômicos da tragédia no Rio Grande do Sul não colocam um viés de baixa nessa projeção forte para o ano?*

Carvalho: O segundo trimestre vai ser impactado negativamente, com um número mais fraco, achamos que pode ser 0,4%, algo assim. Mas, ao longo do ano, é bem provável que a reconstrução tenha um impacto mais positivo do que, de fato, teve de perda no segundo trimestre. Conversando com pessoas mais leigas, muita gente fica chocada que não revisamos para baixo por causa do Rio Grande do Sul. Um engano que as pessoas cometem, às vezes, é achar que a destruição de estoque de capital afeta o PIB. PIB é valor adicionado no ano, coisas que são produzidas naquele ano. Quando um aeroporto ou um prédio são destruídos, isso não afeta o PIB. Mas a reconstrução, sim. Já começamos a ver em bens recuperação, com os primeiros auxílios emergenciais liberados. A pessoa vai comprar material para reconstruir a casa, a geladeira que perdeu, sofá, cama, o governo vai reconstruir aeroporto. Tudo isso afeta o PIB. Hoje, há uma estimativa de que, considerando todas as fontes de financiamento, a recuperação do Estado pode somar R$ 100 bilhões, o que é aproximadamente 1% do PIB do Brasil e mais de 10% do PIB do Estado. Óbvio que, no PIB do segundo trimestre, vai ter algum impacto negativo, porque a produção parou. Mas nem todas as regiões foram afetadas, a parada de produção não é tão grande, a maior parte da colheita de soja não só já foi feita como também foi exportada. A estimativa de perda de safra na soja, por exemplo, é de 1 milhão de toneladas, o que parece muito, mas a produção de grãos no Brasil, neste ano, será de 295 milhões de toneladas. Então, algum impacto vai ter, mas, como eu disse, não vai ser tão grande.

> "Quando um aeroporto ou um prédio são destruídos, isso não afeta o PIB. Mas a reconstrução, sim"

Valor: *Os efeitos de destruição e reconstrução serão compensados entre os trimestres?*

Carvalho: Eu acho que o "net" [saldo líquido] é positivo. Por isso que, apesar do Rio Grande do Sul, a gente continua no 2,5% a 3% [de PIB para o Brasil em 2024] e eu até acho que pode ter um pouquinho mais de "exagero" para cima, por causa dessas reconstruções. Tudo isso vai aumentar a construção civil e ter um impacto positivo. Então, tem esse movimento mais para baixo no segundo trimestre por causa do Rio Grande do Sul — que, mesmo assim, não é suficiente para ser um PIB negativo — e, depois, devemos voltar a esse ritmo de 0,7%, 0,8% por trimestre. E, se tiver alguma surpresa, a gente tem de olhar um pouco essa questão da reconstrução, porque pode ser um impacto bastante significativo se, de fato isso, se concentrar no segundo semestre.

Valor: *O que quer dizer com isso?*

Carvalho: São coisas que não vão estar no Orçamento do ano que vem, mas, certamente, algumas despesas, como a reconstrução de uma estrada ou do aeroporto, parte desse esforço de demanda ainda vai acabar batendo no ano que vem. Os jornais dizem agora que o aeroporto, por exemplo, só vai reabrir em dezembro, e sempre falta alguma coisa.

Valor: *O sr. citou a discussão sobre até onde a Selic pode ir. O que pode influenciar nisso?*

Carvalho: Há fatores domésticos e internacionais. Um deles foi a mudança de percepção de que o Fed [Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos] iria cortar os juros. O Fed disse que iria cortar três vezes em 0,25 ponto percentual. O mercado chegou a acreditar que seria até mais. Ao longo do mês passado, precificava que não haveria cortes este ano. Eu, particularmente, acho que isso vai melhorar ao longo do ano. O mercado já voltou a colocar uma queda. Eu acho que terão quedas de juros lá nos EUA, porque os números de inflação começaram a vir mais normais. Não são fracos, mas vieram mais normais. E alguns números de atividade também estão começando a normalizar, não que sejam fracos. Mas acho que o mercado vai mudar sua percepção, e isso ajuda o Brasil.

Valor: *E quais são fatores domésticos para a determinação da Selic?*

Carvalho: Em teoria, o juro no Brasil não pode vir abaixo do juro neutro, porque você estimula demais a economia. A gente achava que o juro neutro era 4,5%, mas, provavelmente, já está um pouco acima disso, seja porque o juro lá fora não vai cair tanto quanto se imaginava antes, seja porque o governo aqui fez uma política fiscal muito agressiva. Voltando aos dados do PIB, uma preocupação que eu tenho é que, se o país cresce acima do PIB potencial, e o pessoal acha que 3% pode ser acima do potencial, e não tem investimento, vai ter um "voo da galinha" mais uma vez. Vai chegar uma hora em que não vai ter energia e mão de obra, elas vão subir muito de preço, vai começar a faltar produtos. E isso só se resolve de duas maneiras: ou você importa — e, para a mão de obra, nem importar é muito possível —, ou você tem inflação. Então, é preciso que o investimento fique alto. Até dois anos atrás, ele estava em 18%, 19% do PIB.

Valor: *O investimento subiu neste primeiro trimestre...*

Carvalho: E eu acho que isso é uma novidade boa do número divulgado, o investimento subiu um pouquinho, a taxa foi para 16,7% do PIB. Pelo menos, começou a se movimentar na direção certa, mas o Brasil precisa investir 19%, 20% do PIB. Então, falando de restrição doméstica, se a gente quer reduzir os juros, o investimento tem de ser mais alto. Mas é o investimento em coisas produtivas, que vão gerar PIB no futuro. É a construção de uma fábrica que, durante três anos, "gasta" demanda, mas que no quarto ano produz PIB. Não é um investimento, como o pessoal falava antigamente, para "construir pirâmides". Isso não gera nenhum PIB depois. Então, esse aumento do investimento observado agora foi positivo, mas ainda muito modesto; 16,7% do PIB ainda é pouco para o Brasil. Tem de ver até onde dá para ir com esse crescimento sem ter investimento.

Valor: *Além de uma melhora nas condições financeiras, o que pode estimular os investimentos?*

Carvalho: Eu acho que uma coisa que segurava a queda do investimento eram as privatizações e concessões. Aquele cronograma de leilões todo mês... Isso aí parou no último um ano e meio. A gente vê que o governo tem pouca capacidade de investimento, as despesas obrigatórias estão comendo grande parte do orçamento. Então, precisa delegar. O que puder ser feito pelo setor privado, acho que é uma coisa bem positiva. O governo tem, às vezes, a leitura de que é uma questão de financiamento, mas não acho que esse seja o principal problema. Nesse aspecto, o juro caiu, papéis das debêntures, debêntures incentivadas, de infraestrutura têm taxas bastante baixas. O prêmio de risco do papel privado em relação ao do Tesouro está bem pequeno. O custo, o financiamento, isso nem parece ser o problema. O problema parece ser mais de autorizar o setor privado e dar oportunidades para ele tomar o espaço no que o Estado não está conseguindo fazer. Acho que isso seria um passo importante para a retomada do investimento.

Finanças
Ex-economista-chefe do FMI, Kenneth Rogoff prevê novo pico da inflação e juro alto nos próximos anos C6

Linha amarela
Brasil deve ajudar Volvo a crescer na venda de máquinas elétricas, conta Daniel, presidente B3

Commodity
Puxado pela China, preço do minério de ferro acumula queda de 24% no ano B4

Educação
Programa Pé de Meia pode fazer com que 488,7 mil jovens voltem a estudar B6

Combustíveis Decisão do Cade sobre ativos da estatal consolida alcance econômico no setor de óleo e gás

Política de preços da Petrobras reforça domínio e afasta investidores do refino

Kariny Leal
Do Rio

A mudança na política de preços dos combustíveis, implementada pela Petrobras em maio de 2023, criou dificuldades para o refino no país, segundo analistas. Ao deixar de considerar a Política de Paridade de Importação (PPI) como única referência para a precificação do diesel e da gasolina, a estatal pode diluir os custos ao longo da cadeia de produção, algo que as refinarias privadas não conseguem. Como resultado dessa conjuntura, as margens das empresas privadas do setor no Brasil tendem a ser menores, dizem especialistas.

A margem de uma refinaria privada sobre o diesel (o chamado "crack spread") no Brasil esteve em média, em maio, US$ 5,79 menor do que em uma refinaria do Golfo dos Estados Unidos, conforme a Hedgepoint. Segundo a consultoria, a simulação utiliza o preço do barril americano como referência e os preços de venda do derivado no Brasil. O "crack spread" é a diferença entre o custo do petróleo e a receita com a venda do diesel.

Em maio, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deu decisão favorável à Petrobras permitindo à empresa manter refinarias que haviam sido colocadas à venda em acordo com o órgão antitruste. No total, a Petrobras havia se comprometido a vender oito unidades, mas só se desfez de três, sendo que cancelou a venda de uma delas, a Lubnor (CE).

"Com a decisão do Cade, a Petrobras reforça a integração vertical da companhia e consolida o alcance econômico no setor de óleo e gás no Brasil", diz o analista da Hedgepoint, Victor Arduin. As margens, diz, começam a ficar ruins no Brasil quando a Petrobras se afasta do PPI com a nova fórmula: "Em 2024, os preços persistem por mais tempo abaixo do 'crack' dos Estados Unidos."

"A receita obtida pelas refinarias privadas no Brasil depende do preço praticado pela Petrobras, o maior ofertante do mercado doméstico. Mas o principal custo, o petróleo, está sujeito às forças de oferta e demanda mundiais. Manter os preços da gasolina e do diesel baixos beneficia o consumidor e ajuda a controlar a inflação no país, mas essa distorção prejudica os investimentos no setor a longo prazo", afirma o analista.

> "Fórmula de preços da Petrobras em 2023 derruba margens de refinarias no Brasil" *Victor Arduin*

Ainda que os agentes privados encontrem dificuldade em lucrar com refinarias no país, esse cenário não os levou a desistir de comprar ativos quando a Petrobras firmou o termo de compromisso de cessação (TCC) com o Cade em 2019 para elevar a competitividade no setor. Com a revisão do acordo, as cinco refinarias que deixaram de ser vendidas continuarão pertencendo à estatal. A petroleira ainda tem chance de elevar a participação no setor se efetivar o retorno à refinaria de Mataripe (BA), que vinha sendo negociado pelo ex-presidente Jean Paul Prates com o fundo Mubadala, dono da planta.

A dificuldade que os agentes privados enfrentam para operar refinarias no Brasil por força do domínio de 93% que a Petrobras tem do parque de refino no país, segundo a Hedgepoint.

A pressão da Petrobras no setor se deve à verticalização da empresa em diferentes etapas da cadeia de derivados e ao fato de a estatal ditar os preços, algo que companhias privadas não conseguem: "O fato de a Petrobras formar os próprios preços faz com que ela consiga manter o lucro nas refinarias próprias fazendo ajustes ao longo da cadeia. Mas uma refinaria privada não tem como fazer o mesmo. A refinaria privada compra o petróleo a preço internacional e depois vende o derivado a um preço nacional para ser competitiva."

Margem de refino
'Crack spread': Diferença entre custo do óleo e receita da venda do diesel

Fonte: Hedgepoint

Arduin afirma que a tentativa do acordo entre a Petrobras e o Cade em 2019 era para evitar essas distorções do setor e dar mais condições de competição a refinarias privadas, mas o cenário foi revertido mês passado. As negociações citadas pela Petrobras com o fundo de Abu Dhabi, Mubadala Capital, para retornar à refinaria de Mataripe agravam o cenário de monopólio, de acordo com o especialista. Segundo a "Folha de S. Paulo", a Petrobras deve retomar o controle do ativo, que foi vendido para o fundo no começo do acordo do Cade.

A refinaria Lubnor, no Ceará, era mais um exemplo de ativo que seria vendido pela Petrobras e daria mais espaço para a iniciativa privada no setor, mas a estatal rescindiu o contrato de venda em novembro do ano passado. A Grepar, que negociava a compra com a Petrobras, está em um processo de arbitragem com a estatal. Segundo a Grepar, que diz não poder comentar o processo por ser sigiloso, a expectativa é que leve de dois a três anos para uma resolução. Procurada, a Petrobras não respondeu.

Felipe Perez, diretor de downstream da da agência de classificação S&P Global para América Latina, afirma que o setor de refino mundial está em momento de revisão por conta da transição energética. Na visão do especialista, o mundo vai precisar cada vez menos dos produtos refinados: "Com a falta de perspectiva de crescimento de demanda pelos produtos fósseis refinados, existe um estreitamento de margem em nível global. As margens de refino no hemisfério sul são mais pressionadas pela dificuldade de conectar os mercados. No Brasil, por exemplo, existe uma carência de dutos, como vemos na Costa do Golfo."

"A janela de oportunidade para investimentos externos em refino no Brasil é quase fechada. O setor é dependente da Petrobras. Existe interesse em investir no Brasil pela posição geográfica e pelo acesso ao petróleo, mas quando se cria barreiras e volta para um setor monopolista, as possibilidades ficam restritas. O custo-Brasil do refino desmotiva."

Plurix, do Pátria, compra 2ª maior rede do Paraná

Supermercados

Adriana Mattos
De São Paulo

O fundo de investimentos do Pátria, focado em varejo alimentar, fechou a sua maior aquisição desde que foi formado, em 2019, com a compra do controle da rede de Amigão (antiga Companhia Sulamericana de Distribuição) , vice-líder no segmento de supermercados do Paraná. A operação foi feita pela empresa Plurix, que recebe os investimentos do Fundo Pátria Private Equity VI.

Consultores ouvidos ontem estimam que o valor da rede adquirida gire em torno de R$ 1,5 bilhão a R$ 2 bilhões, mas como a Plurix adquiriu o controle, o desembolso foi menor. A negociação envolveu as dívidas da varejista. A empresa não informa a participação comprada (apenas que ficou acima de 51%) e o valor envolvido. O escritório Pinheiro Neto assessorou a empresa.

Com a transação, a Plurix ganha peso maior num momento em que o mercado já chama a atenção para questões de governança e da gestão no negócio — vitais para não repetir erros que outros investidores enfrentaram em acordos entre fundos e varejistas.

Pelos cálculos do comando, a Plurix pode ficar na 9ª ou 10ª posição no ranking da Abras, a associação nacional do setor, a depender do avanço dos seus rivais diretos neste ano. Em três anos, a companhia movimenta metade do que o GPA, dono da rede Pão de Açúcar, vendeu em 2023. Ainda deve ficar na 3ª ou 4ª colocação entre as maiores supermercadistas do país.

A posição não leva em conta um segundo fundo que reúne a operação de atacado, que inclui a baiana Atakarejo, adquirida em outubro de 2023. A estratégia de investimentos é definida de forma separada para cada fundo, por isso o Pátria não considera as atividades somadas.

Se fosse considerar as atividades de varejo e atacado, juntas, os fundos estariam na sétima posição do ranking geral, calculou o **Valor**.

É a segunda transação de peso no setor alimentar em uma semana. O Grupo Mateus anunciou, no dia 29, um acordo para aquisição de fatia majoritária na rede Novo Atacarejo, de Pernambuco.

O Amigão tem 65 lojas nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, e registrou faturamento bruto de R$ 4,3 bilhões no ano passado. Outras operações na região estão no radar, de varejistas menores, dentro da ideia de crescer elevando a alavancagem operacional, ou seja, ampliar a venda e diluir custos.

Desde o início da sua operação em 2021 até o momento, a Plurix fechou 12 aquisições no Brasil — equivale a uma a cada quatro meses. São seis marcas em atividade: Superpão, Boa Supermercados, Supermercados Avenida, Compre Mais, Empório Dom Olívio e Paraná Supermercados.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Plurix dá autonomia tática aos gestores, mas há negociações centralizadas, diz Faiçal

Ao mercado, a Plurix informa tratar-se de uma associação de negócios, assim como a outras transações já feitas pela companhia.

A movimentação reforça a tese de crescimento, muito em voga nesse mercado hoje, focada em redes regionais de supermercados. Estas empresas têm registrado expansão acima da média do mercado, apostando em lojas com grande metragem _ mas menor que a de hipermercados _, com relevante oferta de serviços e tentativa de oferecer melhor atendimento do que as grandes cadeias nacionais.

Dados obtidos pelo **Valor**, coletados pela NielsenIQ, mostram que, depois dos atacarejos e das farmácias, os supermercados foram os que mais cresceram no país entre abril e maio. Os hipermercados ainda aparecem na lanterna.

O foco do potencial de expansão da Plurix está em cidades do interior, atuando em redes em que a gestão do antigo dono seja mantida e preservada. E não há relevância no tamanho do negócio na decisão de investimento. "O que faz sentido para nós é uma operação com potencial de crescimento e qualidade na gestão", diz Marcos Ambrosano, presidente do conselho de administração da Plurix.

Um dos aspectos de atenção do mercado está no modelo de gestão desse tipo de investimento.

No passado, empresas como a BR Pharma, do setor de drogarias, quebrou depois de comprar negócios locais e mantê-los autônomos. Conflitos entre acionistas das empresas compradas aceleraram a crise interna. O Walmart fez o mesmo no país, comprando operações que, sem integração de estruturas e sistemas, acabou criando um grande grupo de negócios isolados, que não se conversavam até a saída dos americanos do país.

Pedro Faria, sócio e líder de investimentos do Pátria, disse que, ao manter na linha de frente dos negócios os sócios das empresas, na maioria das vezes fundadores ou das gerações posteriores, a empresa reduz eventuais riscos porque eles conhecem o consumidor local. Além disso, Faria entende que o fato de ter um time principal "tarimbado", liderado na Plurix por Jorge Faiçal (ex-GPA e ex-Carrefour) faz a diferença nesse tipo de modelo de investimento.

No passado, entre os erros admitidos por fundos e investidores — não só em farmácia, mas também no varejo de moda — foi colocar na linha de frente executivos fora do comércio varejista.

A Plurix diz que mantém a autonomia das decisões de cada gestor, mas gera ganhos de escala com as compras integradas junto à indústria. "O problema é que, muitas vezes, os fundos entram como minoritários, e aí não funciona. Ou então a governança não é bem alinhada internamente", diz Faiçal.

"Nós damos aos gestores autonomia tática. Temos cinco diretores comerciais regionais, mas as negociações estratégicas são centralizadas, como, por exemplo, as compras sazonais do comércio."

INÊS 249

Energia Complexo no RN é anunciado em um momento de diminuição de projetos, sobreoferta causada por subsídios e cortes de geração

Spic vai investir R$ 780 milhões em novo parque eólico

Robson Rodrigues
De São Paulo

Enquanto o segmento eólico brasileiro continua em estado de espera diante de uma crise que não permite que novos projetos saiam do papel, a Spic Brasil, subsidiária da State Power Investment Corporation of China (Spic) saiu na frente e anunciou investimento de R$ 780 milhões para a construção de um complexo no setor que soma 105,4 megawatts (MW) de capacidade instalada, na região de Touros, no Rio Grande do Norte.

Serão 17 aerogeradores com capacidade de 6,2 MW de potência. Ao **Valor**, a CEO da empresa, Adriana Waltrick, disse que ainda faltam as licenças ambientais da linha de transmissão que vão escoar a energia e resolver questões fundiárias, já que a rede deve passar por 115 propriedades, mas o projeto vai caminhar assim mesmo. Por conta da pressão do acionista controlador, o governo chinês, a obra começa nos próximos dias para que o empreendimento esteja operando até 2026. A concorrência pública para definir qual será a fabricante dos equipamentos está na fase final.

Apesar do momento delicado do setor, a executiva diz que bons ativos energéticos e estabilidade regulatória, aliados à capacidade financeira e tecnológica da China, criaram as condições ideais para a Spic no setor elétrico.

"O setor eólico passa, sim, por diminuição de projetos, há sobreoferta de energia no mercado e cortes de geração para todos os 'players', mas estamos no Brasil olhando para o longo prazo. Os primeiros pontos da curva não nos desanimam em relação ao potencial do Brasil em crescimento e vamos continuar investindo", diz.

Outro detalhe em aberto é o financiamento, que ainda está sendo negociado. A empresa prevê que 60% dos recursos sejam com capital de terceiros e os outros 40% com dinheiro próprio. A venda da energia ocorrerá por meio da comercializadora da empresa no mercado livre, segmento em que o consumidor pode escolher o seu fornecedor e estabelecer contratos por fonte, prazo ou preço. De modo geral, os investidores tomam decisões de novos aportes quando já têm contratos de longo prazo para minimizar os riscos.

A Spic segue outro caminho e o desafio será encontrar os compradores, os chamados "offtakers", já que a oferta de energia no Brasil é maior do que a atual demanda.

"Foi uma decisão corajosa, pois todo o setor está retraído. O investidor chinês nos cobrou sobre os contratos, mas vamos conseguir", acredita. "A Spic cresce pelo menos 20 GW por ano. Queremos trazer no mínimo 10% disso para o Brasil", acrescenta Waltrick.

> "Spic cresce 20 GW por ano. Queremos trazer 10% disso para o Brasil"
> *Adriana Waltrick*

A crise no setor eólico tem provocado um processo de desindustrialização no país. WEG e Siemens Gamesa informaram a parada temporária da linha de aerogeradores, a GE anunciou a saída do Brasil e a Nordex reduziu a produção. Por outro lado, a chinesa Goldwind está instalando sua linha de produção em Camaçari (BA)

Ainda é cedo para saber se a construção de um novo complexo sinaliza um ponto de inflexão. O setor tem cobrado do governo uma política industrial para o desarranjo das cadeias produtivas. Um relatório do Conselho Global de Energia Eólica (GWEC) concluiu que se o Ocidente não entender que a indústria de renováveis precisa de apoio, a China deve dominar a produção.

Procurado, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que está acompanhando de perto a indústria eólica nacional e adotando medidas concretas para manter os investimentos, como por exemplo os leilões de transmissão e a Medida Provisória que encaminhou em abril para impulsionar as energias renováveis.

Na avaliação do professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), Nivalde de Castro, este é um fenômeno econômico que causou um excesso de oferta motivado pelas vantagens de subsídios desnecessários oferecidos aos segmentos eólico e solar, criando um descompasso entre oferta e demanda.

"Para a situação da indústria eólica, a saída é a exportação. No médio prazo, o setor de hidrogênio vai gerar uma demanda, com isso, abre um cenário de novos investimentos. Outro caminho é trazer alternativas de demanda com grandes consumidores, como grandes 'big techs', que podem vir para o Brasil, porque são eletrointensivas e a energia barata e renovável é um atrativo para elas", diz Castro.

Desde quando chegou ao Brasil, em 2017, a empresa cresceu quase 60 vezes, saindo de 58 MW de capacidade instalada para 3,4 GW atualmente. A controlada do governo central da China começou com a compra da Pacific Hydro; meses depois arrematou, por R$ 7,18 bilhões, a usina de São Simão; em 2020 comprou uma fatia dos projetos termelétricos GNA I e GNA II, além da participação nos futuros projetos de expansão GNA III e GNA IV; e em 2024 encerrou o ciclo de R$ 2 bilhões em um complexo solar que soma 738 MWp.

> **105 MW**
> **será a capacidade instalada no RN**

A Spic aposta também em projetos de hidrogênio e em eólicas em alto-mar (offshore) nos portos de Açu e Pecém, mas a falta regulação impede uma decisão mais decisiva seja tomada.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Adriana Waltrick, CEO da Spic, avalia que foi uma decisão corajosa da companhia, pois todo o setor está retraído

Auren compra Esfera para reforçar comercialização

São Paulo

A Auren, empresa de energia que nasceu da reorganização societária dos ativos do grupo Votorantim e do fundo canadense CPP Investments, anunciou a compra da Esfera, que atua na área de gestão de eletricidade. Com isso, a empresa reforça seu braço de comercialização no segmento varejista e na atuação junto a clientes de médio e grande portes. O valor da transação não foi divulgado.

O que explica o negócio é a recente abertura do mercado livre para a média e alta tensão após a Portaria 50/2022, do Ministério de Minas e Energia, divulgada no fim de 2022. Ao **Valor**, o vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Auren, Mario Bertoncini, diz que neste cenário de liberalização massificada do mercado livre de energia é necessário ter um entendimento maior do novo cliente.

"Nos últimos anos, constituímos um ecossistema de empresas, que passou por telemetria, com a Way2. Depois investimos em inteligência artificial e algoritmos, com a compra da Aquarela. O conhecimento do consumidor pessoa física com a empresa Flora e, mais recentemente, a nossa parceria com a operadora Vivo para avançar no segmento varejista. A aquisição da Esfera é mais uma empresa que trazemos para nosso portfólio", diz Bertoncini.

A Auren é a maior comercializadora de energia do país e agora se destaca em outros segmentos onde antes não tinha presença significativa. A Esfera gerencia cerca de 6% da energia consumida no Brasil. Ela atende 570 grupos empresariais e administra aproximadamente 1.600 contratos no mercado livre. Tem ainda 142 unidades geradoras em sua carteira e faturou R$ 324 milhões em 2023.

> "Abrimos mão do controle para nos unirmos a uma plataforma maior"
> *Braz Justi*

O executivo diz que o investimento foi feito com recursos próprios e é o segundo negócio da Auren em menos de um mês. Em 15 de maio, a companhia anunciou a compra dos ativos da AES Brasil, o que fez a alavancagem da empresa sair de 1,8 vez para 4,9 vezes.

"O negócio não tem impacto material na dívida da empresa porque a Esfera traz resultados. Ela opera em um nível de alavancagem baixo e o que agrega em termos de resultados, Ebitda e de margens é superior a qualquer alavancagem com a aquisição", acrescenta.

Apesar de a Auren ter adquirido 100% do controle, a gestão da empresa continuará como um negócio independente, com equipe e escritórios distintos. O acordo prevê também que os antigos sócios continuem na liderança da companhia. O CEO da Esfera, Braz Justi, lembra que em 2021, a empresa começou a buscar este cliente de varejo, mas que chegou com volume só a partir de 2024.

Entre os motivos para a venda, Justi destaca a possibilidade de integrar a Esfera a uma grande plataforma de atendimento ao cliente. Além disso, a Auren possui capacidade de investimento em sistemas computacionais para explorar um mercado em rápido crescimento. "Esses pilares foram os principais fatores que influenciaram nossa decisão. Abrimos mão do controle da companhia para nos unirmos a uma plataforma maior", justifica o executivo. ***(RR)***

A escuta como caminho para a paz

Gestão

Carlo Pereira

Em um mundo cada vez mais polarizado e belicoso, como os líderes empresariais podem promover a paz e compreensão mútua? A resposta pode estar em uma habilidade simples, porém poderosa: a escuta ativa. Esse é o ensinamento central do livro "Those Who Listen, Change the World", que apresenta os oito princípios básicos do diálogo inspirados no trabalho de laureados do Prêmio Nobel da Paz.

O livro argumenta que "aqueles que ouvem têm o poder de mudar o mundo, pois a escuta é o primeiro passo para a compreensão mútua e a resolução de conflitos". Ao cultivar a escuta ativa em nossas organizações e comunidades, podemos construir pontes, promover o diálogo e encontrar soluções que beneficiem a todos.

Ao abraçar a diversidade de perspectivas em nossas equipes e estarmos abertos a aprender com aqueles que pensam de forma diferente, podemos superar os desafios mais complexos.

O livro apresenta oito princípios básicos para melhorar o diálogo no dia a dia, inspirados em líderes como Martin Luther King Jr., Desmond Tutu e Shirin Ebadi. Alguns desses princípios incluem: ouvir de forma ativa e empática, prestar atenção total ao que está sendo dito, observando a linguagem corporal e buscando compreender as emoções e perspectivas por trás das palavras; cultivar a curiosidade, fazendo perguntas genuínas para entender melhor o ponto de vista do outro, em vez de julgar ou contra-argumentar; buscar terreno comum, identificando valores, objetivos ou preocupações compartilhadas que possam ser a base para soluções mutuamente benéficas; respeitar o silêncio, entendendo que o silêncio pode ser uma parte importante do diálogo, permitindo que as pessoas reflitam e processem informações antes de responder; evitar interrupções, dando espaço para que todos possam expressar suas ideias sem serem interrompidos, promovendo um ambiente de respeito e consideração; reconhecer emoções, validando os sentimentos dos outros, mostrando empatia e compreensão, mesmo que não concordemos com suas opiniões; manter a mente aberta, estando disposto a mudar de opinião com base em novas informações e perspectivas, demonstrando flexibilidade e adaptabilidade; e focar na solução, orientando o diálogo para encontrar soluções práticas e construtivas, em vez de se concentrar apenas nos problemas.

A escuta ativa, como propõe Jeffrey Sachs, é mais do que uma técnica; é uma necessidade geopolítica. Ele destaca que o desenvolvimento sustentável e a paz estão intrinsecamente ligados, e que líderes empresariais têm o poder e a responsabilidade de influenciar positivamente esses aspectos.

Não podemos normalizar qualquer tipo de brutalidade, com quem quer que seja. Difícil, mas é importante distanciar-se ideologicamente da situação em questão e trazer a humanidade e o direito à existência para o centro. A paz é entendida como um estado de plenitude e harmonia em todos os relacionamentos humanos, com Deus e com a criação.

Saberes antigos nos ensinam que a verdadeira paz não é apenas a ausência de guerra, mas um estado de harmonia em que todas as partes se sentem ouvidas e respeitadas. A prática de escutar com empatia e consideração é vista como um caminho essencial para alcançar essa harmonia, pois promove a compreensão mútua e a coesão social.

Ao aplicar esses princípios, os líderes empresariais podem criar um ambiente de confiança, respeito e colaboração, onde os conflitos são vistos como oportunidades de crescimento e inovação. Convido os líderes empresariais a refletirem sobre o poder transformador da escuta ativa. Incentivem a empatia e a compreensão mútua em suas equipes, pois são esses valores que nos permitirão construir um futuro mais pacífico e próspero.

Quem me apresentou ao livro foi meu amigo Júlio Campos, CEO da Compra Certa, e essa leitura tem sido uma fonte de inspiração para repensar nossas práticas de liderança e o papel das empresas na construção de um mundo melhor.

Com essas práticas, podemos transformar não apenas nossas empresas, mas também a sociedade em que vivemos. A escuta ativa é mais do que uma habilidade; é um compromisso com a construção de um futuro melhor para todos.

Carlo Pereira é CEO do Pacto Global da ONU no Brasil
E-mail
coluna.carlo@pactoglobal.org.br

Construção Companhia tem meta ambiciosa de elevar participação desses produtos nas vendas totais; hoje representam apenas 1,5%

Volvo planeja chegar em 2030 com 35% de máquinas elétricas

Ana Luiza Tieghi
De Eskilstuna (Suécia)

A fabricante de máquinas de linha amarela Volvo CE (Equipamentos para Construção, na sigla em inglês) fez uma forte aposta na eletrificação dos produtos. A companhia tem o compromisso de chegar em 2030 com 35% de máquinas do tipo. Será uma caminhada longa, já que, hoje, 98,5% do maquinário vendido é a diesel.

"Queríamos ser percebidos como líderes da eletrificação nos equipamentos de construção, vai ser importante no longo prazo", afirmou o presidente global da companhia, Melker Jernberg, em coletiva de imprensa durante evento bienal da marca, no fim de maio, em Eskilstuna, na Suécia.

Até o momento, a adoção dos modelos elétricos tem sido mais lenta do que o previsto pela empresa, assumiu o executivo, pontuando que companhias e cidades estão com menos "ambição" para incentivar a eletrificação.

A expectativa da Volvo CE, no entanto, é de que a curva de adoção de máquinas elétricas se acentue. "Vai se tornar urgente nos próximos anos, vamos continuar investindo nisso", disse. Além de lançar mais produtos com essa tecnologia, a companhia tenta convencer seu consumidor de que vale a pena trocar uma máquina a diesel por um modelo elétrico.

No evento, foram lançados oito modelos de máquinas da Volvo CE, incluindo a primeira escavadeira movida a eletricidade feita pela empresa.

DIVULGAÇÃO

"[Eletrificação] vai se tornar urgente, vamos continuar investindo nisso"
Melker Jernberg

Jernberg destacou que a companhia tem entrado em uma nova etapa da eletrificação, com equipamentos maiores. A empresa ressalta que os modelos são mais silenciosos do que as máquinas a combustão e emitem menos partículas, o que é útil em obras urbanas e no uso na pecuária.

A Volvo CE também fabrica unidades portáteis de recarregamento das máquinas.

Questionado sobre a autonomia dos veículos e sua capacidade de aguentar um dia inteiro de obras, Jernberg afirmou que o tipo de uso do maquinário na construção, agropecuária e mineração, que envolve muitas paradas ao longo do dia, permite o carregamento apenas à noite, por exemplo. As unidades portáteis podem ser usadas para uma recarga rápida. Há ainda a opção de manter algumas máquinas ligadas à rede elétrica por cabos, se o trabalho for estacionário.

A empresa investe em outras tecnologias de redução de emissões, como máquinas que rodam a biodiesel e, no futuro, a hidrogênio. Luiz Marcelo Daniel, presidente da Volvo CE para a América Latina, afirma que o etanol poderia ser usado como fonte de hidrogênio.

No evento, Jernberg chamou a atenção para a situação "estranha" do mundo em 2024, com 64 países passando por eleições, os conflitos na Ucrânia e na Palestina, e a guerra comercial entre China e Estados Unidos, citando a taxa de 100% anunciada no mês passado pelo governo Biden sobre carros elétricos chineses.

Segundo ele, a Volvo CE defende um mercado aberto e de competição justa, mas não é isso o que tem sido visto pelo mundo. "Provavelmente há uma série de motivos para isso [tarifas aos produtos chineses]. Só posso dizer que deve ser um jogo justo e, se for o caso, esse tipo de proteção não é necessário."

Além da Volvo CE, o grupo Volvo tem divisões de caminhões e ônibus. Já os carros pertencem à Volvo Cars, comprada pela Ford em 1999 e vendida pelos americanos ao grupo chinês Geely em 2010.

A repórter viajou a convite da Volvo CE

Juros altos postergam troca de equipamentos

De Eskilstuna (Suécia)

A América do Sul foi responsável por 3,3% das vendas líquidas da fabricante de máquinas de linha amarela Volvo CE no primeiro trimestre, com receita de 759 milhões de coroas suecas (R$ 369,7 milhões). O valor ficou estável na comparação com o início de 2023, mas foi a única área geográfica que não retrocedeu no indicador.

O presidente da Volvo CE para a América Latina, Luiz Marcelo Daniel, afirma que o mercado de máquinas para construção espera um crescimento de até 5% nas vendas no Brasil em 2024, apesar da queda de 11% em abril — em fevereiro, a queda era de 25%.

São dados melhores do que a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) projeta para o geral do mercado, uma queda de 7%.

O principal gargalo para aumentar as vendas de máquinas de construção está no financiamento ao cliente, aponta Daniel, e uma solução para o problema fica mais distante com a incerteza sobre o corte nos juros. "Quando você financia bem de capital com custo de bem de consumo, você obviamente restringe a possibilidade de escalabilidade", diz o executivo.

Com financiamento mais caro, os clientes preferem postergar o investimento, utilizar maquinário antigo e não receber o incremento de produtividade que as novas tecnologias poderiam oferecer.

Não há subsídio que dê conta disso, destaca. "Ninguém vai trabalhar e botar um negócio em pé pensando em subsídio, o negócio tem que ser baseado em premissas reais de mercado", diz.

Em nível global, a Volvo CE tem uma meta de atingir 35% de venda de máquinas elétricas até 2030. Daniel analisa que o mercado latino tem potencial para atingir essa marca e até superá-la, por causa da matriz elétrica e pelos usos mais comuns do maquinário na região, como em pedreiras e para logística de grãos, que seriam compatíveis com a eletrificação.

A companhia fabrica máquinas no Brasil, em Pederneiras (SP). Metade da produção é exportada, principalmente para a América do Norte. Isso começou há três anos, conta Daniel, quando uma nova linha de caminhões articulados passou a ser montada na fábrica. Mais usados nos EUA do que no Brasil, o custo do maquinário se mostrou competitivo o suficiente para compensar a exportação.

Do que é produzido no país, 20% é direcionado para a agropecuária, parcela que tem subido a cada ano — era de 15% em 2018, conta o presidente, e deve chegar a 25% nos próximos anos. Também é mais representativo do que para a Volvo CE no mundo, onde o agro tem de 5% a 7% de participação.

Além da agropecuária, as máquinas da companhia são usadas para mineração, em pedreiras, em logística e na construção civil, seja em obras de infraestrutura ou em canteiros de edificações.

O futuro do negócio envolve menos a venda de maquinário "solto" e mais a comercialização de plataformas de soluções que visem o aumento de produtividade. A empresa tem divisões focadas em monitorar o uso dos equipamentos e identificar gargalos na produção. O monitoramento também pode ser feito em máquinas concorrentes.

A companhia, que é parte do grupo Volvo, registrou lucro operacional equivalente a R$ 1,8 bilhão no primeiro trimestre, na operação global, queda de 20% na base anual. *(ALT)*

INÊS 249

LEO PINHEIRO/VALOR

O minério de ferro atingiu o menor preço em quase dois meses no mercado transoceânico, em torno de US$ 107 por tonelada, e acumula perda de 24% no ano

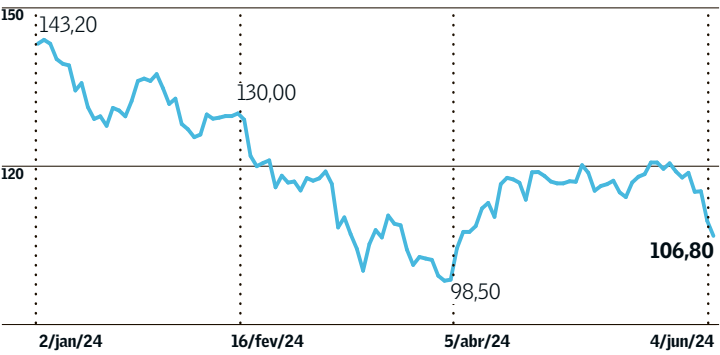
Commodity Governo chinês indicou que será mais rigoroso no controle de emissões de poluentes, com reflexo na produção de aço

Minério de ferro cai mais de 7% em dois dias com incertezas na China

Stella Fontes
De São Paulo

Os preços do minério de ferro iniciaram junho em rota de correção acelerada, e recuaram mais de 7% em apenas dois dias em meio à piora das perspectivas de demanda na China. Maior produtor mundial de aço, o país asiático é também o principal consumidor da matéria-prima.

As notícias de que o governo chinês deve endurecer as regras para cumprimento de metas ambientais, que incluem limites à taxa de operação das siderúrgicas locais (que usam carvão e são altamente poluentes), voltaram a alimentar dúvidas quanto à demanda da commodity. Nesse ambiente, o minério atingiu o menor preço em quase dois meses no mercado transoceânico, em torno de US$ 107 por tonelada.

De acordo com o analista Daniel Sasson, do Itaú BBA, já havia expectativa de menor produção de aço na China em 2024. O banco mesmo estimava redução de cerca de 1,5% na produção siderúrgica chinesa neste ano. Mas o tom das notícias recentes reforçou a cautela dos investidores. "É mais uma questão de sentimento do que de mudança radical de demanda no curto prazo", diz.

Nesta terça-feira (4), no norte do país asiático, segundo o índice Platts, da S&P Global Commodity Insights, o minério com teor de 62% de ferro encerrou o dia com queda de 2,6%, para US$ 106,80 a tonelada. Com esse desempenho, a principal matéria-prima do aço passou a exibir desvalorização de 7,3% em junho, no mercado transoceânico. No ano, as perdas chegam a 24%.

Os futuros do minério de ferro também voltaram a registrar queda significativa na bolsa chinesa de Dalian. Os contratos para setembro, os mais negociados, caíram 2,11%, a 834 yuan (US$ 115,14) a tonelada.

O plano da China para o período de 2021 a 2025 contempla, entre outras medidas, alcançar 15% da produção de aço via rota elétrica — usando sucata e energia elétrica —, substituindo em parte o minério de ferro e o carvão, com vistas à redução das emissões. Hoje, essa taxa está em 10%. "Ninguém acredita muito que será possível ir de 10% a 15% em um ano. Mas o simples fato de os chineses apontarem que querem realmente seguir essa direção e limitarem a produção de aço, como vêm fazendo desde 2021, deu uma desanimada nas perspectivas", explica Sasson.

De acordo com a Worldsteel, que reúne dados de mais de 70 países, os chineses produziram 85,9 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em abril, bem abaixo das 100 milhões de toneladas médias que chegou a produzir por mês em um passado recente. Frente a abril de 2023, a redução foi de 7,2%.

Para este ano, o Itaú BBA projeta preço médio de US$ 110 por tonelada de minério de ferro, contra US$ 120 em 2023. O valor projetado implica em preço médio de US$ 105 por tonelada entre o segundo e o quarto trimestres deste ano.

Correção
Preço em US$/tonelada no norte da China

Fonte: S&P Global Commodity Insights (Platts). Elaboração: Valor Data

Franquias crescem 19% no 1º tri, com receita de R$ 60 bi

Negócios

Paulo Gratão
PEGN, de São Paulo

O setor de franquias brasileiro cresceu 19,1% no primeiro trimestre de 2024 na comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo um faturamento de R$ 60,5 bilhões. No acumulado de 12 meses, o avanço foi de 14,3% — somando receitas de R$ 250,3 bilhões. Os dados são da Pesquisa Trimestral de Desempenho, da Associação Brasileira de Franchising (ABF).

Todos os 12 segmentos mapeados apresentaram crescimento no período, com destaque para Alimentação – Comércio e Distribuição, que teve 43,9% de evolução. "Redes de chocolate relataram um grande resultado na Páscoa, agregando ao desempenho do primeiro trimestre um faturamento significativo. Mais marcas atuando e uma forte demanda no nicho de sorveterias e açaís, por conta das ondas de calor, também alavancaram o setor como um todo neste trimestre", analisa Tom Moreira Leite, presidente da ABF.

As maiores redes de venda de chocolates finos do Brasil, Cacau Show, Kopenhagen e Brasil Cacau — as duas últimas pertencentes ao Grupo CRM —, confirmam essa tendência. A primeira, comandada por Alexandre Costa, tem cerca de 4,2 mil lojas em operação no Brasil e registrou um faturamento de R$ 1,7 bilhão no período de Páscoa, 27% a mais do que no ano passado. O resultado é atribuído a uma nova abordagem publicitária, ao avanço de 20% do e-commerce e ao aumento de representatividade da venda direta, canal reativado pela marca em 2017.

Já no Grupo CRM, que compõe o portfólio da Nestlé, o crescimento na Páscoa deste ano foi de 20%, motivado pelo reforço no trabalho de marketing regional, produtos licenciados e collabs.

Além de Comércio e Distribuição, os segmentos de Food Service e de Serviços e Outros Negócios — com destaque para franquias B2B, de logística e de marcas ligadas ao agronegócio — apresentaram crescimentos expressivos, de 26,6% e 25,3%, respectivamente. A ABF atribui os números positivos à consolidação do atendimento presencial em restaurantes e à manutenção das operações de delivery pós-pandemia, bem como à alta geral do setor de serviços.

Os resultados ainda não consideram os impactos das chuvas no Rio Grande do Sul, que começaram em abril. De acordo com a entidade, cerca de 11 mil unidades franqueadas funcionavam no Estado antes das enchentes. "Estamos acompanhando de perto. Muitos donos de unidades foram afetados e veremos os números com mais clareza na pesquisa do segundo trimestre", diz Leite.

O setor registrou saldo positivo de 5.733 operações, entre janeiro e março, ante o mesmo período do ano passado. O setor totalizou 1,658 milhão de empregos diretos, 4,9% a mais do que no primeiro trimestre do ano anterior.

As operações de rua ainda dominam o franchising, correspondendo a 54,2% do total de lojas no primeiro trimestre de 2024 — em 2023, eram 52% —, seguidas por lojas em shopping centers, que representam 19,8% do todo, frente a 22,2% no ano passado.

A categoria "Outros" passou de 5,2% para 11,7%, puxada por mercados autônomos e operações em prédios comerciais, postos de combustível (lojas de conveniência), condomínios residenciais, "store-in-store", com mais de uma marca dentro de uma mesma operação, hospitais e clubes esportivos.

"Os minimercados autônomos têm uma contribuição importante, mas o resultado não se limita a isso. Com a pandemia e a mudança de hábitos, mudaram os locais com maior circulação de pessoas. Dessa forma, as franquias têm buscado outros espaços para explorar, como hospitais e postos de gasolina. O modelo "store-in-store", também é uma tendência", afirma Leite.

A pesquisa da associação é feita por amostragem, com base em respostas de redes associadas e não associadas, e levantamentos feitos por outras entidades e governos.

14,3%
foi o crescimento no acumulado de 12 meses

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Auto Viação Jardinense Ltda. -** CNPJ: 08.178.428/0001-30 - Endereço: Rua Santa Cristina, S/nº, Bairro Felipe Camarão - Requerente: Alcindo Medeiros de Araújo - Vara/Comarca: 21a Vara de Natal/RN

Requerido: **Auto Viação Jardinense Ltda., Filial -** CNPJ: 08.178.428/0002-11 - Endereço: Rua Santa Cristina, S/nº, Bairro Felipe Camarão - Requerente: Alcindo Medeiros de Araújo - Vara/Comarca: 21a Vara de Natal/RN

Requerido: **Construtora Dharma Ltda. -** CNPJ: 03.117.224/0001-76 - Endereço: Quadra Shis, Qi 09 Cl, Bloco J, S/nº, Sala 112, Setor de Habitações Individuais Sul - Requerente: Felix Alves Corrêa e Narcisia Silva Corrêa - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Requerido: **Futuro Fomento Agrícola Ltda., Nome Fantasia Arca Fomento Agrícola -** CNPJ: 18.203.186/0001-41 - Endereço: Rodovia Mt358, Km 166,7, S/nº, Sala 01, Tangará da Serra/mt - Requerente: Angonese & Companhia Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Requerido: **Madope Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 57.495.574/0001-03 - Endereço: Rua Dos Jacarandás, 150, Bairro Campestre, Santo André/sp - Requerente: Investor Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Caroline Bernardon de Souza Eireli Epp -** CNPJ: 23.646.501/0001-45 - Endereço: Av. Antonio Waldir Martinelli, 1902, Distrito Industrial - Administrador Judicial: Compasso Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Sertãozinho/SP

Empresa: **Jambeiro Caldeiraria e Usinagem Ltda. -** CNPJ: 04.506.441/0001-10 - Endereço: Rodovia Professor Júlio de Paula Moraes, Km 25,3, Nº 231, Bairro Santa Clara, Jambeiro/sp - Administrador Judicial: Sr. Marcelo Francisco Nogueira - Vara/Comarca: 2a Vara de Caçapava/SP

Empresa: **Krr Prime Odontologia Ltda., Nome Fantasia Odontoclinic Asa Norte -** CNPJ: 40.279.395/0001-28 - Endereço: Quadra Shcgn Cr Quadras 708/709, Bloco B, S/nº, Loja 18 Parte, Asa Norte - Administrador Judicial: Dra. Nathalia Anes Peixoto - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Simões & Silva Moto Peças Ltda. ME -** CNPJ: 01.769.495/0001-80 - Endereço: Rua Dos Gusmões, 663, Loja A, Bairro Santa Efigênia - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Tjg Som Eventos e Publicidade -** CNPJ: 18.150.784/0001-08 - Endereço: Rua Walter Bell, 1250, Bairro Vila Nova, Trombudo Central/sc - Administrador Judicial: Ajota Administração Judicial, Representada Pela Dra. Giovanna Vieira Portugal Macedo - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Empresa: **Tríplice Comércio, Importação e Exportação de Pigmentos e Corantes Ltda. -** CNPJ: 18.229.477/0001-09 - Endereço: Estrada da Água Espraiada, 6057, Bairro Aguassaí, Cotia/sp - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: 3a Vara de Cotia/SP

Empresa: **Usina Jaciara S/A -** CNPJ: 03.464.104/0001-45 - Endereço: Rua Benjamin Constant, 1001, Centro, Anápolis/go - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Alfajud Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Usina Pantanal de Açúcar e Álcool Ltda. -** CNPJ: 01.321.793/0001-03 - Endereço: Rua Benjamin Constant, 1001, Centro, Anápolis/go - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Alfajud Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Horusti Engenharia e Sistemas de Telecomunicações Ltda. -** CNPJ: 07.080.033/0001-38 - Endereço: Av. Nove de Julho, 4877, Cjto. 31 B, Bairro Jardim Paulista - Requerente: De Nadai Alimentação e Serviços Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao pagamento do débito.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Ana Maria Alves Gadelha Ltda., Nome Fantasia Colégio Cientista -** CNPJ: 09.425.950/0001-32 - Endereço: Rua Trinta e Um, Nº 340, Conjunto Polar, Bairro Vila Velha - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Empresa: **Ativos Engenharia Eireli -** CNPJ: 23.348.649/0001-01 - Endereço: Trecho Sis Trecho 01, Lotes 630 a 780, Bloco 03 B, Sala 424, Zona Industrial, Guará - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Complexo Educacional Agora Eu Passo Plenarium / Agora Eu Passo Eireli, Nome Fantasia Aepcon Concursos Públicos -** CNPJ: 14.420.692/0001-31 - Endereço: Av. Dom Luís, 500, Shopping Aldeota, Sala S 614, Bairro Aldeota, Fortaleza/ce - Vara/Comarca: 5a Vara de Cascavel/PR

Empresa: **J. R. Pneus Ltda., Nome Fantasia Roni Pneus -** CNPJ: 22.459.212/0001-74 - Endereço: Rua Matrinxa, S/nº, Quadra 02, Lote 10, Sala 01, Setor Leontino - Vara/Comarca: 2a Vara de Mineiros/GO

Empresa: **Jafar Participações Ltda. -** CNPJ: 40.120.082/0001-22 - Endereço: Rua Paraná, 3193, Centro - Vara/Comarca: 5a Vara de Cascavel/PR

Empresa: **Jafar Sistema de Ensino e Cursos Livres S/A -** CNPJ: 15.794.426/0001-31 - Endereço: Rua Paraná, 2277, Centro - Vara/Comarca: 5a Vara de Cascavel/PR

Empresa: **Jj Comércio Mineiros Ltda., Nome Fantasia Roni Comércio Mineiros -** CNPJ: 32.162.017/0001-31 - Endereço: Av. Ino Resende, Esquina com Rua da Divisa, S/nº, Quadra 32, Lote 03, Sala 01, Setor Ioris - Vara/Comarca: 2a Vara de Mineiros/GO

Empresa: **Sandra do Nascimento Paz Ltda., Nome Fantasia Snp Construções e Edificações -** CNPJ: 38.166.494/0001-51 - Endereço: Av. São Paulo, 897, Quadra 039, Lote 13, Parque Eldorado, Primavera do Leste/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Ana Rosária Medeiros Peres Ltda. -** CNPJ: 54.367.597/0001-36 - Endereço: Alameda Ricardo Paranhos, 799, Sala 218, Bairro Setor Marista - Administrador Judicial: Cinco Stenius Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 27a Vara de Goiânia/GO

Empresa: **Andrade e Oliveira Júnior Ltda., Nome Fantasia Casa Das Mangueiras -** CNPJ: 09.521.316/0001-01 - Endereço: Av. Onias José Borges, 1490, Bairro Brasil - Administrador Judicial: Vw Advogados - Vara/Comarca: 2a Vara de Santa Helena de Goiás/GO

Empresa: **Cdm Comércio e Locação de Equipamentos Eireli, Nome Fantasia Cdm Epis e Ferramentas -** CNPJ: 30.886.623/0001-74 - Endereço: Rua José Ferreira Gomes, 496, Sala 01, Centro - Administrador Judicial: Vw Advogados - Vara/Comarca: 2a Vara de Santa Helena de Goiás/GO

Empresa: **Comercial Andrade Comércio e Distribuição de Peças Eireli, Nome Fantasia Casa Das Mangueiras Ii -** CNPJ: 17.996.696/0001-50 - Endereço: Av. José Serafim Azevedo, 930, Bairro Brasil - Administrador Judicial: Vw Advogados - Vara/Comarca: 2a Vara de Santa Helena de Goiás/GO

Empresa: **Distribuidora de Baterias Excell Ltda. -** CNPJ: 04.193.383/0001-12 - Endereço: Av. Fritz Beiser, 990, Distrito Industrial, Cachoeirinha/rs - Administrador Judicial: Estevez Guarda Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Empresa: **Everaldo Peres Domingues Júnior Ltda. -** CNPJ: 54.367.654/0001-87 - Endereço: Alameda Ricardo Paranhos, 799, Sala 218, Bairro Setor Marista - Administrador Judicial: Cinco Stenius Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 27a Vara de Goiânia/GO

Empresa: **Everaldo Peres Domingues Ltda. -** CNPJ: 54.367.926/0001-49 - Endereço: Alameda Ricardo Paranhos, 799, Sala 218, Setor Marista - Administrador Judicial: Cinco Stenius Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 27a Vara de Goiânia/GO

Empresa: **Faegom Administração e Participações Ltda. -** CNPJ: 93.612.059/0001-11 - Endereço: Av. Fritz Beiser, 850, Sala 10, Distrito Industrial, Cachoeirinha/rs - Administrador Judicial: Estevez Guarda Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Empresa: **Inbracast Indústria Brasileira de Componentes Automotivos Ltda. -** CNPJ: 30.983.544/0001-81 - Endereço: Av. Das Indústrias, 641, 1º Andar, Sala 01, Bairro Anchieta - Administrador Judicial: Estevez Guarda Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Empresa: **Inbracell Indústria Brasileira de Acumuladores Elétricos Ltda. -** CNPJ: 94.328.580/0001-94 - Endereço: Av. Fritz Beiser, 970, Distrito Industrial, Cachoeirinha/rs - Administrador Judicial: Estevez Guarda Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Empresa: **Ivete Vilela Medeiros Peres Ltda. -** CNPJ: 54.367.850/0001-51 - Endereço: Alameda Ricardo Paranhos, 799, Sala 218, Bairro Setor Marista - Administrador Judicial: Cinco Stenius Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 27a Vara de Goiânia/GO

Empresa: **Jovifer Comércio e Distribuição Eireli -** CNPJ: 41.144.613/0001-80 - Endereço: Rua Avelino de Faria, 71 A, Centro, Rio Verde/go - Administrador Judicial: Vw Advogados - Vara/Comarca: 2a Vara de Santa Helena de Goiás/GO

Empresa: **Mercantil Rodrigues Neto Eireli, Nome Fantasia Store Tools Ferramentas -** CNPJ: 33.357.794/0001-02 - Endereço: Av. José Serafim de Azevedo, Quadra H, Lote 14, Bairro Brasil - Administrador Judicial: Vw Advogados - Vara/Comarca: 2a Vara de Santa Helena de Goiás/GO

Empresa: **Mje Distribuidora e Comércio Eireli -** CNPJ: 28.274.956/0001-09 - Endereço: Rua Mato Grosso, 43, Bairro Brasil - Administrador Judicial: Vw Advogados - Vara/Comarca: 2a Vara de Santa Helena de Goiás/GO

Empresa: **Mundo Dos Epis e Ferramentas Ltda. -** CNPJ: 38.011.846/0001-08 - Endereço: Av. Gerônimo Ponciano Passos, Quadra H, Lote 21, Sala 02, Bairro Brasil - Administrador Judicial: Vw Advogados - Vara/Comarca: 2a Vara de Santa Helena de Goiás/GO

Empresa: **Poli Positivo Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda. -** CNPJ: 17.882.286/0001-89 - Endereço: Rua João Ninção, 139, Setor 02, Bairro Capuava, Mauá/sp - Administrador Judicial: Estevez Guarda Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Empresa: **Sulina de Metais S/A -** CNPJ: 92.660.893/0001-10 - Endereço: Av. Fritz Beiser, 850, Distrito Industrial, Cachoeirinha/rs - Administrador Judicial: Estevez Guarda Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Frigorífico Corella Ltda. -** CNPJ: 26.762.497/0001-79 - Endereço: Rua São Paulo Apóstolo, 16, Bairro Tucum, Cariacica/es - Vara/Comarca: Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Viação Siará Grande Ltda. -** CNPJ: 09.530.502/0001-07 - Endereço: Rua General Osório de Paiva, 759, Bairro Parangaba - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Associação de Ensino Superior de Goiás Aesgo -** CNPJ: 33.636.671/0001-00 - Endereço: Rua Doze de Outubro, 40, Centro, Rio Verde/go - Vara/Comarca: 7a Vara de Goiânia/GO - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Empresa: **Associação Educacional Dr. Odilon Fernandes Fcetm/eaof -** CNPJ: 19.062.231/0001-58 - Endereço: Rua Ronan Martins Marques, 487, 4º Andar, Bairro Santa Maria, Uberaba/mg - Vara/Comarca: 7a Vara de Goiânia/GO - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Empresa: **Associação Educacional Dr. Odilon Fernandes, Filial -** CNPJ: 19.062.231/0002-39 - Endereço: Rua Ronan Martins Marques, 487, Bairro Santa Maria, Uberaba/mg - Vara/Comarca: 7a Vara de Goiânia/GO - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Empresa: **Colégio Educar Brasil Ltda. -** CNPJ: 51.627.427/0001-55 - Endereço: Rua do Paraíso, 800, Quadra 10, Lote 451, Bairro Santo Antonio, Juazeiro/ba - Vara/Comarca: 7a Vara de Goiânia/GO - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Geolab® Balanço Financeiro 2023

Geolab Indústria Farmacêutica S/A
CNPJ: 03.485.572/0001-04

www.geolab.com.br

/geolab.sa /geolab.sa /geolabsa

A Geolab Indústria Farmacêutica S.A é uma empresa genuinamente brasileira, situada no DAIA em Anápolis – GO, no segundo maior polo farmoquímico da América Latina. Com capital 100% nacional, a Geolab tem apresentado um dos maiores crescimentos no mercado farmacêutico brasileiro de genéricos e similares nos últimos anos, empregando cerca de 1.800 colaboradores. Comprometida com a saúde, bem-estar e satisfação dos seus consumidores, a empresa investe constantemente em tecnologia, qualidade e excelência na produção de seus produtos.

Em fase de expansão, a filial alcançou 39 mil m² ao final de 2023. Em 2024, começaremos a construção de um novo prédio almoxarifado com área de 23 mil m².

Um de seus objetivos é ser uma companhia inovadora, para isso conta com um Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento que possui cerca de 150 profissionais, entre farmacêuticos, químicos, técnicos e operacionais. Na busca constantemente por conhecimento e atualizações contínuas, os colaboradores recebem incentivos para realizarem cursos de pós-graduação e mestrado. O Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, tem uma área de 2.500 m², é dedicado ao desenvolvimento de novos produtos e à manutenção do portfólio atual, incluindo laboratórios de metodologias analíticas, estudos de estabilidade, desenvolvimento de novas formulações, setor de projetos e assuntos regulatórios.

O portfólio da Geolab está em constante expansão. Atualmente, a Companhia atua nas áreas de genéricos, similares e OTCs, comercializados nos canais farma (varejo) e hospitalar (público e privado). Comercializa cerca de 400 SKUs, em 150 moléculas diferentes, resultando em 261 registros. Em 2023, houve um aumento de 12% no portfólio de produtos, e planeja lançar mais 110 SKUs em 46 novas moléculas nos próximos cinco anos.
Entre os principais objetivos e desafios da Companhia para os próximos anos está a operação da nova planta de colírios, iniciada em 2022, que colocará a Geolab entre as cinco maiores produtoras de colírios do Brasil.

A Geolab é consciente dos impactos de suas atividades e produtos, reconhecendo seu papel fundamental na prevenção e redução dos impactos ambientais indesejados e no uso responsável dos recursos naturais. A filial foi projetada seguindo os conceitos mais inovadores de fábrica com baixo impacto ambiental, utilizando lâmpadas LED em toda a linha produtiva e implementando a tecnologia Laserway, que reduz significativamente o consumo de energia e elimina a geração de resíduos futuros em caso de alterações de projeto. A busca por soluções que aumentem a eficiência e reduzam os impactos ambientais negativos é uma prática em todas as etapas do processo produtivo, incluindo sistemas de gestão, novas tecnologias e equipamentos mais eficientes. Demonstrando seu comprometimento, a Geolab padronizou seu sistema de gestão ambiental e possui uma unidade certificada pela ISO 14001. Em 2023, recebeu a medalha de bronze na plataforma ECOVADIS em reconhecimento ao seu desempenho em sustentabilidade. Além dos benefícios socioambientais, a empresa promove ações de educação ambiental com funcionários e terceiros, proporcionando crescimento equilibrado, gerando empregos e melhorando a qualidade de vida da sociedade.

A trajetória da Geolab Indústria Farmacêutica S.A. é marcada por um crescimento robusto, inovação constante e um compromisso sólido com a qualidade e sustentabilidade. Mesmo enfrentando adversidades econômicas e sociais, a Geolab manteve seu compromisso com a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e gerando impactos positivos. Com uma visão clara de futuro, a Geolab está preparada para continuar inovando e crescendo, reafirmando seu papel essencial no setor farmacêutico e na promoção da saúde e bem-estar.

Georges Hajjar Junior

Liderança

10º maior fabricante de medicamentos no país em unidades vendidas em 2023.
Fonte: PMB IQVIA UNIDADES MAT 12.2023.

7,1% de crescimento em R$PPP de **2023 x 2022.**
Fonte: PMB IQVIA R$PPP MAT 12.2023.

10º maior fabricante de produtos genéricos.
Fonte: PMB IQVIA UNIDADES MAT 12.2023.

5,2% de crescimento de genéricos de **2023 x 2022.**
Fonte: PMB IQVIA R$PPP MAT 12.2023.

Sustentabilidade

Redução de **2%** no consumo de água por unidade produzida (g/blíster).

Mais de 39 mil mudas de espécies do bioma cerrado plantadas.

Redução de **39,1%** de resíduo gerado por unidade produzida.

Aumento de **19,9%** no valor de recursos investidos em ações socioambientais.

Neutralização de **618.181,2 kg de CO_2.**

Certificação Ambiental **ISO 14001.**

98% de reaproveitamento de resíduos.

Medalha de Bronze na plataforma **ECOVADIS.**

Inovação/Investimentos

A empresa investe em média 6% do faturamento anual em P&D.

2.500 m² é a área destinada à Pesquisa e Desenvolvimento.

Crescimento do portfólio em **12%** em 2023.
Fonte: PMB IQVIA UNIDADES 12.2023.

150 profissionais no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	60.734	58.233
Contas a receber de clientes	5	169.179	145.517
Estoques	6	260.173	240.313
Impostos a recuperar	7	69.371	89.691
Adiantamentos	9	8.237	6.872
Outros créditos	8	1.842	1.004
Total do ativo circulante		**569.536**	**541.630**
Impostos a recuperar	7	4.404	4.041
Outros créditos	8	13	10
Depósitos judiciais	10	7.204	6.373
		11.621	**10.424**
Imobilizado	11	392.542	367.399
Intangível	12	1.681	2.452
		394.223	**369.851**
Total do ativo não circulante		**405.844**	**380.275**
Total do ativo		**975.380**	**921.905**

Passivo	Notas	2023	2022
Fornecedores	13	57.292	69.695
Empréstimos e financiamentos	14	11.836	15.590
IRPJ e CSLL a pagar		-	2.389
Obrigações e parcelamentos tributários	15	60	38
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	21.309	16.668
Dividendos a pagar	21.e	20.713	7.459
Outras obrigações	18	463	1.608
Total do passivo circulante		**111.673**	**113.447**
Empréstimos e financiamentos	14	34.936	46.742
IRPJ e CSLL a pagar		7.128	7.128
Obrigações e parcelamentos tributários	15	886	693
Outras obrigações	18	344	552
Impostos diferidos	17.a	3.865	29.540
Provisão para demandas judiciais	20	27.002	19.374
Total do passivo não circulante		**74.161**	**104.029**
Total do passivo		**185.834**	**217.476**
Patrimônio líquido			
Capital social	21.a	500.000	250.000
Ajustes de avaliação patrimonial	21.c	4.889	5.121
Reserva de lucros		284.657	449.308
Total do patrimônio líquido		**789.546**	**704.429**
Total do passivo e patrimônio líquido		**975.380**	**921.905**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado *(em milhares de reais)*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	22	764.372	712.499
Custos dos produtos vendidos	23	(444.480)	(414.351)
Lucro bruto		**319.892**	**298.148**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	24	(126.964)	(84.347)
Despesas administrativas e gerais	25	(68.084)	(63.674)
Despesas com pesquisa	26	(54.199)	(45.640)
Outras receitas (despesas) líquidas	27	17.174	10.746
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**87.819**	**115.233**
Receitas financeiras	28	38.360	33.785
Despesas financeiras	28	(11.493)	(15.116)
Resultado financeiro líquido		**26.867**	**18.669**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**114.686**	**133.902**
Imposto de renda e contribuição social correntes	17.b	(32.383)	(23.580)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.b	27.691	(2.847)
Lucro líquido do exercício		**109.994**	**107.475**
Lucro por ação			
Lucro por ação (em R$)		**30,18**	**29,49**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela PwC.
Auditores Independentes que emitiram o relatório sem ressalvas.
As versões completas foram publicadas nos jornais O Hoje e Diário Oficial de Goiás em 04/06/2024.
Werlei Carlos de Oliveira - Contador - CRC-GO nº 13-773/O-0

INÊS 249

Saúde Índice para esse tipo de convênio médico é o menor desde 2010, mas ainda é bem acima do IPCA

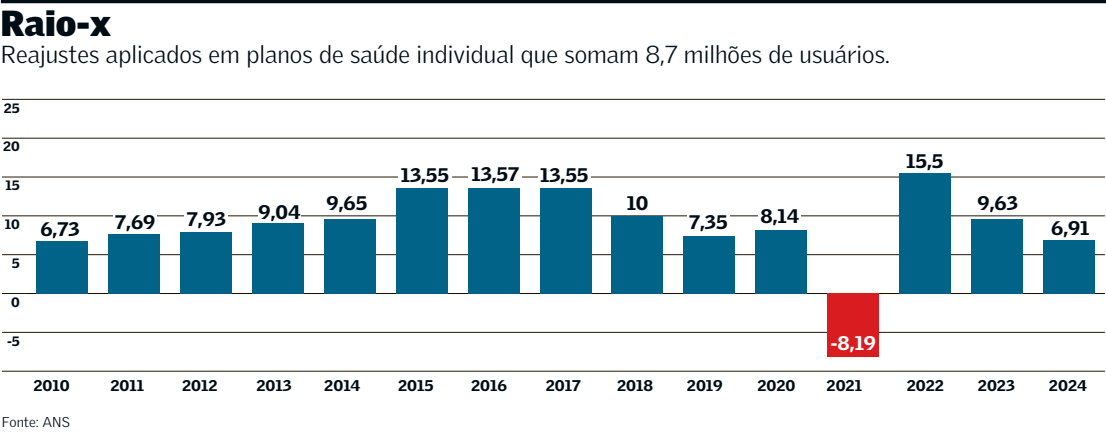
ANS limita reajuste em 6,91% para plano individual

Beth Koike
De São Paulo

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) determinou um reajuste de até 6,91% para planos de saúde individual, contratados a partir de 1999 e que totalizam cerca de 8 milhões de usuários. Esse é o menor percentual desde 2010 (desconsiderando o reajuste de 2021 que foi negativo em 8,19%), mas ainda assim está muito acima do IPCA do ano passado, que ficou em 4,62%.

Esse aumento de preço é específico para o convênio médico individual, mas serve de referência para as outras modalidades de planos de saúde, cuja negociação entre operadoras e clientes é livre. “O índice definido para 2024 reflete a variação das despesas assistenciais ocorridas em 2023”, disse Paulo Rebello, presidente da ANS.

Raio-x
Reajustes aplicados em planos de saúde individual que somam 8,7 milhões de usuários

Fonte: ANS

Para a Fenasaúde, entidade do setor, o índice anunciado ontem não cobre os custos médicos e defende que os reajustes sejam aplicados de forma diferenciada conforme a praça e o modelo de atuação da operadora. “As operadoras verticalizadas têm um custo menor quando comparado às seguradoras que trabalham com rede credenciada, além disso, há uma enorme diferença de custo por região no Brasil”, disse Vera Valente, diretora executivo da Fenasaúde. Segundo Valente, no ano passado, as operadoras e a ANS iniciaram conversas sobre essa possibilidade, mas não houve avanços até o momento.

Já o advogado Rafael Robba, sócio do Vilhena Silva Advogados, escritório especializado em direito à saúde, considerou o percentual adequado. “A notícia é um alívio para os consumidores vinculados a esses contratos, embora esse índice esteja acima da inflação oficial. No entanto, ele se mostra mais equilibrado e próximo da realidade dos custos do setor, conforme dados fornecidos pelas próprias operadoras de saúde à ANS”, disse.

O advogado pondera que o grande problema que a maior parte dos consumidores está vinculada a planos coletivos, empresariais ou por adesão. “É justamente esse tipo de plano de saúde que recebe os maiores e mais assustadores índices”, complementou.

Entre as operadoras, a Hapvida é a que tem o maior volume de planos individuais, com 1 milhão de usuários, o equivalente a 25% de sua carteira total. Na NotreDame Intermédica, que pertence ao grupo, esse percentual é de apenas 7%.

A Prevent Senior, por sua vez, possui cerca de 576 mil clientes, sendo que 94% deles são dessa modalidade de convênio médico cujo reajuste é controlado pela ANS. Entre as Unimeds, as cooperativas médicas de Belém e Goiânia têm cerca de 50% de suas carteiras com assistência médica adquirida por pessoa física.

Segundo o Citi, o percentual de 6,9% é modesto diante da taxa de sinistralidade que ainda se mantém alta e “principalmente porque pode representar um crescimento médio anual, nos últimos cinco anos, de cerca de 5,5%, o que, em nossa opinião, pode continuar a alimentar discussões em andamento sobre alguma potencial flexibilização na regulação de preços do individual”, informa o banco.

Os analistas do Citi também destacam que Amil, Bradesco Saúde e SulAmérica têm tíquete médio mais alto em seus planos individuais, porém são os produtos com a pior margem de rentabilidade. A exceção é a Hapvida, com sinistralidade abaixo da média de seu portfólio, provavelmente auxiliada por nova oxigenação de vendas e estrutura verticalizada.

Chaim Zaher mira as arábias para harmonização facial

Estética

Maria Luíza Filgueiras
São Paulo

Chaim Zaher está de olho nas arábias. O empresário do setor de educação tem se engajado com investidores dos Emirados e principalmente da Arábia Saudita em alguns de seus projetos de ensino — como seu plano para a ‘Disney do Agro’ passando pelo ensino infantil da Maple Bear e, mais recentemente, saúde e estética.

Neste ramo, Zaher, que é presidente da SEB Educação, atua por meio de sua sociedade com o grupo Kefraya. A companhia de educação e estética acaba de criar uma nova marca, a Jovié, clínica-escola em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, no modelo de franquia voltada para farmacêuticos e biomédicos, e quer internacionalizar a Lapidare, sua rede já existente de estética médica.

“Queremos levar a Lapidare para a Arábia Saudita, tem muita demanda das mulheres por tratamentos de saúde e estética, e cada vez mais por harmonização facial”, diz Zaher. “Sou conselheiro do Sírio, que deve ir para lá também. É um mercado interessante.”

Na Lapidare, os cursos regulados pelo MEC são voltados para médicos, incluindo desde transplante capilar ao chamado rejuvenescimento íntimo. O grupo já tem também o Instituto Orofacial das Américas, voltado à especialização de dentistas.

A novata Jovié está sendo criada para especialização estética de outros profissionais da área da saúde — como farmacêuticos, biólogos, biomédicos, enfermeiros e fisioterapeutas. “Havia muita reserva de mercado, com poucas escolas de especialização e os profissionais viajando quilômetros por um curso e profissionais esperando vaga para fazer residência”, diz Mohamad Hussein Abou Wadi, sócio e CEO da Kefraya. “São todos produtos de educação na área da saúde, latu sensu e pós-graduação, que atendem essa demanda além da medicina curativa, na direção da autoconfiança e da longevidade.”

O grupo Kefraya tem ainda no país o Instituto de Treinamento em Cadáveres (ITC), que fornece o material biológico para as clínicas-escola. “O que a gente trouxe para o Brasil é a mesma técnica que os profissionais globais iam buscar nos cursos nos Estados Unidos, onde o trabalho é no cadáver fresco, o que ajudou muito nas técnicas de incisão e está em linha com os bancos de tecidos regulados existentes em Barcelona, Hong Kong e Portugal”, diz o CEO.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

No país, o empresário, da SEB Educação, quer modelo da marca novata Jovié para expansão em cidades do interior

Com a referência brasileira em cirurgia plástica e odontologia, as clínicas já têm demanda de alunos de países como Turquia, Coreia do Sul e Estados Unidos — o que explica a animação de Zaher com uma potencial internacionalização. “É um curso pensado para a demanda de mercado, por isso desperta interesse. Mas, para internacionalização, há restrições em alguns países, onde a atuação dependeria de uma atualização das regras. Na Europa, por exemplo, um dentista não pode fazer o atendimento estético com aplicação de botox e harmonização”, pondera Wadi.

No Oriente Médio, enquanto Zaher tem conversado com fundos soberanos para investimento em suas outras áreas de ensino, o empresário afirma que no caso da expansão estética as discussões têm se dado com grupos que já atuam na área, no setor privado, para uma potencial joint venture com os sauditas.

Já no Brasil, Zaher avalia que o modelo da novata Jovié abre espaço para expansão em cidades do interior, onde o Instituto Orofacial e a Lapidare, que demandam maior estrutura e investimento, não conseguiriam chegar. O grupo vê potencial para cerca de 130 clínicas-escola do Instituto Orofacial no país, ante as 47 em operação até o fim do ano, seis unidades de Lapidare, mas capacidade de até 400 Jovié no mercado nacional.

A expectativa é ter cerca de 15 franquias da nova marca já comercializadas até o fim do ano, cujo investimento unitário fica entre R$ 800 mil e R$ 1 milhão. Segundo Wadi, metade do faturamento vem da educação e metade vem do atendimento na clínica.

O Kefraya tem cerca de 25 mil alunos por ano e, só na Lapidare, já passaram 6 mil médicos. A companhia não revela dados financeiros.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Com Pé de Meia, ensino médio pode ganhar 488,7 mil alunos em três anos

De São Paulo

O Pé de Meia, novo programa social do governo federal que paga para alunos da rede pública não desistirem do ensino médio, pode fazer com que 488,7 mil jovens retornem aos bancos escolares ou deixem de evadir nos próximos três anos. Com esse aumento de estudantes no último ciclo da educação básica, há uma expectativa de um incremento de 73,3 mil calouros nas faculdades que, por sua vez, podem gerar uma receita de R$ 507 milhões, no acumulado entre 2025 e 2027. O levantamento foi feito pela consultoria Educa Insights a pedido da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

Os cálculos levaram em consideração uma base de 345,8 mil jovens com até 24 anos que não terminaram o ensino médio e a parcela de alunos que historicamente desiste do curso (cerca de 6%) e cuja razão principal é a necessidade de trabalhar. O programa social, lançado em fevereiro, é elegível para jovens com idade entre 14 e 24 anos inscritos no Bolsa Família e que estudam na rede pública — esse contingente soma 1,1 milhão de alunos.

Conta de somar
Impactos do Pé de Meia, programa social para reduzir a evasão no ensino médio da rede pública

Anos *	Total de alunos elegíveis	Incremento de alunos com o programa	Alunos que podem ingressar na faculdade	Receita potencial com os novos calouros (em R$)
3º	390,1 mil	113,1 mil	16,9 mil	117
2º	486,3 mil	163,8 mil	24,7 mil	170
1º	560,2 mil	211,7 mil	31,7 mil	220

Fonte: Educa Insigths e Abmes. * Volume de alunos estudando em cada ano do ensino médio, atualmente.

O Pé de Meia concede dez parcelas de R$ 200, por ano, que podem ser sacado mensalmente, e mais R$ 1 mil ao fim de cada ano letivo do ensino médio (não vale em caso de reprovação). A parcela maior só pode ser resgatada quando o aluno se forma. Além disso, o governo pagará mais R$ 200 caso faça o Enem. “Mesmo que o aluno não tenha conseguido guardar os R$ 200 por mês porque é comum esse jovem precisar desse valor para o dia a dia, ao fim do ensino médio ele terá R$ 3 mil e mais R$ 200, se fizer o Enem. O dinheiro pode ser usado para iniciar uma faculdade”, disse Celso Niskier, presidente da Abmes. Se o estudante poupar as dez parcelas de R$ 200, ao fim do curso terá R$ 9,2 mil.

Em geral, 15% dos estudantes que concluem a última etapa da educação básica ingressam no ensino superior. Segundo Niskier, esse percentual pode aumentar com o Pé de Meia e já há grupos educacionais analisando estratégias para atrair esses jovens que podem usar os recursos recebidos pelo governo para pagar as primeiras mensalidades da graduação.

“Nossas projeções levam em consideração que não haverá evasão ou será baixa e que praticamente todos aqueles que não terminaram o ensino médio retornem para a escola devido à ajuda financeira do programa. É uma projeção otimista”, disse Daniel Infante, sócio da Educa Insights. Em seu levantamento, a maior parte dos novos alunos é do grupo de 345,8 mil pessoas com até 24 anos que interromperam os estudos para trabalhar em busca de renda.

Em 2025, a expectativa é de incremento de 113,1 mil alunos no terceiro ano do ensino médio, sendo que 93,9 mil são aqueles jovens que hoje não estudam. Com isso, espera-se que cerca de 17 mil possam ingressar nas faculdades privadas, gerando receita de R$ 117 milhões vindas de mensalidades.

Em 2026, são esperados 163,8 mil estudantes a mais concluindo a última etapa escolar e incremento de 24,5 mil calouros que juntos podem somar receita de R$ 170 milhões.

O levantamento mostra ainda que em 2027 pode haver incremento de 211,7 mil alunos obtendo o diploma do ensino médio. As faculdades poderão ter 31,7 mil novas matrículas, movimentando R$ 220 milhões.

A consultoria considerou uma mensalidade média de R$ 710 para cursos presenciais e R$ 215 na graduação on-line. *(BK)*

Agenda Tributária

Mês de Junho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Maio/2024
5	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	21 a 31/maio/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Tributação Exclusiva - Art. 2º da Lei nº 12.431/2011	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei nº 13.043/2014)	5035*	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286*	21 a 31/maio/2024
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490*	"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	21 a 31/maio/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
5	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150*	21 a 31/maio/2024
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661*	21 a 31/maio/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717*	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	"
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	21 a 31/maio/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Empresas

Novas regras pela Sabesp embaralham a disputa

Privatização

Silvia Rosa
De São Paulo

A Sabesp vai entrar, no fim desta semana, na etapa de manifestação de interesse de investidores estratégicos em sua privatização, base do modelo escolhido pelo Estado de São Paulo. Até essa fase, a companhia fez uma série de ajustes na modelagem — e alguns deles podem afetar a disposição e preço de investidores na oferta.

Pelo acordo de investimento definido pelo governo, o investidor de referência, que terá 15% da companhia de saneamento, fica proibido de disputar novas concessões de saneamento em municípios paulistas por meio de outras empresas das quais seja sócio — já que a prioridade será da Sabesp — e precisará de autorização do conselho para concorrer em leilões fora do Estado.

Entre os potenciais interessados na oferta, a Aegea seria a mais afetada com essa regra, já que é a maior empresa privada de saneamento do Brasil, avaliam fontes do mercado. No caso da Equatorial, o grupo tem apenas uma concessão no Estado do Amapá e poderia se desfazer da operação em caso de conflito de interesse, avaliam um executivo do setor.

A IG4 Capital vendeu a participação que tinha na Iguá Saneamento e não seria afetada por essa cláusula, bem como a francesa Veolia, que presta serviços no setor de saneamento, mas não opera concessão.

A regra definida, neste caso sem chaideira do setor, também determina que o acionista de referência não poderá vender suas ações até dezembro de 2029, quando está previsto a conclusão dos investimentos para a universalização dos serviços de saneamento.

Na oferta para a privatização, seguirão para a segunda fase os investidores de referência que fizerem as duas melhores propostas em termos de preço. No processo de "bookbuilding" (definição do preço de avaliação do ativo), outros investidores vão alocar as ordens para as propostas específicas dos acionistas de referência, e ganha aquela que tiver o maior volume e maior preço médio ponderado.

"O preço do acionista de referência pode acabar virando teto se os investidores colocarem ordens com preços mais baixos no processo aberto para todo mercado, já que ganha a proposta com maior preço médio ponderado e maior volume", afirma um investidor interessado na oferta. Se o preço final for menor do que o acionista de referência propôs, ele pagará essa diferença ao estado de São Paulo, como parte de um 'pacote de governança'.

Um preço mínimo das ações ofertadas da companhia será definido em reunião a ser convocada do Conselho Diretor do Programa de Desestatização (CDPE). A transação, prevista para acontecer até o fim de julho, será somente secundária, ou seja, apenas com o governo paulista vendendo suas ações, devendo reduzir a participação no capital de 50,3% para 18%.

Inicialmente, a companhia de saneamento faria também uma operação primária — mas, dado o volume já elevado na secundária num mercado de ações fraco, decidiu postergar.

Procuradas, IG4 e Aegea não comentaram o assunto. A Equatorial Energia diz que não comenta sobre possibilidades específicas de negócios ou aquisições.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

INÊS 249

Equipamentos Plano é fazer do país um eixo central de crescimento, ao lado de EUA, China e Índia; estratégia também inclui gamers e IA

Asus vai fabricar computadores para empresas no Brasil este ano

João Luiz Rosa
De São Paulo

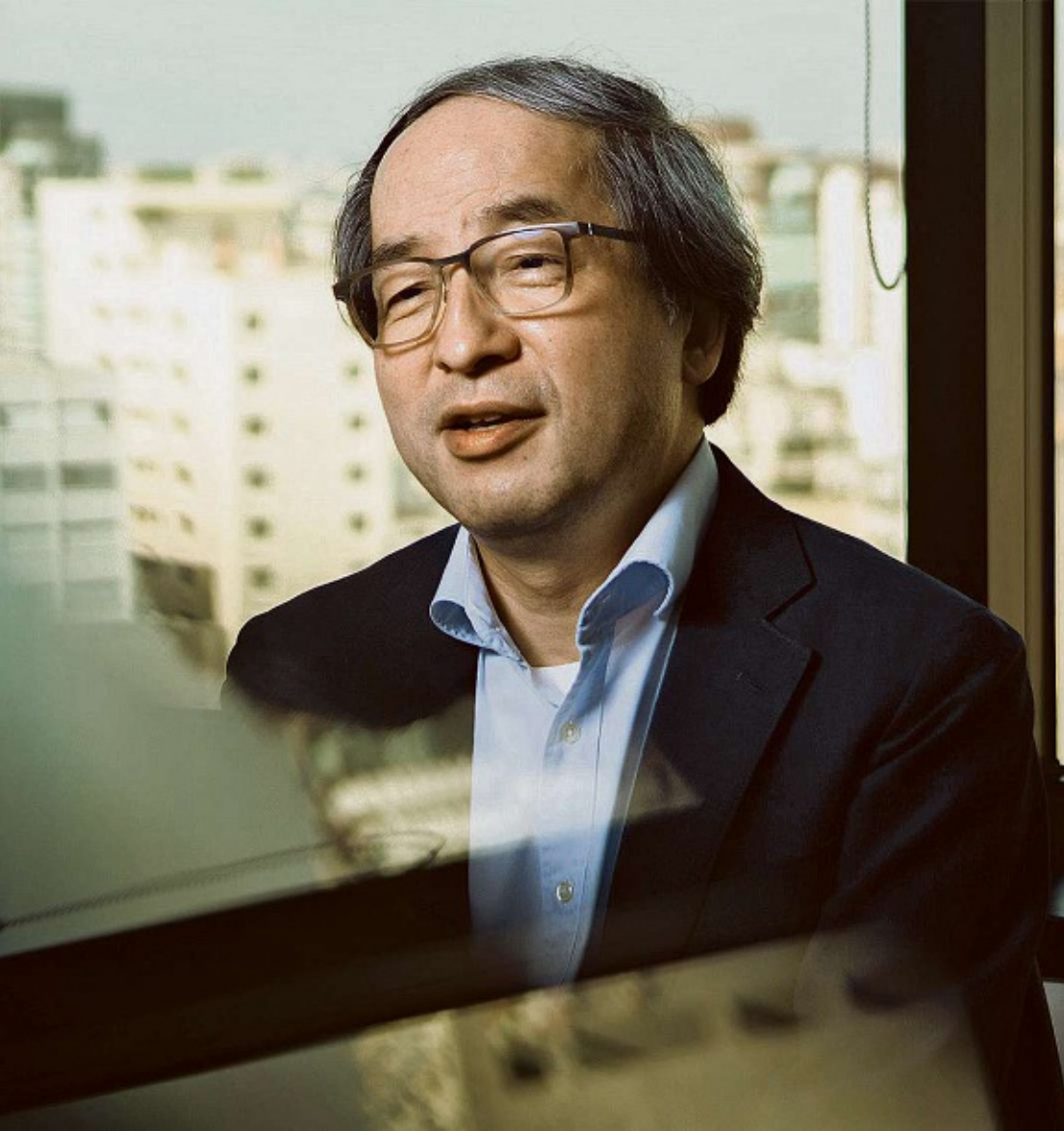
Uma das maiores fabricantes de PCs e smartphones do mundo, a Asus planeja fazer do Brasil, neste ano, um de seus quatro eixos geográficos centrais. Esse grupo, hoje, é composto de Estados Unidos, China e Índia, que também são países populosos e representam grandes mercados de dispositivos móveis. A estratégia da fabricante de Taiwan inclui reforçar a produção local, abreviar o tempo de chegada de produtos importados e investir fortemente em recursos de inteligência artificial generativa.

No Brasil desde 2008, a Asus iniciou a produção local um ano depois, numa parceria com a Foxconn, de fabricação sob encomenda. Desde então, são produzidos em Jundiaí (SP) notebooks dirigidos ao consumidor final, como os modelos Vivobook. A produção de smartphones Zenfone e ROG Phone começou em 2014, mas terminou em 2022, com o redirecionamento da Asus para os notebooks.

Em 2023, como parte do plano para fortalecer os negócios no Brasil, a empresa começou a produzir três modelos de notebooks dedicados a fãs de jogos on-line das marcas ROG Strix e Asus TUF Gaming. Em 2024, adicionou oito modelos à linha local e passou a oferecer mais seis equipamentos importados.

O mercado de PCs para gamers é estratégico para a companhia. "Estamos perto de ser a fabricante número um [do setor] no mundo", diz Eric Chen, vice-presidente sênior e diretor-geral de vendas de notebooks e smartphones da Asus. O Brasil se tornou um destino natural nesse segmento depois de a companhia se firmar em mercados regionais como Chile, Colômbia e Argentina. O tamanho e a complexidade do mercado brasileiro, além do desafio de produzir os aparelhos localmente, fizeram com que a investida gamer fosse mais lenta no país. "O Brasil é um dos maiores mercados de computadores do mundo e ocupa uma posição muito relevante na América Latina", ressalta Chen.

A venda global de jogos on-line, que puxa a demanda por consoles e PCs para gamers, passa por ajustes. O tempo médio trimestral que o consumidor dedica aos games caiu 26% entre o primeiro trimestre de 2021, em meio a uma fase crítica da pandemia, e o quarto trimestre de 2023. Mesmo assim, o negócio permanece atrativo.

No ano passado, os jogos para computadores e consoles movimentaram US$ 94 bilhões no mundo, 3,1% a mais que no ano anterior, segundo relatório da holandesa Newzoo, de análise de mercado. Os jogos para PCs representam uma fatia menor que a dos consoles — 44% versus 56% do total — mas se mostra mais sustável: o segmento cresceu 6,9% na comparação anual, enquanto os games para consoles ficaram praticamente estacionados (0,3%).

Até 2026, prevê a Newzoo, o mercado de games atingirá US$ 107,4 bilhões. No segmento de PCs, o número de jogadores em regiões emergentes como a América Latina aumentará 4,7%, ou 26 vezes mais que em mercados estabelecidos como EUA, Japão e Oceania, onde o crescimento médio será de 0,2%. Essa disparidade atrai a atenção internacional para países como o Brasil.

A próxima ofensiva da Asus, uma das mais importantes na trajetória da companhia no Brasil, também já está definida. "Quando começamos a discutir os PCs para gamers, tivemos um plano ainda mais ambicioso, que é a produção local de computadores comerciais [destinados a empresas]", afirma Chen. A empresa não antecipa detalhes do projeto, mas as tratativas estão avançadas e o início deve ocorrer "em breve", segundo a companhia. Inicialmente, serão produzidos notebooks da linha Expertbook. "É um projeto muito importante", ressalta o vice-presidente da Asus.

A previsão da consultoria IDC é que o mercado global de PCs vá encerrar 2024 com remessas de 265,4 milhões de unidades, 2% a mais que no ano anterior. Os embarques de equipamentos comerciais somarão 100,4 milhões, com aumento estimado de 3,3%, o maior entre todas as categorias — a de consumidor vai aumentar 0,8% (119,3 milhões de unidades) e a de setor público, 2,4% (45,7 milhões de unidades).

Nos próximos quatro anos, estima a IDC, o mercado de computadores crescerá, em média, 2,4% ao ano, com remessas de 292,2 milhões de unidades em 2028, incluindo todos os segmentos. O impulso virá principalmente dos AI PCs, que trazem inteligência artificial embarcada e cujos primeiros modelos começam a chegar às prateleiras.

A Asus lançou seu primeiro computador de inteligência artificial em meados de maio, sob uma estratégia batizada de Copilot + PC. O modelo Asus VivoBook S 15 usa processador avançado da americana Qualcomm e vem equipado com uma unidade de processamento neural (NPU, na sigla em inglês). É um processador destinado especificamente a acelerar tarefas de IA, como acessar os recursos do Copilot, o assistente de inteligência virtual da Microsoft. No início desta semana, a Asus anunciou outros lançamentos em Taiwan. Ainda não há data de lançamento no Brasil.

O ritmo rápido dos lançamentos sublinha o início da corrida em torno dos AI PCs. Entre 2024 e 2027, estima a IDC, o número de PCs compatíveis com inteligência artificial vai aumentar de 50 milhões de unidades para mais de 167 milhões. Ao fim desse período, quase 60% de todos os computadores do mundo serão AI PCs.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

"Projeto [para ampliar produção local] é muito importante"
Eric Chen

YouTube precisa estar vigilante, afirma diretora

Plataformas

Camila Zarur
Do Rio

Alvo constante de críticas, principalmente por parte das autoridades, por causa das 'fake news' que passam pela plataforma, o YouTube diz que tem tentado uma saída para o problema. Mary Ellen Coe, diretora de negócios da empresa controlada pelo Google, disse, em entrevista ao **Valor**, que a plataforma de compartilhamento de vídeos tem feito atualizações constantes de suas diretrizes para garantir um ambiente seguro.

O YouTube precisa estar vigilante para identificar conteúdos desinformativos e produzidos por inteligência artificial (IA), afirma Coe. Com escritório em San Bruno, na Califórnia, a executiva veio ao Brasil a convite do Rio2C, evento sobre inovação e criatividade que começou nesta terça-feira (4) e segue até domingo na Cidade das Artes, zona Oeste do Rio.

"Levamos a responsabilidade da plataforma muito a sério. Sabemos que, sem um ambiente responsável, não podemos oferecer uma boa experiência aos espectadores. O combate à desinformação é uma parte crucial desse compromisso", afirma Coe. "Nós queremos promover conteúdo confiável, removendo aqueles que violam nossas diretrizes de comunidade, como desinformação sobre saúde ou eleições, por exemplo."

As "big techs" têm sido apontadas como meio para a disseminação de informações enganosas e falsas. Na pandemia da covid-19, era comum a transmissão de vídeos que recomendavam medicamentos ineficazes contra o vírus. Um ano mais tarde, as eleições presidenciais viraram alvo dos ataques. Recentemente, as desinformações se concentraram nas enchentes no Rio Grande do Sul, que deixaram 172 mortos no Estado.

Em maio, o YouTube assinou um acordo com o governo federal e outras redes sociais para garantir a integridade da informação em relação à tragédia no território gaúcho. Para as eleições municipais deste ano, o Google vetou anúncios políticos. A medida veio após uma atualização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das regras para impulsionamento de propaganda eleitoral.

A Corte passou a pedir às plataformas que têm o serviço de impulsionamento de conteúdos político-eleitorais para que mantenham um acervo que possa ser consultado em tempo real, com informações dos anúncios como valores, responsáveis pelo pagamento e perfilamento da audiência. Em resposta, a Google preferiu simplesmente proibir as propagandas.

"Para identificar e registrar pedidos de remoção [de conteúdo], precisamos estar constantemente vigilantes", afirma Coe. "Para isso, temos sistemas tanto de inteligência artificial quanto de revisores humanos para garantir um ambiente seguro. Estamos sempre revisando nossas diretrizes para garantir que funcionem como uma estrutura de proteção contra desinformação e conteúdo sintético".

A executiva diz que a preocupação com a desinformação, sobretudo em períodos eleitorais, se estende ao resto do mundo. Segundo ela, há equipes do YouTube em contato com governos de vários países para garantir que "as diretrizes cívicas sejam compreendidas e seguidas dentro da plataforma".

"Um fato interessante é que 50% do mundo têm eleições este ano. É um grande ano eleitoral e é muito importante para a plataforma que sustentemos padrões para eleições livres e democráticas. Então, seguimos as mesmas diretrizes cívicas ao redor do mundo."

"Nos mercados locais em que estão tendo eleições, temos equipes inteiras trabalhando em conjunto com os governos. Também auxiliamos na fiscalização para que todos estejam cumprindo as mesmas regras, promovendo eleições livres e responsáveis", completa.

O YouTube não divulga balanços financeiros. Mas a Alphabet, holding que é dona do Google, sim. No primeiro trimestre deste ano, a Alphabet alcançou pela primeira vez valor de mercado acima de US$ 2 trilhões. Em relatório, o diretor-presidente da Alphabet, Sundar Pichai, disse que o resultado se deveu "ao forte desempenho" da plataforma de vídeos. Coe avalia que a performance foi influenciada pelos investimentos em publicidade e assinaturas.

"Em relação ao primeiro [publicidade], anunciantes podem incluir produtos nos conteúdos. Essa receita é compartilhada com criadores e artistas, ajudando a financiá-los. Já as assinaturas dizem respeito ao YouTube Music e YouTube Premium. Ultrapassamos a marca de 100 milhões de assinantes nesse modelo", diz.

De acordo com Coe, entre 2021 e 2023 o YouTube pagou cerca de US$ 70 bilhões aos produtores de conteúdo. Não há dados específicos sobre o montante destinado aos criadores brasileiros, mas o último relatório de impacto social da empresa aponta que, em 2022, mais de 195 mil criadores e parceiros foram pagos pelas suas presenças na plataforma. Segundo a diretora, o Brasil é um dos mercados mais importantes para o YouTube; está entre os cinco maiores do mundo em termos de tempo assistido e tem 76 milhões de usuários ativos mensais no país.

Segundo ela, os principais focos agora são inovação e experiência do usuário. Um dos investimentos é em inteligência artificial. Coe vê a IA, se bem utilizada, como uma forma de "melhorar e ampliar a criatividade", inclusive "via experimentação". Ela reconhece, no entanto, que o uso da tecnologia pode trazer malefícios, como a produção de conteúdos enganosos.

"Temos sistemas e ferramentas de detecção de conteúdo sintético. Isso significa que, se houver uma imagem ou algo semelhante de forma indevida, ela pode ser removida, mesmo que seja de um criador, empresa de mídia ou gravadora. Também estamos trabalhando em tecnologias para detecção de voz sintética, que está se tornando cada vez mais comum", diz Coe.

"Queremos garantir que as pessoas tenham o direito de se proteger e preservar sua imagem na plataforma. Vamos fornecer ferramentas para facilitar a remoção de conteúdo inadequado", completa.

Mesmo diante dessa possibilidade, a diretora se mantém positiva. Entre as apostas de IA estão ferramentas de animação e para interação entre criadores e espectadores. Há também um projeto-piloto de música com IA generativa: "Estamos trabalhando em conjunto com a indústria da música para estabelecer princípios responsáveis de IA. No fim, se a IA aumentar o consumo de música na plataforma, os artistas também se beneficiarão", diz.

LEO PINHEIRO/VALOR

"Sem ambiente responsável, não ofereceremos uma boa experiência"
Mary Ellen Coe

Investimento em mídia cresce 23%

Publicidade

Daniela Braun
De São Paulo

Os investimentos de agências de publicidade em mídia no Brasil cresceram 23,1% no primeiro trimestre, em base anual, aponta o Cenp-Meios, levantamento do Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário (Cenp) divulgado nesta terça-feira (4).

Entre janeiro e março, as 317 agências pesquisadas investiram R$ 4,5 bilhões em mídia no país. Um ano antes, o investimento alcançou R$ 3,7 bilhões entre 299 agências sondadas à época.

A TV aberta liderou os investimentos no primeiro trimestre (R$ 1,94 bilhão), com 42,4% de participação no valor total investido em mídia. Entre janeiro e março de 2023, o valor investido em TV aberta foi de R$ 1,72 bilhão, com participação de 46,3% nos investimentos totais, revela a sondagem.

A internet foi a segunda mídia com maior volume de investimentos em agências (R$ 1,66 bilhão) no primeiro trimestre deste ano, passando a contar com uma fatia de 36,3% na verba total de mídia no período. Um ano antes, os investimentos de R$ 1,26 bilhão em mídia on-line respondiam por 33,9% do total dedicado à mídia no período.

Dos investimentos de mídia em internet, 63,5% foram direcionados a formatos de anúncios em "display" e 21,1% a redes sociais, detalha o Cenp-Meios. Na sequência estão buscadores (8,9%), vídeos (6,2%) e áudio (0,3%).

Assim como a internet, a mídia exterior ganhou participação na verba publicitária. Entre janeiro e março, os investimentos na chamada mídia 'out of home' (OOH) somaram R$ 515,9 milhões, uma fatia de 11,3% dos aportes em mídia no período, ante R$ 313 milhões (8,4% do total) um ano antes.

O resultado do primeiro trimestre é "um recorde na retomada da indústria publicitária" após o auge da pandemia da covid-19, diz o Cenp. Em 2023, os investimentos trimestrais avançaram de 7% e 10%, em base anual.

"Este avanço mostra que o comportamento do mercado definitivamente mudou, assim como a jornada de mídia dos consumidores", diz ao **Valor**, Luiz Lara, presidente do conselho do Cenp. "É um mercado que não dá passos para trás frente aos desafios diários impostos pela economia e eventos imponderáveis, que fogem ao nosso controle, como a persistente guerra no Oriente Médio ou a devastação na região Sul", completou o presidente do conselho do Cenp.

Lara lembra que o início do ano era tradicionalmente mais fraco para o setor publicitário, mas já começou aquecido em 2024. "A tendência é positiva para o restante do ano pois teremos grandes eventos midiáticos, como a Olimpíada de Paris [no fim de julho] e as eleições [municipais]."

Gastos com mídia no Brasil
Valores investidos por agências em mídia no 1º trimestre

	Investimento em R$	Participação no total investido em mídia em %
TV aberta	1,94 bilhão	42,4
Internet	1,66 bilhão	36,3
Mídia exterior	515,8 milhões	11,3
TV por assinatura	222,1 milhões	4,9
Rádio	165 milhões	3,6
Jornal	51,6 milhões	1,1
Revista	12,5 milhões	0,3
Cinema	8,3 milhões	0,2
Total	**4,57 bilhões**	

Fonte: Cenp-Meios / Jan-Mar 2024 (Sondagem com 317 agências no Brasil)

Pecuária Queda de preços dos grãos e perda de vigor das pastagens dão impulso à criação intensiva

Confinamento de gado deve bater recorde no país

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Neste ano, os pecuaristas do Brasil podem levar um número recorde de cabeças de gado para terminação em confinamento. Dados preliminares do Censo de Confinamento da companhia de nutrição animal dsm-firmenich indicam que o número de animais com terminação em confinamento deve crescer 2,5% em 2024, para 7,379 milhões de bovinos.

Walter Patrizi, gerente técnico de confinamento para a América Latina da dsm-firmenich, disse que o número indica as intenções de confinamento que há hoje no Brasil. Os envios de gado para terminação intensiva começaram no mês passado.

"No fim do ano saberemos com certeza se esse número se consolidou, mas é muito provável que teremos um volume recorde", afirmou Patrizi em videoconferência com jornalistas.

A queda dos preços de milho e farelo de soja, dois dos principais insumos usados na ração animal, é um dos fatores que têm estimulado a adoção do confinamento. Outro elemento é a condição das pastagens, que perdem vigor quando o clima está mais frio e seco.

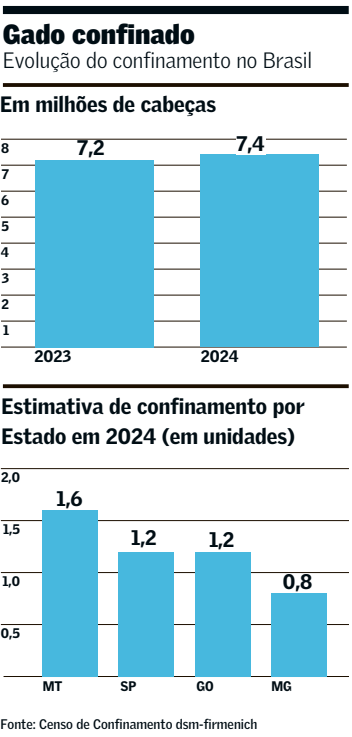
"Houve uma diminuição de custo muito importante desde o ano passado. Ainda temos um patamar de arroba muito baixo, mas os pastos tiveram uma redução muito grande nos últimos anos. Na seca, não conseguimos mais comportar o volume de gado no pasto, então a gente precisa confinar", explicou Patrizi.

> "Os custos estão em queda desde o ano passado"
> *Walter Patrizi*

Com 21% do total, Mato Grosso deverá ser o Estado com o maior volume de bovinos confinados neste ano. Na sequência devem ficar São Paulo (17%), Goiás (16%), Minas Gerais (11%) e Mato Grosso do Sul (11%).

"Mato Grosso é o Estado que mais vem crescendo no confinamento", afirmou Patrizi. Ele não detalhou o crescimento da atividade no Estado em relação a 2023.

João Luiz Ribeiro Pacheco, especialista de dados da empresa, destacou que o número de fêmeas enviadas para confinamento ainda é menor que o de machos, mas vem crescendo desde 2022. Segundo ele, isso " indica o momento do ciclo pecuário".

Atualmente, os pecuaristas estão abatendo fêmeas, o que ajuda a manter a oferta de animais elevada. Porém, essa dinâmica resultará no enxugamento da oferta nos próximos anos, com a redução do nascimento de bezerros.

Dados da ferramenta de inteligência FarmTell mostram que o índice de fêmeas confinadas, que foi de 6% em 2021, passou a 14% em 2022 e chegou a 16% em 2023.

E os produtores vêm apostando em ganho de produtividade. Segundo levantamento do Tour de Confinamento da dsm-firmenich, feito em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), de 2023, os bovinos ganharam 7,95 arrobas em 103 dias em terminação intensiva, em média. Os animais entraram com peso vivo inicial de 13,6 arrobas e saíram com 21,55 arrobas.

Do ponto de vista financeiro, o retorno sobre o investimento na adoção do confinamento foi de 6,69%, segundo a empresa.

O pesquisador do Cepea Thiago Carvalho comentou que o ano de 2023 foi marcado por um forte recuo das cotações da arroba bovina. "Em anos em que o preço não está convidativo, a produtividade é o que vai dar o lucro", diz.

Para ele, em 2024, a aposta em produtividade deverá continuar. "O número de confinamento reflete a diminuição do custo do milho e do boi magro, mas ele [pecuarista] já vai fechar e travar o preço [futuro do boi gordo]", afirmou.

No passado, a decisão do pecuarista de confinar baseava-se somente na receita futura, mas agora, avalia-se também a falta de pasto na seca e o avanço da tecnologia na pecuária. "O processo se profissionalizou. A intensificação ocorre durante o ano todo", disse o especialista.

Gado confinado
Evolução do confinamento no Brasil

Fonte: Censo de Confinamento dsm-firmenich

Chuvas afetaram 206 mil propriedades rurais no RS

Cenários

Paulo Santos
De São Paulo

As chuvas que castigaram o Rio Grande do Sul entre 30 de abril e 24 de maio afetaram 206 mil propriedades rurais, com perdas na produção e na infraestrutura. Além disso, 34,5 mil famílias do campo ficaram sem acesso a água potável, de acordo com relatório que a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS-Ascar) divulgou ontem.

A Emater não fez estimativas de prejuízo financeiro ao agronegócio após as enchentes no Estado. Segundo cálculos recentes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), as inundações provocaram perdas de R$ 3,3 bilhões para o agronegócio do Rio Grande do Sul.

Durante o período de chuvas intensas, 9,1 mil localidades sofreram perdas no Estado. Atualmente, dos 497 municípios gaúchos, 78 ainda estão em estado de calamidade pública, a maior parte deles no Vale do Taquari e na Região Metropolitana de Porto Alegre. Outros 340 estão em situação de emergência.

No meio rural, 19,1 mil famílias tiveram perdas nas estruturas das propriedades, como casas, galpões, armazéns, silos, estufas e aviários. Na agroindústria, dados preliminares apontam prejuízos para cerca de 200 empreendimentos familiares. Atualmente, mais de 4,5 mil comunidades rurais enfrentam problemas para escoar a produção, segundo o levantamento.

As chuvas também acarretaram em prejuízos para a safra de grãos no Estado, especialmente a soja. O levantamento da Emater prevê quebra de 2,71 milhões de toneladas de soja para a temporada 2023/24, que está em fase final de colheita.

De acordo com boletim do órgão, entraram na conta das perdas as áreas que não puderam ser colhidas e as que tiveram colheita, mas com baixo rendimento devido à inundação dos campos.

Em março deste ano, a Emater calculou que o Rio Grande do Sul produziria 22,24 milhões de toneladas de soja, em uma área de plantio de 6,68 milhões de hectares. A estimativa de produtividade era de 3.329 quilos por hectare.

Descontando a área afetada pelas chuvas e as perdas, a nova estimativa é de produção de 19,53 milhões de toneladas, com produtividade média de 2.923 quilogramas por hectare. A Emater prevê ainda perdas de 354 mil toneladas de milho no Estado e de outras 721 mil toneladas de milho para silagem.

No caso do arroz, as perdas foram de 160 mil toneladas de arroz. Em março, a Emater estimou que a produção de arroz no Rio Grande do Sul seria de 7,49 milhões de toneladas.

A quebra da produção gaúcha de arroz fez o governo optar pela importação. Ontem, a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) informou que o leilão de importação terá preço máximo de R$ 5 o quilo, sem tributos, e deu detalhes da entrega dos lotes.

Na pecuária, 3,7 mil criadores tiveram perdas com as chuvas, que causaram a morte de 1,1 milhão de aves. Quase 17 mil cabeças de gado e 14,7 mil suínos também morreram. As perdas foram severas ainda na produção de peixes, com 937 toneladas, e na apicultura, com a destruição de 16 mil caixas de abelhas.

Comércio Tradings deverão criar corredores de exportação para segregar cargas do grão que o Brasil envia ao mercado europeu

Cadeia de soja corre para se ajustar a regras europeias

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

As novas regras da União Europeia sobre comércio e desmatamento, que começam a valer no fim deste ano, estão fazendo a cadeia da soja no Brasil reavaliar sua logística de escoamento para garantir aos compradores a rastreabilidade da produção.

Carregamentos de madeira, soja, carne bovina, cacau, café, óleo de palma, borracha e derivados e cuja produção tenha tido relação com desmatamentos recentes estarão impedidos de entrar no bloco europeu. A data limite para desmatamento em áreas de produção dos itens é 31 de dezembro de 2020. As demandas servem para todos os países produtores.

A maior parte das exportações brasileiras para Europa não é de soja em grão, mas de farelo de soja, insumo usado na alimentação de gado de leite e de outras animais que fazem parte da dieta do consumidor europeu.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), entidade que congrega grandes tradings agrícolas que operam com soja no país, uma das medidas em vista no Brasil será a segregação de parte da produção. Isso significará reservar plantios, silos, caminhos e navios apenas para atender ao mercado europeu.

A adoção de rotinas de produção e logística da soja específica para a UE implicará em custos adicionais, e o setor não tem ainda clareza se os europeus pagarão mais pelo farelo segregado, disse Bernardo Pires, diretor de Sustentabilidade da Abiove.

Ao mesmo tempo, a medida é uma forma de garantir que o produto demandado pelos europeus não se misture com cargas que não respeitam a regra do bloco.

Uma iniciativa preparatória para a regra europeia tomada do outro lado do Atlântico por um grande grupo privado europeu indica o tamanho do problema.

O grupo Lidl, com mais de 12 mil supermercados no continente e que emprega mais de 370 mil funcionários, tem monitorado navios graneleiros que partem do Brasil rumo à Europa com farelo de soja.

O monitoramento é feito por técnicos de uma organização não-governamental com sede na Suíça, a Earthworm – cujos trabalhos, neste projeto, são bancados pelo Lidl, afirma João Carlos Silva, coordenador regional de cadeias produtivas da ONG suíça no Brasil.

Segundo ele, entre 2022 e 2023, 19 navios com farelo de soja do Brasil foram avaliados. Oito desses navios não atenderam aos padrões exigidos — ou porque foi identificada, no armazenamento, mistura de farelo de soja rastreado com farelo de soja não rastreado, ou porque foi identificado que a origem de parte da carga teve relação com desmatamento.

Entre julho de 2023 e agora, em junho, mais nove navios foram monitorados. Um foi "reprovado" por causa de mistura e outro está sendo avaliado. Nos próximos meses, a equipe da Earthworm vai analisar mais oito navios com farelo do Brasil.

DIVULGAÇÃO
Monitoramento de 19 navios com farelo de soja à Europa identificou oito embarcações fora da futura regra da UE

"A identificação de problemas em oito dos 19 navios não teve implicações comerciais, mas fez com que os traders atuassem para melhorar seus níveis de rastreabilidade", afirmou Silva.

Ele chamou atenção para alguns pontos frágeis da cadeia da soja em relação à EUDR. "O primeiro ponto frágil é a mistura [de farelo rastreado com farelo não rastreado], seja ela feita no porto ou não. O segundo ponto frágil é a dificuldade de realização de avaliação socioambiental em fazendas de soja de fornecedores indiretos de soja [aqueles fornecedores que vendem soja para os grandes produtores inteiraram suas vendas para as tradings]", disse.

> "Identificação de problemas fez com que operadores agissem para melhorar rastreio"
> *João Carlos Silva*

Laurent Javaudin, conselheiro para Clima, Energia, Ambiente e Saúde, da Delegação da União Europeia no Brasil, disse ao **Valor** que nesse período de preparativos para a entrada em vigor da lei, alguns países estão testando operações logísticas que planejam aplicar quando entrar em vigor a norma.

"Alguns países produtores começaram a organizar 'simulações' nos primeiros meses de 2024, a fim de garantir que todas as partes interessadas compreendem o sistema. Por exemplo, foram expedidas 46 mil toneladas de soja da Argentina para a UE durante este exercício com apoio do projeto Visec [plataforma de monitoramento da cadeia da soja argentina]", disse.

Ele lembra que serão os importadores na Europa quem estarão sujeitos a sanções se não atestarem que suas cargas estarão livres de desmatamento.

"A regulação é sobre o importador europeu, ele será responsabilizado por cumprir as regras e a fiscalização acontecerá pelas autoridades competentes eleitas por cada Estado-membro".

As autoridades europeias alegam que as novas regras são um esforço para que o continente, e seus consumidores, não contribuam com desmatamento de qualquer tipo pelo mundo.

Em 2023, as exportações brasileiras do agronegócio atingiram a marca de recorde de US$ 166,55 bilhões. Em termos de valor, o complexo da soja foi o número 1 das exportações do agro, com uma faria de 40,4%. Segundo a Abiove, a União Europeia absorve 14% das exportações o complexo da soja do Brasil, principalmente farelo.

Para o governo, lei tem 'vícios'

De São Paulo

O governo brasileiro avalia que a lei antidesmatamento da União Europeia tem "vícios importantes" e pode ter sua legalidade questionada. "Desenvolvimento sustentável é uma prioridade para o governo brasileiro, que está inquestionavelmente comprometido com o combate ao desmatamento", disse Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ao **Valor**.

Dito isso, acrescenta, "o governo vê com muita preocupação a EUDR. Neste momento, o Brasil trabalha para reduzir custos e mitigar riscos para os exportadores brasileiros face à nova legislação europeia" disse ela, por email.

O Brasil defende que dados e sistemas do país sejam levados em conta na definição do desmatamento. E que a legislação seja aplicada da mesma forma nos vários pontos de entrada dos produtos brasileiros no bloco, disse. Na avaliação do Ministério do Desenvolvimento, a lei pode punir países que preservaram florestas.

Os brasileiros já apresentaram suas críticas, mas seguem descontentes. "O lado brasileiro tem dito que todas as opções estão sobre a mesa, inclusive a possibilidade de se questionar a medida do bloco europeu nas esferas apropriadas."

Segundo Helena Leonel Ferreira, analista da consultoria ambiental Etifor, na Itália, há importadores na Europa aguardando esclarecimentos sobre a lei. E que — de forma equivocada, avalia — esperam que, em 2025, a fiscalização e as sanções sejam flexibilizadas.

"Entendemos que 2025 será um ano de adaptação à nova regra europeia", disse Bernardo Pires, diretor de Sustentabilidade da Abiove.

Em encontros em abril com autoridades na Alemanha, Holanda, Dinamarca e Bélgica, ele avaliou que ficou patente um consenso de que problemas seriam apontados, mas ainda sem punições.

Porém, Laurent Javaudin, conselheiro para Clima, Energia, Ambiente e Saúde, da Delegação da União Europeia no Brasil, disse ao **Valor** que "a implementação da norma não foi prorrogada e sua aplicação ainda está prevista para 30 de dezembro de 2024". Produtos não conformes "serão proibidos de entrar no mercado da UE, conforme diz o artigo 3 do regulamento", acrescentou ele. *(MMS)*

Cofco envia à China carga de soja sem desmate

Eliane Silva
Para o Valor, de Ribeirão Preto

A Cofco International concluiu o primeiro envio de 50 mil toneladas de soja brasileira livre de desmatamento e conversão (Deforestation and Conversion Free, em inglês, ou DCF) à China, como parte do acordo com a Mengniu, também do grupo Cofco. A carga foi descarregada em 31 de maio.

O acordo, iniciado por meio da Taskforce on Green Value Chains for China do Fórum Econômico Mundial (WEF) e da Tropical Forest Alliance (TFA), é o primeiro na China a incluir uma cláusula DCF.

A iniciativa faz parte do objetivo da Cofco de cumprir o compromisso de alcançar uma cadeia de suprimentos de soja livre de desmatamento até 2025 e reduzir as emissões de mudanças no uso da terra em alinhamento com sua estratégia climática.

"Hoje, mais do que nunca, nossa indústria deve tomar medidas para ajudar a fortalecer nossos sistemas alimentares, promovendo práticas agrícolas sustentáveis para proteger o clima, o meio ambiente e ajudar a garantir um fornecimento seguro de alimentos acessíveis para todos, ao mesmo tempo, em que protege os meios de subsistência dos agricultores", disse Wei Dong, CEO da Cofco Internacional, em nota.

Em preparação para a nova lei europeia antidesmate, a empresa já se programou para adquirir, processar e enviar soja segregada, em que os volumes certificados são mantidos fisicamente separados, da fonte ao processamento, armazenamento e distribuição.

No início de junho, a Cofco enviou para a Irlanda um primeiro lote de farelo de soja da Argentina totalmente rastreável e segregado para testar e alinhar seus sistemas com os requisitos da UE.

"Com base nesse pedido de soja livre de desmatamento, a Cofco provavelmente estimulará mais demanda no mercado chinês e impulsionará toda a cadeia de valor a agir", disse Jack Hurd, diretor executivo da TFA.

A de Agro e Bart Digital acertam fusão e criam a Sette

Estratégia

Paulo Santos
De São Paulo

A startup A de Agro, que faz intermediação entre produtores e serviços financeiros, e a Bart Digital, de digitalização de recebíveis e garantias do agronegócio, acertaram uma fusão e criaram a Sette, que promete aumentar a segurança e a agilidade das operações de credores do segmento. O valor da negociação não foi divulgado.

A nova empresa Sette começam com um faturamento combinado de R$ 10 milhões, referente a 2023, mas os empreendedores estão otimistas com a velocidade de geração de valor do negócio.

Rafael Coelho, CEO da A de Agro, prevê bons frutos logo nos primeiros seis meses de união. Sua projeção é dobrar o faturamento até o fim do ano e já garantir lucratividade ao negócio — o que ainda não havia sido alcançado de forma consistente pela A de Agro. "Tivemos alguns meses com lucratividade, mas devemos alcançar o breakeven operacional até o fim deste ano", disse Coelho ao **Valor**.

A Sette nasce no mercado com uma carteira superior a 400 clientes, com atuação em mais de 1.200 cidades em 20 Estados. A Sette também já é responsável pela movimentação de R$ 27 bilhões em títulos e garantias agrícolas.

A de Agro e Bart Digital já atuam lado a lado em alguns projetos desde fevereiro. As duas startups iniciaram as conversas para uma possível fusão há dois anos, a partir de um cliente em comum.

"Trabalhamos em parceria para um fundo e vimos ali que tinha uma complementação muito grande nas operações. No segundo semestre do ano passado, um novo projeto começou a rodar, e passamos a ver que faria sentido vender as soluções da Bart dentro da A de Agro e vice-versa", comentou.

DIVULGAÇÃO
Rafael Coelho, da A de Agro, e Mariana Bonora, da Bart Digital: união de forças

"A Bart tem experiência na formalização que tem como foco a emissão de recebíveis do agro. Com a A de Agro, temos a valorização nos processos de ESG e análise de crédito sobre o produto que está financiando pelo nosso cliente", disse Mariana Bonora, CEO da Bart Digital.

Os executivos ressaltaram que a Sette vai propiciar aos clientes acelerarem a digitalização de operações de financiamento, além do acesso a produtos que aumentam a qualidade dos lastros recebidos.

Para Bonora, o aumento de recuperações judiciais no agro deve aumentar a demanda por formalização dos lastros, elevando a necessidade de digitalização de títulos.

Cenários
Chuvas afetaram mais de 200 mil imóveis rurais e causaram a morte de 15 mil bovinos no RS
B9

Entrevista Para Kenneth Rogoff, professor de Harvard, mundo vive uma 'nova era de juros altos' C6

Crédito imobiliário Presidente da Caixa critica 'sangria da poupança' para banco novato C2

Bolsas Futura rival da B3, ATS quer ampliar volumes antes de concorrer em negociações C3

Renda variável Estrangeiro tem maior sequência de saques da bolsa desde 2021 C2

Câmbio Piora da percepção fiscal no Brasil, commodities em queda e preocupação com economia global pesam sobre o real

Dólar encosta em R$ 5,30 em ambiente de aversão a risco

Arthur Cagliari e Victor Rezende
De São Paulo

Em um contexto que já contempla uma piora na percepção de risco doméstico, o ambiente de dólar forte no mundo não deu trégua ao câmbio local. O dólar encostou em R$ 5,30 e saltou ao maior nível desde 23 de março de 2023, em um cenário de aumento da desconfiança dos participantes do mercado com o desempenho do real e, de forma mais ampla, com os ativos financeiros brasileiros. A bolsa amarga o quinto mês seguido de saques de recursos de investidores estrangeiros, que acumula saldo negativo de R$ 36 bilhões no ano.

O dólar encerrou a sessão de ontem negociado a R$ 5,2850, em alta de 0,98% no mercado à vista. No ano, a moeda americana tem valorização de 8,91% e o real é, de longe, a moeda com o pior desempenho em 2024 entre as mais líquidas.

O estresse observado na sessão de ontem não foi exclusividade do mercado local. Já no início do dia, as pressões exercidas pelas commodities, com queda dos preços do minério de ferro e do petróleo, afetaram em cheio o real. O movimento se intensificou ao longo da sessão entre as moedas emergentes, diante de uma piora na percepção de risco relacionada aos ativos emergentes.

As eleições no México intensificaram o mau humor dos agentes com os ativos de países emergentes, assim como o processo eleitoral na Índia e na África do Sul. Nesse sentido, toda a classe de mercados emergentes foi afetada desde o início da semana, em um movimento que tem se traduzido em dólar forte nessas economias.

Aliado a esse ambiente já bastante negativo para os emergentes, a possibilidade de uma desaceleração mais acentuada da economia global tem emergido nas últimas semanas, após uma sequência de indicadores econômicos dos Estados Unidos e da China decepcionar e ficar abaixo do esperado pelo consenso de mercado. Não por acaso, os preços das commodities têm perdido força e moedas vistas como porto seguro, como o iene japonês e o franco suíço, têm se valorizado.

Nesse sentido, Rodrigo Cabraitz, trader de câmbio da Principal Claritas, observa que a dinâmica de queda do dólar no mundo, que foi observada em maio, foi quebrada neste início de semana, com a possibilidade de que uma recessão econômica ocorra nos Estados Unidos. O principal alerta veio do índice de atividade industrial americano do ISM, que contrariou as expectativas e recuou em maio, indicando um nível ainda mais contracionista da atividade manufatureira no país.

"Começamos a semana com dados da indústria americana mais fracos que o esperado e também com os preços do petróleo, do minério de ferro e do cobre com uma performance negativa bem forte", observa Cabraitz. "Ainda é cedo para dizer se é uma mudança de tendência ou se é algo pontual. O fato é que essa perspectiva acabou prejudicando no começo desta semana principalmente as moedas ligadas a commodities e com 'beta' mais alto [que costumam ser mais voláteis], como o dólar australiano, o real e as coroas norueguesa e sueca."

> "Perspectiva [de economia global fraca] prejudicou as moedas ligadas a commodities, como o real"
> *Rodrigo Cabraitz*

No caso específico do México, o forte fluxo de saída de capital do país após as eleições foi tão grande que gerou contágio e afetou o real. Havia no mercado quem apontasse para a chance de esse processo dar algum apoio à moeda brasileira, o que não aconteceu e nem deve acontecer, na visão de um profissional da tesouraria de um grande banco local.

"Parte da recente deterioração do peso mexicano, após os resultados das eleições presidenciais, advém da visão de que o banco central mexicano pode ser mais 'dovish' [suave] ou o que governo poderia ter uma má postura fiscal, o que está parcialmente acontecendo na margem", diz. Nesse sentido, para ele, a história do México "será igual" à brasileira.

A desconfiança em torno da condução futura da política monetária no Brasil cresceu após a divisão dos diretores do Banco Central no Copom de maio, o que agravou a percepção de risco local nas últimas semanas. As taxas futuras rondam as máximas do ano e ontem voltaram a fechar em alta diante da desvalorização cambial. A taxa do DI para janeiro de 2027 subiu de 11,12% para 11,215%, apesar do alívio nos Treasuries.

Não é por acaso que, em carta referente a maio, os gestores da Ibiuna Investimentos revelam ter posições vendidas em real, ou seja, uma aposta na desvalorização da moeda brasileira. "A perspectiva de ventos externos menos favoráveis pega o Brasil em posição de crescente fragilidade em seus fundamentos", dizem os profissionais da gestora, que é comandada pelos ex-diretores do Banco Central Mario Torós e Rodrigo Azevedo.

"O arcabouço havia sido enfraquecido como âncora fiscal pela mudança, em abril, das metas de superávit primário para 2025 e 2026, o que reduzira a já baixa confiança de investidores de que a trajetória da dívida pública brasileira será estabilizada no futuro próximo. Em maio, também a âncora monetária passou a ser questionada diante da postura mais flexível dos indicados pelo governo Lula na última reunião do Copom", afirmam os profissionais da gestora.

Na visão da Ibiuna, a reprecificação na trajetória futura da Selic, gerada pela piora do câmbio e das expectativas de inflação, se junta à perspectiva de menos cortes globais de juros e aumenta "significativamente" a probabilidade de que o ciclo de redução da Selic tenha terminado com a taxa em 10,5%. "Essa situação provavelmente exacerbará o ruído em torno da condução da política econômica no futuro próximo, o que nos deixa bastante cautelosos com o posicionamento em ativos do país."

Com os juros futuros próximos das máximas do ano e um cenário externo que mostra desafios crescentes, também a bolsa brasileira tem sido afetada. Entre janeiro e maio, o investidor estrangeiro retirou R$ 35,89 bilhões da B3, o que intensificou o fluxo financeiro de saída neste ano — um dos fatores que pesam sobre a dinâmica do câmbio.

O movimento de maior cautela tanto no câmbio quanto no mercado de juros também foi adotado pelos estrategistas Andrea Kiguel e Erick Martinez, do Barclays. Para eles, o mercado de juros deve permanecer volátil e os investidores podem exigir ainda mais prêmios de risco na curva, enquanto o real deve continuar a apresentar um desempenho mais fraco em relação aos pares emergentes.

"O ruído local dominou, superando os benefícios de contas externas mais construtivas", dizem os estrategistas do banco britânico. Eles avaliam que o "carry", obtido pelo diferencial de juros, deve se tornar mais atrativo em termos relativos, diante de uma possível pausa no ciclo de cortes na Selic, mas ressaltam que a moeda brasileira precisa de prêmios mais elevados para compensar os riscos locais, como a divisão do BC e a deterioração das condições fiscais.

"Isso não significa que o dólar não irá cair contra o real. Isso depende mais das condições externas. Embora o real possa facilmente apresentar um desempenho inferior em tempos de tensão local, raramente se dissocia do ambiente global em termos de direção", observam Kiguel e Martinez. Para eles, as moedas de mercados emergentes podem encontrar apoio, caso os dados dos EUA fiquem mais fracos e se as commodities se mantiverem com preços elevados.

Em estudo divulgado ontem, porém, os economistas do Itaú Unibanco dizem ver espaço para que a moeda americana se valorize adicionalmente ao redor do globo até o fim deste ano. Até dezembro, a estimativa é de uma potencial apreciação adicional do dólar "multilateral" perto de 1,5%. E, como há uma alta correlação entre o câmbio local e o dólar multilateral, o Itaú passou a projetar que a moeda americana encerrará o ano em R$ 5,15, e não mais em R$ 5,00. *(Colaboraram Gabriel Roca e Augusto Decker)*

Leia mais na página C2

Dólar x moedas emergentes
Variação do dólar contra moedas emergentes no ano (em %)

Fonte: Valor PRO

Aversão a risco
Dólar e juros voltam a subir

Fonte: Valor PRO e B3

Destaques

CVM no FSB
A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passou a integrar o comitê diretor do Financial Stability Board (FSB), órgão internacional responsável por monitorar e fazer recomendações sobre o sistema financeiro global. É a primeira vez que a autarquia assume esta posição. Representantes de mais de 20 países compõem o comitê, que tem entre suas atribuições a coordenação e condução de revisões do trabalho de desenvolvimento de políticas dos órgãos internacionais de definição de padrões. *(Juliana Schincariol)*

Mudanças no BB
O Banco do Brasil anunciou Luiz Paulo Azevedo Bittencourt como novo gerente geral da unidade de segurança institucional. Ele substitui Luiz Fernando Ferreira Martins, que se aposentou. Bittencourt é mestre em administração e possui MBA em gestão de riscos e compliance, MBA em finanças e MBA em comunicação organizacional. Também tem certificações em inovação, controles internos e PLD/FTP, além de estar certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) como conselheiro de administração. *(Álvaro Campos)*

Aporte da Jeitto
Voltada para clientes das classes C e D, muitas vezes negativados, a fintech Jeitto criou o que chama de "cheque especial da baixa renda", e já conquistou 8 milhões de clientes, originando quase R$ 2 bilhões em crédito. A fintech atua como correspondente bancária da financeira Social, mas deu entrada no Banco Central em um pedido de instituição de pagamento e prevê transformá-la em uma licença de sociedade de crédito direto (SCD). O Banco Master adquiriu uma participação minoritária na Jeitto em 2019 e, em 2022, na sua rodada série A, a fintech contou com um aporte de US$ 15 milhões da Rise Ventures. Agora, a companhia prepara uma rodada série B, que está sendo coordenada pelo BTG e prevê levantar R$ 200 milhões. Desse total, R$ 160 milhões devem ir para o novo FIDC, na forma de cotas subordinadas, sendo que o veículo tem o objetivo de levantar inicialmente R$ 500 milhões, podendo chegar a R$ 1 bilhão em dois anos. Os outros R$ 40 milhões vão para o capital da empresa e devem ser investidos em tecnologia. *(AC)*

Retorno dos Treasuries recua ainda mais e anima Wall Street

Gabriel Caldeira
De São Paulo

Os rendimentos dos Treasuries deram sequência à recente tendência de queda à medida que a economia dos Estados Unidos deu mais sinais de enfraquecimento que podem levar o Federal Reserve (Fed, banco central americano) a iniciar o ciclo de cortes de juros mais cedo que o esperado. Ontem foi a vez de o relatório Jolts de empregos de abril deflagrar um recuo das taxas da renda fixa americana em um movimento que se concentrou nos títulos de longo prazo, que fecharam em seus menores níveis dos últimos dois meses.

A taxa da T-note de 10 anos recuou de 4,395% na véspera para 4,333%, enquanto a do T-bond de 30 anos cedeu de 4,537% a 4,475%, menores níveis de fechamento desde 4 e 1º de abril, respectivamente. A taxa da T-note de dois anos, por sua vez, caiu de 4,816% a 4,781%.

A diminuição dos rendimentos sustentou uma maior tomada de risco em Nova York, o que impulsionou as bolsas americanas após uma abertura sem impulso. O índice Dow Jones fechou em alta de 0,36%, o S&P 500 subiu 0,15% e o Nasdaq avançou 0,17%.

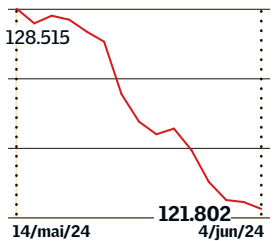
Segundo o relatório Jolts, o número de vagas de emprego em aberto nos Estados Unidos caiu a 8,059 milhões em abril, menor nível desde fevereiro de 2021. Com isso, o dado fortaleceu a expectativa de que o Fed cortará os juros duas vezes em 2024, a começar pela decisão de política monetária de setembro.

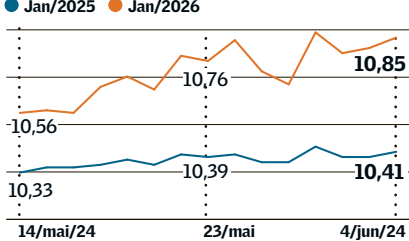
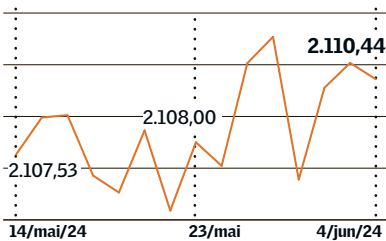
Segundo levantamento do CME Group, o mercado precifica cerca de 55% de chance para que um corte nos juros seja efetivado em setembro, contra 34% para manutenção no patamar de 5,25% a 5,5%. Até o fim do ano, a expectativa por dois cortes chega a 40%, contra 31% para apenas uma redução de 0,25 ponto percentual.

> **55%**
> **é a chance de corte de juros em setembro, segundo o CME Group**

Para Thomas Ryan, economista para América do Norte da Capital Economics, o Jolts acrescenta ao conjunto de evidências recentes de que o mercado de trabalho americano caminha para uma "normalização" do equilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra. A baixa taxa de demissões voluntárias a 2,4%, por sua vez, aponta para um crescimento salarial menor nos Estados Unidos, segundo ele.

Ainda restam alguns indicadores importantes da economia americana a serem divulgados nesta semana, em especial o índice de gerentes de compras (PMI) do setor de serviços do Instituto para Gestão da Oferta (ISM) e o "payroll", relatório oficial de empregos do país. Assim, é possível que o forte movimento otimista dos Treasuries nas duas últimas sessões seja precipitado, alertam Ian Lyngen e Vail Hartman, estrategistas de renda fixa do BMO Capital Markets.

"A sabedoria convencional diz que leituras dentro do esperado do PMI de serviços do ISM e o 'payroll' estão precificadas no nível atual dos rendimentos, sugerindo que apenas uma surpresa de alta em qualquer um deles levaria a uma venda de Treasuries. Nós adotamos o outro lado desse argumento ao afirmar que os dados recentes distorceram para baixo as expectativas dos investidores", dizem Lyngen e Hartman. Para eles, caso o PMI e o "payroll" confirmem o consenso, haverá um movimento de "venda de alívio" na renda fixa americana, provocada por um sentimento de que os dados "poderiam vir piores".

INÊS 249

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Renda variável Cenário de juros altos nos EUA e incertezas domésticas pesam na alocação de não residente, que acumula saída de R$ 36 bi no ano

Estrangeiro tem maior sequência de saques da bolsa desde 2021

Augusto Decker e Matheus Prado
De São Paulo

Os investidores estrangeiros registraram saídas líquidas da bolsa brasileira pelo quinto mês consecutivo em maio, igualando a maior sequência de saques mensais da categoria desde 2021, conforme levantamento do Valor Data. De acordo com dados divulgados ontem pela B3, os não residentes encerraram o mês passado com déficit de R$ 1,63 bilhão no mercado secundário (ações já em circulação), levando o saldo negativo de 2024 para R$ 35,89 bilhões.

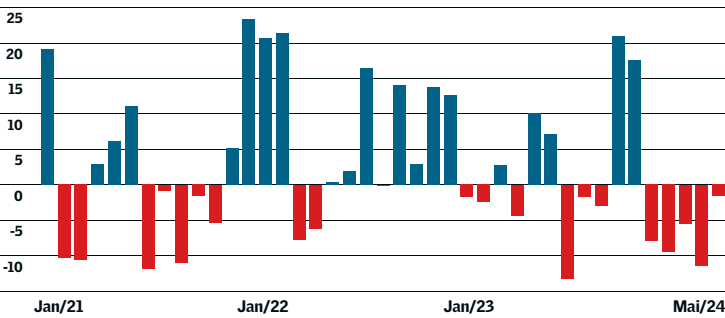
Essa dinâmica tem influenciado o desempenho do Ibovespa: no ano passado, quando os aportes líquidos da categoria totalizaram R$ 44,85 bilhões, o índice acumulou alta de 22,28%. Já em 2024, em meio ao fluxo negativo, a principal referência da bolsa brasileira registrava perda de 9,23% até ontem.

As saídas dos estrangeiros estão relacionadas tanto ao cenário externo, com mudanças nas projeções para a política monetária dos Estados Unidos, quanto ao doméstico — a incerteza fiscal, a divisão do Comitê de Política Monetária (Copom) e os sinais de intervenção do governo em estatais têm causado cautela entre os não residentes.

Para Daniela da Costa-Bulthuis, gestora para mercados emergentes da holandesa Robeco, o exterior vem tendo peso maior. "A questão local está difícil, mas a causa dos saques é a migração de dinheiro para os EUA por conta das incertezas em relação ao ciclo de juros do Federal Reserve", diz.

Desde janeiro, o mercado tem apostado em uma postura mais conservadora do BC americano, postergando as apostas para o início da flexibilização monetária no país e apostando em um número cada vez menor de cortes no ano.

Com isso, os títulos do Tesouro americano passam a remunerar mais. E, como eles são considerados o investimento mais seguro do mundo, a atratividade desses ativos afasta recursos de países considerados mais arriscados, como o Brasil. "O Brasil se tornou uma tese de queda de juros", diz da Costa-Bulthuis. "O que vai realmente trazer fluxo de volta vai ser a virada nas taxas dos EUA."

O mercado local teve um momento de euforia no fim do ano passado, aponta Michel Frankfurt, chefe da corretora de ações do Scotiabank Brasil, quando o Banco Central começou a cortar juros. Isso porque, diz, o Brasil iniciou o processo antes do resto do mundo e se beneficiaria ainda dos ciclos das economias desenvolvidas.

Fonte: B3. Elaboração: Valor Data. Obs.: no mercado secundário

"Mas tivemos surpresas negativas de inflação que impediram a consolidação do cenário e voltaram a pressionar a bolsa. Enquanto o juro estiver alto, o investidor estrangeiro não tem incentivos para voltar e a indústria local continua sofrendo com saques", diz, notando que o Brasil também tem perdido espaço nas alocações realizadas por fundos passivos.

No entanto, o executivo do Scotiabank diz que uma surpresa positiva da inflação dos EUA, principalmente se houver indicação de cortes de juros, pode ajudar os ativos. "A queda do petróleo nos últimos dias pode ter um efeito nisso", opina. "Uma solução na China, com crescimento voltando, também seria [algo] positivo. E agora é preciso ficar de olho no México. A eleição surpreendeu e colocou em xeque o modelo econômico do país."

Esteban Polidura, diretor de consultoria e produtos para as Américas do Julius Baer, também espera um aumento no fluxo para as ações locais quando o Fed iniciar o processo de flexibilização monetária. "Nós esperamos que a performance da renda variável e o fluxo externo se beneficiem com mais força do que os pares emergentes das quedas dos juros americanos e do dólar mais fraco."

Polidura diz que a casa está "overweight" (com exposição acima do consenso) em ações do Brasil. Para ele, a atividade econômica ainda forte no país deve levar a mais revisões para cima de resultados das companhias. "Os 'valuations' em termos absolutos e em comparação com pares tornam o Brasil um dos mercados emergentes mais descontados e sugerem para nós que há espaço para reavaliação, especialmente se o BC continuar a reduzir juros", afirma.

A Pantheon espera que o Fed comece a cortar as taxas de juros em setembro deste ano. Na visão de Andres Abadia, economista-chefe para a América Latina da casa, o Ibovespa pode começar a ter um desempenho melhor a partir do quarto trimestre, caso haja alguma melhora nas condições globais.

As projeções de agentes econômicos para a China também mudaram desde o início do ano. No entanto, ao contrário do que aconteceu com os EUA, as perspectivas para o país asiático agora são mais otimistas — os indicadores têm surpreendido para cima e os mercados do país exibem alguma recuperação em 2024. Uma melhora na China sempre foi considerada como um fator positivo para o Brasil, mas agora há temores de que o país asiático possa tirar recursos de outros emergentes.

"A melhora do mercado chinês pode desviar algum capital de outros emergentes no curto prazo, à medida que investidores buscam oportunidades. Contudo, os fluxos de capital a longo prazo dependerão dos fundamentos e narrativas específicas de cada país, e um melhor desempenho econômico na China deve se traduzir em melhores condições para a economia e os mercados brasileiros", diz Abadia.

O executivo opina ainda que, localmente, questões como instabilidade macroeconômica, altos déficits fiscais, juros voláteis e dúvidas sobre governança corporativa pesaram recentemente.

Para da Costa-Bulthuis, "o que tem impactado o fluxo para o Brasil é a aversão ao risco e, como o fiscal piorou, o país está sendo visto como um ativo mais arriscado".

Polidura, do Julius Baer, diz acreditar que "as contas fiscais e externas estão indo na direção correta", e que existe uma melhora nas condições dos setores de indústria e serviços, como sugerem índices de gerentes de compras.

R$ 1,6 bi
foi o saldo negativo dos estrangeiros na B3 só em maio

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Frankfurt: com juro ainda alto, estrangeiro não tem incentivo para voltar à bolsa

Giro do Ibovespa é o menor em cinco anos

De São Paulo

As incertezas globais e locais, que têm afastado investidores e penalizado o desempenho da bolsa, levaram o Ibovespa a registrar, entre janeiro e maio, o volume financeiro mais baixo desde 2019.

Segundo o Valor Data, o índice teve volume diário médio de R$ 17 bilhões nos cinco primeiros meses deste ano. No mesmo período de 2019, foram R$ 12,4 bilhões. Daí em diante, foram R$ 19,9 bilhões em 2020, R$ 25,1 bilhões em 2021, R$ 22,7 bilhões em 2022 e R$ 18,6 bilhões no ano passado, sempre no intervalo de janeiro a maio.

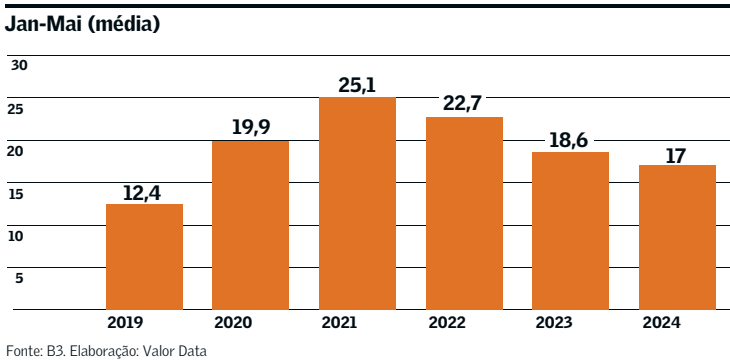
"O mercado está difícil. Essa queda no volume tem a ver com a indústria local de fundos, que segue sofrendo com saques e está muito machucada. E também com o investidor estrangeiro, que aportou na bolsa no fim do ano passado e tem retirado recursos desde o início deste ano. Os saques do grupo até deram uma diminuída em maio, mas o fluxo segue errático", diz Pedro Serra, chefe de pesquisas da Ativa Investimentos.

Antonio Heluany, sócio e analista de commodities da Taruá Capital, concorda que a bolsa parece não ter comprador marginal no curto prazo, mas diz que os preços dos ativos começam a chamar atenção. "Seguimos com carteira diversificada, carregando posições defensivas e também teses domésticas, que podem se recuperar até o fim do ano."

Por enquanto, a tendência de giro fraco parece se reforçar no início de junho, com volumes de R$ 15,42 bilhões na segunda-feira e de R$ 15,53 bilhões ontem, quando o Ibovespa caiu 0,19%, aos 121.802 pontos. O índice acumulou sua quinta queda seguida.

Nem o recuo do rendimento dos Treasuries, após dados indicarem enfraquecimento do mercado de trabalho americano, conseguiu colocar o Ibovespa no terreno positivo ontem, em dia de quedas do petróleo e do minério de ferro.

Heluany diz que chegou a vislumbrar algum espaço para recuperação do setor de metálicas quando houve o anúncio de estímulos para a construção civil na China. "Mas o segmento segue enfraquecido e os dados de produção de aço, fracos. Acreditamos que o minério vai continuar oscilando entre US$ 100 e US$ 120, o que não anima a montar posição mais estrutural."

Em relação à Petrobras, ele afirma que as ações têm acompanhado o recuo do petróleo, após decisão da Opep+ sobre níveis de produção. "O 'risco estatal' voltou a fazer preço com a troca de CEO, mas de lá para cá o noticiário sobre dividendos foi até positivo e a questão de aumento de Capex demora tempo. Achamos que vale o posicionamento." *(AD e MP)*

Fonte: B3. Elaboração: Valor Data

Caixa critica 'sangria' da poupança para bancos

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

O presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, criticou ontem o fato de recursos da poupança estarem indo "para outro perfil de banco", como instituições financeiras mais novas que não participam do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e que não oferecem crédito imobiliário. Segundo ele, há uma "sangria" dos recursos da poupança.

Vieira destacou ainda a falta de aplicação de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) em habitação. "Não tem um centavo voltado para o segmento".

O presidente do banco citou como alternativa para recompor o crédito disponível para habitação as medidas que incentivem a securitização desse mercado.

Para a vice-presidente de habitação da Caixa Econômica Federal, Inês Magalhães, o sistema atual de financiamento imobiliário passa por "um certo esgotamento". Segundo ela, há duas medidas principais sendo discutidas no curto prazo: a liberação de 5% dos depósitos compulsório dos bancos para ser usada no crédito imobiliário, e uma mudança no prazo de carência das Letras de Crédito Imobiliário (LCI). O setor imobiliário pede a liberação do compulsório para que os bancos tenham mais recursos para concessão de crédito.

Sandro Gamba, presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), ressaltou que essa seria uma solução apenas de curto prazo, liberando cerca de R$ 37 bilhões, valor que é consumido, atualmente, em três a quatro meses. "É importante, mas não é estruturante", afirmou.

Sobre a LCI, Gamba disse que, com a mudança feita em fevereiro no prazo mínimo de vencimento dos títulos, de 90 dias para 12 meses, o volume de recursos distribuídos pelo setor caiu de R$ 30 bilhões ao mês para R$ 12 bilhões. "É importante tentar rever o prazo da LCI."

Inês Magalhães afirmou ainda que o julgamento sobre a mudança na remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), previsto para ser retomado no Supremo Tribunal Federal (STF) no próximo dia 12, é "uma espada sobre a nossa cabeça". Há preocupação no setor imobiliário de que atrelar a rentabilidade do fundo ao IPCA, a proposta levada a julgamento, inviabilizaria seu uso no financiamento à habitação popular, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Atualmente, a remuneração do FGTS é de 3% ao ano mais TR. Há ainda a distribuição de lucro do fundo. Magalhães argumentou que a maior parte das contas no fundo é de trabalhadores que ganham até quatro salários mínimos e que teriam rendimentos extras de menos de R$ 100 com a mudança, enquanto poderiam deixar de ter acesso a até R$ 50 mil em subsídios para a casa própria.

Novo CEO da TecBan quer depender menos do dinheiro físico

Álvaro Campos
De São Paulo

Criada em 1982 por grandes bancos que queriam facilitar a gestão dos caixas eletrônicos, a TecBan já vivenciou diversas transformações enfrentadas pelo sistema financeiro. Nos últimos anos, vem diversificando suas operações para lidar com uma mudança que parece inexorável: a diminuição do uso de dinheiro físico.

Com histórico em projetos de transformação, o chileno Patricio Santelices assumiu em fevereiro como novo diretor-geral, em substituição a Jaques Rosenzvaig, que ficou 17 anos no cargo. Ele conta que atualmente cerca de 30% das receitas vêm de negócios adjacentes à função central do caixa eletrônico (ATM). A expectativa é chegar a 35% no fim deste ano e a 50% em cinco anos.

Além da Tecban em si, os resultados do grupo incluem também a TBNet, empresa de infraestrutura em telecomunicação; a TB-Forte, de segurança e transporte de valores; e a TecBan Serviços Integrados (TBSI), que presta serviços de manutenção e revitalização de equipamentos para os bancos. No ano passado, a receita foi de R$ 864,1 milhões, com queda de 1,0%, enquanto o lucro recuou 16,9%, a R$ 37,8 milhões.

"O mundo está mudando e 70% do nosso negócio está ligado às funções tradicionais dos caixas eletrônicos, essa é a parte do desafio de transformação que a gente tem", comenta Santelices. Segundo ele, com uma rede de quase 25 mil ATMs, a TecBan vai continuar focando na eficiência de processos e como extrair valor dessa infraestrutura. "Os bancos estão saindo de alguns lugares remotos e deixando só o caixa eletrônico, e hoje o ATM não é só para sacar dinheiro, é um ponto de venda, o cliente paga conta, recarrega o celular, tem uma série de serviços."

No seu hub digital, em que presta serviços para bancos e fintechs, a TecBan já tem 26 parceiros, incluindo nomes como XP, Neon e Digimais. "No processo de integração com esses parceiros, falamos com mais de 300 fintechs, e isso nos trouxe muitos aprendizados", conta Thiago Aguiar, superintendente executivo de produtos, novos negócios e marketing.

Mercados Empresa prevê finalizar sistema de transações até dezembro e depois submetê-lo para avaliação dos reguladores; estreia deve ficar para o fim de 2025

Futura bolsa, ATS busca ampliar volume de negócios antes de rivalizar com B3

CLAUDIO BELLI/VALOR

"Não queremos ser vistos como uma bolsa barata, mas eficiente [...] Temos questões para pensar em prol do mercado" *Claudio Pracownik*

Juliana Schincariol
Do Rio

O retorno da concorrência entre bolsas no Brasil não deve ter impacto sobre a hegemonia da B3, ao menos no primeiro momento. Esse também não é o objetivo da Americas Trading Group (ATG), que opera sistemas eletrônicos de negociação de ações e aguarda autorização das autoridades do mercado de capitais para começar a iniciar operações. A ATG, que busca emplacar o projeto há mais de uma década, diz que irá trabalhar para aumentar o volume de negociação do mercado brasileiro em vez de tirar participação da rival.

Entre os especialistas ouvidos pelo **Valor**, a maior concorrência não virá necessariamente de um novo participante no mercado, mas sim da internalização de ordens — o fechamento de negócios fora do livro central. A prática não é permitida no país, mas vem sendo analisada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Claudio Pracownik, ex-presidente da Ágora e da Genial Investimentos, e responsável pela nova bolsa, diz que até dezembro os sistemas estarão prontos para que os reguladores possam testá-los, após as autorizações. A expectativa é que tudo esteja concluído para início das operações a partir do fim de 2025.

Além da bolsa, chamada ATS, sigla para American Trading Service, a ATG terá também uma clearing (serviço de compensação e liquidação de ordens de compra e venda eletrônicas), a American Clearing Service (ACS). Os nomes são provisórios. A licença para operar uma bolsa cabe à CVM e a da clearing, ou seja, os sistemas de compensação e liquidação, é de responsabilidade do Banco Central.

Para os trabalhos de depositária, o plano é utilizar o serviço da B3. Essa possibilidade ficou assegurada depois de uma reclamação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e uma arbitragem movida pela ATG no passado.

As autoridades do mercado de capitais, diz Pracownik, estão organizadas e o mercado é demandante. "Os reguladores estão interessados que a concorrência aconteça", diz. Ao mesmo tempo, um ambiente de concorrência é algo novo também para eles, reconhece.

"As regras dos mercados de bolsa no Brasil foram construídas considerando o modelo que já havia sido implementado pelas bolsas então existentes, que são mais antigas do que a própria regulação", afirma a advogada Grasiela Cerbino, do escritório Cerbino Advocacia, que também foi diretora jurídica da B3. O embrião da Bolsa de Valores de São Paulo foi criado em 1890 e a Bolsa do Rio, em 1851.

Cerbino lembra que a instrução 461 — regra da CVM sobre os mercados de bolsa e de balcão, substituída pela atual resolução 135 — foi elaborada depois que as bolsas tinham mais de 100 anos. A resolução 304 do BC que trata da governança das infraestruturas de mercado considerou em grande medida os controles existentes na B3.

Pracownik reconhece que o mais delicado e complexo são os serviços de clearing. De acordo com o executivo, os custos chegam a ser cinco ou seis vezes mais altos do que lançar a bolsa.

Segundo o presidente da ATS, o novo projeto se pagará se tiver de 2% a 3% do mercado. "A coisa mais difícil é vencer a arrebentação, é existir. O mais fácil é o 'payback' da operação", diz. Depois disso, ganhar escala será "tão difícil quanto nascer", reconhece.

A ATS não fará listagem de companhias e busca ser uma opção como plataforma de negociação e aluguel de ações e cotas de fundos. Depois, vai analisar oferecer outros produtos, como derivativos.

O objetivo não é tirar participação da B3 e sim aumentar o volume de negociação no mercado brasileiro, argumenta o executivo. Grandes investidores internacionais, por exemplo, têm limitação para colocar dinheiro em bolsa no Brasil em um ambiente com um único participante. "Não queremos ser vistos como uma bolsa barata, mas sim, eficiente", afirma.

Quando estiver em operação, a comunicação entre a ATS e a B3 tem que ser muito próxima, defende o presidente da ATS. Em caso de suspensão de um participante do mercado em uma das bolsas, o mesmo deveria ocorrer na outra, exemplifica. O executivo também diz que há pautas em comum entre os concorrentes, como o horário estendido de negociação e educação financeira. "Temos questões para pensar em conjunto em prol do mercado."

2% a 3%
é a fatia de mercado estimada para 'pagar' o investimento da ATS

O BC confirmou que há o pedido de autorização e que a "análise deve seguir a regulamentação". Na mesma linha, a CVM reafirmou que o assunto está sendo analisado, mas não comenta casos específicos. Em nota, a autarquia lembrou que está em vigor a resolução 135. A regra foi editada em 2022, considerando um possível cenário de competição nesse mercado no país. Na nova regra, o regulador excluiu a limitação de participação de entes do mercado, como corretoras e distribuidoras, no capital social de administradores de balcão organizado. No caso da participação em entidades que administram bolsas, a limitação dessa fatia é de 10%. Este percentual deve mudar depois de uma consulta pública encerrada há algumas semanas.

A concorrência entre bolsas no Brasil vem sendo tratada há mais de dez anos. Em 2012, foi apresentado um estudo da consultoria Oxera, que apontava a expectativa de crescimento do mercado. Nos anos 2010, as bolsas americanas Bats Global Markets e Direct Edge anunciaram planos de atuar no Brasil e posteriormente desistiram. Depois, a ATS apareceu como uma terceira interessada, que também não se concretizou.

Para um executivo que acompanha o mercado, apesar de ter o Mubadala como acionista de referência aportando capital, há desafios para o crescimento da ATS, como acesso a uma base de clientes e conexão a todas as corretoras. "A B3 não liga tanto para a concorrência porque a receita de negociação é pequena em relação ao total. Esse percentual já foi maior e foi invertido", afirma a fonte. No primeiro trimestre de 2024, as receitas de negociação e pós-negociação da B3 representaram 29,7% do total, considerando ações e instrumentos de renda variável.

Procurada, a B3 não comentou. Declarações recentes do presidente Gilson Finkelsztain foram de que o mercado é aberto e que a empresa enfrenta concorrência em vários segmentos.

Para algumas fontes, a maior concorrência virá da internalização de ordens. A prática é proibida no Brasil, mas há alguns anos o regulador vem testando uma modalidade conhecida como RLP, sigla em inglês para "retail liquidity provider", ou provedor de liquidez no varejo. O RLP possibilita que a própria corretora ou outros participantes do sistema de intermediação sejam a contraparte do fluxo de ofertas a partir de sua base de clientes. Como o nome diz, o objetivo é prover liquidez para o investidor no ambiente da própria bolsa.

Em maio, a CVM divulgou um relatório parcial de análise de impacto regulatório sobre internalização e publicou um edital de tomada pública de subsídios para que os interessados ofereçam contribuições ao tema. O relatório cita que o RLP é uma modalidade de internalização de ordens aceita no mercado brasileiro.

"A internalização pode ser avaliada em função de duas perspectivas: de um lado, pode promover um aumento de tamanho de mercado e eventual redução de custos da negociação em bolsa. De outro, pode criar situações de conflitos de interesses que deveriam ser mitigadas", diz Cerbino. A advogada lembra que nos Estados Unidos houve um debate recentemente sobre um dos possíveis conflitos, que envolvia a venda de fluxos de ordens. Este tema também foi mencionado pela CVM no edital de tomada pública de subsídios.

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 04/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.802,5536100	0,03	0,07	3,93
IRF-M	1+**	20.122,9246140	-0,04	-0,03	0,91
IRF-M	Total	18.268,0704810	-0,02	0,00	1,81
IMA-B	5***	9.243,4313570	0,01	0,05	2,97
IMA-B	5+****	11.239,6360550	-0,25	-0,30	-3,15
IMA-B	Total	9.881,1265820	-0,12	-0,13	-0,26
IMA-S	Total	6.682,2655140	0,04	0,08	4,57
IMA-Geral	Total	8.138,6235350	-0,02	0,00	2,38

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	20/05	17/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	34,48	37,01	33,15	32,64	31,79	33,94
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,78	25,63	26,95	24,32	24,45	29,08
Conta garantida pré - a.a.	43,09	41,88	41,63	40,86	44,69	51,54
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,04	23,20	23,74	24,12	22,50	27,12
Vendor pré - a.a.	15,67	15,11	15,40	15,47	14,86	18,87
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,50	17,26	16,46	18,21	17,68	19,20
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,43	18,16	16,48	17,70	17,20	18,42
Conta garantida pós - a.a.	24,21	24,90	25,41	26,56	24,04	27,90
ACC pós - a.a.	8,87	8,40	8,21	7,89	7,92	8,51
Factoring - a.m.	3,33	3,29	3,31	3,35	3,35	3,58

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	04/06/24	03/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3200	5,3400	5,3100	5,0700
1 mês	-	5,3270	5,3243	5,3243	5,3254	5,0586
3 meses	-	5,3506	5,3491	5,3496	5,3480	4,8649
6 meses	-	5,3882	5,3893	5,3886	5,3902	4,6328
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9130	3,9090	3,8920	3,9080	3,1480
1 mês	-	3,9118	3,9122	3,9122	3,9134	3,0876
3 meses	-	3,9258	3,9251	3,9257	3,9256	2,8626
6 meses	-	3,9440	3,9434	3,9437	3,9429	2,4044
1 ano	-	3,8467	3,8324	3,9419	3,7832	1,3046
Euribor ***						
1 mês	-	3,690	3,764	3,717	3,865	3,218
3 meses	-	3,782	3,785	3,785	3,827	3,490
6 meses	-	3,755	3,749	3,745	3,802	3,728
1 ano	-	3,722	3,722	3,711	3,693	3,875
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,36	5,37	5,36	5,37	5,37	5,11
T-Bill (3 meses)	5,38	5,38	5,40	5,39	5,38	5,37
T-Bill (6 meses)	5,36	5,35	5,31	5,37	5,36	5,47
T-Note (2 anos)	4,78	4,81	4,99	4,87	4,82	4,50
T-Note (5 anos)	4,35	4,41	4,60	4,51	4,50	3,85
T-Note (10 anos)	4,33	4,39	4,55	4,50	4,51	3,70
T-Bond (30 anos)	4,48	4,54	4,67	4,65	4,67	3,89

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,08	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,48	11,99
CDI	0,08	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,48	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	0,00	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,81	10,51
IMA-B	-0,13	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,26	6,56
IMA-S	0,08	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	4,57	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-0,24	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-9,23	12,70
Índice Small Cap	-0,14	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-14,64	-4,39
IBrX 50	-0,37	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-7,97	14,94
ISE	0,51	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-10,67	1,45
IMOB	1,29	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-16,65	-0,55
IDIV	0,09	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-5,21	19,55
IFIX	-0,54	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	1,59	12,24
Dólar Ptax (BC)	0,52	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	8,83	2,86
Dólar Comercial (mercado)	0,68	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	8,91	3,47
Euro (BC) (4)	0,82	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	7,11	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	0,95	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	7,08	5,03
Ouro B3	-	-	-	10,65	1,64	7,39	20,77	8,20
Inflação								
IPCA (5)	-	0,39	0,38	0,16	0,83	0,42	2,20	3,85
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 4/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,39% para o mês de maio

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 29/05/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.457.916,67					-10.481,76	29.052,18	184.395,06	182.878,51
RF Indexados (2)	152.845,66	-0,11	0,85	2,03	8,71	-295,49	1.973,57	-979,49	-8.999,26
RF Duração Baixa Soberano (2)	678.237,30	0,04	0,73	4,02	11,19	-5.248,53	1.289,20	44.995,43	44.742,14
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	818.643,13	0,07	0,84	4,59	12,75	2.022,31	10.361,39	29.842,45	33.250,19
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	155.348,36	0,05	0,05	4,59	12,76	-231,49	6.115,79	50.752,41	57.410,95
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	166.906,87	0,03	0,89	3,56	8,88	133,13	-758,91	-4.101,63	-5.957,82
RF Duração Livre Soberano (2)	225.653,28	0,00	0,77	3,55	10,45	-2.025,76	987,18	137,24	-10.030,13
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	669.154,82	0,04	0,82	3,99	11,29	-2.564,97	3.147,60	320,42	-19.014,78
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	337.501,28	-0,05	0,86	3,92	12,47	1.442,06	9.971,19	56.448,87	112.869,54
Ações	599.710,90					-51,53	-4.128,65	-3.675,81	30.976,18
Ações Indexados (2)	10.375,25	-0,85	-2,59	-8,55	10,85	-3,98	-329,26	781,78	-917,62
Ações Índice Ativo (2)	31.202,47	-0,77	-2,56	-8,79	9,13	-8,26	-2.277,08	-3.686,21	-4.997,46
Ações Livre	214.187,43	-0,80	-1,28	-6,26	11,26	-68,57	-2.218,31	-2.623,36	-10.303,29
Fechados de Ações	125.996,43	-0,40	-0,35	-3,74	-0,68	71,56	284,52	-434,25	29.943,09
Multimercados	1.645.624,08					-802,31	-13.203,93	-52.047,61	-185.953,98
Multimercados Macro	154.766,42	-0,14	0,63	0,22	6,81	-279,73	-5.577,36	-20.659,29	-47.175,39
Multimercados Livre	624.535,13	-0,05	0,65	2,68	9,73	-308,93	1.007,16	7.991,41	-44.536,83
Multimercados Juros e Moedas	52.932,17	0,00	0,71	3,71	11,48	-100,84	-543,17	-4.249,33	-15.092,14
Multimercados Invest. no Exterior (2)	732.389,01	-0,04	0,17	2,47	9,79	-113,13	-8.422,91	-36.652,52	-74.686,33
Cambial	6.146,95	0,91	0,83	9,83	10,28	12,69	-9,39	-342,82	-1.356,82
Previdência	1.420.115,98					100,95	515,71	15.376,61	40.588,92
ETF	43.370,53					-423,87	979,55	-2.014,88	-2.424,03
Demais Tipos	1.972.692,62					-3.654,03	-2.775,31	26.164,34	31.984,77
Total Fundos de Investimentos	**7.172.885,11**					**-11.645,84**	**13.205,47**	**141.690,56**	**64.708,79**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.607.399,26**					**2.160,72**	**-747,67**	**31.259,96**	**106.061,58**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.827.814,83**					**-9.485,12**	**12.457,81**	**172.950,51**	**170.770,36**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	04/06/24	03/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,46	10,46	10,65	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	0,8469	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,46	10,46	10,65	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	0,8469	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,41
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9048
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,63
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9959
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,36	10,37	10,36	10,38	10,28	13,58
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,40	10,42	10,37	10,43	10,18	13,33
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,38	10,39	10,39	10,39	10,40	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,37	10,37	10,37	10,34	13,63
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,36	10,36	10,36	10,29	13,59
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,36	10,36	10,36	10,21	13,53
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,40	10,39	10,37	10,39	10,18	13,34
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,60	10,56	10,48	10,56	10,16	12,45

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 04/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.258,09	10,381	311.560	10,378	10,386	10,384
Vencimento em ago/24	98.369,87	10,364	4.800	10,364	10,370	10,364
Vencimento em set/24	97.526,62	10,364	16.757	10,354	10,370	10,362
Vencimento em out/24	96.728,16	10,365	200.124	10,355	10,370	10,370
Vencimento em nov/24	95.857,29	10,376	1.049	10,365	10,375	10,370
Vencimento em dez/24	95.136,01	10,400	15.582	10,390	10,410	10,400
Vencimento em jan/25	94.351,83	10,406	496.309	10,385	10,420	10,415
Vencimento em fev/25	93.515,92	10,448	6.498	10,430	10,455	10,450
Vencimento em mar/25	92.749,62	10,498	5.712	10,465	10,520	10,520
Vencimento em abr/25	92.038,26	10,521	187.438	10,485	10,535	10,530
Vencimento em mai/25	91.282,66	10,558	7.345	10,520	10,560	10,550

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.303,34	1,28	450.030	5.261,50	5.308,50	5.303,00
Vencimento em ago/24	5.320,76	1,28	15	5.306,00	5.306,00	5.306,00
Vencimento em set/24	5.336,89	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.351,79	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.368,60	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.777,13	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.804,45	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.830,98	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	122.013	-0,25	86.045	121.120	122.245	122.070
Vencimento em ago/24	123.984	-0,25	10	123.235	123.235	123.235
Vencimento em out/24	125.870	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 04/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2681	5,2687	0,60	0,52	8,83	6,31
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,2844	5,2850	0,98	0,68	8,91	6,70
Dólar Turismo (R$/US$)	5,3109	5,4909	1,11	0,68	8,78	6,74
Euro (BC) - (R$/€)	5,7296	5,7323	0,48	0,82	7,11	7,86
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,7494	5,7500	0,80	0,95	7,08	8,40
Euro Turismo (R$/€)	5,8086	5,9886	1,04	0,94	6,80	8,16
Euro (BC) - (US$/€)	1,0876	1,0880	-0,12	0,30	-1,57	1,45
Ouro*						
B3 (R$/g)[1 2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.326,89	-1,00	0,05	12,67	19,37
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.330,50	0,25	-0,53	13,00	17,64

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	04/06/24	03/06/24	No fim de mai/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	151.479,86	152.238,76	152.338,81	173.997,89	-0,50	-0,56	-12,94
Valor-Coppead Mínima Variância	94.080,55	93.477,58	93.649,60	93.533,91	0,65	0,46	0,58

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 04/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 04/06/24

Índice	04/06/24	03/06/24	Em 31/05/24	29/12/23	04/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	182,16	183,42	183,18	165,54	151,37	-0,69	-0,56	10,04	20,34
S&P BNY Emergentes	338,60	345,07	341,77	312,75	287,98	-1,87	-0,93	8,27	17,58
S&P BNY América Latina	197,85	199,80	204,45	225,28	193,24	-0,98	-3,23	-12,18	2,38
S&P BNY Brasil	193,91	196,78	197,69	232,95	192,77	-1,46	-1,91	-16,76	0,59
S&P BNY México	308,68	302,84	329,09	331,67	315,53	1,93	-6,20	-6,93	-2,17
S&P BNY Argentina	237,32	254,96	262,91	178,27	125,35	-6,92	-9,73	33,12	89,32
S&P BNY Chile	147,32	148,95	148,41	162,12	168,03	-1,10	-0,74	-9,13	-12,32
S&P BNY Índia	2.674,05	2.866,14	2.747,17	2.923,01	2.749,69	-6,70	-2,66	-8,52	-2,75
S&P BNY Ásia	211,87	215,17	212,76	189,60	173,32	-1,53	-0,42	11,74	22,24
S&P BNY China	326,70	327,74	329,83	336,11	314,19	-0,32	-0,95	-2,80	3,98
S&P BNY África do Sul	195,86	203,39	206,33	199,87	233,98	-3,70	-5,08	-2,01	-16,29
S&P BNY Turquia	34,64	35,44	34,31	22,45	18,71	-2,26	0,96	54,25	85,09

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384	0,5384	0,7285
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649	0,5649	0,7651
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916	0,5916	0,8017
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926	0,5926	0,8028
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909	0,5909	0,8010
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643	0,5643	0,7644
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396	0,5396	0,7297
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418	0,5418	0,7319
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685	0,5685	0,7687
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952	0,5952	0,8054
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914	0,5914	0,8015
29/05 a 29/06	0,0892	0,5367	0,5367	0,7998
30/05 a 30/06	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
31/05 a 01/07	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891	0,5891	0,7993

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 04/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	121.802	-0,19	-0,24	-9,23	8,21
IBrX	51.483	-0,21	-0,25	-8,80	8,74
IBrX 50	20.447	-0,20	-0,37	-7,97	10,08
IEE	88.853	0,38	1,77	-6,43	6,18
SMLL	2.009	-0,88	-0,14	-14,64	-7,20
ISE	3.362	-0,29	0,51	-10,67	-1,38
IMOB	842	0,19	1,29	-16,65	-1,12
IDIV	8.601	-0,11	0,09	-5,21	16,17
IFIX	3.364	-0,22	-0,54	1,59	11,14
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.118	-0,78	-0,76	-16,59	1,79
IBrX	9.771	-0,80	-0,76	-16,20	2,28
IBrX 50	3.881	-0,79	-0,88	-15,43	3,54
IEE	16.864	-0,22	1,24	-14,02	-0,12
SMLL	381	-1,47	-0,65	-21,56	-12,71
ISE	638	-0,89	-0,01	-17,92	-7,24
IMOB	160	-0,41	0,77	-23,41	-6,99
IDIV	1.633	-0,71	-0,42	-12,90	9,27
IFIX	638	-0,82	-1,05	-6,65	4,54

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 04/06/24	03/06/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	383	376	7,0	13,0	38,0
África do Sul	362	353	9,0	4,0	36,0
Argentina	1.487	1.408	79,0	146,0	-420,0
Brasil	220	217	3,0	7,0	25,0
Colômbia	311	307	4,0	8,0	46,0
Filipinas	80	80	0,0	2,0	22,0
México	183	175	8,0	17,0	16,0
Peru	108	106	2,0	3,0	6,0
Turquia	255	246	9,0	12,0	-21,0
Venezuela	16.954	16.751	203,0	490,0	-7.138,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	22/05/24	355.992
nov/23	348.406	23/05/24	355.060
dez/23	355.034	24/05/24	355.339
jan/24	353.563	27/05/24	355.573
fev/24	352.705	28/05/24	355.667
mar/24	355.008	29/05/24	354.406
abr/24	351.599	31/05/24	355.560
mai/24	355.560	03/06/24	356.576

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	04/06/24	03/06/24	31/05/24	29/05/24	28/05/24	27/05/24
Índice	2.110,44	2.111,07	2.110,11	2.106,56	2.112,08	2.111,06
Var. no dia	-0,03%	0,05%	0,17%	-0,26%	0,05%	0,19%
Var. no mês	0,02%	0,05%	0,64%	0,47%	0,73%	0,68%
Var. no ano	2,19%	2,22%	2,17%	2,00%	2,27%	2,22%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 04/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,6000	36,6300	0,14380	0,14400
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2681	5,2687
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4431	36,5344	0,1442000	0,1446000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	6,9900	0,7537	0,7692
Colon (Costa Rica)	528,9000	531,0000	0,009921	0,009962
Coroa (Dinamarca)	6,8563	6,8573	0,7682	0,7684
Coroa (Islândia)	137,2600	137,6100	0,03828	0,03838
Coroa (Noruega)	10,5870	10,5905	0,4974	0,4977
Coroa (Rep. Tcheca)	22,7270	22,7430	0,2316	0,2318
Coroa (Suécia)	10,4553	10,4583	0,5037	0,5039
Dinar (Argélia)	133,9305	134,8941	0,03905	0,03934
Dinar (Kuwait)	0,3060	0,3066	17,1823	17,2180
Dinar (Líbia)	4,8202	4,8425	1,0879	1,0930
Direitos Especiais de Saque ***	1,3259	1,3259	6,9850	6,9858
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,4341	1,4347
Dirham (Marrocos)	9,9331	9,9381	0,5301	0,5304
Dólar (Austrália)***	0,6641	0,6643	3,4985	3,5000
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2681	5,2687
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5910	2,6367
Dólar (Canadá)	1,3684	1,3688	3,8487	3,8503
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,3091	6,3863
Dólar (Cingapura)	1,3465	1,3472	3,9104	3,9129
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2681	5,2687
Dólar (Hong Kong)	7,8126	7,8129	0,6743	0,6744
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6171	0,6175	3,2509	3,2534
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7061	6,8260	0,7718	0,7857
Euro (Comunidade Européia)***	1,0876	1,0880	5,7296	5,7323
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8946	2,9525
Franco (Suíça)	0,8904	0,8905	5,9159	5,9172
Guarani (Paraguai)	7538,1900	7540,7200	0,0006986	0,0006989
Hryvnia (Ucrânia)	40,2500	40,3500	0,1306	0,1309
Iene (Japão)	154,8400	154,8700	0,03402	0,03403
Lev (Bulgária)	1,7973	1,7986	2,9290	2,9315
Libra (Egito)	47,4000	47,5000	0,1109	0,1112
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000059	0,000059
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00041	0,00041
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2783	1,2784	6,7342	6,7355
Naira (Nigéria)	1450,0000	1550,0000	0,00340	0,00363
Lira (Turquia)	32,5821	32,5953	0,1616	0,1617
Novo Dólar (Taiwan)	32,3540	32,3840	0,16270	0,16280
Novo Sol (Peru)	3,7233	3,7531	1,4037	1,4151
Peso (Argentina)	896,5000	897,0000	0,00587	0,00588
Peso (Chile)	902,5100	903,2300	0,005833	0,005838
Peso (Colômbia)	3914,4100	3916,3900	0,001345	0,001346
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2195	0,2195
Peso (Filipinas)	58,7600	58,7800	0,08962	0,08966
Peso (México)	17,8591	17,8696	0,2948	0,2950
Peso (Rep. Dominicana)	59,0000	59,7000	0,08824	0,08930
Peso (Uruguai)	38,7900	38,8200	0,13570	0,13580
Rande (África do Sul)	18,6953	18,7036	0,2817	0,2818
Rial (Arábia Saudita)	3,7505	3,7507	1,4046	1,4048
Rial (Irã)	42025,0000	42105,0000	0,0001251	0,0001254
Ringgit (Malásia)	4,7000	4,7040	1,1199	1,1210
Rublo (Rússia)	88,5330	89,1670	0,05908	0,05951
Rúpia (Índia)	83,5240	83,5790	0,06303	0,06308
Rúpia (Indonésia)	16215,0000	16225,0000	0,0003247	0,0003249
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,8000	0,01890	0,01894
Shekel (Israel)	3,6855	3,6909	1,4273	1,4296
Won (Coréia do Sul)	1375,8100	1376,2500	0,003828	0,003830
Yuan Renminbi (China)	7,2393	7,2416	0,7275	0,7278
Zloty (Polônia)	3,9616	3,9629	1,3294	1,3299

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2326,59	0,01337	394,0239	394,0688

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data

* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	04/06/24	03/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.711,29	38.571,03	0,36	0,06	2,71	14,66	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.654,84	18.600,97	0,29	0,64	10,87	28,24	14.109,57	18.869,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.857,05	16.828,67	0,17	0,73	12,30	27,31	12.595,61	17.019,88
EUA	Nova York	S&P 500	5.291,34	5.283,40	0,15	0,26	10,93	23,56	4.117,37	5.321,41
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.978,18	22.116,69	-0,63	-1,31	4,87	9,76	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	53.485,62	51.807,55	3,24	-3,07	-6,80	0,48	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.404,04	Feriado	0,29	0,29	17,47	22,31	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	69.482,91	69.210,19	0,39	0,39	20,15	106,00	32.850,05	69.482,91
Chile	Santiago	IPSA	6.598,36	6.614,36	-0,24	-0,52	6,46	16,71	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.511,42	30.049,29	-1,79	-2,35	13,68	35,09	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.581.164,34	1.659.247,63	-4,71	-4,25	70,07	348,00	352.936,83	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.519,03	1.535,05	-1,04	-0,76	8,85	12,41	3.425,66	4.131,72
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.405,64	18.608,16	-1,09	-0,50	9,87	14,67	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.937,90	7.998,02	-0,75	-0,69	5,23	9,18	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.276,02	34.670,06	-1,14	-0,63	12,93	26,63	26.856,85	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.919,46	3.932,76	-0,34	0,03	5,71	7,89	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.782,23	2.758,93	0,84	0,47	21,84	37,25	1.962,58	2.790,40
Espanha	Madri	IBEX-35	11.286,40	11.397,20	-0,97	-0,31	11,72	21,13	8.918,30	11.397,20
Grécia	Atenas	ASE General	1.424,69	1.447,41	-1,57	-0,50	10,17	16,98	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	901,68	905,10	-0,38	-0,21	14,60	17,88	714,05	916,04
Hungria	Budapeste	BUX	68.385,55	69.458,84	-1,55	0,71	12,81	42,86	47.869,61	69.803,67
Polônia	Varsóvia	WIG	84.978,57	86.832,67	-2,14	-1,55	8,31	29,43	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.843,63	6.918,43	-1,08	-0,40	6,99	15,96	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.131,34	1.111,55	1,78	0,50	4,42	7,59	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.587,70	2.612,02	-0,93	-0,63	7,90	12,88	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.008,94	12.007,04	0,02	0,07	7,82	4,94	10.323,71	12.037,99
Turquia	Istambul	BIST 100	10.364,56	10.556,80	-1,82	-0,35	38,75	102,63	5.114,97	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.994,21	2.004,28	-0,50	0,04	6,31	15,36	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	76.832,75	77.746,25	-1,17	0,17	-0,08	-0,38	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.837,46	38.923,03	-0,22	0,91	16,06	23,20	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.994,10	8.024,10	-0,37	0,29	2,10	9,04	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.726,92	1.719,12	0,45	-0,16	-6,04	-15,16	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.091,20	3.078,49	0,41	0,14	3,91	-4,30	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.662,10	2.682,52	-0,76	0,97	0,26	2,33	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.444,11	18.403,04	0,22	2,02	8,19	-2,67	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	72.079,05	76.468,78	-5,74	-2,54	-0,22	15,24	62.547,11	76.468,78
Indonésia	Jacarta	JCI	7.099,31	7.036,19	0,90	1,84	-2,39	7,03	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.337,32	Feriado	-0,62	-0,62	-5,55	-12,66	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.356,62	21.536,76	-0,84	0,86	19,11	27,83	16.001,27	21.858,41

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
Diretoria de Materiais e Serviços
Seção de Elaboração de Projetos Básicos e Pedidos de Compras

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA BALIZAMENTO DE PREÇOS

O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e para o conhecimento público, solicita aos interessados proposta comercial para balizamento de preços, visando obter valor mais vantajoso à Administração Pública, cujo objeto é a pretendida CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TREINAMENTO DOS CÃES DE BUSCA E RESGATE DO CBMDF, POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. Os interessados poderão obter maiores informações sobre as especificações complementares, dentre outros, em até 15 dias, a contar desta publicação, pessoalmente no Grupamento de Busca e Salvamento, sito na Vila Planalto - SCEN Lote Nº 18 - Brasília - CEP: 70.800-180; por meio de solicitação no email gbs.selog@cbm.df.gov.br e/ou pelo Telefone (61) 98555-5572 - Asp. Of. Marcos Diniz, durante o horário de expediente da Corporação que é das 13h às 19h, de segunda às quintas-feiras e das 7h às 13h às sextas-feiras.

Processo SEI nº 00053-00262580/2023-61

Renato de Freitas Mendes – Ten-Cel. QOBM/Comb.
Diretor de Materiais e Serviços
Matr. 1414786

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

FATO RELEVANTE

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp ("Companhia" ou "Sabesp"), em atendimento às disposições da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 44/2021, e em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 31 de julho de 2023, 18 de setembro de 2023 e 18 de abril de 2024, vem a público informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião realizada no dia 03 de junho de 2024, o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED), em conjunto com o Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), em continuidade à deliberação de 17/04/2024, deliberou pela aprovação da modelagem final para a alienação parcial de ativos mobiliários detidos direta e indiretamente pelo Estado de São Paulo, com autorização para proceder à alienação via oferta pública de distribuição de ações de emissão da Sabesp ("Oferta Pública"), conforme artigo 5º, inciso I, alíneas "b" e "i" da Lei Estadual nº 9.361/1996 e artigo 21, I, do Decreto Estadual nº 67.759/2023, incluindo, entre outros:

(a) Autorização para alienação de ações ordinárias de emissão da Sabesp e de titularidade direta e indireta do Estado de São Paulo, de forma a manter no mínimo 18% do capital social da Sabesp, podendo ser superior a depender das condições de mercado, por meio de Oferta Pública, a ser realizada e registrada junto à CVM, em conformidade com as regras e procedimentos da Resolução CVM nº 160/2022;
(b) A Oferta Pública deverá visar a selecionar um investidor profissional para atuar como investidor de referência da Sabesp após a desestatização, por meio da alocação prioritária de ações ordinárias representativas de 15% do capital social da Companhia ao investidor de referência selecionado na Oferta Pública;
(c) Ações ordinárias objeto da Oferta Pública e representativas de 10% do capital social da Sabesp deverão ser alocadas prioritariamente para os empregados, conforme previsto no artigo 42 da Lei Estadual nº 9.361/1996;
(d) Termos e condições do Acordo de Investimentos, Lock-up e outras avenças a ser celebrado entre o Estado de São Paulo e investidor de referência selecionado na Oferta Pública.

O CDPED também ratificou o percentual de 10% do capital social da Sabesp como o mínimo necessário para manutenção, pelo Estado de São Paulo, da ação preferencial de classe especial (golden share), conforme previsto no novo Estatuto Social da Companhia aprovado em 27 de maio de 2024 pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia sob a condição suspensiva de liquidação da Oferta Pública.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que, conforme decisão da Administração, não haverá parcela primária mediante emissão de novas ações pela Sabesp na Oferta Pública.

A ata completa da reunião está disponível no link a seguir:
· Ata de Deliberação

A Companhia manterá o mercado informado a respeito dos desdobramentos do assunto objeto deste Fato Relevante.

São Paulo, 04 de junho de 2024.

Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO E-PARANÁ COMUNICAÇÃO

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024 EPR

PROCESSO: 22.152.066-1
OBJETO: Contratação de serviços de consultoria, perícia e assessoria técnica contábil, especializada na área de Contabilidade, inclusive Pública, integrada com as demais áreas da Administração e adequada às normas do Estado do Paraná, para atender as necessidades do Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação

Valor GLOBAL estimado: **R$ 167.525,24** *(cento e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos).*

Local da disputa: www.licitacoes-e.com.br – [ID: 1.047.216]. (ÍCONE "licitações" – Entidade "EPARANA COMUNICAÇÃO" – **Limite de acolhimento de propostas**: até 09h do dia 17/06/2024. **Abertura das propostas**: a partir das 09h30 do dia 17/06/2024. **Data e hora da disputa**: a partir das 10h do dia 17/06/2024. **Edital completo**: disponível no mesmo endereço eletrônico. Anderson Chcrobut – Pregoeiro Portaria nº 07-2022 E-PR.
Curitiba, 04 de junho de 2024

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA
CNPJ/MF Nº 15.139.629/0001-94 - NIRE Nº 29.300.003.816
COMPANHIA ABERTA - RG. CVM 1.452-4

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 12h00min, por meio do Microsoft Teams. **PRESENÇA**: Presente os Conselheiros da Companhia, os senhores(as) Ana Teresa Lafuente González, Fulvio da Silva Marcondes Machado, Leonardo Pimenta Gadelha, Solange Maria Pinto Ribeiro, Edison Antonio Costa Britto Garcia e Dailton Pedreira Cerqueira (Conselheiro Representante dos Empregados). **CONVOCAÇÃO:** Convocações endereçadas aos senhores Conselheiros da Companhia por meio de correio eletrônico nos termos do Estatuto Social. **ORDEM DO DIA:** Informações e deliberações acerca dos seguintes assuntos: **(1)** Contratação Financiamento junto ao BNDES; **(2)** Aprovação, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o estatuto social da Companhia, com base na competência disposta no seu artigo 19, (I), da 18ª (décima oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da Companhia, no valor total de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo), sendo (i) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) referente às Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido); e (ii) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) referente às Debêntures da Segunda Série (conforme definidas abaixo) (em conjunto, "Debêntures"), a serem distribuídas através de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático de distribuição, exclusivamente para investidores profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação ("Oferta"), assim como seus termos e condições; e **(3)** autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos à Escritura de Emissão (conforme abaixo definido) e aos demais documentos da Oferta, bem como ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Emissão e à Oferta. **DELIBERAÇÕES:** Dando-se início aos trabalhos, sendo abordado o item **(1) da Ordem do Dia**, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade: (i) a celebração pela Companhia de contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a interveniência de NEOENERGIA S.A ("Neoenergia"), no valor total de R$ 794.000.000,00 (setecentos e noventa e quatro milhões de reais), para a implantação do Plano de Investimentos da Companhia relativo ao período de julho de 2023 a dezembro de 2024 ("Contrato de Financiamento"), observados todos os termos e condições aprovados pela Diretoria do BNDES por meio da Decisão DIR nº 125/2024, de 23/05/2024 ("Decisão Diretoria BNDES"); (ii) a outorga, pela Companhia, de Cessão Fiduciária das receitas dos direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica que correspondam a, no mínimo, 300% (trezentos por cento) do valor da prestação vincenda do serviço da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios e dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA conforme definido no Contrato de Financiamento para assegurar o cumprimento das obrigações oriundas do Contrato de Financiamento, assumindo as obrigações pertinentes, tanto no Contrato de Financiamento, quanto no âmbito dos contratos de garantia a ele acessórios, nos termos aprovados pela Decisão Diretoria BNDES; (iii) a celebração, pela Companhia, dentro do limite das obrigações assumidas no Contrato de Financiamento, de quaisquer outros instrumentos ou documentos necessários para a completa eficácia do Contrato de Financiamento e dos contratos de garantia a ele acessórios; (iv) a negociação pela Companhia de todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis ao Contrato de Financiamento e aos contratos de garantia a ele acessórios, bem como a todos os documentos necessários à formalização da transação; (v) que a Diretoria e/ou procuradores constituídos nos termos do Estatuto Social da Companhia negociem e estabeleçam os termos e condições para a assunção, por parte da Companhia, das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento e contratos de garantias a ele acessórios, assim como assinem e/ou enviem todos os documentos e avisos (incluindo, se relevante, qualquer pedido de desembolso), e ainda, adotem todas as medidas necessárias para implementar as deliberações acima, tendo sido observado o artigo 19 do Estatuto Social da Companhia; (vi) a ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia relacionados às deliberações acima. Quanto ao **item (2) da Ordem do Dia**, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais as quais serão detalhadas e reguladas por meio do "*Instrumento Particular de Escritura da 18ª (Décima Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA*" ("Escritura de Emissão") a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário") e a **NEOENERGIA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, na qualidade de fiadora ("Fiadora"): (a) *Destinação de Recursos*. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para gastos futuros de parte do Plano de Investimento de Distribuição (PDI) do ano de 2025 (capex) ("Destinação Debêntures"). (b) Destinação Verde. Em adição à Destinação Debêntures, a Emissora se compromete, ainda, a alocar a totalidade dos recursos líquidos captados com as Debêntures para Projetos Elegíveis (conforme definido abaixo) para fins de qualificação verde ("Destinação Verde" e, em conjunto com a Destinação Debêntures, simplesmente "Destinação de Recursos"). (c) *Caracterização das Debêntures Verdes.* As Debêntures serão caracterizadas como "Debêntures Verdes" com base no compromisso da Emissora em destinar os recursos captados com as Debêntures para projetos operados pela Emissora na categoria de Projetos de Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica, definido no: (i) Framework de Títulos e Empréstimos Verdes da Fiadora ("*Green Finance Framework*"), conforme confirmado por Parecer Independente de Segunda Opinião do Framework ("Parecer Independente") e pelo Parecer Independente Simplificado ("Parecer Simplificado"), ambos emitidos por consultoria especializada independente contratada pela Emissora, qual seja ERM Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 65.456.832/0001-62 ("ERM Brasil"), com base nas diretrizes do *Green Bond Principles*, emitido pela *International Capital Market Association* de tempos em tempos, e do *Green Loan Principles* (GLP), do *Loan Market Association* ("Projetos Elegíveis"). (d) *Séries.* A Emissão será realizada em 2 (duas) séries. Ressalvadas as menções expressas às Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e às Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto. (e) *Número da Emissão*. A Emissão objeto da presente Escritura de Emissão constitui a 18ª (décima oitava) emissão de debêntures da Emissora. (f) *Valor Total da Emissão*. O valor total da Emissão será de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo (i) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) referente às Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido); e (ii) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) referente às Debêntures da Segunda Série. (g) *Quantidade de Debêntures*. Serão emitidas 1.000.000 (um milhão) Debêntures, em 2 (duas) séries, sendo (i) 500.000 (quinhentas mil) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 500.000 (quinhentas mil) Debêntures da Segunda Série. (h) *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações. (i) *Procedimento de Bookbuilding.* O procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") será organizado pelo Coordenador Líder e realizado sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto a Investidores Profissionais da taxa definitiva da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à Data de Início da Rentabilidade, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas. (j) *Valor Nominal Unitário*. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (k) *Data de Emissão*. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). (l) *Data de Início da Rentabilidade*. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade"). (m) *Prazo e Datas de Vencimento*. Observado o disposto na Escritura de Emissão, (i) o vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) o vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, as "Datas de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) da totalidade das Debêntures ou de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), nos termos da Escritura de Emissão. (n) *Garantia Fidejussória*. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e da Escritura de Emissão, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, nos termos do artigo 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil" e "Valor Garantido", respectivamente), a Fiadora, se obrigará, nos termos da Escritura de Emissão, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, como fiadora e principal pagadora, responsável pelo Valor Garantido, até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emissora ou pela Fiadora, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta ("Fiança"), obrigando-se como fiadora, devedora solidária e responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão com a renúncia expressa, pela Fiadora, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). (o) Amortização do Principal das Debêntures da Primeira Série. Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento da Primeira Série. (p) Amortização do Principal das Debêntures da Segunda Série. Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais consecutivas, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, nos termos da tabela constante na Escritura de Emissão. (q) *Atualização Monetária das Debêntures*. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures não será atualizado monetariamente. (r) *Remuneração das Debêntures da Primeira Série*. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* sobretaxa), a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitada a 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa Teto da Primeira Série" e "Remuneração das Debêntures da Primeira Série", respectivamente), calculados de forma exponencial e cumulativa pro *rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série), desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série em questão, data de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro (exclusive). O cálculo da Remuneração das Debêntures de primeira série, conforme o caso, obedecerá a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. (s) *Remuneração das Debêntures da Segunda Série*. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de um spread (sobretaxa), a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitada a 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa Teto da Segunda Série" e "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", respectivamente, e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a "Remuneração das Debêntures"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série), desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série em questão, data de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro (exclusive). O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, obedecerá a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. (t) *Pagamento da Remuneração*. O pagamento efetivo da Remuneração das Debêntures será feito: (i) em parcelas semestrais e consecutivas; (ii) na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo); e/ou (iii) na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da B3. (u) *Local de Pagamento*. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3. (v) *Encargos Moratórios*. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"). (w) *Classificação de Risco*. Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a *Standard & Poor's* ("Agência de Classificação de Risco"), que atribuirá *rating* às Debêntures até a primeira data de integralização das Debêntures. A Agência de Classificação de Risco poderá, a qualquer momento, ser substituída pela Emissora pelas agências *Fitch Ratings* ou *Moody's América Latina*, sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas, devendo a Emissora notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da contratação da nova Agência de Classificação de Risco. (x) *Repactuação Programada*. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (y) *Preço de Subscrição e Forma de Integralização*. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3. Na primeira data de integralização as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. (z) *Prorrogação dos Prazos*. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. (aa) *Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, desde que a Emissora declare ao Agente Fiduciário estar adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade (mas não parcialmente) das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão para as Debêntures da Primeira Série e a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão para as Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures"), mediante (i) o pagamento do valor de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, indicado como "VR" na escritura de emissão ("Valor de Resgate Antecipado das Debêntures"), e (ii) acrescido de prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, incidente sobre o Valor de Resgate Antecipado das Debêntures, a ser apurado de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão, sem prejuízo de Encargos Moratórios, se houver. O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures será operacionalizado conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (bb) *Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures*. A Emissora poderá, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão para as Debêntures da Primeira Série e a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão para as Debêntures da Segunda Série, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos Debenturistas das Debêntures, desde que a Emissora declare ao Agente Fiduciário estar adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão por meio de comunicação a ser enviada nos termos da Cláusula de Comunicações da Escritura de Emissão, realizar a amortização extraordinária das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, os Debenturistas das Debêntures farão jus ao recebimento de: (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos aplicáveis devidos e não pagos até a Data Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures"), (ii) acrescido de prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures ("Prêmio de Amortização Extraordinária das Debêntures"), calculado de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. A Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures será operacionalizada conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (cc) *Oferta de Resgate Antecipado*. A Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures ou de determinada série das Debêntures ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os Debenturistas da respectiva série objeto da Oferta de Resgate Antecipado, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas da respectiva série, conforme o caso, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (dd) *Aquisição Facultativa*. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução CVM nº 77 de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 77") e na regulamentação aplicável da CVM, a qualquer momento, adquirir Debêntures no mercado secundário: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures ("Aquisição Facultativa"). (ee) *Vencimento Antecipado*. Observado o disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar o vencimento antecipado, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial da realização de Assembleia Geral de Debenturistas, de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da última Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão ("Evento de Vencimento Antecipado"). (ff) *Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures*. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. (gg) *Procedimento de Distribuição*. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, exclusivamente para Investidores Profissionais, nos termos da Lei do Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão, nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime da Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, da 18ª (Décima Oitava) Emissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA*", a ser celebrado entre a Emissora, a Fiadora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"). (hh) *Depósito para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica*. As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.5.2 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21– Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. (ii) Público-alvo. A Oferta terá como público-alvo exclusivamente Investidores Profissionais. (jj) *Conversibilidade*. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. (kk) *Banco Liquidante e Escriturador*. O banco liquidante da Emissão ("Banco Liquidante") e o escriturador das Debêntures ("Escriturador", sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder ao Banco Liquidante e o Escriturador) é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, situado na Vila Yara, no Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n° 60.746.948/0001-12. (ll) *Demais características*. As demais características das Debêntures, da Emissão e da Oferta serão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos pertinentes à Oferta e à Emissão. Passando ao item **(3)** da Ordem do Dia, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a autorização para a Diretoria da Companhia para: (a) negociar os termos e condições finais de todos os documentos relacionados à Emissão e à Oferta e seus eventuais aditamentos, incluindo obrigações da Companhia, eventos de inadimplemento a serem previstos na Escritura de Emissão, condições de resgate antecipado e oferta de resgate, se aplicável, e vencimento antecipado das Debêntures e declarações a serem prestadas, bem como celebrar todos os documentos e aditamentos (incluindo mas não se limitando ao aditamento à Escritura de Emissão que irá ratificar o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*) e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando à Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, declarações a serem prestadas e cartas de manifestação à B3 e, se for o caso, à CVM e à ANBIMA; (b) praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações mencionadas nos itens da presente ata, mas não se limitando à celebração de todos os documentos e aditamentos necessários e indispensáveis à realização da Emissão e da Oferta; e (c) contratar os prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta, incluindo o Agente Fiduciário, os assessores jurídicos, os Coordenadores da Oferta, o Banco Liquidante e Escriturador entre outros, podendo para tanto negociar e assinar os respectivos contratos e as declarações que se fizerem necessárias, sendo ratificado todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Emissão e à Oferta, em consonância com as deliberações acima. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA**: Fica registrado que o material pertinente aos itens da **Ordem do Dia** encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. Salvador, 29 de maio de 2024. Confere com original lavrado em livro competente. **Marcela Veras -** Secretária. JUCEB. Certifico o Registro sob o nº 98515870 em 31/05/2024. Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Bruno Mota Passos - Secretário Geral.

Entrevista Ex-economista-chefe do FMI, Kenneth Rogoff vê outro pico da inflação nos próximos anos

‘Entramos em uma nova era de juros altos’

Sérgio Tauhata
De São Paulo

O cenário de juros altos por mais tempo será o "novo normal" na próxima década, afirma o professor de economia em Harvard, Kenneth Rogoff, em entrevista ao **Valor**. Segundo o especialista, "vivemos em um mundo novo", mas entramos em uma era na qual "a maioria das mudanças inesperadas da inflação será para cima e, nos próximos cinco ou sete anos, poderemos ver um novo pico como o que vimos recentemente". Ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rogoff foi também integrante do conselho do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e é grande mestre de xadrez. Para ele, o Fed deve iniciar o período de cortes de juros ainda neste ano, mas a taxa vai terminar o ciclo entre 3,5% e 4%. De acordo com Rogoff, a taxa de juros longa nos EUA vai cair muito pouco do atual nível, em meio a um mundo com pressões inflacionárias de médio e longo prazos. Nessa nova era de juros altos por mais tempo, o mundo terá menos crescimento, o ritmo do comércio tende a diminuir e o dólar vai se manter forte.

O esforço do Fed, porém, será vitorioso. A previsão de Rogoff é de "pouso suave" da economia americana, com a inflação convergindo para a meta de 2% entre meados e o fim de 2025. Sobre a eleição nos EUA, o economista tem uma visão crítica: "estou extremamente infeliz com as escolhas que temos [entre o democrata Joe Biden ou o republicano Donald Trump]". Na visão do professor de Harvard, "falta tanto aos democratas quanto aos republicanos visão pragmática de como governar". A seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: *Qual o seu cenário base para o ciclo de cortes do Fed?*

Kenneth Rogoff: Acho que eles vão cortar as taxas uma vez neste ano. Mas o que sinto fortemente é que os juros vão continuar elevados. Mesmo no final deste ciclo, as taxas ainda serão de, pelo menos, 3%, 3,5% ou, provavelmente, 4% no fim de 2026. Grande parte da questão não é exatamente quantos cortes, mas para onde o ciclo está indo. As taxas de juros de longo prazo nos Estados Unidos, como as de 10 anos, não vão cair muito, em média. As atuais taxas de longo prazo serão o novo normal.

Valor: *A inflação vai convergir para a meta do Fed?*

Rogoff: Sim. Acho que até meados de 2025, ou, na pior das hipóteses, no fim de 2025 convergirá para a meta [de 2% do Fed. Mas penso que vivemos numa nova era em que, daqui para frente, a maioria das mudanças inesperadas na inflação serão para cima. Provavelmente teremos nos próximos cinco a sete anos outro pico [de inflação] como este. Vivemos em um novo mundo. Quem pensa que vai voltar a ser como era [antes da pandemia] está sonhando.

Valor: *O Fed então pode ter de retomar um ciclo de alta de juros?*

Rogoff: Na verdade, não acho. Mas o que estou dizendo é que ainda teremos mais choques inflacionários. Tínhamos [até antes da pandemia] um mundo onde os BCs estavam fixando a taxa entre zero e 1%. Eles desejavam poder reduzir ainda mais as taxas, mas não conseguiram. E agora vivemos num novo mundo onde teremos mais um viés inflacionário, enquanto a política monetária tenta trazer [a inflação] para 2%. Então teremos daqui para frente uma média de mais de 2% [no índice de inflação].

Valor: *Qual o impacto dos juros elevados por mais tempo?*

Rogoff: Bem, em primeiro lugar, as taxas de juros não são tão diferentes das que eram antes da crise financeira [de 2008]. Estão até um pouco mais baixas. Portanto, nessa perspectiva, não é desastroso. Penso que os dois principais efeitos são: primeiro, significará um dólar mais forte por mais tempo, o que prejudica o comércio mundial. Um dólar mais forte não reduz o crescimento global, mas diminui o nível de comércio e, para ser mais preciso, desacelera o crescimento do comércio. Uma coisa que não sei completamente é quais bolsos vão ter problemas. Se olharmos para os países de baixa renda, eles estão em grandes apuros. Já os mercados emergentes têm sido surpreendentemente resilientes. Então o meu melhor palpite é que isso [juros altos por mais tempo] significa menor crescimento e taxas de juro reais globais elevadas, mas não necessariamente algo desastroso. Porque neste momento as políticas estão mais cautelosas. E existem vulnerabilidades. Entendo que no Brasil a política fiscal esteja lutando para cumprir suas metas. Mas não estou prevendo um calote em um grande mercado emergente, salvo se houver algum outro choque importante.

Valor: *Quais são os principais riscos no médio prazo?*

Rogoff: Vivemos num mundo diferente depois da pandemia, onde há muitas pressões que fazem as taxas de juro subirem. A dívida nos EUA, em particular, mas também em outros países avançados, é muito, muito mais elevada do que antes da pandemia. E isso está exercendo pressão ascendente sobre as taxas de juros. Mas também há pressão dos gastos com a defesa e a transição verde, mas, especialmente, as pressões populacionais, que estão fazendo subir as taxas de juro de longo prazo. Vivemos num novo normal, que é mais parecido com o velho normal de antes da crise financeira global. Agora, ninguém sabe ao certo o que se passa. Existem fatores de longo prazo, como a demografia, a desigualdade, a [elevação da] produtividade, que os economistas argumentaram empurraram as taxas de juro para baixo. Acho que isso foi exagerado. O [ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos] Larry Summers disse que tivemos uma estagnação secular. Mas não tivemos. Foi um resultado da crise financeira [o ambiente de baixa inflação e de juros perto de zero]. E ultimamente o próprio Larry tem dito: 'bem, a era da estagnação secular já passou, o que significa que as taxas de juros serão mais altas'. Discordo. Nunca tivemos uma era de estagnação secular, estávamos vivendo o desfecho da crise financeira. E os juros mais altos teriam acontecido antes se não fosse a pandemia.

> "Com Trump, podemos ter um cisne negro todo mês. Simplesmente não tenho ideia do que está por vir"

TING SHEN/BLOOMBERG

Rogoff: "Até meados ou fim de 2025 a inflação converge para a meta do Fed"

Valor: *Ainda existe risco de a economia dos EUA entrar em recessão?*

Rogoff: Se tivermos uma aterrissagem forçada, o Fed vai cortar as taxas de juros. Se tivermos uma recessão, podem cortar as taxas de juros para 2% ou 2,5%. Mas as probabilidades de uma recessão profunda são de, no máximo, 15%. Não vejo nada neste momento que sugira um colapso imediato. Sim, o setor imobiliário comercial está com problemas, mas não é tão problemático como a habitação era em 2008.

Valor: *A taxa de juros neutra dos EUA está mais elevada?*

Rogoff: Sim, absolutamente. O novo neutro [nominal] nos Estados Unidos deve ser de 3,5% a 4%. Não de 2%, nem de 2,5%.

Valor: *Mas quais seriam as causas dessa elevação?*

Rogoff: Certamente a desglobalização e a fragmentação geopolítica são forças inflacionárias. Estamos vendo muitas das forças que ajudaram a reduzir os preços [após a crise financeira] se inverterem. Parte disso é o que os EUA estão fazendo com a China. O presidente [dos EUA, Joe] Biden está impondo todos os tipos de tarifas. E se [o ex-presidente Donald] Trump vencer [as eleições presidenciais americanas], em que as chances estão em 50% a 50%, haverá mais tarifas [sobre a China], o que exerceria mais pressão inflacionária. Tem ainda a dívida pública americana. Será cada vez mais doloroso pagar esses juros. A secretária [do Tesouro dos EUA] Janet Yellen já começou a falar cada vez mais sobre isso. Uma incógnita é um novo presidente do Fed [em 2026]. Há muitas pressões políticas sobre o Fed, que no longo prazo, podem tornar difícil [à autoridade] resistir completamente a essas forças inflacionárias. Os banqueiros centrais sabem como manter a inflação em 2%, mas os políticos que estão acima deles não. Portanto, algumas destas forças inflacionárias irão avançar. E é por isso que estou argumentando que a era de 2% ou menos de inflação, que é o que tínhamos antes da pandemia, agora será uma era de 2% a 3% ou mais de inflação na próxima década.

Valor: *O endividamento dos EUA pode se tornar um risco?*

Rogoff: Penso que a dívida dos EUA é uma grande fonte de instabilidade. Nosso sistema político não se ajustou à mentalidade de que nem tudo é de graça e acredita que essa dívida não importa. Corte os impostos, se você for o republicano; gaste mais dinheiro, se você for o democrata. Acho que vivemos num novo mundo onde a taxa de juro real [neutra], a taxa de juro ajustada à inflação, será mais próxima de 1,5% ou 2%. E deve ser ainda maior no momento. Em vez de zero ou -1%, onde esteve [até antes da pandemia]. O Fed está perdendo muito dinheiro. Nos últimos dois anos, o Fed teve perdas enormes porque contraiu empréstimos a descoberto e detém esta dívida pública de baixo rendimento. A secretária Janet Yellen está começando a perceber: 'oh, meu Deus, os pagamentos da dívida estão subindo e onde vão chegar?' Podem chegar a US$ 700 bilhões por ano. E podem até subir muito mais. Portanto, nosso sistema político não está pronto. Donald Trump diz que vai cortar impostos para todos. E Biden está totalmente no bolso da ala do partido [Democrata] que quer gastar o máximo possível. Na a Europa, o cenário é muito diferente. Eles entendem os dados como um problema. Mas, por outro lado, querem ter um Estado de bem-estar social massivo. Gastam, mas não o suficiente, querem uma transição verde, mas ainda não descobriram como pagar por isso. Portanto, penso que há problemas na Europa, mas são piores nos Estados Unidos. Acho que é um grande problema para a economia global. Porque, se errarmos, poderemos ter uma grande explosão de inflação, algo como 10% a 15%, porque não há válvula de segurança para nossa dívida.

> "O Brasil se saiu notavelmente bem, estabilizando a inflação. O Plano Real foi um passo no caminho para um BC moderno"

Valor: *A eleição presidencial americana pode ser um risco?*

Rogoff: Estou extremamente infeliz com a escolha que temos [entre o democrata Joe Biden e o republicano Donald Trump]. Acho que o presidente Trump tornou ambos os partidos mais burros. Os democratas adotaram um estado de extrema esquerda nas suas políticas. Há uma noção idealista, mas sem uma visão pragmática de como governar. Gostaria que os democratas escolhessem outro candidato. Trump é mais perigoso. Sabe o conceito de eventos tipo cisne negro? Com Trump, podemos ter um cisne negro todo mês. Simplesmente não tenho ideia do que está por vir [com uma nova presidência de Trump], embora as políticas dele sejam mais centristas. É muito mais pragmático do que Biden na economia. Mas pelo fato de colocar seus problemas pessoais acima das políticas, torna-se muito imprevisível. O pacote geral é pior.

Valor: *Qual sua visão sobre o Plano Real, implementado há 30 anos no Brasil?*

Rogoff: O Brasil se saiu notavelmente bem, estabilizando a inflação. Tem sido uma grande história de sucesso. Isso não aconteceu da noite para o dia e nem em uma única etapa. O plano foi um passo no caminho para um banco central moderno, com metas de inflação independentes. Eu não acho que o país poderia ter saltado de onde estava em 1994 para onde está hoje sem o real no meio. Quando passei minha lua de mel no Brasil, em 1995, por conta do plano [no início, o câmbio tinha paridade com o dólar], foi muito caro. Nós amamos o Brasil, mas eu e minha esposa chamamos [a viagem] de nossa 'moneymoon' [trocadilho com 'honeymoon', lua de mel em inglês]. Eu diria que o plano foi um passo no caminho para a estabilização moderna da economia.

Valor: *Pode existir uma bolha nas ações de tecnologia?*

Rogoff: Sim e não. Acho que a inteligência artificial [IA] é real. Será a maior mudança em nossa tecnologia desde a invenção da imprensa. Só estamos vendo o começo dela. No entanto, sempre que se tem uma nova tecnologia como essa, é muito difícil prever quem serão os vencedores e os perdedores. Então espero que o mercado tenha ciclos. O setor de tecnologia em geral vai crescer cada vez mais. Acho que haverá oscilações violentas. Mas penso que a IA é real em termos de seu impacto econômico. Agora não é só inteligência artificial, são avanços na medicina e muitas outras coisas que não são necessariamente IA. Se você me perguntar, qual empresa comprar [no longo prazo], tenho de dizer que é muito difícil saber. Provavelmente, metade delas não será importante em 10 anos.

‘FII de tijolo’: espaço para valorização de cotas

Palavra do gestor

Ricardo Vieira

A indústria de fundos imobiliários (FII) é formada por diversos dogmas. Um deles é que a emissão de novas cotas por preço inferior ao seu valor patrimonial significa diluição forçada dos atuais cotistas e, portanto, gestores devem evitá-la a qualquer custo. A partir deste dogma é possível antecipar possíveis movimentos para o segundo semestre de 2024, especialmente dos "fundos de tijolo".

Inicialmente, é necessário entender a composição do valor patrimonial (VP) de um FII. Por norma, fundos imobiliários do tipo tijolo, ou seja, aqueles que possuem propriedade direta de imóveis e respondem hoje por 53% do Ifix, têm a obrigação de reavaliar anualmente seu portfólio a partir de um laudo de avaliação a valor justo, o qual é emitido por uma empresa especializada.

Assim, todos os anos, no mês de encerramento do exercício social, o valor destes laudos é contabilizado como ativo no FII, integrando a conta "direitos reais sobre bens imóveis". Deste valor descontam-se as obrigações e dívidas do fundo para obter-se o patrimônio líquido. Assim, a menos que se trate de fundo muito alavancado, o laudo é o principal fator de variação do patrimônio líquido de um FII de um ano para o outro — e é aí que reside um potencial um ponto de atenção para o segundo semestre.

Em junho, quase metade dos FIIs de tijolo terão seus exercícios sociais encerrados. Seus balanços irão refletir os novos laudos e é possível que estes sejam os de maior variação dos últimos anos, recompondo a defasagem acumulada desde o início da pandemia. Para ilustrar, nos últimos quatro anos, o patrimônio líquido/cota dos fundos de tijolo que integram o Ifix subiu, em média, apenas 1,4%, enquanto no mesmo período o IPCA avançou 28,5%, o INCC, 40,1% e o IGP-M, 46,1%.

E por que isso aconteceu? Essencialmente, devido à metodologia adotada. Em suma, há o cruzamento de diferentes métodos como custo de reposição, transações de imóveis comparáveis e fluxo de caixa descontado, sendo este último o principal responsável pela contenção do valor patrimonial/cota dos FIIs de tijolo desde 2020 por diferentes razões.

Primeiro, com o início da pandemia, havia incerteza quanto à utilização efetiva dos imóveis, o preço dos aluguéis e as taxas de ocupação. Assim, o fluxo de caixa livre nos anos futuros era muito incerto. Depois, a partir de meados de 2021, a alta da taxa de juros fez com que a taxa de desconto utilizada para trazer a valor presente estes fluxos fosse sensivelmente elevada, pressionando ainda mais o valor dos laudos. Além disso, em meio à pouca variação no valor patrimonial, novas emissões foram realizadas, contribuindo ainda mais para a estabilidade.

E agora, o que pode acontecer? Após anos de variação lateral, há um contexto que justifica a valorização patrimonial dos fundos de tijolo.

As incertezas quanto ao real nível de ocupação dos imóveis em um mundo pós-pandêmico ficaram para trás. Ainda que exista menor ocupação em alguns segmentos ou regiões específicas, o componente de incerteza e os cenários catastróficos não fazem mais parte da modelagem do fluxo de caixa futuro dos fundos. Ao mesmo tempo, embora os juros futuros ainda estejam elevados, o ciclo de queda da taxa Selic em curso e a baixa inflação tendem a reduzir a taxa de desconto que trazem estes fluxos futuros a valor presente, aumentando o valor justo estimado.

Em paralelo, as outras metodologias de avaliação deverão ir na mesma direção, reforçando a expectativa. O custo de reposição, por exemplo, acumula anos de forte alta nos custos de materiais e da mão-de-obra, o que é facilmente constatado a partir do INCC mencionado anteriormente.

E quais os efeitos práticos da alta patrimonial dos FIIs? A resposta está exatamente no dogma de que o índice P/VP é essencial para viabilizar uma nova emissão.

Em meados de maio, apenas 14 dos 51 FIIs de tijolo que compõem o Ifix apresentavam P/VP superior a 1,0 e, portanto, teoricamente aptos a um "follow-on". Em junho, 44% dos fundos que compõem o índice publicarão seus balanços com novos laudos anuais de avaliação (os 56% restantes em dezembro) e, portanto, o número de fundos com P/VP maior que 1,0 tende a ficar ainda menor, e a lista de potenciais follow-ons de FIIs tijolo ficará mais restrita.

Por outro lado, essa pode ser uma janela de oportunidade, pois cotas de diversos FIIs de tijolo poderão ter caminho livre para valorização no mercado secundário sem serem freadas por novas emissões realizadas a VP. Estimativas iniciais permitem prever alta entre 5% e 15% no patrimônio líquido a depender dos imóveis do fundo e da estrutura de capital e, naturalmente, os fundos mais impactados tendem a ser aqueles com os melhores fundamentos imobiliários (boa localização, baixa vacância, bons inquilinos etc.), recompensando investidores que adotam o "value investing" no universo dos FIIs.

Ricardo Vieira é sócio da VBI Real Estate
E-mail rvieira@vbirealestate.com

Fio da Meada
Reflexões iniciais ao contencioso administrativo do IBS
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Participação no capital social de bolsas de valores
E2

TRT-MG
Negado dano moral a amigo de vítimas de Brumadinho
valor.globo.com/legislacao

Constitucional Apesar dos milhares de acordos fechados, balanços dos sete principais bancos do país apontam possibilidade de forte desembolso

Ações sobre expurgos da poupança ainda geram impacto bilionário

Marcela Villar
De São Paulo

As ações judiciais sobre expurgos inflacionários, em que se discute há mais de 30 anos a diferença entre índices de correção da poupança dos brasileiros por conta dos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990, ainda comprometem o balanço contábil dos sete principais bancos do país. A Caixa Econômica Federal (CEF) e o Citibank têm R$ 826,7 milhões provisionados — R$ 803,4 milhões e R$ 23,3 milhões, respectivamente. Já Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Safra têm R$ 26,7 bilhões para todos os processos cíveis, dos quais parcela significativa envolve as teses dos expurgos.

Esses valores, longe dos apresentados pelas instituições financeiras ao Supremo Tribunal Federal (STF) quando os processos chegaram aos ministros entre 2008 e 2010, devem ser pagos aos poupadores caso o Judiciário entenda válida a correção inflacionária ou por meio de acordos — possibilidade aberta na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 165.

Metade dos cerca de 600 mil poupadores ou herdeiros atingidos aderiu ao Acordo Coletivo de Planos Econômicos. Mas ainda faltam ser julgados todos os processos sobre o tema no STF — além da ADPF, quatro recursos extraordinários (Temas 264, 265, 284 e 285). Além disso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve definir qual o marco final da incidência dos juros remuneratórios de 0,5% sobre as contas de poupança, o que pode reduzir o valor a ser pago pelos bancos (Tema 1101).

A maioria dos bancos não detalha quantas ações tem sobre o tema nem seu impacto financeiro. Nas notas explicativas de seus últimos balanços, indica que a maior parte se refere às disputas dos expurgos inflacionários causados pelos planos Bresser, Verão e Planos Collor I e II.

O Banco do Brasil, que tem R$ 11,5 bilhões provisionados para demandas cíveis, diz que provisiona "ações em que o banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda", conforme jurisprudência do STJ e STF. Em nota ao **Valor**, afirma que já deu publicidade a "processos considerados relevantes, cuja materialidade é de fato representativa à decisão de investimento dos acionistas", como consta no último formulário de referência.

O Bradesco, com R$ 8,5 bilhões bloqueados por ações cíveis, diz que as dos expurgos "são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos".

Segundo o advogado Marcos Cavalcante de Oliveira, representante do Bradesco e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) nos tribunais superiores, do Sturzenegger e Cavalcante Advogados Associados, a norma contábil não exige detalhamento sobre o impacto financeiro. "É um critério que cada administração tem que exercer dependendo da quantidade dos processos."

O impacto relativo à tese que entrou em julgamento no STJ, afirma, vai ter implicações diferentes a depender de quando o cliente retirou o valor da conta. Isso se prevalecer o voto do relator, ministro Raul Araújo, favorável aos bancos, para que a incidência dos juros seja até o encerramento da conta ou quando ela atingir saldo zero, e não quando houver o efetivo pagamento, como defendem os poupadores.

"Pode ter cliente que encerrou a conta dois meses depois do início do Plano Verão, em 1989, e só teria dois meses de juros remuneratórios, como pode ter conta ativa até hoje. Para cada cliente terá que ser feito um cálculo", diz Cavalcante.

O Itaú, que tem R$ 3,1 bilhões provisionados, admite que o STF "proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento". Por meio de nota, disse que "a provisão é revisitada recorrentemente, considerando, entre outros parâmetros, as regras do acordo coletivo firmado em 2017".

Já o Santander diz, em nota, que os R$ 3 bilhões provisionados correspondem "em sua maioria, a expurgos inflacionários". No balanço, destacou que "existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita)".

Advogado Renato André de Souza: tribunais formaram uma jurisprudência pacífica a favor dos poupadores

O Citibank, no balanço, diz ter só três ações de cobrança contra ele relativas ao plano Verão com decisão desfavorável definitiva, o que o fez provisionar R$ 23,2 milhões. O Safra tem R$ 604,2 milhões provisionados em relação a processos cíveis, que entende como perda provável, sem detalhar sobre os expurgos.

No caso da Caixa, assim como o da maioria, a reserva se refere apenas às ações em que o banco é efetivamente notificado. No balanço, diz ter provisionado R$ 803 milhões pelos planos econômicos. Em nota, afirma que o montante "reflete a expectativa atual de desembolso a ser realizado em processos ativos e elegíveis para conciliação, segundo os critérios do acordo coletivo". E acrescenta que "já realizou mais de 116 mil conciliações com os poupadores e seus advogados, em um valor aproximado de R$ 1,7 bilhão".

O acordo coletivo citado pela Caixa foi homologado, em 2018, no âmbito da ADPF, entre Febraban, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Frente Brasileira Pelos Poupadores (Febrapo) e Advocacia-Geral da União (AGU). Foram pagos, até então, R$ 4,7 bilhões para 300 mil poupadores ou herdeiros.

Os valores propostos nos acordos preveem a aplicação de fatores de multiplicação sobre o saldo das poupanças. Eles variam de acordo com o plano. Para o Bresser, é de 0,04277. Para o Verão, é de 4,09818. Após multiplicar o saldo por um desses fatores, existem descontos progressivos para montantes acima de R$ 5 mil, de 8% a 19%.

Abaixo desse valor, não são aplicadas deduções. O pagamento é feito em parcela única, em 15 dias. Só podem aderir poupadores e herdeiros que ajuizaram ações individuais ou executaram sentenças de ações coletivas e ações civis públicas até 11 de dezembro de 2017.

De acordo com advogados, o acordo foi costurado em um contexto de jurisprudência desfavorável aos bancos. Os valores pagos pelas instituições, segundo os autos do processo no Supremo, representam, em média, 20% do que os titulares das poupanças teriam direito.

Em alguns casos, é bem menos que isso. O advogado Renato André de Souza, sócio do Carramaschi e Souza Sociedade de Advogados, que representa poupadores em mil ações judiciais há 20 anos, atua em processos em que foi oferecido menos de 1% do devido.

O Banco do Brasil propôs R$ 882 para encerrar um litígio em que o poupador recebeu R$ 96 mil ao final. Em outra ação, o Bradesco propôs R$ 13 mil, o que representou 14% dos R$ 87 mil que o cliente de Souza recebeu. Para Souza, o tema é juridicamente "indefensável" para os bancos. "Já foi julgado por dezenas de tribunais do país, que formaram uma jurisprudência pacífica a favor dos poupadores."

Procurada pelo **Valor**, a Febraban diz não ter dados sobre o real impacto das ações e que o acordo homologado no STF pode abranger todos os processos, individuais ou liquidações de ações coletivas. Banco Central, Bradesco e Citibank não quiseram comentar. Banco Safra e STF não responderam até o fechamento da edição.

Estimativas variavam entre R$ 100 bilhões e R$ 1,9 trilhão

Marcela Villar
De São Paulo

As provisões feitas por bancos relativas a processos judiciais sobre expurgos inflacionários da poupança estão muito aquém das estimativas apresentadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) quando recursos sobre o tema chegaram às mãos dos ministros, entre 2008 e 2010. Petições dos maiores escritórios de advocacia do país, estudos econômicos das mais importantes empresas de consultoria e até uma carta entregue pelo então ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central (BC) na época, Alexandre Tombini, indicavam "colapso do sistema financeiro" e impacto de R$ 100 bilhões a R$ 1,9 trilhão.

Nos últimos balanços contábeis das sete principais instituições financeiras do país (Citibank, Caixa Econômica Federal, Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Safra), as provisões não passam de R$ 28 bilhões para todas as demandas cíveis — o que inclui outras teses. Apenas o Citibank e a Caixa Econômica Federal indicam especificamente os valores previstos para as ações sobre os expurgos da poupança, que são, respectivamente, de R$ 23,3 milhões e R$ 803,4 milhões.

A Caixa, inclusive, era indicada como a principal afetada. "De acordo com exercícios realizados pelo Ministério da Fazenda em 2008 e não atualizados para o presente, o custo potencial de uma concessão dos supostos expurgos alcançaria mais de R$ 100 bilhões. Os bancos públicos teriam que arcar com mais da metade deste valor. A Caixa Econômica Federal, que até hoje tem posição dominante na poupança, arcaria sozinha com mais de um terço deste valor, gerando forte impacto fiscal", dizia a carta entregue em 2013 por Mantega e Tombini, assinada por 25 ex-presidentes do BC e ex-ministros da Fazenda, como Fernando Henrique Cardoso, Maílson da Nóbrega, Henrique Meirelles e Gustavo Franco, integrante da equipe que formulou o Plano Real.

"Números apresentados nas estimativas iniciais são exagerados"
Roberto L. Troster

O documento foi entregue a dois dias de uma das cinco ações ir ao plenário do STF para julgamento. Dizia que eventual decisão desfavorável às instituições financeiras "poderia ter que reduzir o crédito em R$ 900 bilhões, o que traria consequências altamente negativas com graves implicações para a estabilidade econômica e financeira do país". Um dos estudos é assinado pelo hoje secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, quando economista da LCA Consultores.

Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 165, pautada pelo ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, só houve espaço para as sustentações orais. Falaram grandes nomes como o então procurador do BC, Isaac Sydney, hoje presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), e o ex-ministro do STF Eros Roberto Grau, a favor do Banco do Brasil. O julgamento foi suspenso em novembro de 2013 e nunca mais voltou à pauta. Desde a origem, antes de chegar ao Supremo, os processos judiciais tramitam há mais de 30 anos na Justiça.

Nesse período, foi homologado na ADPF um acordo entre bancos e poupadores em que as instituições financeiras, em um contexto de jurisprudência desfavorável, pagaram R$ 4,7 bilhões para encerrar milhares de litígios. Segundo a Frente Brasileira Pelos Poupadores (Febrapo), ainda faltam 300 mil ações na Justiça. Em tese, estão suspensas por decisão do ministro Gilmar Mendes — mas há quem interprete que não, pois a determinação da suspensão não foi ratificada nos outros processos, sob relatoria dos ministros Cristiano Zanin e Cármen Lúcia.

"Tem juiz que entende que não cabe mais a suspensão", afirma Renato André de Souza, sócio do Carramaschi e Souza Sociedade de Advogados, que atua há 20 anos com mais de mil processos em favor dos poupadores. Ele conseguiu a retomada de alguns, mesmo após a decisão de Mendes, e critica a prorrogação do prazo para adesão ao acordo. "Se passaram dois anos e renovaram por mais três. Em maio de 2025 vão se completar cinco anos. Quem demora tanto tempo para decidir se quer ou não aderir a um acordo?", indaga.

Para ele, as estimativas apresentadas pelos bancos são "absurdas e utópicas". Um dos motivos é que só 16 das mil ações civis públicas sobre o tema tiveram decisão favorável aos poupadores. "Isso foi usado para fazer terrorismo e suspender as ações."

Também para o economista Roberto Luis Troster, sócio fundador do Troster & Associados e ex-economista-chefe da Febraban, os números são exagerados. "Os estudos falam em valores, mas ninguém mostra os números [cálculos]." É também o que pensa Walter José Faiad de Moura, advogado do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec). "O processo sempre foi permeado por projeções e valores catastróficos dos bancos, que projetam dados irreais", diz ele, acrescentando não ter estimativas sobre o impacto financeiro.

Já Marcos Cavalcante de Oliveira, advogado do Bradesco e da Febraban nos tribunais superiores, do escritório Sturzenegger e Cavalcante Advogados Associados, diz que a estimativa é verdadeira. "Os estudos foram feitos a partir dos dados que bancos tinham publicados das contas de poupança, simulando quanto daria a aplicação dos percentuais dos expurgos. A base de cálculo é a mesma, mas teria que atualizar a informação prestada ao Supremo, tirando uma parte, que foram os R$ 4,7 bilhões dos acordos, e outros processos que os bancos ganharam", afirma, acrescentando ser difícil dar uma resposta exata sobre o real valor em discussão. "É preciso avaliar a aplicação da regra geral em cada caso", afirma.

A Febraban informa não ter dados sobre o real impacto das ações e que o acordo homologado no STF pode abranger todas as ações judiciais, individuais ou liquidações de ações coletivas.

O Banco Central, Citibank e o Bradesco foram procurados pelo **Valor**, mas não quiseram comentar o assunto. A Advocacia-Geral da União (AGU) diz não ter dados sobre o assunto. O Ministério da Fazenda, Safra e STF não responderam até o fechamento da edição (Temas 264, 265, 284 e 285).

Participação no capital social de bolsas de valores

Opinião Jurídica

Grasiela Cerbino e Mariana Arruda

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverá decidir sobre eventual alteração da regra relativa à participação de intermediários no capital social das bolsas de valores, em linha com consulta pública realizada neste ano.

Conforme a regra atual, os chamados participantes de determinada bolsa — que são aqueles que possuem autorização para nela operar, dentre os quais estão os intermediários — podem deter no máximo 10% do capital social com direito a voto das referidas entidades. Por sua vez, os demais investidores podem deter até 15% do referido capital, sendo que nesse último caso eventual aumento que ultrapasse esse percentual deve ser autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários.

A limitação da participação acionária pelos intermediários no capital social votante das bolsas existe desde 2007 quando, dentro do contexto de desmutualização, se construiu a regulamentação que essencialmente vige até hoje. Naquele momento em que as bolsas de valores ao redor do mundo estavam migrando de um modelo associativo para sociedades com fins lucrativos, a preocupação que legitimava o estabelecimento de limitações à participação acionária tinha por fundamento evitar as situações de conflito de interesses que pudessem derivar de uma influência significativa.

Referida influência poderia, por exemplo, levar a que as regras de funcionamento do mercado, constantes nos regulamentos, fossem moldadas de forma a beneficiar determinados participantes em detrimento de outros, ou até mesmo em detrimento dos interesses do mercado.

A discussão não é nova, tendo sido já objeto de debate inicial quando do edital de audiência pública que culminou com a atual Resolução CVM nº 135, de 2022. Agora, no entanto, o tema tem tido atenção sublinhada, já que se debatem caminhos alternativos para se lidar com a mitigação do conflito de interesses.

A proposta colocada em consulta pública pela Comissão de Valores Mobiliários foi no sentido de flexibilizar as restrições envolvendo a participação no capital social de bolsas, excluindo o limite máximo de 10% aplicável aos intermediários e passando a valer o limite de 15% para todos os investidores, a partir do qual a autorização da Comissão de Valores Mobiliários passa a ser necessária.

Em contrapartida, na visão do regulador, para mitigar o potencial conflito de interesses relativo à participação acionária relevante por pessoas autorizadas a operar poderiam ser tomadas algumas medidas. Dentre elas, a proposta em debate vedaria que pessoas relacionadas aos participantes, ou ao conglomerado a que pertençam, atuassem no conselho de administração das bolsas de valores.

O assunto recebeu bastante atenção do mercado, tendo a consulta pública gerado diversas manifestações que em linhas gerais foram favoráveis à eliminação do limite atual, tendo havido, no entanto, especial preocupação se os contrapesos sugeridos pelo regulador seriam adequados.

Em particular, a restrição de atuação de pessoas ligadas aos intermediários no conselho de administração das bolsas de valores recebeu diversas críticas. O ponto é destacado não somente pela B3 S.A. — única entidade hoje autorizada a operar o mercado de bolsa —, mas também por outros manifestantes, alguns dos quais já autorizados a operar no mercado de balcão.

A representatividade dos participantes na governança de infraestruturas de mercado não é tema trivial. Se, por um lado, existe uma possibilidade teórica de que os conselheiros possam atuar em benefício de seus representados, também é verdade que a atuação de profissionais ligados ao mercado e conhecedores de seu funcionamento aporta grande valor para seu desenvolvimento, o que é também interesse último dos participantes.

Ainda que se olhasse somente pela perspectiva dos interesses potencialmente conflitantes, vale lembrar que o arcabouço legal e regulatório brasileiro já dispõe de alguns mecanismos para lidar com tais conflitos. A própria lei societária regula a matéria estabelecendo que os administradores, dentre os quais se englobam os conselheiros de administração, devem exercer seu voto no interesse da companhia. O voto que não observar esse comando legal pode ensejar a responsabilidade pessoal do administrador.

Além disso, eventual conflito derivado de regras não isonômicas que beneficiassem alguns participantes em detrimento de outros dificilmente contariam com a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários, que hoje tem a prerrogativa de revisar e aprovar os regulamentos das bolsas. Aliás, tal medida, se considerada insuficiente, poderia até ser aprimorada submetendo os referidos regulamentos à audiência pública antes de sua aprovação, tal como ocorre atualmente em relação às bolsas de valores sujeitas à supervisão pela Securities Exchange Commission, o regulador de mercado norte-americano.

A discussão é de suma importância para o mercado brasileiro, em particular no contexto atual em que a eventual chegada de novos entrantes abrirá portas até agora desconhecidas, com possíveis oportunidades e problemas novos.

Vedar a proximidade dos intermediários às estruturas de governança das bolsas de valores, embora pareça ser uma solução definitiva para lidar com a questão do conflito de interesses, também tira do modelo atual uma de suas maiores belezas, que é a de permitir que o mercado tenha lugar na construção do próprio mercado. Afastar o mercado da sua própria regulação pode até resolver a questão do conflito, mas jogando a água suja fora, vai junto com ela a criança.

Grasiela Cerbino e Mariana Arruda são, respectivamente, sócia-fundadora do escritório Cerbino Advocacia e ex-diretora jurídica da B3; e advogada do escritório Cerbino Advocacia.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90049/2024,** referente ao processo nº **024.00083451/2024-72**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR EM FISIOTERAPIA MOTORA E RESPIRATÓRIA, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 19/06/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 05/06/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ nº 46.570.800/0001-49 - NIRE 35 3 0005885 2
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 14 de março de 2024. **HORÁRIO:** 17h00min. **LOCAL:** Sede Social, Alameda Santos, nº 466, 4º andar, parte, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP 01418-000. **CONVOCAÇÃO e PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença dos acionistas representativos da totalidade do capital social. **MESA:** Fabiano Siqueira de Oliveira - Presidente; e Antonio José Ambrozano Neto - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a destituição e eleição do Diretor Presidente. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas: **I.** Destituir, a partir desta data, o Sr. **FABIO ALBERTO AMOROSINO,** brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 073.874.508-11, portador do RG nº 12.854.760-1-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, do cargo de Diretor Presidente da Sociedade; e **II.** Eleger o Sr. **MARCOS LIMA MONTEIRO**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, para o cargo de Diretor Presidente. O Diretor eleito preenche as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, na Resolução nº 4.970/2021 do Conselho Monetário Nacional e não está incurso em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia, sendo certo que sua posse se dará após a devida a homologação do presente ato pelo Banco Central do Brasil. **ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2 de 2001. **ASSINATURAS: Fabiano Siqueira de Oliveira** - Presidente. **Antonio José Ambrozano Neto** - Secretário. **ACIONISTAS: BANCO SAFRA S.A. Marcos Lima Monteiro -** Diretor Executivo. **Carlos Pelá -** Diretor Executivo. **BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.** Antonio José Ambrozano Neto. Fabiano Siqueira de Oliveira. **BRI PARTICIPAÇÕES LTDA.** Eduardo Pinto de Oliveira. Francisco Antonio Lozano Perez. **CERTIDÃO:** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 213.110/24-6 em 28 de maio de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE: 35.300.332.351
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da Iguá Saneamento SA ("Companhia"), nos termos dos art. 123 e 124 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações ("Lei das S.A."), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), que se realizará no dia **28 de junho de 2024, às 14h,** de forma exclusivamente digital, por videoconferência (plataforma "*MS Teams*") e gravada pela Companhia, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei das S.A., da Resolução CVM nº 81/2022 e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i) Política de Indenidade.** Os acionistas e/ou seus representantes legais deverão acessar à AGE por meio da plataforma digital *MS Teams*, conforme link disponibilizado por meio do sistema Atlas Governance. As instruções de acesso também poderão ser obtidas por meio do e-mail governancacorporativa@igua.com.br. Os acionistas e/ou seus representantes deverão observar os termos do art. 28 do Estatuto Social para sua regular participação. Os documentos e informações relativos ao tema a ser deliberado na AGE encontram-se disponíveis, para consulta dos acionistas, na sede da Companhia e na página eletrônica da Companhia (https://ri.igua.com.br/) e da CVM (http://www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na Plataforma Atlas Governance. São Paulo, 28 de maio de 2024. **Paulo Todescan Lessa Mattos -** Presidente do Conselho de Administração. (04-05-06)

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE: 35.300.332.351
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da Iguá Saneamento SA ("Companhia"), nos termos dos art. 123 e 124 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações ("Lei das S.A."), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), que se realizará no dia **28 de junho de 2024, às 13h**, de forma exclusivamente digital, por videoconferência (plataforma "*MS Teams*") e gravada pela Companhia, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei das S.A., da Resolução CVM nº 81/2022 e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** a ratificação do "Protocolo e Justificação da Incorporação da Spat Saneamento S.A. pela Iguá Saneamento S.A." ("Protocolo"), que estabelece os termos e condições da proposta de incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral Spat Saneamento S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Suzano, Estado de São Paulo, na Rua Waldemar Cusma, nº 700, Jardim Aeródromo Internacional, CEP 08616-510, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.538.454/0001-95, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.355.628 ("Spat Saneamento" ou "Incorporada"), o qual consubstancia as justificativas, termos, cláusulas e condições da incorporação da Spat Saneamento pela Companhia ("Incorporação"); **(ii)** a aprovação do Laudo de Avaliação; **(iii)** a proposta da Incorporação, nos termos do Protocolo, com a consequente extinção da Spat Saneamento; e **(iv)** a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação da Incorporação. Os acionistas e/ou seus representantes legais deverão acessar à AGE por meio da plataforma digital *MS Teams*, conforme link disponibilizado por meio do sistema Atlas Governance. As instruções de acesso também poderão ser obtidas por meio do e-mail governancacorporativa@igua.com.br. Os acionistas e/ou seus representantes deverão observar os termos do art. 28 do Estatuto Social para sua regular participação. Os documentos e informações relativos ao tema a ser deliberado na AGE encontram-se disponíveis, para consulta dos acionistas, na sede da Companhia e na página eletrônica da Companhia (https://ri.igua.com.br/) e da CVM (http://www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na Plataforma Atlas Governance. São Paulo, 29 de maio de 2024. **Paulo Todescan Lessa Mattos** - Presidente do Conselho de Administração. (04-05-06)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO 039/2024 - EDITAL 041/2024 -** cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADA DE CONTROLADORES DE ACESSO, BOMBEIROS E BRIGADISTAS PARA OS EVENTOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS SOLICITANTES NO PERIODO DE 12 MESES – CONFORME ANEXO I DO EDITAL.** O período de envio das propostas será a partir de 06/06/2024 até 20/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 20/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 05/06/2024. Ituverava- SP, 04 de junho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

ALFA HOLDINGS S.A.

CNPJ nº 17.167.396/0001-69 - NIRE 35 3 0002375 7
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA: 13 de maio de 2024. **HORÁRIO:** 15h15min. **LOCAL:** Sede social, Alameda Santos, n° 466, São Paulo - SP. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade de seus membros. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente; Marcos Lima Monteiro - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão, os membros do Conselho de Administração deliberaram por unanimidade, sem ressalvas, eleger os seguintes membros da Diretoria, com mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2025: **MARCOS LIMA MONTEIRO,** brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, **Diretor Presidente; FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA,** brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CPF nº 206.299.018-99, portador do RG nº 25.702.961-8-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP; e **EDUARDO PINTO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF nº 116.875.908-00, portador do RG nº 19.267.703-2-SSP-SP, **Diretores**, ambos com endereço comercial na Alameda Santos, n° 466, Cerqueira César, São Paulo - SP. Os Diretores eleitos preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, e na Resolução nº 80/22 da Comissão de Valores Mobiliários, e não estão incursos em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia. **Mesa: Alberto Monteiro de Queiroz Netto** - Presidente. **Marcos Lima Monteiro** - Secretário. **MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Alberto Monteiro de Queiroz Netto -** Presidente do Conselho de Administração. **Isaac Selim Sutton** - Conselheiro. **Marcos Lima Monteiro** - Conselheiro. **CERTIDÃO:** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o n° 213.595/24-2 em 29 de maio de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Banco MUFG Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 60.498.557/0001-26 - NIRE nº 353.000.121.43
Convocação

São convocados os senhores acionistas do **Banco MUFG Brasil S.A.**, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede social na Av. Paulista nº 1274, nesta cidade e Estado de São Paulo, no dia **13/06/2024**, às **10:00 horas**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Destituir 1 (um) Diretor; b) Destituir 1 (um) membro do Comitê de Auditoria; e c) outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 04 de junho de 2024.
Banco MUFG Brasil S.A.
Akihiko Kisaka
Diretor-Presidente

Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.312.229/0001-73 - NIRE 35300334345 - Companhia Aberta
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 26 de Abril de 2024

Data, Hora e Local: Aos 26/4/24, às 10h30 na sede social da Companhia. **Presenças:** Aproximadamente 64,67% do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Flávio Ernesto Zarzur; Secretário: Sr. Antonio Emilio C. Fugazza. **Deliberações: (i)** aprovar, por maioria, as contas dos administradores, e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/23; **(ii)** aprovar, por unanimidade, a destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social findo em 31/12/23, no valor de R$ 239.466.812,97, da seguinte forma: (a) 5% do lucro líquido, no montante de R$ 11.973.340,64 para constituição da reserva legal; (b) 25% do lucro líquido ajustado, no montante de R$ 56.873.368,08 a título de pagamento de dividendos aos acionistas, já declarados como dividendos intercalares e imputados ao dividendo obrigatório nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 11/05, 10/08 e 9/11/23, e 13/4/24, pagos nos termos do artigo 25, inciso "VI", do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** aprovar, por maioria, a fixação do limite global anual da remuneração dos administradores da Companhia referente ao exercício social corrente, a se encerrar em 31/12/24, conforme proposta da administração, no montante de R$ 30.000.000,00, cabendo ao Conselho de Administração determinar as remunerações individuais e repartir as parcelas fixa e variável, dentro do limite proposto, nos termos do artigo 12, II, e 13, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia; e, **(iv)** Por solicitação de acionista representando o quórum exigido pela regulamentação aplicável, foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024: **(iv.a)** Foi aprovada, por unanimidade, a composição do Conselho Fiscal por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes; **(iv.b)** Foram eleitos os seguintes membros do Conselho Fiscal: **(a) Paulo Chede Mattar**, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, e **Alvin Gilmar Francischetti**, eleito para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal, ressaltando-se que sua eleição foi feita com a dispensa prevista no art. 147, §3º, I, da Lei das S.A.; **(b) Flavio Pedro de Moraes Nazarian**, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, e **Rogério Antonio Eduardo Abinader**, eleito para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal; e, **(c)** em eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º, "a", parte final, da Lei das S.A., **Luciana Doria Wilson**, eleita para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, e **Mauricio Martelli Cardoso**, eleito para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal. Os membros do Conselho Fiscal, tanto os titulares como os suplentes, tomarão posse em até 30 dias a contar desta data, depois de apresentarem prova, ao Conselho de Administração, da satisfação dos requisitos previstos no artigo 162 da Lei das S.A., bem como após a assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no artigo 147 da Lei das S.A. para sua investidura como membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(iv.c)** Nos termos do artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das S.A., foi aprovada por unanimidade, a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal equivalente a 10% da remuneração média atribuída a cada diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. JUCESP nº 212.011/24-8 em 28/5/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral. O texto acima é um resumo da respectiva ata. O inteiro teor desse documento poderá ser consultado na versão digital do jornal: "https://valor.globo.com/valor-ri/" desta data.

ENAUTA PETRÓLEO E GÁS LTDA.

CNPJ nº 09.589.793/0001-09 - NIRE 33.2.0811936-9

Ata de Resolução de Sócio realizada em 29/04/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 29/04/24, às 14h, na sede social da Enauta Petróleo e Gás Ltda. ("**Sociedade**"), localizada na Av. Almirante Barroso, 52/1301 (parte), Centro/RJ. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no §2º do art. 1.072 do Código Civil, em virtude da presença da Enauta Participações S.A. ("**Sócia**"), detentora de 100% do capital social da Sociedade. **3. Mesa:** Presidente, Sr. Décio Fabrício Oddone da Costa, que convidou o Sr. Fabricio Zaluski, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social findo em 31/12/23. **5. Deliberações Aprovadas:** A Sócia examinou o item constante da ordem do dia e deliberou pela aprovação, sem quaisquer restrições ou ressalvas, das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social findo em 31/12/23. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Deliberação de Sócio, da qual lavrou-se a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada pela única sócia da Sociedade, bem como pelo Presidente e pelo Secretário. RJ, 29/04/24. **Mesa: Décio Fabrício Oddone da Costa - Presidente; Fabricio Zaluski - Secretário. Sócia Presente: Enauta Participações S.A.; Décio Fabrício Oddone da Costa** - Diretor Presidente; **Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros** - Diretor Financeiro e de Relação com Investidor. JUCERJA em 03/06/24 sob o nº 6268698. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

MOBLY S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 31.553.627/0001-01 - NIRE 35.3.0056120-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 25 de abril de 2024, às 9:00 horas, de modo exclusivamente à distância e digital, considerada como ocorrida na sede social da **MOBLY S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 5.545, atualmente nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"). **2. Convocação:** O Edital de Convocação foi publicado na forma dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), no jornal "Valor Econômico", nas edições de 26, 27 e 28 de março de 2024, (páginas 5, 6 e 2), respectivamente. **3. Publicações:** As demonstrações financeiras da Companhia, o relatório da Administração, as notas explicativas, o relatório dos Auditores Independentes (conforme definido no item 4 abaixo) e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicados no jornal "Valor Econômico" (página 3), no dia 2 de abril de 2024. Adicionalmente, todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previstos na Resolução CVM 81, foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia e na rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (a (https://investors.mobly.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br). **4. Presença:** Nos termos da Resolução CVM 81, esta Assembleia foi realizada exclusivamente na forma digital por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia. Compareceram, de forma remota, em primeira convocação, acionistas da Companhia representando 80,09% (oitenta vírgula zero nove) do capital social na presente Assembleia Geral Ordinária ("**Assembleia**"), conforme (i) lista de acionistas que participaram da Assembleia por meio do sistema eletrônico, considerados presentes nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81; e (ii) mapa sintético consolidado de voto à distância disponibilizado pela Companhia em 24 de abril de 2024, preparado com base nos boletins de voto à distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, pelo Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, na qualidade de escriturador das ações de emissão da Companhia, e também diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81 ("**Mapa Sintético Consolidado**"). Em atenção ao disposto no artigo 134, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, presentes também o Sr. Marcelo Rodrigues Marques, membro do Conselho de Administração e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e a Sra. Leslie Nares Laurenti, representante legal da KPMG Auditores Independentes S.S., responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("**Auditores Independentes**"). **5. Mesa:** Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. Marcelo Rodrigues Marques - Presidente; e pela Sra. Jana Araujo - Secretária. **6. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia, uma vez que são do conhecimento dos acionistas e, ainda, (i) foram postos à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia; (ii) foram colocados à disposição dos senhores acionistas por meio do *website* da Companhia (https://investors.mobly.com.br); (iii) foram encaminhados à B3 (www.b3.com.br), em atendimento ao disposto no artigo 124, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) foram divulgados aos senhores acionistas no *website* da CVM (www.cvm.gov.br). Adicionalmente, foi dispensada a leitura do Mapa Sintético Consolidado, o qual ficou à disposição dos acionistas para consulta, nos termos do artigo 48, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, e que ficará arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **7. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes; (ii) fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024. **8. Deliberações:** Na sequência, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: (i) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com registro de abstenções, sem ressalvas, nos termos do Mapa Sintético Final (conforme definido no item 9 abaixo), as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes, nos termos da proposta da administração para a Assembleia ("**Proposta da Administração**"); (ii) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, sem ressalvas, conforme Mapa Sintético Final (conforme definido no item 9 abaixo), a fixação do número de 6 (seis) membros no Conselho de Administração da Companhia, sendo 2 (dois) membros independentes, nos termos da Proposta da Administração; (iii) dando sequência à eleição dos membros do Conselho de Administração, cumpre apontar que a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, compreendendo a eleição de seis membros efetivos, para um mandato vigente até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, será realizada com base no procedimento do voto múltiplo, conforme previsto no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, em atendimento à solicitação apresentada por acionistas titulares de ações representativas de mais de 5% do capital social da Companhia, conforme informado em Aviso ao Acionistas disponibilizado pela Companhia em 23 de abril de 2024, em atenção ao artigo 3º da Resolução da CVM nº 70. Foi informado pela Mesa, para os fins do artigo 141, parágrafo 1º, *in fine*, da Lei das Sociedades por Ações, que o número de votos necessários para a eleição de cada um dos membros do Conselho de Administração é de 72.838.531. A representante dos acionistas controladores solicitou a palavra e informou que seus votos foram distribuídos entre 4 (quatro) conselheiros indicados pela chapa da administração para que os acionistas minoritários presentes possam eleger os 2 (dois) candidatos indicados conforme Aviso ao Acionistas disponibilizado pela Companhia em 23 de abril de 2024. Foram eleitos, pelo sistema de voto múltiplo, observada a alocação de votos a cada um dos candidatos constante do Mapa Sintético Final (conforme definido no item 9 abaixo), os seguintes membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, dentre os quais 2 (dois) são conselheiros independentes para os fins do artigo 5º do Anexo K da Resolução CVM nº 80 e do Regulamento do Novo Mercado, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025: *Indicados pelos acionistas controladores:* (a) Sr. **Marc Dominic Appelhoff**, alemão, casado, administrador de empresas, portador do passaporte n° L3HG19MCF, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 5.545, atualmente nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Conselho de Administração da Companhia; (b) Sr. **Philipp Christopher Steinhäuser**, alemão, casado, administrador de empresas, portador do passaporte nº L3HJ89NNZ, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 5.545, atualmente nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, para o cargo de membro efetivo da Companhia; (c) Sr. **Victor Pereira Noda**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.938.739, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº 295.089.868-83, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 5.545, atualmente nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (d) Sr. **Marcelo Rodrigues Marques**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.958.150-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 213.235.068-02, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 5.545, atualmente nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; *Indicados pelos acionistas minoritários:* (e) Sr. **Daniel Vinicius Alberini Schrickte**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bacharel em ciências econômicas, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.042.789-46, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01030154106, residente e domiciliado na Av. João Gualberto, 610, apartamento 901C, Alto da Glória, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80030-000, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia; e (f) Sr. **Donato de Abreu Ramos**, brasileiro, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 108.103.007-02, portador do RG nº 69.678.138-4, com endereço na Rua Pedroso Alvarenga, 85, Ap. 81, Itaim, São Paulo/SP, CEP 04531-001, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado na forma da lei, em livro próprio, o qual conterá, para os fins do disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, conforme alterada, no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 80**"), a declaração aplicável, bem como a anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o artigo 35 do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"). Além disso, nos casos dos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração, foram encaminhados à Companhia declaração atestando seu respectivo enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 e artigo 6º, Anexo K, da Resolução CVM 80, conforme apresentada na Proposta da Administração. (iv) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos abstenções, sem ressalvas, conforme Mapa Sintético Final (conforme definido no item 9 abaixo), a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024, no montante de R$ 12.413.974,00 (doze milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e setenta e quatro reais), nos termos da Proposta da Administração; e Adicionalmente, foi consignado que não houve acionistas da Companhia solicitando a instalação do Conselho Fiscal, nos termos da Resolução CVM 81, por meio de boletins de voto à distância ou presencialmente, conforme evidenciado no Mapa Sintético Final (conforme definido no item 9 abaixo). **9. Mapa de Votação:** Em atendimento ao artigo 22, parágrafo 5º, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, bem como ao artigo 48, parágrafo 6º, da Resolução CVM 81, o mapa sintético final de votação constante do **Anexo I** ("**Mapa Sintético Final**"), que é parte integrante desta ata, indica quantas aprovações, rejeições e abstenções cada deliberação recebeu, bem como o número de votos conferido a cada candidato na eleição para o Conselho de Administração. **10. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente concedeu a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente e pela Sra. Secretária, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81, os acionistas cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia. **Mesa presente via participação digital, nos termos do artigo 28, parágrafo 5º, da Resolução CVM 81:** Presidente: Sr. Marcelo Rodrigues Marques; e Secretária: Sra. Jana Araujo. **Acionistas presentes via participação digital, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81:** Victor Pereira Noda, Marcelo Rodrigues Marques, Home24 Holding Gmbh e Co Kg, Home24 Holding Gmbh And Co. Kg e Mário Carlos Fernandes Filho (representados por Fabiana Franco Ferrarezi); e Exploritas Alpha America Latina Master Fundo de Investimento Multimercado, Previ Gm Fundo de Investimento em Ações I, Prt Fundo de Investimento em Ações Bdr Nível I, Sul América Selection Fundo de Investimento em Ações, Ctm Estrategia Fundo de Investimento em Ações – Bdr Nivel I, Ctm Hedge Fundo de Investimento Multimercado Longo Prazo, Sul América Família Previdência Fundo de Investimento em Ações, Ruki Fundo de Investimento em Ações Bdr Nível I, Futura Capital Fundo de Investimento em Ações Bdr Nível I, Brntt Fundo de Investimento em Ações Bdr Nível I, Sul América Selection Master I Fundo de Investimento em Ações, Lhl Fundo de Investimento em Ações Bdr Nível I, Exploritas Latam Master Fundo de Investimento de Ações (representados por Thiago Gil Bomfim). **Acionistas presentes via envio de boletim de voto à distância, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81:** Sergio Feijão Filho e Macquarie Fund Solutions - Macquarie Emerging Mark. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 25 de abril de 2024. **Marcelo Rodrigues Marques -** Presidente, **Jana Araujo -** Secretária. **JUCESP** nº 213.422/24-4 em 28/05/2024.

ADITYA BIRLA
BIRLA CARBON

Birla Carbon Brasil Ltda.

CNPJ nº 02.634.915/0002-65

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Março de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Balanços Patrimoniais	Nota	2024	2023
Ativo/Circulante		**418.185**	**697.185**
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.524	40.367
Contas a receber de clientes	5	204.354	239.014
Empréstimos com partes relacionadas	8	–	69.987
Estoques	6	110.005	113.412
Impostos a recuperar	7	48.664	198.111
Imposto de renda e contribuição social		6.337	19.342
Outras contas a receber		14.301	16.952
Não circulante		**147.530**	**138.527**
Realizável a longo prazo		142.099	64.559
Impostos a recuperar	7	7.400	6.022
Empréstimos com partes relacionadas	8	74.885	–
Depósito judicial	15	59.814	58.537
Imobilizado	9	147.530	138.527
Total do ativo		**707.814**	**900.271**

Balanços Patrimoniais	Nota	2024	2023
Passivo/Circulante		**200.802**	**172.514**
Fornecedores	10	70.891	104.181
Arrendamento a pagar	11	116	354
Valores a pagar	8	52.861	9.065
Impostos e contribuições a recolher		14.299	16.756
Obrigações sociais e previdenciárias	12	13.629	13.587
IR e CS a pagar		23.694	24.834
Provisão para benefício pós-emprego	14	1.184	922
Provisões diversas e outras contas a pagar		24.128	2.815
Não circulante		**84.015**	**111.006**
Provisão para benefício pós-emprego	14	9.949	8.139
Provisão para contingências	15	53.699	52.363
Impostos diferidos	13	10.931	40.819
Arrendamento a pagar	11	–	90
Valores a pagar	8	9.436	9.595
Patrimônio líquido		**422.998**	**616.751**
Capital social	16	204.120	204.120
Reserva incentivo fiscal		43.584	26.045
Ajustes de avaliação patrimonial		(268)	1.038
Lucros acumulados		175.562	385.548
Total do passivo e patrimônio líquido		**707.814**	**900.271**

Demonstrações de Resultados	Nota	2024	2023
Receita líquida	17	1.215.404	1.475.054
Custo dos produtos vendidos	18	(858.804)	(1.102.503)
Lucro bruto		**356.600**	**372.551**
Despesas de vendas		(10.109)	(4.361)
Despesas gerais e administrativas	19	(54.742)	(58.887)
Outras (despesas) receitas, líquidas	20	(465)	46.547
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		**291.284**	**355.850**
Receitas financeiras		9.298	9.134
Despesas financeiras		(36.301)	(43.664)
Despesas financeiras, líquidas	21	**(27.003)**	**(34.530)**
Resultado antes dos impostos		**264.281**	**321.320**
IR e CS - correntes	13	(103.933)	(97.116)
IR e CS - diferidos	13	29.888	11.837
Lucro líquido do exercício		**190.236**	**236.041**

Demonstrações de Resultados Abrangentes	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**190.236**	**236.041**
(Perda)/ganho atuarial	(1.306)	192
Resultado abrangente total	**188.930**	**236.233**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/03/2022	**204.120**	**–**	**846**	**306.936**	**511.902**
Ganho atuarial	–	–	192	–	192
Dividendos	–	–	–	(131.384)	(131.384)
Constituição reserva incentivo fiscal	–	26.045	–	(26.045)	–
Resultado do exercício	–	–	–	236.041	236.041
Saldos em 31/03/2023	**204.120**	**26.045**	**1.038**	**385.548**	**616.751**
Perda atuarial	–	–	(1.306)	–	(1.306)
Dividendos	–	–	–	(382.683)	(382.683)
Constituição reserva incentivo fiscal	–	17.539	–	(17.539)	–
Resultado do exercício	–	–	–	190.236	190.236
Saldos em 31/03/2024	**204.120**	**43.584**	**(268)**	**175.562**	**422.998**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**190.236**	**236.041**
Ajustes por:		
Depreciação	16.875	15.511
Variação cambial	(4.065)	(8.435)
Custo residual do ativo imobilizado baixado	464	184
Provisão de perda de crédito estimada	(5.856)	–
Provisão para benefício pós-emprego	767	48
Provisões (reversão) para estoques	(1.206)	680
Provisões para contingências	2.204	2.967
Despesas com IR e CS - corrente	103.933	97.116
Despesas com IR e CS - diferido	(29.888)	(11.837)
Outros	(3.304)	(2.183)
	270.160	**330.092**
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	39.683	(84.608)
Estoques	4.613	(9.106)
Impostos a recuperar	161.074	45.712
Depósito judicial	853	(558)
Outras contas a receber	2.651	(2.051)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(33.290)	(31.458)
Obrigações sociais e previdenciárias	42	1.951
Impostos e contribuições a recolher	(2.457)	4.522
Pagamento de processos judiciais	(868)	(307)
Outras contas a pagar	22.158	192
Valores a pagar	1.907	1.880
Dividendos	(340.955)	(131.384)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(105.072)	(83.379)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**20.499**	**41.498**
Fluxo de caixa das atividades investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(26.342)	(23.976)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(26.342)**	**(23.976)**
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(5.843)**	**17.522**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.367	22.845
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	34.524	40.367
	(5.843)	**17.522**

Transações de atividades operacionais que não envolvem caixa	2024	2023
Dividendos não pagos	(41.728)	–
Benefício pós-emprego	(1.306)	–

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Birla Carbon Brasil Ltda. ("Empresa") é uma entidade domiciliada no Brasil. A Empresa possui um escritório central na cidade de Santos e duas plantas, sendo uma no município de Cubatão, no estado de São Paulo, e a outra no município de Camaçari, no estado da Bahia, ambas efetuam a produção de negro de fumo. A planta de Cubatão iniciou sua operação de negro de fumo em 1958, quando ainda pertencia à Copebrás, atual China Molybdenum Co., Ltd. (CMOC), e em 1996 passou a operar a sua unidade de geração de energia elétrica. A planta de Camaçari iniciou a operação de negro de fumo em 2007 e em 2010 foram concluídas as instalações da tubulação para a venda de gás residual de processo (*Tail Gas*). As fontes de receita são decorrentes da venda e da revenda de negro de fumo no mercado interno e mercado externo, bem como, venda de energia elétrica, vapor e gás residual de processo (*Tail Gas*). O negro de fumo é largamente aplicado como aditivo na borracha e seus derivados, tendo o setor automobilístico como principal mercado consumidor e o setor petroquímico como principal fornecedor de matéria-prima. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC. Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de maio de 2024. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 05 - Contas a receber de clientes (PECLD); Nota Explicativa nº 06 - Provisão para perdas de estoques; Nota Explicativa nº 13 - Impostos diferidos; Nota Explicativa nº 14 - Provisão para benefício pós-emprego; Nota Explicativa nº 15 - Provisão para contingências. **3. Principais políticas contábeis:** A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Instrumentos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa. Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado. *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa não registra o contas a receber ao seu valor presente por estimar que os valores não são significativos. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2024 e 2023. **c. Receita líquida:** ***Venda de produtos:*** A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e os benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidas para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As principais receitas financeiras abrangem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, empréstimos (mútuo) ativos e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida com base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Empresa. As principais despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre cessão de recebíveis, juros calculados sobre capital próprio, multas, variações cambiais passivas e despesas bancárias. **e. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***Planos de benefício pós-emprego:*** A Empresa é patrocinadora de planos de pensão de contribuição definida para os funcionários do quadro atual, e de benefício definido para funcionários aposentados que adquiriram esse plano. A obrigação líquida da Empresa quanto aos planos de benefício pós-emprego é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. O cálculo da obrigação de plano de benefício é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Empresa. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada aos serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem um direito adquirido (*vested*). Na medida em que os benefícios se tornem um direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. IR e CS:** O IR e a CS do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido. A despesa com IR e CS compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. ***(i) Imposto corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. ***(ii) Imposto diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras. **h. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade normal de operação. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **i. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação geralmente é reconhecida no resultado, a menos que o valor esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Edifícios	20 - 30 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	15 - 12 anos
Máquinas, equipamentos (reatores)	01 - 20 anos
Móveis e utensílios	12 - 15 anos
Equipamentos de informática	03 - 05 anos
Veículos	03 - 05 anos

Os métodos de depreciação das vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **j. Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável (*impairment*). Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: Inadimplência ou atrasos do devedor; Indicações de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência. Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores. A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados aos seus valores presentes usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. ***(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1):*** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e incluem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Em virtude dessa norma sujeita a desenvolvimentos futuros, a Empresa não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial. A Empresa está monitorando de perto os desenvolvimentos. ***(ii) Outras normas:*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa: Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03 e CPC 40); Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos	9.284	16.792
Aplicação financeira	25.240	23.575
	34.524	**40.367**

O saldo de aplicação financeira em 31 de março de 2024 refere-se a aplicações em contas do Banco Bradesco, JP Morgan e Banco Itaú, com remuneração de 20% a.a. do CDI, exceto Banco Itaú que tem como remuneração o prazo de permanência do recurso aplicado variando entre 2% a 100% do DI CETIP, para o ano de 2023 manteve-se com a mesma remuneração.

5. Contas a receber de clientes

	2024	2023
No país **(i)**	180.423	217.700
No exterior	32.751	14.606
Partes relacionadas **(ii)** (Nota 8)	–	9.672
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa **(iii)**	(8.820)	(2.964)
	204.354	**239.014**

(i) Cessão de crédito: A fim de atender à necessidade de capital de giro através da cessão de recebíveis, bem como o alongamento do prazo no faturamento de vendas para operações específicas de determinados clientes do mercado interno, são fechadas operações de cessão de crédito sem coobrigação (sem direito de regresso) negociada entre a Empresa, o cliente, bancos e fundos de investimento de direito creditório (FIDCs) de relacionamento comum, nas quais a Empresa cede as duplicatas/títulos de sua emissão a essas entidades, bancos e FIDCs. Em decorrência da ausência de coobrigação na cessão desses títulos, a Empresa está desobrigada integralmente de cobrir junto aos bancos qualquer eventual valor não liquidado pelos clientes. Como consequência, os títulos negociados nessas operações são baixados do saldo de contas a receber imediatamente após a entrada dos recursos financeiros em nossa conta bancária. **(ii) Contas a receber com partes relacionadas:** O saldo de conta a receber com partes relacionadas consiste na exportação de Negro de Fumo à Empresa Birla Carbon U.S.A., INC. - North Bend. **(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A Empresa efetuou avaliação da realização dos ativos financeiros, verificando a necessidade de registrar estimativa de perdas no recebimento de títulos a receber. A referida avaliação considera uma análise retrospectiva de perdas incorridas nos seis últimos meses e expectativa de perdas esperadas com base no relatório de perspectiva de crédito fornecido por empresa especializada. O vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras em 31 de março está assim demonstrado:

	2024	2023
A vencer	172.732	222.324
Vencidos		
Até 30 dias	8.416	9.560
Entre 31 e 60 dias	4.680	3.421
Entre 61 e 120 dias	7.397	1.460
Maior 120 dias	11.129	2.249
	204.354	**239.014**

O movimento da provisão para Perda de crédito esperada durante o ano foi o seguinte:

Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2024	2023
Saldo inicial	(2.964)	(2.964)
Constituição	(5.856)	–
Saldo final	**(8.820)**	**(2.964)**

Em 31 de março de 2024, a Empresa realizou uma nova constituição de provisão para perda de crédito esperada decorrente ao aumento de risco de crédito de determinado cliente.

6. Estoques

	2024	2023
Produtos acabados	51.619	46.641
Matérias-primas	25.592	37.272
Almoxarifado	32.794	29.499
	110.005	**113.412**

O montante de provisão para perdas de estoques, alocado no estoque em 31 de março de 2024, foi de R$ 5 (R$ 1.211 em 2023), sendo substancialmente registrado na linha de almoxarifado.

Provisão para perdas de estoques	2024	2023
Saldo inicial	(1.211)	(531)
Constituição	(138)	(1.211)
Reversão/utilização	1.344	531
Saldo final	**(5)**	**(1.211)**

7. Impostos a recuperar

	2024	2023
PIS	8.011	34.879
COFINS	38.778	161.187
ICMS	8.224	6.720
Outros	1.051	1.347
Saldo final	**56.064**	**204.133**
Circulante	48.664	198.111
Não circulante	7.400	6.022
Total	**56.064**	**204.133**

Em março de 2022 foram considerados os valores efetivos relacionados à habilitação do crédito de PIS/COFINS, junto à Receita Federal, em conformidade com a decisão definitiva do STF sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo dos referidos tributos. A Empresa acompanha com especial atenção a compensação desses créditos com os pagamentos de tributos a vencer, destacadamente IRRF, CIDE, PIS, COFINS em 2022 e incluindo IRPJ e CSLL a partir de 2023. Em outubro de 2022, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) reconheceu o enquadramento da planta de Camaçari no benefício fiscal para a redução do IRPJ (lucro da exploração). A Administração da Empresa monitora continuamente a realização dos créditos acumulados do ICMS da planta de Camaçari, cuja origem está relacionada com operações de transferência de produtos acabados da planta de Cubatão para a planta de Camaçari no passado, e entende que tais créditos serão integralmente realizados em operações de venda de negro de fumo realizadas com as premissas de seu modelo de operação. Destaca-se a mudança na estrutura de vendas e o atendimento aos clientes de outros Estados, com a transferência do fluxo de fornecimento de produtos da fábrica de Cubatão para a fábrica de Camaçari, otimizando assim a realização do crédito acumulado. Os créditos do ICMS (CIAP) têm como origem o investimento contínuo da Empresa na aquisição de imobilizado relacionado com bens de produção.

8. Partes relacionadas

	2024	2023
Ativo circulante		
Empréstimo **(i)**		
Indigold Carbon Hungary LLC	–	69.987
Subtotal	**–**	**69.987**
Contas a receber e outras contas a receber		
Birla Carbon U.S.A., INC. - Marietta	337	343
Birla Carbon U.S.A., INC. - North Bend	–	9.672
Subtotal	**337**	**10.015**
Total ativo circulante	**337**	**80.002**
Ativo não circulante		
Empréstimo **(i)**		
Indigold Carbon Hungary LLC	74.885	–
Total ativo não circulante	**74.885**	**–**
Passivo circulante		
Royalty a pagar **(ii)**		
Columbian Intl. Chemical Corp.	1.764	1.827
Subtotal	**1.764**	**1.827**
Contas a pagar	**2024**	**2023**
Birla Carbon Egypt	–	3.854
CC Holdco (Luxembourg) S.à r.l **(iii)**	50.388	3.194
Birla Carbon Italy S.R.L.	–	187
Birla Carbon Hickok US	658	–
Indigold Carbon Cooperatif UA **(iii)**	51	3
Subtotal	**51.097**	**7.238**
Total passivo circulante	**52.861**	**9.065**
Não circulante		
Contas a pagar		
Birla Carbon U.S.A., INC. - Marietta	9.426	9.585
Birla Carbon North Bend US	10	10
Total passivo não circulante	**9.436**	**9.595**
	2024	**2023**
Receita venda mercadorias		
Birla Carbon U.S.A., INC. - North Bend	–	13.554
Subtotal	**–**	**13.554**
Receita de juros mútuo (i)		
Indigold Carbon Hungary LLC	5.679	3.832
Subtotal	**5.679**	**3.832**
Total Receita	**5.679**	**17.386**
Despesa		
Despesa de *royalty* **(ii)**		
Columbian Intl. Chemical Corp.	27.452	31.602
Subtotal	**27.452**	**31.602**
Despesa		
Juros sobre capital próprio		
CC Holdco (Luxembourg) S.à r.l	13.948	17.578
Indigold Carbon Hungary LLC	14	17
Subtotal	**13.962**	**17.595**
Total despesa	**41.414**	**49.197**

(i) Contratos de empréstimos: Refere-se a empréstimo com Indigold Carbon Hungary LLC, equivalente a R$ 46.210 (U$$ 12.000), remunerados à taxa Libor anual e spread de 3%, sendo os juros e o principal liquidados até 01 de abril de 2029. Refere-se a empréstimo com CC Holdco (Luxembourg) S.à r.l, equivalente a R$ 31.044 (U$$ 6.000), remunerados à taxa Libor anual e spread de 1%, sendo os juros liquidados trimestralmente e o principal em junho de 2025. **(ii) Contratos de royalties:** Para fornecimento de tecnologia industrial para a produção de negro de fumo a Empresa remunera a coligada estrangeira (Columbian Intl. Chemical Corp.) com um percentual sobre a receita líquida das vendas de produtos para terceiros, conforme estabelecido nos contratos averbados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). **(iii)** Composto substancialmente pelo valor de Dividendos no valor de R$ 41.728 (U$$ 8.145) liquidado em Maio de 2024 e Juros sobre capital próprio, sendo liquidada a sua totalidade de R$ 8.710 (U$$ 1.700) em abril de 2024, conforme deliberado em ata de reunião ordinária. A remuneração dos diretores foi de R$ 3.891 no exercício findo em 2024 (R$ 4.448 em 2023) e está apresentada como segue:

	2024	2023
Salários, encargos e outras contribuições a curto prazo	3.530	4.052
Indenizações	–	33
Benefícios pós-emprego	361	363
Total	**3.891**	**4.448**

Compromissos: Os compromissos foram assumidos pela Empresa de acordo com os projetos de capital em andamento, cujo registro contábil ainda não foi efetuado em virtude do não recebimento do material e/ou pela não prestação efetiva do serviço. Em 31 de março de 2024, os referidos compromissos totalizam R$ 1.854 (R$ 2.765 em 2023).

9. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios(ii)	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos informática	Veículos	Obras em andamento (i)	Total
Saldo em 31 de março de 2022	**3.668**	**13.863**	**79.076**	**218**	**1.353**	**431**	**31.637**	**130.246**
Aquisições	–	–	–	–	–	–	23.976	23.976
Baixas	–	–	(142)	(3)	–	(39)	–	(184)
Transferências	–	290	28.152	46	18	721	(29.227)	–
Depreciação	–	(1.285)	(13.423)	(37)	(547)	(219)	–	(15.511)
Saldo em 31 de março de 2023	**3.668**	**12.868**	**93.663**	**224**	**824**	**894**	**26.386**	**138.527**
Aquisições	–	–	–	–	–	–	26.342	26.342
Baixas	–	(54)	(94)	–	(1)	(315)	–	(464)
Transferências	–	27	32.093	103	137	278	(32.638)	–
Depreciação	–	(1.296)	(14.863)	(36)	(431)	(249)	–	(16.875)
Saldo em 31 de março de 2024	**3.668**	**11.545**	**110.799**	**291**	**529**	**608**	**20.090**	**147.530**

(i) O imobilizado em andamento é composto basicamente por gastos com projetos de reforma e substituição de componentes das unidades produtivas e alguns outros de modernização de parte do processo produtivo. (ii) O montante de R$ 1.288 refere-se a contrato de arrendamento financeiro, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11 - Arrendamento a Pagar. A depreciação desse direito de uso é de R$ 21 mensal, uma vez que nesse exercício social a depreciação acumulada é de R$ 1.203.

10. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores compra de insumos	51.576	99.886
Outras contas a pagar	15.743	–
Provisão compromissos imobilizados	1.020	1.254
Provisões gastos manutenção	1.266	1.805
Outras provisões	1.286	1.236
Total	**70.891**	**104.181**

11. Arrendamento a Pagar

	Passivos de Arrendamentos
Saldo em 31 de março de 2023	**444**
Contratação	–
Juros	2
Pagamentos	(330)
Saldo em 31 de março de 2024	**116**
Passivo circulante	116
Passivo não circulante	–

Arrendamento financeiro: Em agosto de 2019, a Empresa iniciou contrato de locação de imóvel de 60 meses para o seu escritório central na cidade de Santos. O referido contrato foi reconhecido como arrendamento segundo a norma CPC 06 (R2). O reconhecimento inicial foi R$ 1.288 de passivo de arrendamento a uma taxa de desconto anual de 9,00% e total de pagamentos de R$ 1.622.

12. Obrigações sociais e previdenciárias

	2024	2023
Participação resultados	5.517	5.768
Férias	6.358	6.555
13º salário	811	1.200
INSS	876	–
Outros	67	64
	13.629	**13.587**

13. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL): a. IR e CS: A conciliação do IRPJ e da CSLL calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de março, está apresentada como segue:

	2024	2023
Resultado antes do IR e da CS	264.281	321.320
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	(89.855)	(109.249)
Diferenças permanentes		
Benefícios incentivados (PAT)	452	378
Incentivo fiscal	17.539	26.045
Royalties	(2.759)	(3.285)
Outros	147	832
Total diferenças permanentes	**15.379**	**23.970**
Total de despesa de IR e CS		
Corrente	(103.933)	(97.116)
Diferido	29.888	11.837
Despesa de IR e CS	(74.045)	(85.279)
Alíquota efetiva	28%	27%

b. Composição dos impostos diferidos: O IR e a CS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos registros contábeis em regime de competência. O IR e a CS diferidos têm a seguinte origem:

	2024	Mov.	2023
Provisão para PLR	1.876	(85)	1.961
Variação cambial	(3.678)	56	(3.734)
Valor justo do ativo (custo atribuído) de PIS/COFINS	(7.076)	27.894	(34.970)
Provisão para PDD	2.999	1.991	1.008
Depreciação	(9.975)	384	(10.359)
Provisão Plano Atuarial	3.785	705	3.080
Outras provisões	1.138	(1.057)	2.195
	(10.931)	**29.888**	**(40.819)**

14. Provisão para benefício pós-emprego

	2024	2023
Assistência médica	1.208	557
Indenização salarial	9.925	8.503
Saldo final	**11.133**	**9.060**
Circulante	1.184	921
Não circulante	9.949	8.139
	11.133	**9.060**

A Empresa é patrocinadora de um plano de previdência complementar aos seus empregados. O plano é gerido pela Fundambras Sociedade de Previdência Privada ("Fundambras"), entidade de previdência complementar com sede em Belo Horizonte - MG, entidade através da qual a Empresa oferta esse benefício a seus empregados com o objetivo de complementar o regime geral da previdência social através de uma suplementação de renda pós-carreira. Os planos de aposentadoria suplementar da Fundambras foram estruturados em dois tipos de planos custeados da seguinte forma: Plano básico - a Empresa efetua contribuição: 1) em conta coletiva para os empregados que, em 2024, receberam até 12,5 UCF's (Unidade de Contribuição Fundambras); 2) a Empresa efetua uma contribuição individual para os empregados que tenham salário de participação igual ou superior a 12,5 UCF's. Nesses exercícios sociais as contribuições feitas pela Empresa ao plano, no plano básico, somaram R$ 1.313 e R$ 1.268, respectivamente. Plano suplementar - os empregados podem decidir efetuar uma contribuição de 1% a 6%, e a Empresa também efetua uma contribuição de 50% da contribuição do participante. Nesses exercícios sociais as contribuições feitas pela Empresa somaram valores que integralmente são destinados a empregados. A Empresa possui planos de benefícios pós-emprego, calculados utilizando premissas atuariais para avaliar os benefícios futuros de pensão esperados. Tais premissas atuariais incluem a estimativa dos benefícios futuros de pensão, a taxa de desconto, taxa de mortalidade e inflação. **a. Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. **b. Plano de benefício definido:** A obrigação líquida da Empresa para os planos de benefício definido é calculada separadamente para cada plano. A Empresa patrocina um plano de benefício definido que contempla a concessão de benefício de complementação de aposentadoria. **c. Outros benefícios:** Assistência médica será concedida aos empregados que se aposentarem pela Previdência Social durante a vigência do acordo coletivo de trabalho. **Premissas atuariais:** As principais premissas atuariais, em 31 de março, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	2024	2023
Taxa de desconto	5,67% a.a. (*plus inflation*)	6,31% a.a. (*plus inflation*)
Taxa de retorno esperado dos ativos	NA	NA
Crescimentos salariais futuros	2,00% a.a. (*plus inflation*)	2,00% a.a. (*plus inflation*)
Inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.

Hipóteses demográficas	2024	2023
Tábua de mortalidade	2012 IAM Basic Table	RP-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Light Fraca amenizada	AT-2000 Light Fraca amenizada
Tábua de entrada em invalidez	em 70%	em 20%

15. Provisão para contingências e depósitos judiciais: A Empresa apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados a contingências:

Provisões	2024	2023
Contingências trabalhistas	596	1.147
Contingências tributárias	53.103	51.216
Total	**53.699**	**52.363**
Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciários	936	1.789
Tributário	58.878	56.748
Total	**59.814**	**58.537**

a. Natureza das contingências: A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais ou depósitos recursais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: ***(i) Tributárias:*** Tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à majoração da alíquota e da extensão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário e evitar eventual contingência, a Empresa realizou depósito judicial das parcelas controversas, identificadas no montante de R$ 58.878 (R$ 56.748 em 31 de março de 2023). Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo o risco de perda possível no montante de R$202.832 (R$192.314 em 31 de março de 2023), que referem-se substancialmente a causas tributárias, e, portanto, nenhuma provisão para contingência foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Sendo os mais relevantes: IRPJ e CSLL - Autuações decorrentes da dedução da amortização, no período de 2010 e 2011, de ágios originados de aquisições de participações societárias ocorridas em 2006. Os processos estão na fase administrativa e judicial, tendo a Empresa oferecido seguro garantia no montante integral do valor judicializado no montante de R$ 158.215 (R$151.644 em 31 de março de 2023). ***(ii) Trabalhistas:*** Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

	Provisões para contingências		
	Trabalhista	**Tributário**	**Total**
Saldo em 31 de março de 2022	**507**	**49.196**	**49.703**
Adições/atualizações	947	2.020	2.967
Baixas por pagamentos	(307)	–	(307)
Saldo em 31 de março de 2023	**1.147**	**51.216**	**52.363**
Adições/atualizações	317	1.887	2.204
Baixas por pagamentos	(868)	–	(868)
Saldo em 31 de março de 2024	**596**	**53.103**	**53.699**

	Depósitos judiciais		
	Trabalhista	**Tributário**	**Total**
Saldo em 31 de março de 2022	**1.231**	**54.469**	**55.700**
Adições/atualizações	558	2.279	2.837
Saldo em 31 de março de 2023	**1.789**	**56.748**	**58.537**
Adições/atualizações	158	2.130	2.288
Baixas	(1.011)	–	(1.011)
Saldo em 31 de março de 2024	**936**	**58.878**	**59.814**

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo o risco de perda possível no montante de R$ 4.201 (R$ 2.446 em 31 de março de 2023), que referem-se a causas trabalhistas, e, portanto, nenhuma provisão para contingência foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **16. Patrimônio líquido: Capital autorizado:** Em 31 de março de 2024 e 2023, o capital social da Empresa estava dividido em 2.041.200.000 quotas de R$ 0,10 cada uma e distribuído entre os seguintes quotistas:

	Cotas	Capital social
CC Holdco (Luxembourg) S.A.R.L	2.039.158.800	203.916
Indigold (Netherlands) B.V.	2.041.200	204
Total do capital social	**2.041.200.000**	**204.120**

Os sócios, representando a totalidade do capital social da Empresa, por meio de reunião ordinária de sócios decidiram autorizar a distribuição de dividendos em 26 de abril de 2023 no montante de R$75.255, (U$$ 15.000), no dia 28 de junho de 2023 no montante de R$97.217 (U$$ 20.000) e por fim, em 15 de agosto de 2023, o montante de R$ 210.210.

17. Receita líquida	2024	2023
Receita operacional bruta	1.624.675	2.003.699
Tributos sobre venda	(294.953)	(382.744)
Devoluções de venda	(7.850)	(2.046)
Abatimentos de venda	(94.656)	(131.248)
Frete sobre vendas	(11.812)	(12.607)
Receita operacional líquida	**1.215.404**	**1.475.054**

A Empresa vende os seus produtos no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por produto vendido. Quanto à natureza dos produtos vendidos, a receita líquida tem a seguinte composição:

	2024	2023
Receita venda negro de fumo mercado doméstico	1.132.588	1.390.142
Receita venda negro de fumo exportação	53.571	34.930
Receita sucatas, outros e/ou desperdícios	255	1.267
Receita venda utilidades	28.990	48.715
Total	**1.215.404**	**1.475.054**

18. Custo dos produtos vendidos	2024	2023
Matéria-prima, embalagem e outros materiais	(643.769)	(907.108)
Gastos com pessoal	(61.098)	(58.184)
Manutenção	(68.120)	(58.997)
Depreciação	(15.983)	(14.611)
Serviços, locações e seguros	(28.873)	(23.407)
Utilidades	(31.591)	(30.526)
Outros	(9.370)	(9.670)
	(858.804)	**(1.102.503)**

19. Despesas gerais e administrativas	2024	2023
Gasto com pessoal	(13.480)	(11.964)
Depreciação	(818)	(813)
Serviços, locações e seguros	(8.298)	(8.351)
Royalties	(27.379)	(31.509)
Outros	(4.767)	(6.250)
	(54.742)	**(58.887)**

20. Outras receitas	2024	2023
Recuperação de seguros	–	46.619
Outros	(465)	(72)
	(465)	**46.547**

Em abril de 2022, a Empresa recebeu o montante de R$ 27.862, em maio de 2022 o montante de R$ 18.451 e em novembro de 2022 o montante de R$ 306, referente ao reembolso (parcial) do sinistro da Cogeração reembolsado pela seguradora.

21. Despesas financeiras líquidas	2024	2023
Receitas financeiras		
Variação cambial	181	3.780
Encargos e juros	9.117	5.354
	9.298	**9.134**
Despesas financeiras		
Variação cambial	(1.489)	(2.205)
Encargos e juros	(34.773)	(41.405)
Outros	(39)	(54)
	(36.301)	**(43.664)**
	(27.003)	**(34.530)**

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela Administração da Empresa. **Visão geral:** A Empresa está exposta aos seguintes riscos: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco de taxa de câmbio; Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa relacionada a cada um dos riscos acima e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa. **Estrutura de gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Empresa foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes. Para o saldo do contas a receber o risco é baixo e a Empresa faz o acompanhamento do saldo em aberto constantemente. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	34.524	40.367
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5)	204.354	239.014
Outras contas a receber	14.301	16.952
Empréstimos com partes relacionadas	74.885	69.987
Total	**328.064**	**366.320**

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. Tipicamente, a Empresa garante que possui caixa e equivalentes de caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. A Empresa como um todo não teve a necessidade, assim como não é projetada à captação (empréstimos) de recursos financeiros com instituições financeiras externas. A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

2024	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Após 1 ano
Fornecedores (Nota Explicativa nº 11)	70.891	70.891	70.891	–
Contas a pagar com parte relacionada (Nota Explicativa nº 8)	62.297	62.297	52.861	9.436
	133.188	**133.188**	**123.752**	**9.436**

2023	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Após 1 ano
Fornecedores (Nota Explicativa nº 11)	104.181	104.181	104.181	–
Contas a pagar com parte relacionada (Nota Explicativa nº 8)	18.660	18.660	9.065	9.595
	122.841	**122.841**	**113.246**	**9.595**

Risco de mercado: Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros e câmbio incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa não possui ativos ou passivos significativos sujeitos à variação de taxa de juros e, com relação à taxa de câmbio, a Empresa adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações nas taxas de câmbio, visando a minimizar eventuais riscos. A Empresa não opera com instrumentos financeiros derivativos. **Risco de taxa de juros:** ***Exposição e análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:*** A Empresa está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em operações de mútuos a pagar. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	Valor contábil	
Ativos financeiros	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	25.240	40.367
Empréstimos com partes relacionadas	74.885	69.987
Total	**100.125**	**110.354**
Passivos financeiros		
Contas a pagar para partes relacionadas	20.569	18.660
Total	**20.569**	**18.660**

Análise de sensibilidade taxa de juros: Dada a característica dos ativos e passivos financeiros expostos a esse risco, bem como à exposição líquida apresentada acima, a Administração entende que essa exposição não acarretaria nenhum impacto significativo no resultado da Empresa decorrente de oscilações nas taxas de juros. **Risco cambial:** ***Exposição e análise de sensibilidade de variações na taxa de câmbio:*** A Empresa está sujeita ao risco de moeda nas vendas e compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. Atualmente, a Empresa não possui derivativos ou outros instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de *hedge*, em razão da Administração da Empresa entender que esse risco não é significativo. Os principais montantes da Empresa não são recebíveis em USD, porém a Empresa adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações nas taxas de câmbio, visando minimizar eventuais riscos. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Empresa avalia que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários possível e provável representam, respectivamente, uma deterioração de 15% e 30% em relação ao cenário provável. Os percentuais de estresse utilizados na análise de sensibilidade, embora sejam remotos, a Administração entende que são cenários que podem ocorrer e, portanto, estão sendo utilizados como referência para as mensurações apresentadas a seguir. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas:

	Taxa à vista 2024	Taxa à vista 2023
USD	4,9962	5,0804
Cenário I Possível - 15%	5,7456	5,7583
Cenário II Provável - 30%	6,4951	6,5203

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Ativos financeiros	Exposição valor	Taxa 31/03/2024	Cenários I Provável	II 15%	III 30%	IV (15%)	V (30%)
Contas a receber - No exterior (USD)	6.555	4,9962	32.751	37.664	42.577	(27.839)	(22.926)
Contas a receber - Partes relacionadas (USD)	67	4,9962	337	387	438	(286)	(236)

Ativos financeiros	Exposição valor	Taxa 31/03/2023	Cenários I Provável	II 15%	III 30%	IV (15%)	V (30%)
Contas a receber - No exterior (USD)	2.875	5,0804	14.606	18.258	21.909	(10.955)	(7.303)
Contas a receber - Partes relacionadas (USD)	67	5,0804	343	428	514	(257)	(171)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio: **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. ***Gerenciamento do capital:*** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Empresa para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2024	2023
Total passivo	**284.817**	**283.520**
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(34.524)	(40.367)
Dívida líquida	250.293	243.153
Total patrimônio líquido	422.998	616.751
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de março	**0,59**	**0,39**

Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total 2024
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	34.524	–	34.524
Outras contas a receber	14.301	–	14.301
Empréstimos com partes relacionadas	74.885	–	74.885
Contas a receber de clientes	204.354	–	204.354
Total	**328.064**	**–**	**328.064**
Passivos			
Fornecedores	–	70.891	70.891
Valores a pagar a empresas ligadas	–	62.297	62.297
	–	**133.188**	**133.188**

	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total 2023
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	40.367	–	40.367
Outras contas a receber	16.952	–	16.952
Empréstimos com partes relacionadas	69.987	–	69.987
Contas a receber de clientes	239.014	–	239.014
Total	**366.320**	**–**	**366.320**
Passivos			
Fornecedores	–	104.181	104.181
Valores a pagar a empresas ligadas	–	18.660	18.660
	–	**122.841**	**122.841**

23. Eventos subsequentes: Pagamento de juros sobre capital próprio: Em abril de 2024, a Empresa pagou juros sobre capital próprio no montante total de R$8.710 (U$$ 1.700) aos seus dois sócios quotistas conforme deliberado em ata de reunião ordinária. Em maio de 2024, a Empresa pagou dividendos no montante total de R$ 41.728 (U$$ 8.153) aos seus dois sócios quotistas conforme deliberado em ata de reunião ordinária.

Diretoria

Adilson Trevisan - Diretor Financeiro

Contador

Fabio Fernandez dos Santos

Profissional da Contabilidade - CRC 1SP-218483/O-4

continua

INÊS 249

➜ continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Birla Carbon Brasil Ltda.

... mentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de ... representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Rafael Pereira
Contador CRC 1SP255172/O-5

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 113ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14I0138240) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 14 DE JUNHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora" ou "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 29 de setembro de 2014, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia **14 de junho de 2024**, às **15:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: Considerando a notificação extrajudicial enviada no dia 08 de abril de 2024 pela Vibra Energia S.A. ("Devedora"), informando acerca da arrematação do Edifício Lubrax ("Imóvel"), com o entendimento de que a referida arrematação extingue o Contrato Atípico de Locação, cujos créditos servem de lastro para a Emissão, e que, portanto, a partir do mês de maio de 2024 deixaria de realizar o pagamento mensal da locação, conforme informado pela Emissora por meio de fato relevante divulgado em 08 de abril de 2024 ("Fato Relevante"), e o não pagamento da parcela devida em 08 de maio de 2024 dos Créditos Imobiliários, deliberar sobre: **(i)** A declaração da recompra compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos do item "(a)" da Cláusula 6.1.1 do Contrato de Cessão, e consequente resgate antecipado dos CRI, nos termos da Cláusula 7.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Inadimplemento previsto no item "(a)" da Cláusula 7.1. do Contrato de Cessão, caracterizado pelo descumprimento de obrigação pecuniária decorrente do Contrato Atípico de Locação, qual seja, o não pagamento dos Créditos Imobiliários vencidos em 08 de maio de 2024. **(ii)** Considerando que a Devedora manifestou, expressamente, que a partir do mês de maio de 2024 não realizará o pagamento dos Créditos Imobiliários, em caso de não aprovação da matéria constante do item (i) da Ordem do Dia, a suspensão da decisão de declarar o vencimento antecipado até a decisão final de mérito do procedimento de arbitragem contratual nº 27160/RLS, movido pela Devedora junto à Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato Atípico de Locação ("Procedimento Arbitral"), ocasião em que a Emissora convocará nova assembleia para deliberar sobre eventual declaração de vencimento antecipado, concessão de prazo para pagamento, se aplicável, e eventual isenção de multa e encargos moratórios. A referida suspensão em comento se refere, tão somente, a obrigação de pagamento dos Créditos Imobiliários e, por consequência, dos CRIs, de modo que as demais obrigações constantes dos documentos da operação permanecerão vigentes e passíveis de deliberação em assembleia e/ou declaração de vencimento antecipado, em caso de eventual descumprimento. Ainda, a Securitizadora se compromete a informar toda e qualquer decisão referente ao Procedimento Arbitral que possa, a qualquer momento, retirar a eficácia da suspensão ora concedida ("Suspensão Temporária"). As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da Ordem do Dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 113ª Série da 1ª Emissão - IF 14I0138240), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direto de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 05 de junho de 2024. **OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 69ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12J0037879) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 14 DE JUNHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora" ou "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 29 de outubro de 2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia **14 de junho de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: Considerando a notificação extrajudicial enviada no dia 08 de abril de 2024 pela Vibra Energia S.A. ("Devedora"), informando acerca da arrematação do Edifício Lubrax ("Imóvel"), com o entendimento de que a referida arrematação extingue o Contrato Atípico de Locação, cujos créditos servem de lastro para a Emissão, e que, portanto, a partir do mês de maio de 2024 deixaria de realizar o pagamento mensal da locação, conforme informado pela Emissora por meio de fato relevante divulgado em 08 de abril de 2024 ("Fato Relevante"), e o não pagamento da parcela devida em 08 de maio de 2024 dos Créditos Imobiliários, deliberar sobre: **(i)** A declaração da recompra compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos do item "(a)" da Cláusula 6.1.1 do Contrato de Cessão, e consequente resgate antecipado dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Inadimplemento previsto no item "(a)" da Cláusula 7.1. do Contrato de Cessão, caracterizado pelo descumprimento de obrigação pecuniária decorrente do Contrato Atípico de Locação, qual seja, o não pagamento dos Créditos Imobiliários vencidos em 08 de maio de 2024. **(ii)** Considerando que a Devedora manifestou, expressamente, que a partir do mês de maio de 2024 não realizará o pagamento dos Créditos Imobiliários, em caso de não aprovação da matéria constante do item (i) da Ordem do Dia, a suspensão da decisão de declarar o vencimento antecipado até a decisão final de mérito do procedimento de arbitragem contratual nº 27160/RLS, movido pela Devedora junto à Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato Atípico de Locação ("Procedimento Arbitral"), ocasião em que a Emissora convocará nova assembleia para deliberar sobre eventual declaração de vencimento antecipado, concessão de prazo para pagamento, se aplicável, e eventual isenção de multa e encargos moratórios. A referida suspensão em comento se refere, tão somente, a obrigação de pagamento dos Créditos Imobiliários e, por consequência, dos CRIs, de modo que as demais obrigações constantes dos documentos da operação permanecerão vigentes e passíveis de deliberação em assembleia e/ou declaração de vencimento antecipado, em caso de eventual descumprimento. Ainda, a Securitizadora se compromete a informar toda e qualquer decisão referente ao Procedimento Arbitral que possa, a qualquer momento, retirar a eficácia da suspensão ora concedida ("Suspensão Temporária"). As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da Ordem do Dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 69ª Série da 1ª Emissão - IF 12J0037879), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direto de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 05 de junho de 2024. **OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

isa CTEEP

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Companhia Aberta
CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE 35.3.0017057-1

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os Acionistas da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP" ou "Companhia") convocados para, na forma do disposto no artigo 13 do seu Estatuto Social, reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 04 de julho de 2024, às 10h (dez horas), em sua sede social, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, CEP 04794-000, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: alterar o artigo 22 e respectivos parágrafos do Estatuto Social da Companhia. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do § 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante a utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia ou enviado ao e-mail ri@isacteep.com.br, juntamente com os demais documentos previstos no referido dispositivo legal, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral. A Companhia adotará o voto a distância na realização desta Assembleia Geral Extraordinária. O Boletim de Voto a Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede e no endereço eletrônico da Companhia (https://www.isacteep.com.br/ri/publicacoes-cvm/assembleias) e enviados à B3 e à Comissão de Valores Mobiliários, em conformidade com as disposições da legislação aplicável. Não será disponibilizado nenhum tipo de plataforma para acompanhamento por streaming ou votação eletrônica em tempo real.

São Paulo, 04 de junho de 2024
Gustavo Carlos Marin Garat
Presidente do Conselho de Administração

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

CNPJ nº 60.770.336/0001-65 - NIRE nº 35 3 0005322 2

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA: 14 de março de 2024. **HORÁRIO:** 18h15min. **LOCAL:** Sede social, Alameda Santos, nº 466, 14º andar, São Paulo - SP. **CONVOCAÇÃO e PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da unanimidade de presença de seus membros. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente; Marcos Lima Monteiro - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a destituição e eleição de membros da Diretoria. **DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, o Conselho de Administração do **Banco Alfa de Investimento S.A.** ("Sociedade"): **I.** Destituir, a partir desta data, o Sr. **FABIO ALBERTO AMOROSINO,** brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 073.874.508-11, portador do RG nº 12.854.760-1-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, do cargo de Diretor Presidente da Sociedade; e **II.** Eleger o Sr. **MARCOS LIMA MONTEIRO**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, para o cargo de Diretor Presidente. O Diretor eleito preenche as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, na Resolução nº 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 80/22 da Comissão de Valores Mobiliários, e não está incurso em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia, sendo certo que sua posse se dará após a devida a homologação do presente ato pelo Banco Central do Brasil. **ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **MESA: Alberto Monteiro de Queiroz Netto -** Presidente. **Marcos Lima Monteiro -** Secretário. **MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Alberto Monteiro de Queiroz Netto -** Presidente do Conselho de Administração. **Marcos Lima Monteiro -** Conselheiro. **Marcelo José Alves dos Santos -** Conselheiro. **Eduardo Pinto de Oliveira -** Conselheiro. **CERTIDÃO:** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 213.111/24-0 em 28 de maio de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.

Companhia Aberta CNPJ n.º 11.421.994/0001-36 - NIRE 35.300.592.328

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Horário e Local: No dia 27 de março de 2024, às 10:30 horas, de forma digital, considerando-se realizada, portanto, na sede da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.901, 8º andar, Torre Oeste, Sala B, Brooklin Paulista, CEP 04578-910. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 13, §5º, do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") e da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia e do Conselho Fiscal, neste último caso, conforme exigido pelo §3º do artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Ismar Machado Assaly; e Secretário: Sr. Milton Pilão Junior. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) o exame e a aprovação do relatório da administração, das contas da administração, do balanço patrimonial da Companhia e das demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria; (ii) a consignação da destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para absorção dos prejuízos acumulados; (iii) o exame e a aprovação da proposta de remuneração global anual da administração para o exercício social de 2024; (iv) a proposta de fixação do número de membros do Conselho de Administração e a eleição de seus membros; (v) a aprovação da convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Companhia; (vi) a aprovação da Proposta da Administração para a AGOE; e (vii) a reeleição dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia. **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a Sra. Coordenadora do Comitê de Auditoria ter repassado os pontos essenciais e discutidos no Comitê de Auditoria, conforme Anexo I desta ata, os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes aprovaram por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas: **(i)** o relatório da administração, as contas da administração, o balanço patrimonial da Companhia e as demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, bem como do relatório do Comitê de Auditoria e, dessa forma, autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para a divulgação dessas demonstrações financeiras ora aprovadas; **(ii)** consignação da apuração do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para absorção dos prejuízos acumulados. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia auferiu lucro líquido de R$ 50.166.416,84 (cinquenta milhões, cento e sessenta e seis mil, quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos) e, por outro lado, registrava prejuízos acumulados no montante de R$ 848.742.988,27 (oitocentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte e sete centavos). Dessa forma o lucro líquido será utilizado integralmente para a absorção de parcela dos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor total de até R$ 17.039.554,98 (dezessete milhões, trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos), montante este que pode não ser, necessariamente, consumado em sua integralidade em referido período. A fixação do montante individual a cada administrador, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme a Política de Remuneração dos Executivos vigente, será oportunamente definida pelo Conselho de Administração, após a aprovação da remuneração global anual em AGOE; **(iv)** a proposta de fixação do número de membros do Conselho de Administração, dentro do limite estabelecido pelo artigo 15 do Estatuto Social, de 7 (sete) conselheiros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 3 (três) membros efetivos e independentes, nos termos do artigo 140, §2, da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 80 e do Regulamento do Novo Mercado, a reeleição dos Srs. Ismar Machado Assaly, Milton Pilão Junior, Fábio Vettori, Jerson Kelman e Karla Trindade Bertocco e a eleição dos Srs. Dalton Assumção Canelhas Filho e Rodrigo Heilberg para o Conselho de Administração da Companhia, sendo que, caso eleitos, os conselheiros exercerão seus mandatos de forma unificada, pelo período de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(v)** a convocação da AGOE da Companhia, a ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 11:00 horas, pelos meios digitais a serem informados pela Companhia, para deliberar sobre as matérias tratadas no item abaixo; **(vi)** submeter ao exame, discussão e votação a proposta da administração da Companhia ("Proposta da Administração"), elaborada conforme a Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), referente à AGOE que será disponibilizada aos acionistas para deliberar sobre as seguintes matérias: *"(A) em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): (i) aprovação do relatório da administração, das contas da administração, do balanço patrimonial da Companhia e das demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal; (ii) consignação da destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para absorção dos prejuízos acumulados; (iii) fixação do número de membros do Conselho de Administração e eleição de seus membros; e (iv) aprovação da remuneração global anual da administração para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (B) em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): (i) aprovação da atualização da expressão do capital social da Companhia, disposto no caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do último aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no âmbito de seu capital autorizado; (ii) alteração dos artigos 10, inciso "vii" e 18, inciso "i", do Estatuto Social da Companhia, objetivando aprimorar a redação da competência da Assembleia Geral para aprovação do orçamento de capital previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do Conselho de Administração da Companhia para aprovação do orçamento anual (budget); (iii) exclusão do inciso "xxxiii" do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, objetivando excluir tal competência do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das alterações previstas nos itens "i" a "iii" acima.".* **(vii)** a reeleição de todos os membros do Comitê de Auditoria, a saber: **(A) KARLA BERTOCCO TRINDADE**, brasileira, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 13.205.097-3, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 260.211.228-36, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Higienópolis, 1048, apt.35, São Paulo – SP, CEP 01.238-000, para o cargo de *Coordenadora do Comitê de Auditoria da Companhia*, a qual também é conselheira independente da Companhia; **(B) REGIS RICARDO GRASCIANO**, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 36.003.538-3, inscrito no CPF sob o nº 117.505.698-76, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, 404, cj 201, Barra Funda, CEP 05001-000, para o cargo de *membro do Comitê de Auditoria da Companhia*; e **(C) WANDERLEI FERREIRA**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 16.665.922 , inscrito no CPF sob o nº 115.106.698-25, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Carlos Steinen, 200, apt. 31, Bairro Paraíso, CEP 04.004-11, para o cargo de *membro do Comitê de Auditoria da Companhia*, com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes. Os membros do Comitê de Auditoria ora reeleitos terão mandato unificado de 1 (um) ano, iniciando-se nesta data e terminando na primeira reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, ocasião na qual este Conselho de Administração elegerá (ou reelegerá) os novos membros do Comitê de Auditoria, sendo permitida a reeleição, conforme previsto no item 3.2.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria. Fica, por fim, ratificada, para todos os fins e efeitos de direito, a manutenção dos cargos dos membros do Comitê de Auditoria acima indicados durante o período compreendido entre a primeira Reunião do Conselho de Administração realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023 até a presente data, sendo válidos todos os atos e funções exercidas por tais membros durante referido período. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Sr. Ismar Machado Assaly (Presidente) e Sr. Milton Pilão Junior (Secretário). **Membros do Conselho de Administração:** Ismar Machado Assaly, Milton Pilão Junior, Fabio Vettori, Dalton Assumção Canelhas, Jerson Kelman e Karla Bertocco Trindade. **Membros do Conselho Fiscal:** Eduardo Barcelos Guimarães, Rodrigo Antonio Dantas e Giselle Cilaine Ilchechen Coelho. São Paulo, 27 de março de 2024. **Ismar Machado Assaly** - Presidente, **Milton Pilão Junior** - Secretário. **Conselho de Administração:** Ismar Machado Assaly; Milton Pilão Junior; Fábio Vettori Karla Bertocco Trindade; Dalton Assumção Canelhas Jerson Kelman. **Conselheiros Fiscais:** Eduardo Barcelos Guimarães; Rodrigo Antonio Dantas; Giselle Cilaine Ilchechen Coelho. Registro na JUCESP sob o nº 213.030/24-0 em sessão do dia 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA-SP
CNPJ 46.186.375/0001-99

Processo nº 14/2.024. Concorrência Eletrônica nº 03/2.024. Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para implantação de Infraestrutura Urbana, Pavimentação Asfáltica e Drenagem Urbana – Diversas Ruas do Município de Cafelândia-SP. Sessão Pública: 21/06/2024 às 09h00min. **Processo nº 15/2.024. Concorrência Eletrônica nº 04/2.024.** Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para implantação de Infraestrutura Urbana, Recapeamento Asfáltico – Diversas Ruas do Município de Cafelândia-SP. Sessão Pública: 24/06/2024 às 09h00min. **Processo nº 17/2.024. Concorrência Eletrônica nº 05/2.024.** Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para reforma dos banheiros da rodoviária, neste município de Cafelândia-SP. Sessão Pública: 26/06/2024 às 09h00min. Plataforma eletrônica: www.bllcompras.com. Editais e Anexos disponíveis: BLL, site da Prefeitura (www.cafelandia.sp.gov.br) e Setor de Licitações (Avenida Jacob Zucchi, nº 200, Pena, CEP 16.503-000, Município de Cafelândia-SP). Informações: licitacao@cafelandia.sp.gov.br ou Fone (14) 98179 0069. Cafelândia (SP), 04 de junho de 2.024. Adriani Peruci Sanvido - Supervisora de Licitações.

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

CNPJ nº 33.016.221/0001-07 - NIRE nº 35.300.010.914

Ata da Reunião de Diretoria Realizada em 09 de Maio de 2024

Data, Hora e Local: Aos 09 (nove) dias do mês de maio de 2024, às 15h, na sede social da Companhia, localizada à Alameda Santos, nº 415, 1º ao 4º andar, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01419-913. **Quórum e Presença:** Presentes os Diretores representando a totalidade dos membros da Diretoria, conforme assinaturas constantes do Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia. **Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos Diretores. **Mesa:** Presidente: Koichi Kawasaki; e Secretário: Luís Antônio Nagamine. **Ordem do Dia:** Aprovar o encerramento de filiais da Companhia. **Deliberações:** Os Diretores presentes, com a abstenção dos legalmente impedidos, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, de forma unânime deliberam por: (a) Aprovar o encerramento das seguintes filiais da Companhia: ... **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, após a lavratura desta Ata, no livro próprio que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo (SP), 09 de maio de 2024. Koichi Kawasaki - Presidente da Mesa; Luís Antônio Nagamine - Secretário da Mesa. **Diretores presentes:** Koichi Kawasaki - Diretor Presidente; Akihiko Kawakami - Diretor; Luiz Akio Morikawa - Diretor; Luís Antônio Nagamine - Diretor. **JUCESP** nº 210.760/24-2 em 24/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

marisa

MARISA LOJAS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.189.288/0001-89 - NIRE 35.300.374.801

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024 EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), ficam os senhores acionistas da Marisa Lojas S.A. ("Companhia") convocados para se reunir, de modo parcialmente digital, em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, em segunda convocação, em 13 de junho de 2024, às 14 horas ("Assembleia"), ... São Paulo, 05 de junho de 2024. **Andrea Maria Meirelles de Menezes** - Presidente do Conselho de Administração.

Mauá Água S.A.

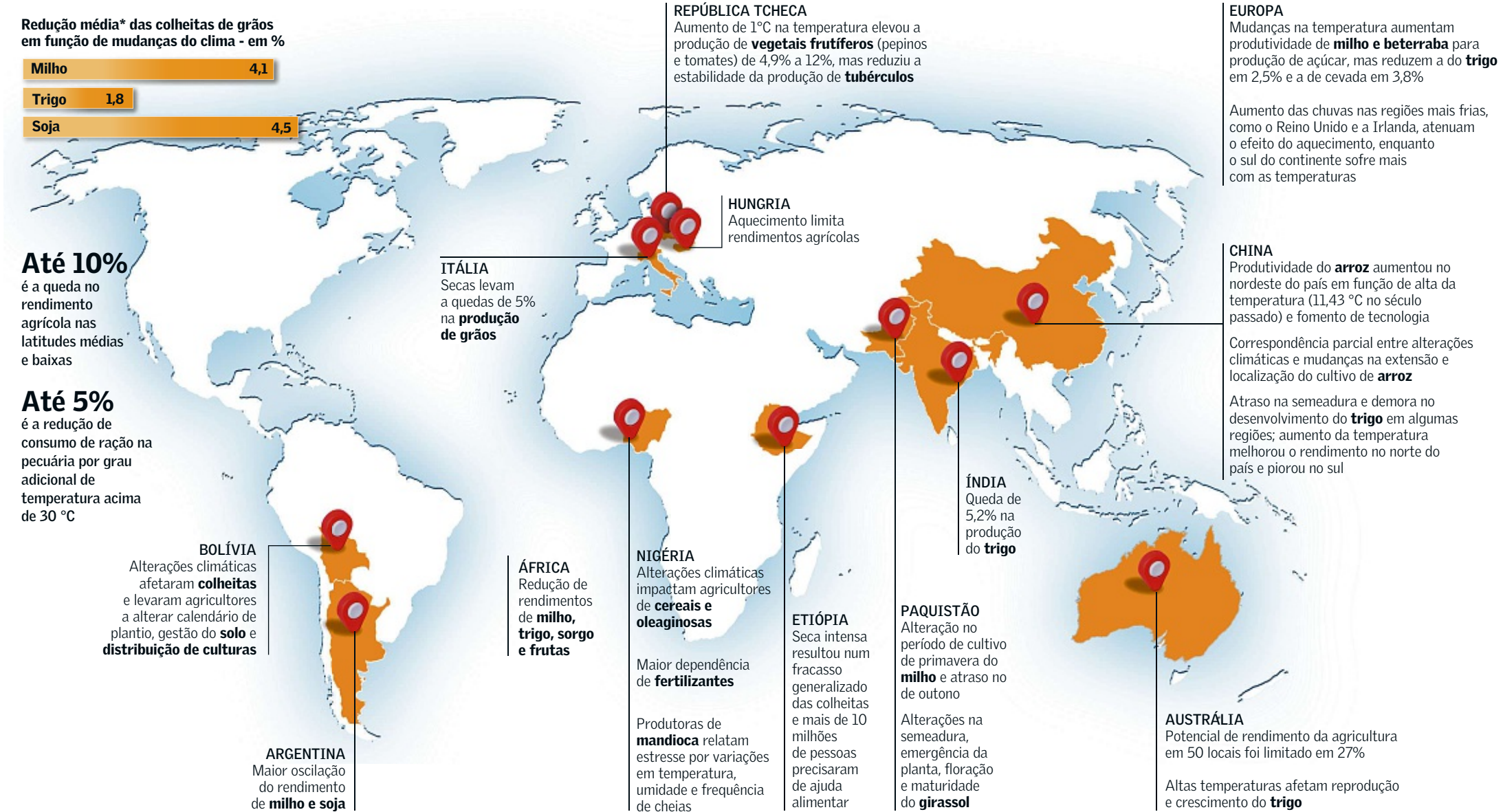
CNPJ/MF nº 23.888.452/0001-57 – NIRE 35.300.487.125

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 abril de 2024, às 10:00 Horas

Data, Hora e Local: Realizada de forma digital aos 19 (dezenove) dias do mês de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 10:00 horas, portanto, considera-se realizada na sede da Mauá Água S.A., localizada na Avenida Antônia Rosa Fioravanti, nº 1.548, parte D, Jardim Rosina, na Cidade de Mauá, Estado de São Paulo, CEP 09.390-120 ("Companhia"). **Convocação**: Dispensada a publicação de Edital de Convocação, ... Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 214.406/24-6 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Valor F
Quarta-feira, 5 de junho de 2024

Especial
Meio ambiente

Impacto global
Mudanças climáticas já afetam produção de alimentos em todas as regiões do planeta

A hora da adaptação

Cenário Crise climática põe em risco a segurança alimentar, mas técnicas de manejo de solo e estudo de cultivares resistentes podem ajudar a evitar o pior

Andrea Vialli
Para o Valor, de Salvador

As mudanças climáticas representam um risco para a produção global de alimentos, seja por eventos extremos, como secas e inundações, seja pelo aumento da temperatura, que pode inviabilizar o desenvolvimento de grãos em determinadas áreas, obrigando culturas a mudarem de lugar e o desenvolvimento de cultivares mais resistentes. O recente desastre ambiental no Rio Grande do Sul mostra que o clima extremo além de provocar perdas humanas e materiais, tem impactos em toda a economia. As perdas agrícolas no Estado já somam R$ 2,7 bilhões, segundo a Confederação Nacional dos Municípios, e devem levar a uma queda de 0,2 a 0,3 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2024, de acordo com projeção do Bradesco.

> 90% da produção de arroz no mundo está sujeita a um forte estresse térmico até 2050

Um estudo da PwC dá uma dimensão dos riscos climáticos a que estão sujeitos três dos grãos mais consumidos no mundo, arroz, milho e trigo, que respondem por 42% das calorias obtidas pela população. Segundo o relatório "Riscos climáticos para nove commodities principais", 90% da produção mundial de arroz poderá enfrentar um estresse térmico significativo até 2050 — hoje, esse risco já atinge 75% da cultura em todo o mundo. Além disso, mais de 30% do milho e 50% do trigo poderão enfrentar riscos significativos de seca até 2050. Hoje só 1% da cultura foi afetada por secas extremas, segundo a PwC.

O estudo baseou-se em dois cenários do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU: um de baixas emissões para 2050, no qual são tomadas medidas efetivas para que o aumento da temperatura média global se mantenha abaixo dos 2 °C; e outro de altas emissões, resultando num aumento da temperatura de 4,4 °C até 2100. Mesmo na modelagem mais otimista, tanto produtores quanto consumidores das matérias-primas devem se preparar para riscos de colapso, sugere o levantamento.

O panorama preocupa porque a demanda por esses alimentos não vai parar de crescer. Projeções da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sugerem que a demanda global por trigo e arroz aumentará 11%, e por milho, 12% entre 2023 e 2032. "Será preciso aumentar a resiliência dos setores econômicos prevendo-se os riscos que já estão colocados. Isso precisa entrar na contabilidade dos produtores, no planejamento das empresas", afirma Patricia Seoane, sócia da PwC Brasil.

Além do agro, o relatório analisa os riscos climáticos ligados a seis minerais: ferro, alumínio, zinco, cobre, cobalto e lítio, sendo esses três últimos essenciais para a eletrônica e a transição energética, já que estão presentes nas baterias de carros elétricos e sistemas de armazenamento de energia.

Para a agricultura brasileira, muitas das tecnologias para mitigar os gases de efeito estufa são também medidas de adaptação a eventos extremos. O leque é extenso e envolve desde técnicas já consolidadas, como plantio direto e rotação de culturas, até o estudo de cultivares mais resistentes a altas temperaturas.

À frente do portfólio de mudanças climáticas da Embrapa, que tem mais de cem projetos, o pesquisador Giampaolo Pellegrino afirma que sim, é possível garantir comida na mesa frente aos extremos do clima. "Segurança alimentar não diz respeito só à produção, mas sobretudo ao acesso a alimentos. Isso inclui participação da agricultura familiar, capacidade de armazenamento da produção, estoques reguladores e todas as práticas de manejo do solo, muitas delas mitigadoras de emissões", diz.

Dois grandes projetos em andamento visam compreender os impactos das mudanças climáticas para o agro brasileiro. Um deles é a plataforma com métricas de balanço de carbono, que visa definir padrões para mensurar as emissões e a absorção de carbono das diferentes culturas, adaptados às condições de clima tropical. A iniciativa é importante tanto internamente, para o desenho de políticas públicas de mitigação, quanto para a competitividade, pois responderá à demanda de compradores internacionais por produtos de baixa emissão com rastreabilidade.

O outro projeto é a simulação dos cenários futuros para nove diferentes culturas, tendo como base o último relatório do IPCC, que compõe o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc). O estudo indica quais culturas serão mais ou menos impactadas a partir dos diferentes cenários climáticos. A Embrapa havia feito essas modelagens em ciclos anteriores (2008 e 2015) e deve disponibilizar o novo estudo em 2025. Os resultados preliminares mostram que as tendências verificadas anteriormente têm se mantido.

> Riscos devem entrar nas contas e nos planos de produtores e empresas, diz Patricia Seoane

"O aumento das temperaturas beneficia culturas tropicais, como a mandioca e a cana-de-açúcar, que podem expandir as áreas de produção. Já para culturas de clima temperado que foram tropicalizadas, como soja e trigo, a tendência é de perda de áreas", diz Pellegrino. O complexo soja responde por cerca de 20% das exportações brasileiras.

Outro aspecto que ameaça a segurança alimentar são pressões inflacionárias decorrentes de quebras na produção.

INÊS 249

Biodiversidade é trunfo para segurança alimentar

Andrea Vialli
Para o Valor, de Salvador

Em meio ao desafio que as mudanças climáticas representam para a produção global de alimentos, a vasta biodiversidade pode ser um trunfo para o Brasil. Os biomas têm potencial para contribuir para diversificar a alimentação da população, com produção em maior escala de plantas não convencionais, bem como fornecer variedades mais resistentes aos extremos climáticos a partir de cruzamentos com cultivares tradicionais.

Adaptar a agricultura brasileira a esse "novo normal" é uma das estratégias da Embrapa, que acumula uma centena de projetos em seu portfólio de mudanças climáticas, que vão de estudos do balanço de carbono de diferentes culturas ao potencial da bioeconomia e à produção de cultivares mais resistentes às variações ambientais.

A tarefa parece ser tão grandiosa hoje quanto a que empreendeu na década de 1970, tropicalizando commodities como a soja e permitindo que o país saltasse da posição de importador de alimentos para referência em produção.

"O desafio é olhar para nossa própria sociobiodiversidade e fortalecer uma agricultura multifuncional, que dialoga com a resiliência climática, a conservação dos biomas e a restauração dos solos", diz Ana Euler, diretora-executiva de negócios da Embrapa. Ela participou, com outros 7 pesquisadores, de um estudo sobre o potencial da Amazônia, mapeando cadeias de produtos não madeireiros que já são importantes para a economia da região, mas que podem atender mercados maiores.

As cadeias do açaí, da castanha-do-pará, das amêndoas da palmeira babaçu e do cacau superaram R$ 10,5 bilhões em valor de produção em 2021. Embora representem uma fração de apenas 0,12% do PIB brasileiro daquele ano, essas atividades superaram com folga os R$ 2,9 bilhões derivados da extração de madeira em toras, indicando que a floresta já vale mais em pé que derrubada.

Estudos apontam que o fomento à bioeconomia pode melhorar a renda de 750 mil famílias, entre agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia brasileira.

A Embrapa deu início em 2023 à elaboração de um plano para fortalecer essa nova economia na região, desenvolvendo soluções tecnológicas voltadas às cadeias da sociobiodiversidade, com nove centros de pesquisa e mais de 300 pesquisadores na Amazônia Legal. Entre as tecnologias geradas estão novas cultivares de açaí, guaraná e cupuaçu, boas práticas de manejo e colheita do açaí nativo, sistemas de criação de tambaqui e manejo de abelhas para meliponicultura.

"A biodiversidade que não entra pela nossa boca não gera calorias, emprego e renda. Para melhorar o presente e o futuro da alimentação, precisamos ter políticas públicas que coloquem as Panc na merenda escolar e favoreçam seu consumo regular", defende o biólogo Valdely Kinupp sobre as plantas alimentícias não convencionais.

Criador do termo "Panc" e coautor de um best-seller sobre o tema, com mais de 65 mil exemplares vendidos, Kinupp tem se dedicado, nas últimas duas décadas à pesquisa e popularização dessas espécies. Seu livro apresenta 351 tipos dessas plantas, mas a estimativa é que o número das que podem ser consumidas no Brasil chegue a 10 mil. Por serem nativas e crescerem "como mato", podem ser facilmente cultivadas em hortas comunitárias, a baixo custo.

Embora seja considerado o país mais biodiverso do mundo, o Brasil consume apenas 0,3% do PIB em espécies nativas, segundo estimativa do climatologista Carlos Nobre. Açaí e mandioca são alguns dos poucos alimentos locais que chegam à mesa do brasileiro. Dentre as plantas que poderiam estar mais presentes no cardápio estão inhames, aratura, taioba, vinagreira, ora-pro-nobis, serralha, beldroega e castanhas como o licuri.

Algumas dessas espécies são comercializadas pela foodtech Horta da Terra, que criou um portfólio de ingredientes cultivados sob os princípios da agricultura regenerativa, em sistemas agroflorestais que restauram o solo, sem uso de pesticidas e adubos químicos, em um sítio em Santo Antônio do Tauá (PA). As plantas — incluindo jambu, ora-pro-nobis, açaí, chicória amazônica, vinagreira, cariru e taioba — são liofilizadas, o que aumenta sua vida útil, permite a comercialização em maior escala, mantendo as suas características nutricionais e medicinais.

No início, a empresa buscou vender cestas orgânicas, produzir hortaliças convencionais no bioma amazônico foi mais difícil do que se imaginava. "Tivemos muitas perdas por causa do clima, as chuvas fortes quebravam as folhas das hortaliças. As Panc, por serem nativas, são mais resistentes, mas foi preciso agregar valor para que fizesse sentido produzi-las, já que o mercado é incipiente", diz o engenheiro Bruno Kato, que está à frente do negócio. Agora, a Horta da Terra mira a exportação dos produtos com "terroir" amazônico.

Perspectivas Tragédia mostra urgência de ações de adaptação nas cidades para evitar danos

Após desastres como o do RS, não basta retornar à normalidade

MARINHA DO BRASIL

Plantações cobertas pelas enchentes; reconstrução do RS precisa envolver setor público, iniciativa privada, ONGs e sociedade em geral, dizem especialistas

Eduardo Geraque
Para o Valor, de São Paulo

Há 62 anos, a bióloga americana Rachel Carson (1907-1964) escancarou na pauta da sociedade americana o tema ambiental. "Em áreas cada vez mais extensas dos Estados Unidos, a primavera chega agora sem ser anunciada pelo retorno dos pássaros, e as madrugadas ficam estranhamente silenciosas onde antes estavam preenchidas pela beleza dos sons", escreveu a ecóloga. Seu livro "Primavera Silenciosa" virou referência na história do ambientalismo. A principal denúncia de Carson: os agrotóxicos estavam afetando a biodiversidade. E, mais que isso, a cientista mostrava como o planeta e os seres humanos são parte do mesmo jogo.

O negacionismo à ciência já existia naquela época, mas a partir dali, e depois com as reuniões da ONU nos anos 1970, começou a se entender o risco que havia em, por exemplo, lançar muito carbono para a atmosfera. Cenários projetados por pesquisadores indicam que as mudanças climáticas são as ameaças mais significativas para a natureza, o que inclui tanto a biodiversidade quanto a sociedade humana.

"Atualmente, a maioria das ações, tanto globais quanto locais, se concentram na mitigação dos efeitos. Entretanto, são necessários esforços mais ambiciosos em ações de adaptação para reverter essa crise, principalmente em soluções baseadas na natureza [SbN]", afirma a oceanógrafa Bruna Pavani, pesquisadora-sênior do Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS).

A tragédia sem precedentes que devastou o Rio Grande do Sul foi forçada por fatores climáticos, mas que não podem ser dissociados das questões de governança, econômicas e socioambientais. "Nós temos instrumentos de política pública voltados ao clima e à adaptação em níveis federal, estadual e municipal. Mas são instrumentos que, além de não serem implementados com a centralidade necessária, são usados de forma setorial", afirma a bióloga Lorena Fleury, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisadora, atingida pessoalmente pelo desastre, é categórica em dizer que não se pode mais fugir do óbvio diante da gravidade da situação.

O que não pode faltar em um plano de reconstrução, segundo Fleury, é a premissa de que não basta voltar à normalidade. "Isso ainda não é óbvio para muitos, mas o fundamental é construir uma nova forma de habitar o Estado, que seja consoante com o atual cenário climático. Isso significa tratar as cidades de forma sistêmica, integrada, inclusive em termos de área de proteção ambiental, corredores ecológicos e sistemas hídricos", diz.

Além de recursos e instrumentos, todos devem se sentar à mesa, segundo o botânico Marcos Buckeridge, da USP, e também representante brasileiro no IPCC, o Painel do Clima da ONU. "O setor privado é essencial. Por um lado, ele sofre com os impactos, caso das companhias de seguro; por outro, as empresas são cruciais para efetivar as adaptações aos eventos extremos de forma rápida e eficaz", afirma. Para o pesquisador, as respostas precisam ter uma articulação quádrupla, envolvendo setores públicos, iniciativa privada, ONGs e sociedade em geral.

> "É o momento de mais atenção política para o planejamento"
> *Marcelo Dutra*

Não que seja fácil, apesar de entidades como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) estarem desde a Rio92 voltadas para o tema da sustentabilidade nas empresas. Buckeridge lembra, em um artigo para o jornal da USP no calor dos acontecimentos em terras gaúchas que em 2008 escreveu um pequeno ensaio sobre as mudanças climáticas globais abordando questões relacionadas à sociedade. "Relendo o texto hoje, vejo que havia um otimismo ingênuo de minha parte. Realmente achava que se pudéssemos avisar todos, o futuro poderia ser melhor. Não foi bem assim que as coisas aconteceram nessa década e meia", diz.

Mas há várias ideias que começam a frutificar pelo mundo, segundo Pavani, do IIS, que visam trazer a natureza para o jogo. Na Argentina, a cidade de Rosário desenvolve um programa de agricultura urbana e periurbana que visa ampliar a resiliência contra enchentes e ondas de calor. As intervenções iniciais equipavam a população com os recursos necessários para cultivar alimentos em terrenos ociosos e vender a produção aos mercados locais. Posteriormente, a cidade converteu grandes quantidades de terra em espaços verdes para a agricultura, criando Parques da Horta. "São áreas que ajudam a controlar o espraiamento urbano não prejudicial ao meio ambiente, amenizando a temperatura da cidade e absorvendo o excesso de chuvas", explica a oceanógrafa. Iniciativas que ocorrem nos Estados Unidos, Reino Unido, Holanda e países da Escandinávia também podem servir de exemplo ao Brasil, diz a pesquisadora.

"O fato de o prejuízo ter sido sentido de forma democrática pelo pobre, pelo rico, pela empresa e pelo campo pode provocar alguma mudança", avalia o ecólogo Marcelo Dutra, professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Em termos pragmáticos — e o raciocínio para o Sul é o mesmo para o resto do Brasil — é preciso que bons planos municipais saiam do papel, segundo Dutra, tendo em mente que o objetivo principal não é fazer tudo como era antes. "Se fizermos isso, vai ocorrer tudo de novo. A adaptação, em termos de obras, tem que ser mais exagerada. Uma ponte que seja terá que ser diferente, mais robusta. Existe um novo contexto", afirma.

Para o cientista, algumas soluções já poderiam estar sendo encaminhadas. "Não requer nem dinheiro. Mas os legisladores de todas as casas já poderiam estar avaliando os planos municipais e estaduais para entender o que precisa mudar. Não existe varinha mágica." Se de um lado é mais fácil engajar o setor privado, diz Dutra, porque as empresas já conhecem mais o risco, aproximar o poder público da academia é algo que ainda precisa ser construído. "É o momento de mais atenção política para o planejamento. Compromissos a favor de bons planos de risco climático precisam ser assumidos e cumpridos", diz o professor.

Infecções mortais podem voltar se permafrost derreter

Lucia Helena de Camargo
De São Paulo

O permafrost, camada da crosta terrestre existente em ambientes polares, composta por gelo, rocha, sedimentos, gases, matéria orgânica e potenciais patógenos, tem permanecido intacto por milhares de anos, mas começa a desaparecer em razão do aquecimento global. Se liberada à atmosfera, a quantidade colossal de gases que causam o efeito estufa (GEE) ali contida pode alterar de maneira profunda a vida na Terra.

Segundo o professor José Alexandre Demattê, do departamento de Ciência do Solo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), as estimativas indicam que existam 1,5 trilhão de toneladas de carbono armazenadas no permafrost, principalmente próximas ao Ártico, na Rússia (Sibéria), Dinamarca, Estados Unidos (Alasca) e Canadá. "É o dobro do que há na atmosfera, e ainda existem as imensas quantidades de metano", diz.

À medida que as emissões aumentam, cresce também o risco de elevação da temperatura do planeta, levando ao derretimento de calotas polares — e, portanto, de liberação dos gases. "Nosso modo de viver impacta as regiões polares, que por sua vez acabam por nos impactar de volta", explica o docente, que no ano passado participou por 40 dias da expedição do projeto do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), com objetivo de investigar essa e outras questões na região antártica.

O pesquisador da Universidade Federal de Viçosa (UFV) Carlos Ernesto Gonçalves Reynaud Schaefer, coordenador do projeto Terrantar/Permaclima — que tem o permafrost como uma das linhas de pesquisa —, chama a atenção para a importância da Antártica como "sumidouro" de carbono global em relação ao Ártico, que por sua vez atua como fonte do gás. Danilo César Mello, orientado por Schaefer na UFV, prepara tese sobre o assunto e artigo para publicação na revista científica "Nature Communications Earth & Environment".

Cientistas alertam ainda sobre a possível liberação, com o derretimento do permafrost, de vetores de infecções que foram mortais nos séculos XVIII e XIX. Em 2016, um menino morreu na Sibéria após ser contaminado por antraz, o que não acontecia há 75 anos na região. A causa provável foi o descongelamento de um cadáver de rena que havia sido vítima da bactéria décadas antes. "Isso é mais provável de ocorrer no Ártico, onde as populações humanas historicamente ocuparam o ambiente criosférico durante as deglaciações do passado. Há ainda carcaças da fauna congeladas nas glaciações", observa Schaefer.

1,5
trilhão de ton de CO_2 no permafrost

O fenômeno, chamado de "freezer de Pandora", passou a ser incorporado nas projeções do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU) apenas recentemente. Os pesquisadores não arriscam estimar em quanto tempo pode ocorrer a desintegração dos permafrost, mas afirmam que o fenômeno é irreversível, pois já foram emitidas quantidades grandes demais de GEE.

"Os derretimentos de permafrost vêm intensificando os efeitos das mudanças climáticas. As indústrias, as queimadas, o desflorestamento, a degradação dos solos, os automóveis e boa parte das atividades humanas seguem lançando os gases nocivos na atmosfera", lista Mello. "Mesmo que parássemos hoje as emissões, ainda teríamos um efeito rebote por um longo período de tempo." *(LHC)*

INÊS 249

Política Com articulação enfraquecida, gestão Lula vê parlamentares ligados ao agronegócio atropelarem pauta em meio à tragédia gaúcha

Agenda ambiental do governo é emparedada pela bancada ruralista

André Borges
Para o Valor, de Brasília

A hegemonia da bancada ruralista na Câmara e no Senado, somada às dificuldades de articulação política do Palácio do Planalto junto aos parlamentares, transformou as votações de projetos ambientais em um pesadelo para a ala ambientalista do Congresso e do Executivo. O histórico da tramitação de pautas ligadas ao meio ambiente revela que o Brasil não teve um Legislativo tão avesso ao tema desde a redemocratização, em 1985, reflexo da redução drástica no número de parlamentares que compunham a bancada ambiental.

Em 2007, entre os 513 deputados federais, 278 compunham a ala ambientalista, ou seja, votavam a favor de projetos de lei e propostas com viés de proteção e aprimoramento da legislação ambiental. Hoje o número está em cerca de metade, conforme dados compilados pelo "Painel Farol Verde", do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), com o objetivo de monitorar votações no Congresso. Por outro lado, cresceu a hegemonia da bancada ruralista, hoje a maior do Congresso, com 50 senadores e 309 deputados enfileirados pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA).

"Não há dúvida de que temos hoje um Congresso com o perfil mais inimigo dos direitos humanos e do meio ambiente, um posicionamento que tem sido puxado da extrema direita. Por isso, é vital que haja um posicionamento mais claro e firme do governo nas votações, mesmo que seja para perder", diz Marcos Woortmann, diretor-adjunto do IDS. "Vivemos situações em que o governo se posiciona contra um projeto, mas libera a base aliada para votar como quiser. Isso nunca vai funcionar, acaba se tornando um jogo de cena."

A tensão da ala ambientalista é crescente, devido à série de projetos e propostas que hoje tramitam no Legislativo. A organização ambiental Observatório do Clima lista pelo menos 25 projetos de lei e três emendas à Constituição, que podem ser votados a qualquer momento, com impacto profundo na legislação ambiental. Na prática, a votação do que vem sendo chamado por ambientalistas de "Pacote da Destruição" já está em andamento. No ano passado, além da aprovação do marco temporal das terras indígenas — defendido por setores ligados ao agronegócio e contestado pelos povos tradicionais —, o Congresso cravou o projeto que altera regras para registro, uso e comercialização de agrotóxicos no país e centraliza decisões sobre o tema no Ministério da Agricultura, batizado por críticos como "PL do Veneno".

Neste ano, é grande a chance de serem votadas propostas que reduzem áreas legalmente protegidas, autorizam garimpos e anistiam a grilagem de terras.

> "É vital que haja um posicionamento mais claro e firme do governo nas votações"
> *Marcos Woortmann*

Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, afirma que o poder Executivo tem mostrado muita dificuldade de articulação política e que, para viabilizar a aprovação de pautas econômicas, cede em todas as demandas da bancada ruralista. Mesmo quando ocorre negociação, avalia a especialista, o governo tem perdido na derrubada dos vetos presidenciais, como aconteceu com a nova Lei dos Agrotóxicos. Muitas vezes, essas derrotas ocorrem com o apoio de alas do próprio governo, como se vê no alinhamento entre o Ministério da Agricultura e a bancada do agro.

"Os ruralistas têm apostado em uma postura do 'aprovo o que eu quero e ponto final' e têm sido vitoriosos nessa perspectiva. O quadro está muito ruim e as chances de retrocessos na legislação ambiental são grandes", afirma Araújo. "O caminho para o enfrentamento desse 'combo', com Congresso degradador e um Executivo com divergências internas na pauta ambiental e fraca articulação política, é a forte pressão da sociedade."

Para o cientista político Mateus Fernandes, a articulação política do governo passa pelo papel dos líderes dos partidos nas votações. "O governo tem que ser responsabilizado toda vez que liberar a votação de sua base, sem cravar uma orientação por meio dos líderes partidários. Se o líder do partido e o líder do governo deixam de se posicionar ou orientar sobre uma matéria ambiental, o parlamentar não vai nem pensar duas vezes contra o setor", avalia Fernandes.

A tragédia climática que acometeu o Rio Grande do Sul é vista, hoje, como um fator decisivo para sensibilizar os parlamentares sobre as pautas ambientais, devido ao clamor social a respeito do tema e o impacto bilionário sobre todos os setores da economia.

"Quero crer, agora, com essa situação que a gente, infelizmente, está vivendo no Rio Grande do Sul, somada à crise hídrica que já vivemos no Amazonas no ano passado, e a própria safra de 2023 e 2024, que caiu em algumas regiões em função de ausência e atraso de chuvas, que exista um ambiente claro e propício para um necessário ajuste de estratégia sobre a legislação ambiental", diz André Lima, secretário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente (MMA). "Não dá para o Congresso Nacional ficar na mesma toada de permitir mais desmatamento e flexibilizar a legislação. O Parlamento está na contramão da história."

No dia 16 de maio, o Senado aprovou um projeto de lei que estabelece critérios e diretrizes para formular e implementar planos nacional, estaduais e municipais de adaptação às mudanças climáticas. Na semana anterior, porém, o mesmo Congresso derrubou os vetos presidenciais que restringiam a gestão de agrotóxicos e dispensou licenças ambientais para plantação de eucaliptos. "Os brasileiros sabem que a crise climática já chegou e que o tema tem de ser efetivamente priorizado. Quem aprova regras que impulsionam o desmatamento e outras formas de degradação contribui para a piora da crise climática e tem de ser desmascarado", diz Suely Araújo, do Observatório do Clima.

A Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) nega que tenha postura antiambiental e diz que atua pelo desenvolvimento sustentável do setor, amparado no Código Florestal Brasileiro. "Nenhum projeto amplia área de produção, incentiva desmatamento ou crimes ambientais", afirma a bancada. "A FPA tem trabalhado para conscientizar parlamentares e população de que a responsabilidade de zelar pelo bem comum do clima, da preservação ambiental, da prevenção de tragédias climáticas e de infraestrutura urbana é de todos os brasileiros, especialmente do Executivo."

Em 14 de maio, teve início a segunda edição da Virada Parlamentar Sustentável, movimento criado pelo IDS e pela Rede Advocacy Colaborativo (RAC) com o intuito de sensibilizar o Congresso e a opinião pública por meio de uma agenda constante de debates, seminários, exposições e mesas redondas sobre políticas socioambientais. Os eventos ocorrerão semanalmente até julho. "Temos 75 organizações da sociedade civil atuando juntas para pautar projetos positivos ao meio ambiente. Temos de seguir persistindo, insistindo e lutando pelo esclarecimento do eleitor sobre o comportamento parlamentar", diz Marcos Woortmann, coordenador do evento. "É este o caminho possível."

DIVULGAÇÃO

Suely Araújo, do Observatório do Clima: "O caminho para o enfrentamento desse 'combo' é a forte pressão da sociedade"

Brasil constrói critérios de compras públicas sustentáveis

Sérgio Adeodato
Para o Valor, de São Paulo

Governos gastam, em nível global, cerca de US$ 11 trilhões por ano em compras e contratações, produzindo cerca de 7,5 bilhões de toneladas diretas ou indiretas de gases de efeito estufa — cerca de 15% do total mundial de emissões —, segundo estudo do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês). O volume financeiro movimentado mostra como a gestão pública pode influenciar soluções socioambientais e processos produtivos mais sustentáveis. De acordo com o WEF, a redução dessas emissões traria um custo adicional de 3% a 6% às compras públicas, que poderia ser abatido com ganhos de escala. Apenas o consumo governamental nos Estados Unidos soma US$ 630 bilhões ao ano, 24% da economia do país.

No Brasil, o governo federal começa a definir uma política de sustentabilidade nas compras públicas, responsáveis por 20% do orçamento. Do cafezinho às obras de infraestrutura, a adoção de novos padrões significaria uma redução de 41% na pegada climática, calcula a organização alemã Oeko Institut, que apoia a adoção de rotulagem ambiental. Além do ganho ambiental e social, a estimativa é de uma economia de US$ 5,2 bilhões por ano para o setor público brasileiro, com a melhora na qualidade dos bens, maior durabilidade e menor consumo de energia e recursos naturais, como a água.

"As compras do governo têm potencial de mobilizar inovações e induzir oportunidades no mercado, com reflexos no fomento ao desenvolvimento econômico e no aumento da arrecadação de tributos", diz Everton Batista dos Santos, diretor de normas e sistemas de logística do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Segundo ele, a principal mudança é fazer as compras públicas "saírem das editorias policiais dos jornais e irem para as páginas da economia", onde o tema da sustentabilidade ganha crescente espaço.

A ideia é que a avaliação do custo-benefício nas decisões de compra passe a incorporar o olhar do "melhor" preço, que abrange quesitos socioambientais, e não só o "menor". "O objetivo é criar novas formas de contratação e desenhar editais baseados em soluções", diz Santos, na expectativa de que a iniciativa sirva de farol para as demais esferas públicas no país.

A nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), que entrou plenamente em vigor em janeiro, prevê conceitos como o de "desenvolvimento nacional sustentável" para embasar compras, além da abordagem do "ciclo de vida dos produtos", considerando aspectos como água, emissões de carbono, resíduos e consumo energético desde o insumo até a produção, uso e descarte. Um dos pontos regulamentados estabelece preferência para fornecedores nacionais e produtos reciclados ou biodegradáveis; outro, reserva vagas em contratos públicos para mulheres vítimas de violência.

Em paralelo, a Estratégia Nacional de Compras Públicas, em construção pelo governo, incluirá diretrizes de sustentabilidade. Uma comissão interministerial, criada neste ano, trabalha critérios ambientais e sociais, integrados a agendas como equidade de gênero e descarbonização. Serão priorizados itens mais relevantes conforme o volume de compras da administração federal e os impactos socioambientais.

"A questão vai muito além de usar ou não copo de plástico descartável", diz Denize Cavalcanti, coordenadora de sustentabilidade no ministério. Segundo ela, o aspecto social — a exemplo da valorização de populações tradicionais — ganha destaque com temas como eficiência energética, origem renovável de matéria-prima e produção orgânica. "Finalmente, entende-se que sustentabilidade não é sinônimo de 'verde', e que é preciso conectar compras do governo com políticas socioambientais", afirma Cavalcanti.

Um desafio é a capacitação técnica dos servidores para analisar o que é mais ou menos sustentável, com manuais de padronização que hoje só existem para café, água mineral e açúcar e estão sendo revisados, reforçando a questão ambiental. Ar condicionado e data centers estão na lista de prioridades pelo consumo energético.

"Medir e reportar carbono, hoje apenas um diferencial, tende a ser obrigatório em programas como o Minha Casa Minha Vida", diz Lilian Sarrouf, coordenadora técnica do comitê de meio ambiente do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo.

Luciana Betiol, professora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, (FGV-EAESP), porém, alerta que o conceito muito amplo de desenvolvimento sustentável na Lei de Licitações dá margem a "greenwashing" por parte das empresas. Faltam indicadores baseados na ciência para o gestor público tomar decisões de compra com segurança, diz. "Não estamos maduros para isso; há muitas questões a serem respondidas", afirma. Uma possível saída está na Política Nacional de Economia Circular, em debate na Câmara, prevendo banco de dados ambientais de produtos e serviços.

Na conta dos governos
Contratos públicos geram 7,5 bilhões de toneladas de carbono

Participação nas emissões de compras públicas por setor - em %

Setor	%
Segurança e defesa	17
Transporte	12
Gestão de resíduos	12
Construção civil	12
Produtos industriais	8
Serviços de utilidade pública	8
Outros	31

Metas de redução* - em %

Setor	%
Segurança e defesa	40
Transporte	35
Gestão de resíduos	55
Construção civil	35
Produtos industriais	45
Serviços de utilidade pública	60

Fonte: World Economic Forum *Conforme Acordo de Paris

Agência alemã financia rotulagem brasileira

Para o Valor, de São Paulo

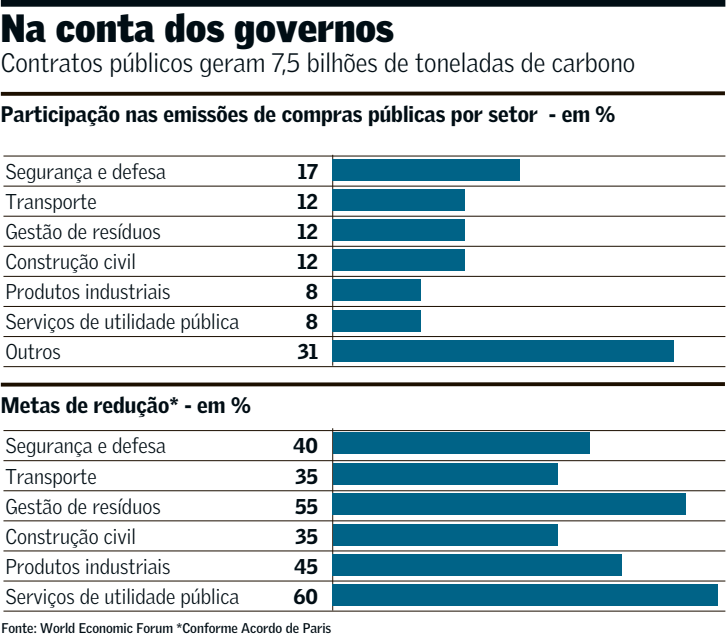
Uma iniciativa financiada pelo governo alemão articula diferentes setores para implantar um sistema de rotulagem ambiental que diferencia produtos e serviços, orientando consumidores, órgãos públicos e mercado. A proposta é fortalecer marcos legais de rotulagem, aumentar oferta e demanda de produtos com esse carimbo e incentivar o intercâmbio de experiências entre os participantes.

"O plano é promover padrões de consumo e atividades produtivas sustentáveis", diz Álvaro Luna, diretor do Projeto Regional Eco-Advance, realizado pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e o Oeko Institut, organização da iniciativa privada da Alemanha, onde o uso de selos verdes é referência.

No Brasil, o trabalho é realizado em conjunto com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). Considerar nas compras públicas os impactos no ciclo de vida dos produtos está previsto na nova Lei de Licitações. Luna afirma que a ideia é deixar de avaliar apenas o menor custo nas compras públicas, medindo também o que é mais sustentável, dentro de uma análise abrangente do desempenho socioambiental de produtos e serviços.

As ações locais se concentram em uma lista de 23 produtos e serviços de alta demanda por compras públicas e importância no impacto à mitigação climática e conservação de recursos naturais. As atividades articulam a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e o Sebrae na construção de critérios que sejam ambiciosos e, ao mesmo tempo, viáveis para o setor privado. Inclusão social e redução de desigualdades de gênero fazem parte do pacote.

"É necessário priorizar micro e pequenas empresas com auxílio financeiro para acesso mais direto e fácil à rotulagem, sem prejuízo à concorrência de mercado", explica Luna. Segundo ele, a rotulagem não deve ser pré-requisito para compras públicas, mas um instrumento de visibilidade que diferencia quem adota práticas sustentáveis, analisadas nas licitações.

Na América Latina, o projeto abrange ainda Costa Rica, Colômbia e Equador e tem investimento total de € 10 milhões. Mas é o Brasil que se destaca na região como grande emissor global de gases de efeito estufa e pela presença da maior floresta tropical do planeta, além de uma população de 200 milhões de consumidores. Na Ásia, a iniciativa se desenvolve desde 2019 no Camboja, Laos, Tailândia, Sri Lanka e Vietnã. Segundo o Fórum Econômico Mundial, os investimentos privados e os novos empregos gerados por contratos públicos sustentáveis impulsionarão o PIB global em cerca de US$ 6 bilhões até 2050. *(SA)*

aegea

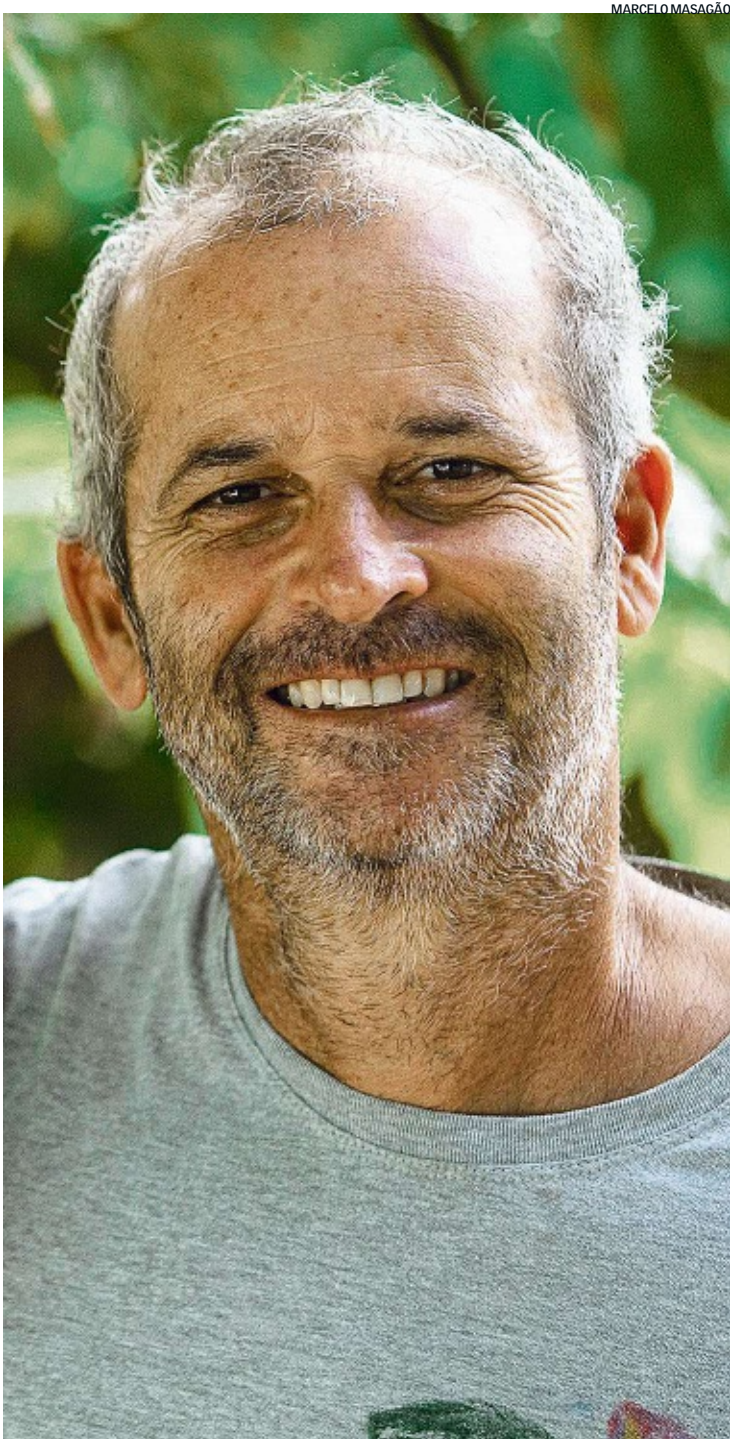
Recuperação Proprietários de terra são remunerados para manter os mananciais e a biodiversidade

Programas pagam por proteção ambiental

Carin Petti
Para o Valor, de São Paulo

O professor aposentado João Batista Gomes tem 17 hectares de mata nativa, área de reflorestamento ou recomposição espontânea, o equivalente a 47% do sítio onde vive, em Guaçuí, no Espírito Santo. Mais ao norte, na região de Ilhéus (BA), fica a propriedade de Paulo Veloso, que planta cacau em oito dos seus 20 ha em meio à Mata Atlântica. Também cria cabras, produz queijos e um pouco de chocolate para turistas que se hospedam ali. Seu antigo pasto é agora área de capoeira, em processo de regeneração para um dia voltar a ser floresta. Em Minas Gerais, no município de Extrema, pelo menos outros 350 produtores rurais mantêm áreas preservadas.

Em comum, Gomes, Veloso e os extremeses participam de programas que pagam pela conservação de florestas, regeneração de matas ou ações de reflorestamento. Nos casos capixaba e mineiro, a verba vem de recursos públicos. Na Bahia, a remuneração é resultado da venda de crédito de carbono.

"Mecanismos voluntários que remunerem a manutenção ou regeneração de florestas tornam o produtor parceiro na preservação do meio ambiente", afirma o engenheiro florestal Milton Fernandes, professor do departamento de ciências ambientais da Universidade Federal de Sergipe. Para ele, o incentivo financeiro é um forte complemento à legislação ambiental. "No Brasil já existe uma série de mecanismos de comando e controle, como o Código Florestal, mas isso não é suficiente para evitar desmatamento e emissão de gases de efeito estufa", diz Fernandes.

MARCELO MASAGÃO

Paulo Veloso, produtor de cacau no sul da Bahia que recupera áreas de mata

Não só o carbono está na mira dos programas de pagamento por serviços ambientais (PSAs). No Espírito Santo, o programa Reflorestar visa garantir o abastecimento de água. "O Estado tem déficit hídrico, e nosso foco é plantar para poder restaurar o circuito hidrológico", explica Marcos Sossai, gerente do programa até abril deste ano. "Se toda a sociedade é beneficiada com as medidas, não é justo passar a conta para o produtor rural", diz.

Desde 2011, mais de 5.000 produtores dividiram R$ 86 milhões em troca de recuperação e preservação de nascentes e microbacias, conta Sossai. Em média, cada beneficiado tem dois 2 ha de área no PSA e recebe R$ 25 mil ao longo de até cinco anos. Conforme a modalidade de pagamento, o dinheiro remunera manutenção de áreas conservadas, reflorestamento, custo de insumos para adoção de sistemas agroflorestais e contratação de agrônomos ou técnicos agrícolas para orientação de manejo.

Gomes recebeu, de 2016 a 2020, R$ 30 mil para manter reservas, permitir a recomposição espontânea da mata e reflorestar terras degradadas. "O programa arcou com o custo das mudas, adubo e outros insumos e a cerca, e nós custeamos a mão de obra", conta. No ano passado, um novo contrato destinou mais R$ 36,6 mil à propriedade, a serem pagos em cinco anos para conservação de áreas existentes e reflorestamento de mais dois ha.

O valor também cobre a compra de insumos e mudas para o plantio de café em associação com bananas e árvores nativas. "Os frutos das árvores plantadas no cafezal vão um ajudar a alimentar os animais silvestres, principalmente aves, para um outro projeto nosso, de reintrodução da fauna nativa, com animais trazidos principalmente pelo Cereia [Centro de Reintrodução de Animais Selvagens] e também pelo Ibama", conta.

As medidas adotadas já fizeram diferença. "Com a proteção das nascentes, a água do córrego está mais limpa e quase triplicou em volume", diz o sitiante. "Agora temos até um moinho, usado por uns dez vizinhos, que trazem milho para fazer fubá."

No Espírito Santo, os recursos do programa têm como principais fontes a parcela de 2,5% dos royalties de petróleo e recursos do Banco Mundial. Já Extrema encontrou outra solução para financiar o reflorestamento. Atualmente, 20% do IPTU e 50% do IPVA destinados ao município vão para o PSA Conservador das Águas, que preserva cerca de 1.500 hectares no município, localizado na parte alta das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Além disso, a legislação local obriga que empresas com atividades passíveis de licenciamento ambiental compensem as emissões de gases de efeito estufa financiando o programa.

Atualmente cerca de dois terços da área preservada foram adquiridos pelo município. O restante pertence a cerca de 400 proprietários rurais de áreas prioritárias para a preservação, como topo de morros, mananciais, nascentes e margens de rios. Em troca de aproximadamente R$ 400 por hectare por ano, eles permitem que a prefeitura cerque áreas para promover a regeneração da vegetação, plante árvores nativas — foram 3 milhões de mudas desde 2005 — e instale biodigestores para tratamento de esgoto doméstico.

> "Se a sociedade é beneficiada, não é justo passar a conta para o produtor rural"
> *Marcos Sossai*

"Os proprietários de terra são pagos pela produção de serviços ambientais, como sequestro de carbono, proteção dos mananciais e da biodiversidade", diz o gestor ambiental responsável pelo programa e ex-secretário do Meio Ambiente da cidade, Paulo Henrique Pereira.

Na propriedade de Veloso, em Ilhéus, o sistema ainda é novidade. Ele aderiu ao programa lançado neste ano pela Dengo Chocolates em parceria com a startup ReSeed, que vai comercializar créditos de carbono de cerca de 290 pequenos e médios produtores de cacau do sul da Bahia. "Um técnico veio aqui para ver quais são as áreas preservadas e as de cabruca [sistema em que a plantação fica sob árvores da Mata Atlântica]", conta ele. Com base nas informações recolhidas na visita, será feito o inventário de carbono da propriedade para a venda dos créditos, comercializados pela ReSeed. "Os produtores receberão assistência técnica e algo entre R$ 1.000 e R$ 1.500 por hectare a cada ano por preservarem áreas de reserva ou plantarem em sistema agroflorestal", diz o co-CEO da Dengo, Estevan Sartoreli.

No caso de Veloso, o dinheiro já tem destino. "Quero investir na agrofloresta, plantando árvores frutíferas na capoeira para vender frutas desidratadas e também usá-las no chocolate", afirma.

Fauna preservada auxilia na manutenção de florestas

De São Paulo

De que adianta um estádio sem atletas nem torcida? O biólogo Mauro Galetti, professor titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e um dos cientistas mais citados do Brasil, costuma recorrer à pergunta como analogia à função da fauna na conservação das matas. "Nos últimos anos, muita gente desenvolveu técnicas para replantar florestas, só que elas precisam de animais para se manter vivas", afirma. Segundo ele, 90% das árvores da Amazônia e da Mata Atlântica dependem de animais para a dispersão de sementes.

"A floresta com bicho fixa mais carbono que a sem bicho, pois árvores que dispersam sementes só pelo vento, sem ajuda de animais, estocam muito menos carbono", diz Fernando Fernandez, professor titular do departamento de ecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele preside o Refauna, ONG que reintroduz cotias, bugios e jabutis na floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro. Originalmente nativas, nenhuma dessas espécies permanecia ali no começo do século. "Era uma floresta de mortos-vivos. Sem dispersores de sementes, não haveria árvores novas para repor as que fossem morrendo", diz Fernandez.

A transformação da floresta carioca começou com a introdução de 31 cotias. Com o hábito de enterrar sementes, a espécie foi escolhida pela eficiência na preservação do verde. Na última contagem, em 2019, 35 exemplares viviam na floresta — todos nascidos ali. Em 2015 chegaram os primeiros bugios. A estimativa é que hoje 13 deles vivam na área, incluindo os seis filhotes nascidos no local. Suas fezes, além de espalharem sementes, atraem cerca de vinte espécies de besouros que fertilizam o solo ao carregar e enterrar os excrementos. A partir de 2020, veio o reforço de cerca de 25 jabutis. "Eles fazem uma quantidade colossal de fezes, fertilizando o solo", diz Fernandez.

Animais de grande porte, porém, não terão vez ali por falta de espaço nos 3,9 mil hectares da Tijuca. Para a reintrodução de antas, a ONG buscou um local maior, a cerca de 100 km dali: a Reserva Ecológica Guapiaçu, uma área particular de 7 mil ha em Cachoeiras de Macacu (RJ), contígua ao Parque Estadual de Três Picos, com mais cerca de 65 mil ha. No momento, cerca de 20 antas vivem na reserva.

Esses grandes mamíferos, assim como o macaco muriqui e a ave jacutinga, têm papel especialmente relevante na retenção de gases de efeito estufa. "Espécies maiores comem frutos também maiores, que costumam gerar árvores grandes e de madeira dura, que capturam mais carbono que espécies menores", afirma Galetti, da Unesp.

Outras soluções também podem colaborar com a fauna selvagem. Na floresta amazônica, o Projeto Reconecta construiu, em 2022, 30 pontes de dossel ao longo de 125 km da BR-174, que liga Roraima ao Amazonas para a travessia segura de espécies como o sagui-de-mãos-douradas. O projeto rendeu este ano à sua fundadora, a bióloga Fernanda Abra, o prêmio Whitley, da organização britânica Whitley Fund for Nature (WFN), apelidado de Oscar da conservação ambiental. Sua concepção teve participação de indígenas do povo Waimiri-Atroari, habitantes da área. "Como são grandes conhecedores da fauna local, eles indicaram onde as pontes seriam instaladas", conta ela. Cerca de 150 pessoas da etnia participaram da produção das passarelas.

Conforme registros dos indígenas, cerca de 17 mil animais foram atropelados em seu território desde 1997, diz Abra. "Quarenta por cento dos primatas brasileiros estão ameaçados de extinção, e acredito fortemente que ter rodovias mais sustentáveis para a fauna pode reduzir muito a pressão sobre esses animais", afirma. Em onze meses, câmeras instaladas nas pontes registraram cerca de 500 travessias de animais. Mas não só. "Sem as pontes, algumas espécies se isolam por não atravessarem a estrada", explica a bióloga. *(CP)*

Plano de Transformação Ecológica prevê captação externa

Mônica Magnavita
Para o Valor, do Rio

O Plano de Transformação Ecológica, lançado pelo governo no ano passado com a proposta de alinhar desenvolvimento econômico a proteção ambiental e redução de desigualdades, avançou nos últimos meses, sobretudo em seu eixo financeiro. A emissão de US$ 2 bilhões em títulos soberanos garantiu recursos para que o Fundo Clima, gerido pelo BNDES e peça chave da agenda verde, desse a largada. Hoje, já são R$ 32 bilhões em projetos, tornando-se um dos maiores do mundo no enfrentamento às mudanças climáticas.

Nova rodada de captação externa está prevista para 2024, afirma a subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda, Cristina Reis, o que ampliará o fluxo de capital privado internacional para financiar a nova economia de baixo carbono. "O valor estará em harmonia com o da primeira captação", diz.

A iniciativa é parte da estratégia do Ministério da Fazenda de criar instrumentos financeiros adequados a fim de garantir investimentos na transição para um desenvolvimento verde. Compõem o plano mais de cem políticas públicas com diferentes prazos de execução e alocadas em seis eixos: finanças sustentáveis, transformações tecnológicas, bioeconomia, transição energética, economia circular, infraestrutura verde e de adaptação. Muitas, no entanto, dependem do Legislativo, o que é visto como desafio por especialistas. Ainda assim, o balanço é positivo. "Houve um aprofundamento em vários desses temas", diz Alexandre Prado, líder de mudanças climáticas do WWF-Brasil. Em abril deste ano, por exemplo, foi criado o Eco Invest, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deve atrair alguns bilhões de dólares externos para investimentos sustentáveis.

Tais ações são consideradas fundamentais para atração do capital privado. Segundo a Fazenda, o setor participa, no Brasil, com 6% do total destinado a financiamento para iniciativas sustentáveis; nos países emergentes chega a 14% e nos desenvolvidos, a 81%. Reis enfatiza que, entre as políticas formuladas pelo Ministério da Fazenda, a taxonomia e a regulamentação do mercado de crédito de carbono, hoje no Senado, são fundamentais para efetividade do plano. "Esperamos que a votação do mercado de carbono aconteça antes do recesso parlamentar", diz.

Também em abril, foi dada a largada para os trabalhos do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável, sistema de classificação que define as atividades que contribuem para objetivos climáticos e sociais por meio de critérios específicos. Ao entrar em vigor, em 2026, o comitê vai orientar o investimento em atividades alinhadas com os objetivos de sustentabilidade, além de ampliar o financiamento privado global. Sem taxonomia, o dinheiro não chega, e os recursos previstos são vultosos; entre US$ 130 bilhões e US$ 160 bilhões anuais, em dez anos, para transição ecológica, principalmente em infraestrutura. Esse eixo específico, por sinal, deve ganhar corpo e agilidade, em função da tragédia no Rio Grande do Sul.

"O plano será desafiado a dar respostas ao cenário que estamos vivendo. Há cerca de mil municípios do Brasil sob risco de crise climática", diz Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, para quem o plano será levado a dar respostas aos problemas evidenciados pelo Sul. Apesar dos desafios, Astrini destaca a relevância da iniciativa do governo. "É a primeira vez que um ministro da Fazenda anuncia um programa como esse."

Agenda pública

Prioridades do Plano de Transformação Ecológica para 2024

No Legislativo

Projetos de lei

- Mercado de Carbono
- Combustíveis do Futuro
- Hidrogênio de Baixo Carbono
- Eólica no Mar

Medidas provisórias

- Programa Mover
- Ecoinvest (Hedge Cambial)

Ações administrativas planejadas

- Programa para ônibus elétricos produzidos no Brasil
- Processamento nacional de minerais estratégicos
- Compras públicas com conteúdo nacional
- Encomendas tecnológicas e formação de centros de excelência
- Ordenamento fundiário e digitalização de registros de imóveis
- Conclusão da taxonomia sustentável nacional
- Estruturação do Fundo Internacional de Florestas

Fonte: Ministério da Fazenda

Juliana Lopes, diretora de natureza e sociedade do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), tem a mesma opinião. "Ter esse direcionador estratégico [Ministério da Fazenda], uma visão de país, são sinais importantes na direção correta. Temos observado canais de diálogo com o setor empresarial e a sociedade civil importantes para ter políticas mais efetivas na direção da sustentabilidade", diz. Como iniciativas positivas, a especialista destaca a nova política industrial, que terá emissões orientadas e conectadas com o plano de conservação ecológica, além da criação dos mecanismos financeiros para a captação externa.

DIVULGAÇÃO

> A taxonomia e a regulamentação do mercado de crédito de carbono são fundamentais, afirma Cristina Reis

"Um dos principais desafios é o de preencher a lacuna de investimentos para a nova economia verde. As empresas poderão captar recursos por meio desses instrumentos para acelerar a descarbonização e a transição justa", afirma Lopes. Há, no entanto, a necessidade de acelerar propostas, como a da regulamentação do mercado de carbono. "O Brasil depende disso para capitalizar oportunidades", diz.

Prado vê outro problema: a expectativa dos especialistas em relação ao mercado de carbono não conversa com a versão do Legislativo. Os impactos financeiros e de redução de emissão, segundo ele, não serão alcançados com o projeto da Câmara e do Senado. "Apesar de o governo ter ótimas ideias, elas não estão incorporadas no Senado, na Câmara e na sociedade como um todo. Talvez o maior espinho do Plano de Transformação Ecológica", diz.

Escassez hídrica Indústria investe em reúso e aproveitamento do esgoto para reduzir perdas; 25% da população mundial sofre com restrições

Reciclagem poupa água para consumo

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

A escassez hídrica já ameaça a produção agrícola e, consequentemente, a segurança alimentar. Estudos apontam que um quarto da população mundial tem algum tipo de restrição, e mais de 1 bilhão de pessoas podem vir a sofrer com o fenômeno até 2050, principalmente no Oriente Médio e na África. Enquanto a demanda por água mais do que dobrou desde 1960, a quantidade de água limpa disponível por habitante no planeta encolheu de 106 m^3 para 40 m^3 nos dias atuais, segundo o Atlas de Riscos Hídricos de Aquedutos do World Resources Institute (WRI).

Diante desse panorama, é preciso otimizar o uso dos recursos hídricos. No Brasil, cerca de 60% dos 64 trilhões de litros retirados por ano dos corpos híbridos são destinados à agricultura, somando irrigação de plantações e consumo animal, de acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Pouco menos de um quarto vai para abastecimento urbano, e o restante é destinado para indústrias (9%), usinas termelétricas (5%) e mineração (2%). A ANA estima que a demanda de água para irrigação no país possa crescer em pelo menos 15% até 2040; e soluções vêm sendo desenvolvidas para reduzir o desperdício.

A Netafim adota a irrigação por gotejamento para diminuir o consumo de água pelo agronegócio. O método poupa, de acordo com o CEO Carlos Sanches, 70% da água em relação ao tradicional. "Além de usar apenas 30% do recurso hídrico, o sistema permite manter a produção o ano todo, porque funciona 24 horas por dia, irrigando cada planta sob medida, no local preciso e no momento certo", diz.

A ONU estabelece que o ser humano precisa de 50 a 100 litros de água por dia para as necessidades básicas: beber, higiene pessoal, preparo de alimentos e limpeza doméstica. Na África Subsaariana sob estresse hídrico, o acesso é a menos de 20 litros diários, contra 154 litros no Brasil, segundo a ANA. Assim, a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU de garantir água e saneamento para todos até 2030 já está fora de alcance; de acordo a UN-Water, agência da Organização das Nações Unidas para as questões hídricas, 2,2 bilhões de pessoas não têm água potável. O Banco Mundial calcula que a falta de serviços de água e saneamento custe cerca de US$ 250 bilhões por ano à economia global.

> "O caminho a seguir fica claro: a economia circular aplicada à água"
> *Alceu Bittencourt*

Especialistas têm convergido em torno de uma solução para garantir o abastecimento: a reciclagem de água. Há uso regular de água reciclada na Austrália, África do Sul, Namíbia, Cingapura, Filipinas, Suécia, Reino Unido e Bélgica.

Para Marcio da Silva José, presidente do Aquapolo Ambiental, a próxima fronteira a ser desbravada é o aproveitamento do esgoto. Em 12 anos, a empresa processou 110 bilhões de litros de água, despontando como o maior empreendimento para a produção de água reciclada para uso industrial na América Latina e quinto no mundo. O executivo diz que a empresa já participa de projetos de reúso indireto, que consiste em tratar o esgoto e jogá-lo de volta no reservatório, para que a água seja captada e direcionada ao abastecimento da população.

"Já temos tecnologia 100% segura para fazer a transformação direta. Falta só a educação cultural, para vencer o preconceito", diz José. "Precisa ficar claro para o cidadão que a água que chega à torneira é potável, adequada ao consumo, pois passou por todos os processos de filtração."

Alceu Guérios Bittencourt, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), segue o mesmo entendimento. "O custo de captar e tratar água vem subindo ao longo dos anos, já o preço de reciclar segue em queda, com a entrada de tecnologias mais baratas", afirma. Ele defende também que sejam criadas cobranças mais abrangentes para a captação de água de poços e mananciais e o combate às perdas, hoje na casa dos 40% no Brasil. "Se somarmos à equação a escassez hídrica crescente, o caminho a seguir fica claro: a economia circular aplicada à água", diz o executivo.

DIVULGAÇÃO

Estação de tratamento da Aquapolo, que reciclou 110 bilhões de litros de água para uso industrial em 12 anos

O reúso está no coração do negócio da Cetrel, empresa instalada no Polo Industrial de Camaçari, na Bahia. A empresa teve receita líquida de R$ 415 milhões no ano passado, com o fornecimento de 27 bilhões de litros de água tratada para indústrias de sete Estados brasileiros. "Os efluentes domésticos são a nossa matéria-prima", diz Ivan Luiz Leite Sant Anna Jr., diretor comercial da empresa. "Não temos dúvida de que a reciclagem de água é o que vai garantir a segurança hídrica no futuro."

Entre as indústrias empenhadas em reduzir o consumo, a Malwee adota a lavagem de jeans "com um copo d'água", que consome 98% menos água do que no método tradicional, de acordo com a empresa. "Diante da constatação de que a indústria têxtil consome 93 trilhões de litros de água por ano, o que representa 4% da captação mundial de água doce, incrementamos a lavagem otimizada e, em 2022, aumentamos em 35% o número de unidades confeccionadas com um copo d'água", afirma Renato Martins, gerente de projetos ESG da Malwee. "A economia de água foi da ordem de 3,4 milhões de litros em relação a uma lavanderia tradicional."

A gigante Coca-Cola, cujo negócio está atrelado à água, vem investindo em programas de recarga de mananciais no Brasil, Guatemala, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Equador e República Dominicana. De acordo com Rodrigo Brito, diretor de sustentabilidade para Brasil e Cone Sul na The Coca-Cola Company, os projetos já impactaram cerca de 11 milhões de pessoas.

Este ano a empresa anunciou que destinará R$ 13 milhões para a expansão de projetos voltados à proteção de 1.500 hectares de áreas em bacias hidrográficas e acesso à água por comunidades de baixa renda. "A contribuição vai levar água segura para cerca de 40 mil novas pessoas até o final de 2024 nesses países, sendo 20 mil no Brasil", diz Brito.

A Organização de Alimentos e Agricultura (FAO), agência da ONU dedicada à alimentação, estima que entre 2.000 e 5.000 litros de água diários são necessários para produzir alimentos para uma única pessoa. Soma-se à questão o fato de que para alimentar a população da Terra, estimada em 10 bilhões de seres humanos até 2050, o mundo terá de produzir 56% mais alimentos do que em 2010, lidando no paralelo com as crescentes catástrofes causadas pelo clima, como secas e inundações.

INÊS 249

Indústria Metade da redução das emissões previstas para ocorrer até 2050 depende de sistemas que ainda não existem em larga escala, diz o Fórum Econômico Mundial

'Clube de compras' quer estimular novas tecnologias de baixo carbono

Andrea Vialli
Para o Valor, de Salvador

Um movimento liderado pelo Fórum Econômico Mundial pretende funcionar como um "clube de compras" para estimular o mercado de soluções capazes de combater a emissão de gases de efeito estufa. O problema, segundo estimativas da entidade, é que metade da redução nas emissões previstas para ocorrer até 2050 deve vir de tecnologias que ainda não estão disponíveis em larga escala. A ideia é que o "clube de compras" tenha compromissos setoriais para promover tecnologias emergentes, de modo que elas ganhem escala a tempo de evitar que a temperatura global se eleve acima de 2 ºC, o objetivo do Acordo de Paris, firmado por quase 200 países em 2015.

A coalizão First Movers ("Pioneiros", em tradução livre), criada pelo fórum em parceria com John Kerry, enviado presidencial especial dos EUA para o Clima, durante a COP26, em Glasgow, Escócia, em 2021, conta com 98 empresas globais que, juntas, querem movimentar US$ 16 bilhões na aquisição de tecnologias verdes até 2030 e acelerar o passo na transição para soluções de baixa emissão. Sete setores são considerados críticos para a descarbonização: aço, alumínio, cimento, aviação, transporte naval, transporte rodoviário e captura e remoção de carbono.

"Hoje ainda não temos produtos sustentáveis a preços competitivos e, mesmo quando alguma commodity tem vantagens em relação à pegada de carbono, o mercado global não reconhece isso, pois não paga um preço prêmio", afirma Ricardo Assumpção, representante para a América Latina da empresa de consultoria e auditoria EY na coalizão First Movers.

Segundo essa ótica, produtos primários brasileiros como alumínio e aço já estão bem posicionados em termos de competitividade verde. O primeiro emite entre 1,3 e 1,7 tonelada de carbono equivalente (CO_2e) por tonelada produzida, abaixo da média global do setor, que é de 2,0 t CO_2e. Já a produção de alumínio no Brasil emite, em média entre 4,5 t e 6,5 t CO_2e, cerca de um terço da média global. A coalizão fixou metas mais arrojadas: entre 0,4 t e 0,5 t CO_2e para o aço e menos de 3 t CO_2e por tonelada de alumínio, além do compromisso de que, até 2030, ao menos 10% dos produtos adquiridos pelos membros do grupo sejam de baixo carbono.

"É fundamental a criação de um ecossistema de apoio robusto"
Viviane Romeiro

Um estudo criado após um seminário realizado pela First Movers em São Paulo, em outubro do ano passado, para aproximar o movimento do setor privado e do governo, aponta oportunidades da descarbonização para os setores de aço, alumínio e aviação, destacando tecnologias emergentes que podem auxiliar essas indústrias a mitigar emissões. Para Assumpção, o Brasil tem potencial para se tornar fornecedor global de produtos como o hidrogênio verde (H2V) e os SAFs (combustíveis sustentáveis de aviação, na sigla em inglês). Atualmente, o país já é o terceiro maior produtor dos substitutos de origem renovável para o querosene das aeronaves, atrás de Estados Unidos e Índia, além de ser signatário de uma aliança global para promover o uso de biocombustíveis. "A aviação é uma indústria que só vai conseguir uma redução efetiva das emissões com a substituição do querosene fóssil por biocombustíveis, de modo que o Brasil tem oportunidades ainda não exploradas nesse campo", afirma Assumpção.

Um dos pilares da coalizão, o apoio à inovação de baixo carbono, será fundamental para que o Brasil avance como fornecedor global de tecnologias verdes. Além dos biocombustíveis, o H2V, obtido por meio da eletrólise de fontes renováveis, tem sido aclamado como uma resposta para mitigar emissões em diferentes indústrias. Mas requer investimentos para reduzir seu custo de produção, de cerca de US$ 6 a tonelada, o que o torna pouco competitivo frente combustíveis como o gás natural da Rússia (US$ 1,50/t).

"Para que essas tecnologias ganhem escala, é fundamental a criação de um ecossistema de apoio robusto, que inclui políticas direcionadas, com marcos regulatórios favoráveis, parcerias público-privadas e linhas de crédito específicas para investimento em infraestrutura e inovação. Só assim será possível reduzir os custos de implementação", diz Viviane Romeiro, diretora de clima, energia e finanças sustentáveis do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), que fomenta iniciativas de descarbonização no setor empresarial e acompanha a First Movers.

98
empresas buscam US$ 16 bilhões em tecnologias verdes

Única empresa brasileira a aderir à coalizão, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) ingressou no grupo visando acessar e compartilhar inovações centrais para reduzir emissões em seu segmento — entre elas, processos avançados de reciclagem, captura e armazenamento de carbono e o desenvolvimento de anodos inertes. "Estas tecnologias são essenciais para aumentar a oferta de produtos de baixo carbono e tornar viável sua implementação em larga escala, fortalecendo a capacidade da indústria de contribuir para a mitigação das mudanças climáticas", diz Luciano Alves, CEO da CBA.

A empresa já opera em uma faixa de emissões bem próxima à meta fixada pela coalizão. Em 2023, as emissões da companhia foram de 3,2 toneladas de CO_2e por tonelada de alumínio líquido produzido. Mas a meta é alcançar emissões líquidas zero até 2050, sendo que 50% da redução deverá vir da adoção de tecnologias emergentes, 40% de ações de eficiência energética e uso de energia renovável e 10% de créditos de carbono derivados da conservação de uma área de 11,5 mil hectares de reserva no Cerrado. Mantida pela empresa, a área já gerou créditos certificados referentes ao período de 2017 a 2023, sendo considerado o primeiro projeto de geração de créditos de carbono florestal no bioma, hoje o mais desmatado do país.

Acelerando o passo
Metas da First Movers Coalition (FMC) para redução de emissões

Setor	Situação	Metas
Aço	Emite entre 1,3 e 1,7 tonelada de CO_2e por tonelada de aço bruto produzido no Brasil, contra 2 t CO_2e da média global	Reduzir as emissões para até 0,5 t CO_2e por tonelada de aço bruto
	Sem medidas de descarbonização, a previsão é de alta de 30% nas emissões do setor até 2050	Alcançar pelo menos 10% de todo o aço com baixa emissão até 2030
Alumínio	Emite entre 4,5 e 6,5 t CO_2 e por tonelada de alumínio no Brasil, contra 16,6 t CO_2 e da média global	Emitir menos de 3 t CO_2e por tonelada de alumínio
	2% das emissões globais de gases de efeito estufa vêm da produção de alumínio	Alcançar pelo menos 10% de todos os produtos primários de alumínio de baixo carbono em 2030
		Reciclagem responder por ao menos ao menos metade do alumínio adquirido até 2030
Aviação	Responde por menos 1% das emissões no Brasil, contra entre 2% e 3% das emissões globais	Substituir pelo menos 5% do combustível dos jatos por SAF* até 2030
		Buscar tecnologias de propulsão com zero carbono

Fonte: Decarbonizing Brazil's Steel, Aluminium and Aviation Sectors/FMC. *Combustível sustentável de aviação, na sigla em inglês

Pesquisa revela potencial dos biomas para fármacos

De Salvador

Chamado de "ouro do sertão", o licuri, fruto da palmeira Syagrus coronata, nativa da Caatinga, tem sido estudado em razão de suas propriedades cicatrizantes, antimicrobianas e anti-inflamatórias, há muito usadas pelas populações sertanejas. Duas patentes de produtos para uso bucal foram depositadas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) a partir de um projeto de desenvolvimento da cadeia produtiva do coquinho, ancorado no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O óleo extraído da amêndoa é rico em ácido láurico, substância muito valorizada pelas indústrias farmacêutica e cosmética pela capacidade de combater microrganismos. Mas não só. O Laboratório Nacional de Biociências do Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais (LNBio/CNPEM) mapeou a composição química e princípios ativos do óleo, apontando seu potencial para combater bactérias que causam infecções. Outros estudos sugerem indicações contra acne, diabetes e outras complicações metabólicas.

As descobertas relacionadas ao fruto inauguraram um fato inédito na ciência brasileira: pela primeira vez, uma comunidade extrativista, a Cooperativa da Região do Piemonte da Diamantina (Coopes), de Capim Grosso (BA), foi codepositária da patente, em conjunto com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atestando a potência do encontro do conhecimento tradicional associado aos biomas brasileiros. "As pesquisas envolvendo nossa biodiversidade podem colocar o Brasil em um novo patamar de inovação. A palavra chave é o co-desenvolvimento com as comunidades, que se relacionam com a floresta de maneira respeitosa" afirma Maria Augusta Arruda, diretora do LNBio/CNPEM.

As matas podem guardar o tratamento e a cura para incontáveis doenças, mas o caminho até a descoberta desse potencial requer muito investimento. O LNBio, dedicado a pesquisa e inovação nas áreas de biotecnologia e desenvolvimento de fármacos, com instalações abertas à comunidade científica e empresas, se firma como o epicentro dos estudos envolvendo a biodiversidade brasileira. Conta com uma biblioteca com cerca de 10 mil amostras químicas da biodiversidade, coletadas a partir de cerca de mil plantas, bactérias e fungos ao longo da última década.

DIVULGAÇÃO
O licuri, cujo óleo tem propriedades há muito tempo usadas por sertanejos

O número, embora expressivo, ainda é a ponta do iceberg do que pode ser estudado, levando-se em conta que o Brasil tem 70 mil espécies de plantas conhecidas — fora o que ainda está para ser descoberto. "A biblioteca até agora é um piloto, visto que a biodiversidade brasileira tem uma diversidade química muito grande, com moléculas desconhecidas com potencial farmacêutico que nunca foram estudadas", diz Daniela Trivella, pesquisadora líder do grupo de descoberta de fármacos do LNBio/CNPEM.

O laboratório mantém um pipeline com novos projetos de pesquisa em conjunto com farmacêuticas e empresas especializadas em bioprospecção de ativos. Entre os parceiros estão os laboratórios Aché, Cristália e Phytobios, com foco em áreas como oncologia, doenças infecciosas, cardiometabólicas, analgesia, chagas, malária e leishmaniose. Escrutinar as moléculas demanda a combinação de diferentes tecnologias de ponta, incluindo o acelerador de partículas Sirius, o HTS — sistema de triagem biológica de alto desempenho — e a cristalografia de proteínas.

Com oito projetos envolvendo ativos da Amazônia e da Mata Atlântica, o Aché Laboratórios aposta no desenvolvimento de novos fármacos a partir de sua plataforma Bioprospera, que abarca a parceria com o CNPEM e startups. Um dos mais avançados é voltado para o tratamento do vitiligo, mas o pipeline conta com pesquisas em oncologia, dermatologia e cardiometabólica, o que inclui tratamentos para obesidade e diabetes. Para essas finalidades, da biodiversidade brasileira pode surgir uma droga apta a fazer frente à semaglutida, composto ativo do Ozempic, sucesso comercial do laboratório dinamarquês Novo Nordisk.

O caminho é longo — da descoberta de um novo ativo até sua concretização em medicamento leva-se em torno de 15 anos, segundo Édson Bernes, diretor de inovação do Aché. Foi o caso do Acheflan, anti-inflamatório desenvolvido pela empresa a partir da erva-baleeira, nativa da Mata Atlântica. "O fomento à pesquisa pautado pela biodiversidade pode ser nosso ponto forte para agregar valor à indústria brasileira", afirma o executivo. *(AV)*

NICOLAS RIBAS
Wanderley Cruz: melhora na renda e na qualidade de vida das comunidades

Comunidade se desenvolve com bioeconomia

Sérgio Adeodato
Para o Valor, de São Paulo

Bola da vez no cardápio da bioeconomia, o breu-branco, árvore amazônica que pode atingir 30 metros de altura e fornece resina aromática para a indústria, incorpora uma novidade, baseada em padrão internacional, que chega para fortalecer a produção extrativista e a busca por mercados. Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã, no Amazonas, o produto começará a ser coletado para processamento de óleo essencial carimbado pelo selo do Forest Stewardship Council (FSC). A certificação atesta o controle da origem, trabalho digno e práticas de baixo impacto à floresta, com expectativa de valorização do conhecimento tradicional.

Utilizada por povos indígenas na calafetagem de barcos, rituais espirituais e cura de dores de cabeça e inflamações, a resina quadruplicou de valor quando passou a ser beneficiada localmente para extração de óleo essencial, com apoio do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), que desenvolve projetos socioambientais na região. O preço pago ao extrativista aumentou de R$ 1,50 para R$ 6 o quilo, podendo dar novo salto com o diferencial da certificação.

Na usina da RDS do Uatumã, o óleo essencial tem o valor de R$ 1,3 mil o litro. O produto é vendido para a empresa de origem comunitária Inatú, que coloca no mercado bioprodutos amazônicos de cinco associações de diferentes regiões do Amazonas. Entre os compradores do óleo estão a Moma, empresa de cosméticos agroflorestais, e a Urucuna, produtora de velas aromáticas em parceria com povos tradicionais e indígenas.

Preço pago pela resina beneficiada localmente pelo extrativista quadruplicou

"O breu-branco, antes pouco aproveitado, aumentou a renda das comunidades, com reflexo na qualidade de vida", diz Wanderley Cruz, membro da associação local e gestor da usina, que também processa copaíba. O plano é replicar o conhecimento para produtos como a manteiga de tucumã, de crescente demanda industrial.

A certificação na reserva abrange a madeira nativa, explorada pelo manejo sustentável. "É o reconhecimento de que o trabalho está dentro de normas internacionais, com maior organização e valorização da cadeia produtiva", diz Louise Lauschner, especialista em cadeias da sociobiodiversidade no Idesam. Mais valorizado, o breu-branco se destaca entre as espécies plantadas, em março, para expandir sistemas agroflorestais que aumentam renda, segurança alimentar e captura de carbono após a seca histórica de 2023 na região.

Com 424 mil hectares, a RDS do Uatumã se localiza na região de influência da usina hidrelétrica de Balbina, construída na década de 1980 com impactos ambientais. Ao longo da história, a exploração predatória da floresta na área quase levou à extinção do pau-rosa, matéria-prima do famoso perfume francês Chanel Nº 5. Hoje o lugar é visto como vitrine da bioeconomia, com tendência de avanços a partir do selo socioambiental.

No Brasil, a área de pequenos produtores certificada pelo FSC, incluindo florestas nativas e plantadas, cresceu 42%, em cinco anos — hoje, são 241 mil hectares. O manejo comunitário representa mais de metade desse total. "O aumento é relevante, pois consolida a inclusão dessas pessoas em um modo produtivo economicamente viável e responsável", diz Elson Fernandes de Lima, diretor executivo do FSC Brasil. "É chave aproximar os produtores coletivos e comunitários ao consumidor final", completa.

Esporte Meta de emissões equivale a 1,3 milhão de viagens de classe econômica dos EUA à França

Paris quer fazer Olimpíada mais sustentável

AP, de Paris

De todas as decisões tomadas pelos organizadores dos Jogos Olímpicos de Paris sobre o local de realização de cada modalidade, mandar as competições de surfe para o outro lado do mundo — nas águas do Taiti, no Oceano Pacífico — foi a que provocou reações mais fortes. Os próprios taitianos, entre outros, protestaram contra a construção de uma nova torre de observação nos recifes de Teahupo'o, por temores quanto a possíveis danos à vida marinha. No entanto, segundo os organizadores, não foram apenas as ondas de classe mundial que os atraíram ao território francês, a 16 mil km de distância.

As autoridades olímpicas parisienses traçaram uma meta ambiciosa de reduzir pela metade sua pegada de carbono em comparação aos Jogos Olímpicos de Londres de 2012 e aos do Rio de Janeiro de 2016. A área de recifes nos quais o surfe será disputado em Taiti fica muito longe da costa para que os torcedores possam observar a disputa claramente da praia, de forma que os organizadores acreditam que maioria optará por acompanhar a competição pela TV em vez de viajar de avião, uma grande fonte de emissões de dióxido de carbono.

THOMAS PADILLA/AP

Trabalhadores constroem arquibancadas para a próxima Olimpíada no Champ-de-Mars, ao lado da Torre Eiffel; jogos de Paris começam no dia 26 de julho

Além disso, com menos espectadores presentes, não será necessário construir mais obras de infraestrutura, outra grande fonte de emissões. "Fizemos realmente as contas. Havia menos impacto no Taiti em comparação a outras áreas metropolitanas", diz Georgina Grenon, diretora de excelência ambiental da Olimpíada de Paris.

A escolha do Taiti serve de exemplo da abordagem dos organizadores para cumprir o objetivo de redução das emissões que impactam o clima. Também coloca em evidência as tensões inerentes da busca da sustentabilidade: há prós e contras em cada opção, e reduzir as emissões não significa necessariamente preservar o meio ambiente. A meta dos organizadores é limitar as emissões na Olimpíada, de 26 de julho a 11 de agosto, e na Paraolimpíada, que ocorre pouco depois, a 1,58 milhão de toneladas de CO_2 equivalente. Isso ainda é muita poluição — comparável a 1,3 milhão de viagens de classe econômica só de ida de Nova Iorque a Paris, em aviões Boeing 787, de acordo com a myclimate, empresa de consultoria climática e de sustentabilidade.

Mesmo assim, é uma pegada de carbono muito menor que a dos eventos anteriores. Os organizadores dizem estar pensando no futuro dos Jogos Olímpicos, não apenas no planeta. Poucas cidades têm se voluntariado a gastar bilhões em obras de infraestrutura que às vezes acabam caindo em desuso. Paris e a próxima sede, Los Angeles, em 2028, eram as únicas cidades concorrentes quando foram selecionadas em 2017.

Para os organizadores, ser anfitriões de Jogos Olímpicos que gerem menos desperdício é fundamental, assim como incorporar eventos mais inclusivos e mais voltados aos jovens, como o skate. Paris está sob pressão adicional para ser um modelo de sustentabilidade. A cidade foi sede da reunião de cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, que resultou no Acordo de Paris sobre o clima, o mais importante no mundo até hoje sobre a questão. Os delegados presentes na ocasião acordaram que o mundo deveria limitar o aumento das temperaturas médias globais a 2 °C acima dos níveis de 1850 e, de forma ideal, a 1,5 °C — uma meta que parece cada vez mais inatingível.

Especialistas independentes dizem que Paris parece estar reduzindo suas emissões da mesma forma sistemática levada a cabo pelas empresas: calcular as emissões e depois começar a reduzi-las, incluindo inúmeras pequenas economias de CO_2 cuja soma dá um resultado significativo. Os organizadores estabeleceram reduções em três categorias: construção, transporte e operações. "Parece que estão adotando uma abordagem muito ponderada", afirma Adam Braun, da Clarasight, uma empresa que produz software de planejamento de emissões. "Eles estão tentando fazer algo que é indicativo da forma como muitas organizações estarão se dispondo a prestar contas."

O que mais diferencia Paris 2024 dos eventos anteriores é a construção. Os organizadores dizem que 95% das suas instalações já existiam ou serão temporárias. Duas estruturas novas foram consideradas inevitáveis: a Vila Olímpica, que vai hospedar os atletas e depois ser convertida em residências e escritórios, e o centro aquático, localizado em uma área mais carente dos subúrbios, no norte de Paris. O uso de madeira, cimento de baixa pegada de carbono e materiais recuperados ajudou a reduzir as emissões em 30% em comparação aos métodos tradicionais, segundo Grenon.

A redução das emissões também inclui a alimentação. Na França, a refeição média, seja preparada em restaurantes ou em casa, gera cerca de 2 kg de CO_2, segundo Philipp Würz, chefe da área de refeições dos Jogos Olímpicos. Para cortar isso pela metade, Paris pretende produzir 80% dos ingredientes localmente, reduzir as emissões dos meios de transporte e oferecer aos telespectadores 60% de alimentos a base de plantas. Conquistar tanto as mentes quanto as papilas gustativas pode dar trabalho.

> "Ainda estamos trabalhando muito, muito duro para fazer o melhor possível"
> *Georgina Grenon*

"Os alimentos cultivados localmente e o apoio à agricultura local são coisas lindas", diz a tenista Victoria Azarenka. Mas "quando há pessoas fazendo esses grandes gestos, não fico totalmente convencida sobre o impacto", continua, sobre os esforços climáticos em Paris.

Outro front para economizar nas emissões é o da energia, que representará apenas 1% do total, segundo os organizadores. Eles pretendem usar 100% de fontes de energia renováveis, procedentes de parques solares e eólicos, e de painéis solares em alguns dos espaços das disputas. Estádios e instalações temporárias receberão eletricidade da rede, e não de geradores a diesel que emitem muito mais CO_2. As gigantes instalações elétricas nas sedes serão mantidas depois do fim das disputas, de forma que tampouco haverá necessidade de geradores em eventos futuros.

A redução das emissões relacionadas aos transportes é possivelmente o maior desafio de Paris. Autoridades da área de turismo esperam 15,3 milhões de visitantes para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, incluindo 1,9 milhão de fora de França, com pelo menos 850 mil chegando em voos de longa distância. Em Paris, há opções de transporte menos poluentes — ciclovias, metrô, trens, ônibus e outros transportes públicos — para chegar a todos os locais de competição. No entanto, a incapacidade de controlar como as pessoas se deslocam para os Jogos Olímpicos ou a qualquer outro grande evento coloca em dúvida se a humanidade pode se dar ao luxo de realizar encontros do tipo à custa de mais danos ao clima.

"Talvez coisas como os Jogos Olímpicos precisem ser reconsideradas", sugere Seth Warren Rose, do Eneref Institute, um grupo de pesquisas e ativismo especializado em desenvolvimento sustentável. "Ter milhões de pessoas reunidas em uma só área é algo muito intensivo [nas emissões]". Rose avalia que o esforço dos organizadores é louvável, mas que poderia ir mais longe — reduzir as emissões acima da meta anunciada de 50% e procurar mais formas de tornar a sustentabilidade uma parte central da experiência do espectador.

Algumas vozes críticas questionaram alguns patrocinadores. A Air France, a operadora portuária CMA CGM Group e a gigante da siderurgia ArcelorMittal são grandes nomes de setores de alta intensidade de carbono. Em seus sites, todas alardeiam o patrocínio à Olimpíada e seus esforços de sustentabilidade. O Upright Project, uma empresa finlandesa que gera e analisa dados para avaliar o impacto das companhias pelo mundo, analisou os patrocinadores e atribuiu classificações aos impactos positivos e negativos no ambiente, na saúde, no emprego e em outros critérios.

Em termos ambientais, as emissões dos patrocinadores tiveram um impacto negativo seis vezes maior do que o positivo. "Considero extremamente prejudicial o atual discurso sobre a sustentabilidade, no qual celebramos minúsculos ajustes de sustentabilidade e medidas de maquiagem verde como se realmente fizessem diferença nas alterações climáticas", afirma Annu Nieminen, do Upright Projet, em comunicado. "Se os patrocinadores de Paris 2024 são celebrados pelos organizadores pela sua 'sustentabilidade', isso está contribuindo para o mesmo discurso nocivo."

Em comunicado, os organizadores dizem que os Jogos Olímpicos representam "uma oportunidade única para incentivar os parceiros comerciais a adotarem práticas mais responsáveis". Para as emissões que não terá como reduzir, Paris planeja recorrer ao chamado mercado de compensação". Plantar árvores, por exemplo, poderia ajudar a tirar da atmosfera o dióxido de carbono gerado pela Olimpíada. Os mercados de compensação, porém, não estão bem regulamentados e investigações da imprensa revelaram que vários projetos eram fraudulentos e que alguns calcularam mal a quantidade de emissões capturadas.

Os organizadores dizem que continuarão a adaptar os planos de sustentabilidade à medida que forem avançando, inclusive no Taiti. A torre metálica para os juízes da competição de surfe na maior das ilhas da Polinésia Francesa, que substituirá uma de madeira que já estava ficando velha, teve o tamanho reduzido em função da preocupação com os danos ambientais, de acordo com os organizadores.

Concluída no início deste ano, a torre será desmontada após a Olimpíada. Voltará a ser montada quando forem realizadas outras competições de surfe. Segundo a estimativa dos organizadores, cerca de 1,3 mil pessoas credenciadas estarão na ilha, sendo que 500 virão de avião. O total, provavelmente muito menor do que se a competição acontecesse na costa da França, inclui surfistas, juízes, jornalistas e funcionários dos Jogos Olímpicos. "Dizemos que a sustentabilidade é um esporte coletivo", afirma Grenon. "Será tudo perfeito? Não, certo? Não podemos dizer isso. Ainda estamos trabalhando muito, muito duro para fazer o melhor possível."

Tradução de Sabino Ahumada

Mata Atlântica Plantio de árvores é replicado no mercado imobiliário, programa municipal doa mudas e indústria garante abastecimento de água

Sob risco hídrico, Itu multiplica áreas restauradas

DIVULGAÇÃO

Alphavillage, empreendimento lançado em Itu há 30 anos e que estimula projetos imobiliários similares na região

Sérgio Adeodato
Para o Valor, de São Paulo

"Vende-se um terreno com lago." Quando viu a placa à margem da rodovia Castello Branco, em Itu (SP), o empresário Fabio de Albuquerque imaginava ter achado o lugar ideal para criar um empreendimento voltado à prática de esqui aquático, como os que frequentava em Miami (EUA). Diante do estresse hídrico da região, o engenheiro civil acabou por redirecionar o negócio. E embarcou no projeto de restauração florestal que completa 30 anos e coloca o Alphavillage, um oásis em meio a pastagens, indústrias e loteamentos, entre as referências que hoje compõem um cluster de como recuperar a Mata Atlântica.

Filho de Renato Albuquerque, um dos fundadores de Alphaville, marca imobiliária que nasceu em Barueri (grande São Paulo) e presente em diversas cidades, Albuquerque tomou um rumo diferente. Consertar estragos causados na natureza tanto pela expansão agropecuária como pela urbana virou um mantra. "Em cenário de mudanças climáticas, precisamos juntar forças e auxiliar quem compra a ideia de formar corredores de biodiversidade", diz ele, após um mutirão com jovens da região para plantar árvores no Alphavillage.

O trabalho na área teve uma trajetória de erros e acertos, iniciada quando não havia o conhecimento científico de hoje sobre como recuperar a Mata Atlântica. Em 75 hectares, foram plantadas 140 mil mudas na guerra contra o capim das antigas pastagens, com nascentes que voltaram a verter água e retorno da fauna. Bangalôs de alto padrão para aluguel permitem o convívio com o bioma restaurado.

140 mil
mudas plantadas em 75 ha, com retorno de água e da fauna

A experiência inspirou um novo projeto, na propriedade vizinha: o Agrovillage São Lourenço. Recém-lançado por Albuquerque, o empreendimento, com sítios de 20 mil m², segue a cartilha da restauração florestal, com uso sustentável da área, a 70 km de São Paulo.

"A qualidade da água melhorou e os lobos-guarás voltaram", conta a socióloga Maria Alice Setubal, conhecida como Neca Setubal, acionista do Itaú Unibanco e proprietária de duas fazendas de lazer restauradas na região de Itu. Há planos de criar um condomínio conservacionista, reforçando uma tendência de moradia que cresceu na pandemia.

No município ainda fica o Centro de Experimentos Florestais da Fundação SOS Mata Atlântica, com equipe técnica e viveiro capaz de produzir 720 mil mudas por ano. A estrutura ocupa área cedida por comodato pela antiga Brasil-Kirin, comprada pela Heineken, e tornou-se referência após o plantio de árvores recuperar mananciais e evitar a paralisação da indústria de bebidas na crise hídrica de 2014.

"Dependemos da água e precisamos garantir sustentabilidade do nosso negócio e das populações", diz Ligia Camargo, diretora de sustentabilidade do grupo Heineken. Em Itu, a companhia é proprietária de 1,8 mil ha em três fazendas com áreas restauradas para cumprir a lei ambiental. "O compromisso global da empresa é, até 2030, devolver à natureza uma vez e meia tudo que capturamos para fazer produtos nas áreas de estresse hídrico", diz Camargo.

A prefeitura mapeou pelo menos 500 nascentes que precisam ser restauradas em Itu. O custo estimado é de R$ 61,2 milhões em seis bacias hidrográficas, mas apenas 20 propriedades receberam mudas doadas por empresas no programa municipal de plantio, desde 2018. "É preciso senso de urgência", alerta Veronica Sabatino, secretária de Meio Ambiente do município. "Além dos impactos do uso da terra, a água que chega pelo rio Tietê não pode ser usada porque está poluída", lamenta.

Para Malu Ribeiro, diretora de políticas públicas da SOS Mata Atlântica, a região está em risco hídrico permanente, a crise de 2014 não pode cair no esquecimento e a agenda da água precisa entrar nas campanhas eleitorais. "Em maio, o rio Tietê já estava 1,1 metro abaixo do normal para o período e a tendência é de agravamento até o final da estiagem após o inverno".

Rota dos bandeirantes que desbravaram o interior, a região de Itu reúne condições adversas de clima e solos, atingidos pela erosão resultante do desmatamento. Só 17,8% do município é coberto por floresta, segundo o MapBiomas. "A virada de chave está na necessidade de produzir água", diz Edson Vidal, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) à frente do projeto Corredor Caipira, que busca conectar fragmentos de mata, patrocinado pela Petrobras. A iniciativa abrange a conservação dos muriquis, primatas criticamente ameaçados no interior paulista.

Pantanal tem novos planos contra incêndios

MAYKE TOSCANO/SECOM-MT

Incêndios no Pantanal em 2020 mataram 17 milhões de animais vertebrados

Cecília França
Para o Valor, de Londrina

Ainda sob os ecos da maior tragédia ambiental de sua história — os incêndios de 2020, que consumiram 4 milhões de hectares —, o Pantanal se vê acometido por secas mais frequentes e temperaturas elevadas que vêm mudando a região. Neste ano já foram identificados 827 focos de incêndios (até 23 de maio), de acordo com a plataforma BD Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e cerca de 274 mil ha foram consumidos pelo fogo, segundo dados do Laboratório de Aplicações Ambientais (Lasa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 13 de maio, a Agência Nacional de Águas (ANA) decretou escassez hídrica na região hidrográfica do rio Paraguai. As condições atuais assemelham-se às de 2020, alerta a SOS Pantanal em nota técnica divulgada no dia 20 de maio. O diretor-executivo da ONG, Leonardo Gomes, ressalta que há uma intensificação e sobreposição de fenômenos que propiciam a maior ocorrência de queimadas na maior planície alagável do planeta, de modo que não é mais possível limitar o período de pico de incêndios no bioma entre agosto e outubro, como antes. "Desde 2019 temos um cenário de predominância de seca. Menos água no solo, menos áreas alagadas. Outro fator muito associado são ondas de calor, que aumentam a severidade e a propagação do fogo", explica.

Mas, se em 2020 governos e órgãos voltados à gestão do fogo estavam menos preparados para reagir, agora eles mudaram seus planejamentos para dar respostas adequadas. O Mato Grosso do Sul iniciou a instalação, pela primeira vez na história, de bases avançadas do Corpo de Bombeiros em locais remotos, buscando reduzir o tempo de deslocamento até os focos. As quatro bases estão nas regiões de Jatobazinho, Barra do São Lourenço, Redário e Santa Mônica, com acesso mais rápido pelo rio.

274 mil
hectares foram consumidos pelo fogo neste ano

O Mato Grosso, por sua vez, vem colocando em prática planos de prevenção e combate aos incêndios nas unidades de conservação do Estado, com ações de manejo integrado do fogo, fiscalização e combate. Os planos envolvem sete unidades de conservação: os parques estaduais Encontro das Águas, Serra Ricardo Franco, Santa Barbara, Águas de Cuiabá e do Araguaia, além das áreas de proteção ambiental Cabeceira do Rio Cuiabá e Chapada dos Guimarães.

Também vigoram estados de emergência ambiental. No Mato Grosso do Sul, o decreto passou a valer em 10 de abril, com duração de 180 dias. No Mato Grosso, foi dividido por regiões. Na região sudeste, onde está o Pantanal, o estado de emergência vigora desde abril até novembro e também amplia o período proibitivo de uso do fogo, que vai de julho a dezembro.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por meio do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), vai antecipar a contratação de brigadistas em um mês, a partir de junho, de modo escalonado, considerando a ocorrência de queimadas até o fim do ano.

Gomes, da SOS Pantanal, avalia todas as medidas como importantes, mas cobra projetos estruturais. "Entendemos que ainda não é suficiente para a severidade que vamos enfrentar. Precisamos de planejamento territorial, com acessos para interromper a propagação do fogo, e queimas prescritas para reduzir biomassa em locais críticos", explica. "No Pantanal, o fogo é mais recorrente em áreas alagadas, então é preciso fazer um controle da biomassa. Nós já temos condições de implantar o manejo integrado do fogo [em larga escala]."

Flávia Saltini Leite, coordenadora-geral do Prevfogo, destaca que em 2023 houve um cenário atípico, com muitos incêndios causados por raios em novembro. "Realmente tem que estar de prontidão. Estamos intensificando esse planejamento inclusive para ter aeronaves específicas para o fogo", diz. Serão 183 brigadistas contratados pelo Prevfogo neste ano. Segundo a SOS Pantanal, existem cerca de 600 brigadistas treinados no Pantanal.

A tragédia ambiental de 2020 na região levou à morte pelo menos 17 milhões de animais vertebrados, de acordo com um amplo estudo sobre os incêndios daquele ano, divulgado em abril. "O que aconteceu foi um colapso da natureza e nós não tivemos maiores consequências para a população humana em decorrência da baixa densidade demográfica do Pantanal", afirma Sandra Hacon, da Escola Nacional de Saúde Pública, ligada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ainda assim, vários estudos mostram aumento de doenças e sintomas respiratórios em populações mais suscetíveis, como crianças, gestantes e idosos, informa a pesquisadora. No momento, a fundação tem se dedicado a pesquisar a saúde dos brigadistas.

Área do Nordeste se torna definitivamente árida

Gabriela Sá Pessoa
Para o Valor, de São Paulo

As mudanças climáticas já fizeram com que o clima do norte na Bahia mudasse de vez. Uma região da Caatinga de 5,7 mil km², na divisa com Pernambuco, se tornou definitivamente árida — a primeira do país, mostra um estudo recente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Agora, produtores rurais e cientistas somam esforços para adaptar espécies e evitar os riscos de desertificação, o que tornaria essas terras improdutivas.

Muito seco
Zona árida surge no norte da Bahia

O hidrólogo Javier Tomasella, do Inpe, diz que a região já tinha clima historicamente mais rigoroso, com maior incidência de radiação solar e menos chuvas. "Bastou o último empurrão para jogar ela para outro tipo de clima", diz. O empurrão veio com o aumento da temperatura do planeta, associado à degradação do solo e à diminuição das chuvas, segundo os especialistas. "Essa região concentra os maiores aumentos de temperatura do país", diz a meteorologista Ana Paula Cunha, do Cemaden.

Os pesquisadores analisaram dados de chuvas e evaporação de solo e dos vegetais desde a década de 1960. Ao comparar a faixa de 1990 a 2020 com o período anterior, descobriram, além de uma região árida, que todo o país ficou mais seco, com exceção do Sul. Também constataram tendência de expansão de áreas do semiárido no Nordeste e no norte de Minas Gerais, a uma taxa média superior a 75 mil km² por década.

A primeira região árida do Brasil compreende os municípios de Macururé, Abaré, Chorrochó, Curaçá, Macururé, Rodelas, Juazeiro e Sobradinho, na Bahia, e de Belém do São Francisco, em Pernambuco.

O produtor Humberto Miranda, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia, conta que chove pouco e de maneira disforme em toda essa área, com estiagens que duram de seis meses até um ano. "A má distribuição da chuva leva, consequentemente, a uma degradação do solo", diz. A seca traz prejuízos à safra, mas produtores locais aprenderam a conviver com o clima. Curaçá, por exemplo, é o maior produtor de coco da Bahia, diz Miranda. Também produz outras frutas, como manga e goiaba. "Qual a diferença dentro disso? Choveu mais, choveu menos, o sol foi mais quente ou menos quente dentro do mesmo município?", indaga o ruralista. A resposta, afirma, está no desenvolvimento de tecnologias e na capacitação dos produtores.

A Embrapa desenvolve sementes que aguentem a seca e animais resistentes à estiagem. "Buscamos, por exemplo, diminuir o intervalo entre partos das criações e diminuir o tempo para esse animal chegar ao abate. Quanto menor o tempo em que esse animal for abatido, por menos dificuldades de alimentação ele passa", conta Iêdo Sá, engenheiro florestal e pesquisador da Embrapa Semiárido. Outro exemplo é a diminuição do ciclo de vida do milho, de 90 para 60 dias. "Hoje, a planta passa muito menos tempo em campo. Ela não vai precisar estar bebendo água por 90 dias", diz.

Entretanto, mesmo a adaptação de plantações e animais às temperaturas mais elevadas e à menor disponibilidade hídrica pode não ser suficiente se a situação se agravar. Os resultados do estudo alertam para o risco de desertificação; nesse caso, o solo se tornaria tão improdutivo que sequer sustentaria as plantas nativas da Caatinga. Os impactos para a segurança alimentar e o aproveitamento econômico dessas áreas seria catastófico, afirma Washington Rocha, coordenador da Equipe Caatinga do MapBiomas. "Como são áreas que já são bolsões de pobreza, ter esses processos [de desertificação] significa que vai ter mais fome e, possivelmente, implicar em migração de população", aponta.

Nessa região árida, já com fragilidades e suscetível à desertificação, o desmatamento acrescenta riscos, diz Rocha. Em 2023, os alertas de desmatamento cresceram 43% na Caatinga — o único bioma que ocorre apenas em território brasileiro e um dos mais ameaçados do país—, para 201,7 mil hectares, segundo o MapBiomas.

Cerrado Recurso privado banca plantio de mudas, proteção de nascentes e conservação do solo

Fazenda muda práticas para evitar colapso da bacia do rio Araguaia

SÉRGIO ADEODATO

Marcelo Lopes, de Baliza (GO): 'Os tempos mudaram; desmatar e ocupar área cada vez maior, como pregava meu avô, já não vale para as novas gerações'

Sérgio Adeodato
Para o Valor, de Santa Rita do Araguaia (GO)

Na provocação do filho após palestra de educação ambiental na escola, o produtor rural Marcelo Lopes até relutou, adiou a ideia o quanto pôde, mas acabou rendido e cortou o bananal que havia na nascente da propriedade, localizada no assentamento Vale do Araguaia, no município de Baliza (GO). "Fiz com dor no coração porque iria perder renda, mas percebi que os tempos mudaram; desmatar e ocupar área cada vez maior, como pregava meu avô, já não vale para as novas gerações", conta. A razão é simples: fontes hídricas, antes vigorosas em suas terras, secaram.

A escassez reflete a situação de risco nas bacias contribuintes do Araguaia, rio que divisa os Estados de Goiás com o Mato Grosso e de Tocantins com Mato Grosso e Pará, região com forte presença do agronegócio. Hoje, projetos com produtores de Goiás buscam conciliar a agropecuária com a conservação do Cerrado, bioma que foi o mais desmatado em 2023, com 1,11 milhão de hectares derrubados, ultrapassando pela primeira vez a Amazônia. Segundo o MapBiomas, a área desmatada em todo o Cerrado cresceu 67% no ano passado.

Mas Lopes, com 70 cabeças de gado para leite, obteve apoio para plantar árvores, cercar nascentes e protegê-las do pisoteamento dos animais. Onze dos 45 hectares da propriedade foram isolados para fins de produção de água, junto às lavouras de milho, arroz e capiaçu, uma variedade de capim destinada à alimentação do rebanho. "Quando veio a estação seca, a água continuou correndo e os vizinhos começaram a imitar", afirma o produtor, também beneficiado por técnicas de recuperação do solo e melhor produção em menor área. Como vitrine de soluções, diz Lopes, uma iniciativa puxa outra e a presença de seriemas, antas e cotias "mostra que ainda dá tempo de consertar os estragos".

"Penso muito nos meus netos", diz o pequeno produtor Joselito Ramos, que também recebeu apoio para consorciar produção e preservação, emocionado ao mostrar os resultados dos plantios de mudas para garantir água em seu sítio em Santa Rita do Araguaia (GO). "Se não cuidar, vai secar", diz. Na área, a família possui café, eucalipto e vacas para produzir leite, além da roça de mandioca e um pomar de variadas espécies.

As ações de preservação que vêm sendo realizadas junto a produtores goianos unem poder público, empresas e ONGs no programa Juntos pelo Araguaia, abrangendo mil hectares até o momento. "A virada de chave é muito mais do que plantar árvores", diz Andréa Vulcanis, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás, ao reforçar a necessidade de criar confiança e engajamento do produtor rural. A meta é restaurar mais 9 mil ha, ao custo de R$ 900 milhões, oriundos de doações de empresas, conversão de multas ambientais e acordos para compensação de impactos. Foram mapeados 2,5 milhões de ha de áreas prioritárias.

> "Com a escassez hídrica e a perda econômica, o resultado pode ser o êxodo rural" *Douglas Santos*

"Buscamos um diálogo construtivo em que a agenda da água tem grande poder de mobilização", afirma Luiz Cláudio de Oliveira, presidente do Instituto Espinhaço, idealizador do programa. A iniciativa tem o diferencial de restauração em grande escala, a partir da experiência em outras regiões do bioma. A ONG, sediada em Minas Gerais, atua em 5 mil propriedades rurais no país, com R$ 3 bilhões de projetos em carteira e plano de chegar a R$ 5 bilhões até 2030. Por meio do instituto foram plantadas até agora 140 mil mudas na bacia do Araguaia (685 ha). O programa ainda fez cercamento de nascentes e proveu assistência técnica e insumos. A mudança de cultura é essencial. "Não adianta plantar 1 hectare de mata e destruir outros três", ressalva Oliveira.

A proteção dos recursos hídricos garante a atividade rural, evitando especialmente que os pequenos agricultores precisem abandonar suas terras por falta de água. "Com a escassez hídrica e a perda econômica, o resultado pode ser o êxodo rural", adverte Douglas Santos, biólogo da Saneago, companhia de saneamento de Goiás. Muitos poços perfurados, lamenta, estão secos. Recuperar a produção hídrica ainda garante o abastecimento das cidades.

A água que jorra na cascata da piscina da produtora Maria Divina Garcia é vista como tesouro junto às 600 cabeças de gado que cria em Bom Jardim de Goiás. A área recebeu 4 mil mudas, além da melhoria do pasto, onde foram instaladas praças de alimentação com bebedouros e ração para o gado, longe das nascentes. Cinco delas foram recuperadas com apoio da mineradora Anglo American e nutrem o ribeirão que abastece a cidade, em situação de crise hídrica. "Água é vida para qualquer segmento; não pensamos só em nós", diz a pecuarista, estimulada pelos filhos a modernizar a fazenda.

Prefeito de Santa Rita do Araguaia, o pecuarista Carlos Tadeu Rocha Vieira recuperou três das oito nascentes na propriedade onde cria 800 cabeças de gado e fez a conservação do solo para evitar erosão, apoiado por recursos da empresa de energia State Grid, participante do Juntos pelo Araguaia. "As ações são estratégicas porque estamos na região onde o rio nasce", afirma o prefeito. "Mesmo os pequenos riachos importam", diz. "Para haver captura de carbono e reduzir o aquecimento global, a planta precisa primeiro de água".

Desmatamento acelera demanda por restauração

Santa Rita do Araguaia (GO)

A área de alertas de desmatamento no Cerrado aumentou 30,4% em 2023, para 7,8 mil km², segundo o sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em março deste ano, o índice atingiu o recorde para o mês desde 2019, deslocando para o bioma a atenção antes concentrada na Amazônia. "Mais da metade de toda a área desmatada no Brasil em 2023 ocorreu no Cerrado, principalmente na região do Matopiba entre Bahia, Piauí, Tocantins e Maranhão", informou o MapBiomas.

Ane Alencar, diretora de ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), analisa que o desmatamento avançou migrou para o Cerrado após o aperto da fiscalização na região amazônica. A pesquisadora, também coordenadora da equipe Cerrado no MapBiomas, alerta que a destruição pelo uso da terra se soma às alterações do clima, com períodos secos mais longos que o normal. A estiagem facilita a prática de desmatamento e queimadas, e a contínua degradação da terra diminui a capacidade de investimento dos proprietários em medidas de recuperação ambiental. "Precisamos superar barreiras, porque é difícil recuperar o Cerrado", afirma.

Previsões de modelos climáticos, analisados pela Embrapa sugerem que o bioma pode experimentar aumento de temperatura entre 2 ºC e 4 ºC até o fim do século e redução das chuvas entre 20% e 40% em relação aos níveis atuais, com possíveis mudanças na sua distribuição e impactos na produção de grãos. E de acordo com o Mapbiomas, a agropecuária ocupa 50% do Cerrado.

No rio Araguaia, que atravessa quatro Estados e compõe a maior bacia hidrográfica totalmente brasileira, os impactos acendem o alerta. O desmatamento e o crescente uso de água para irrigação das lavouras fizeram o rio perder 40% da vazão nos últimos 40 anos, segundo estudo da Universidade de Brasília. Outra pesquisa, da Universidade Federal do Mato Grosso, aponta contaminação por agrotóxico disseminada nas microbacias da região.

Além da pesca, a degradação prejudica populações tradicionais que criam animais ou plantam roças nas ilhas e margens na vazante do rio. "São grupos invisibilizados que precisam de reconhecimento", aponta Silvana Bastos, assessora técnica do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). "Na conexão entre Cerrado e Amazônia, a região é de megabiodiversidade e estamos perdendo soluções para as mudanças climáticas que estão na natureza", diz. ***(SA)***

Agricultor de planícies andinas se adapta a clima mais quente

Santiago Limachi e Monica Machicao
Reuters, de Oruro, na Bolívia

Os fazendeiros bolivianos Elizabeth e Edwin Churata estão aprendendo a sobreviver em um clima mais seco e quente, adaptando técnicas de armazenagem de água à medida que seus lagos secam e mudando a forma como alimentam os animais. Nos últimos anos, a fazenda dos Churatas, na região montanhosa andina de Oruro, foi atingida pelo fenômeno climático conhecido como La Niña e, recentemente, pelo El Niño invertido, o mais forte dos últimos 20 anos.

O El Niño está associado a uma perturbação nos padrões de vento que resulta em temperaturas mais quentes na superfície do Pacífico, nas regiões oriental e central do oceano. Na região de Oruro isso trouxe menos chuvas e temperaturas mais altas, secando as culturas forrageiras, o que levou à morte de cerca de metade do gado da região. À medida que o clima local esquentou ao longo das décadas, rios e lagos também encolheram.

"No momento não há água porque o rio Desaguadero ficou muito mais baixo. É ele que nos fornece água, porque a água dos poços cavados aqui é salgada", diz Edwin Churata. "Vivemos da água do Desaguadero e das chuvas."

As terras altas da Bolívia são uma região importante para bovinos e ovinos, além de culturas como quinoa, cevada e batata. Seus desafios refletem outros maiores para os agricultores da América do Sul, que lidam com secas e inundações à medida que as condições meteorológicas se tornam mais extremas.

A Bolívia vem assistindo ao declínio de grandes lagos como o gigantesco Titicaca, o Poopo e o Uru Uru, que são reservas de água importantes para fazendeiros como Elizabeth e Edwin. Muitos produtores bolivianos resistiram durante anos a mudar as práticas ancestrais de cultivo. Tradicionalmente, eles dependem de gramíneas silvestres para alimentar seus animais, queimando os talos da grama e rezando por chuvas adequadas.

Mas muitos estão se adaptando sob pressão, com programas de formação para agricultores oferecidos por organismos como

CLAUDIA MORALES/REUTERS

Edwin e Elizabeth Churata em lago para armazenagem de água na Bolívia

a agência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que os ensinam a construir tanques de água com armações de arame e tecidos impermeáveis. Os juncos que os agricultores queimavam anteriormente são agora misturados com palha silvestre, farinha e açúcar mascavo, produzindo ração animal que pode ser armazenada por meses até o inverno, ajudando mais gado a sobreviver.

"Na Bolívia, e especialmente nesta região, temos sido bastante tradicionais em termos de conservação de forragens e no trato do gado", diz Efrain Apaza, agricultor da vizinha El Choro. "Mas estamos sendo forçados a mudar a maneira como encaramos as coisas." Mario Lubetkin, representante da FAO para a América Latina, diz que a região enfrenta uma confluência de fatores que poderá tornar o cultivo de alimentos mais difícil com o aumento dos custos e os efeitos das mudanças climáticas. "É uma receita perfeita para o desastre", diz ele. ***(Tradução de Mario Zamarian)***

Crise climática pode encarecer alimentos

Andrea Vialli
Para o Valor, de Salvador

Além das mudanças climáticas, as pressões inflacionárias decorrentes de quebras de produção ameaçam a segurança alimentar. No caso do arroz do Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, o governo federal decidiu importar o grão para controlar os preços que subiram após a enchente que atingiu o Estado. Mas o impacto da crise climática sobre a inflação pode ser sistêmico e se agravar ao longo dos anos, como indica estudo de economistas do Banco Central Europeu e da Universidade de Potsdam, na Alemanha, que prevê que a crise do clima contribuirá para elevar os preços dos alimentos de 0,9% a 3,2% ao ano até 2035. O Brasil seria um dos países mais afetados, com pressão de 1,9% ao ano, dentro de uma década.

"Somos vulneráveis a oscilações de preços causadas pelo clima, por isso temos de tirar o pé do acelerador e encarecer o carbono, precificando os setores mais poluentes e subsidiando as atividades de baixa emissão, com o cuidado de não sobretaxar os mais pobres", defende Ariaster Chimeli, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Segundo ele, diversos países têm usado o sistema de preços para aumentar a resiliência climática. Ele cita a Suécia, que aumentou a tributação sobre o carbono nos anos 1990 sem impacto sobre PIB e taxa de emprego, e a China, com mais patentes de tecnologias e produtos mais limpos, com impactos na geração de emprego e renda.

O ponto de partida é a classificação de atividades econômicas de acordo com impactos socioambientais, a chamada taxonomia verde. Hoje 16 países e a União Europeia já têm seus arcabouços; na América Latina, Costa Rica e a Colômbia saíram na frente, com taxonomias orientando principalmente o setor bancário. No Brasil, o debate é encabeçado pelo Ministério da Fazenda e envolve ainda o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep). "O caminho passa pela construção de uma taxonomia de resiliência, que coloque na conta riscos e oportunidades", diz Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), grupo formado por 110 grandes e médias empresas que tem apoiado o governo nessa agenda.

INÊS 249